

# AFRICANA STUDIA

N.º 11 . 2008

Revista Internacional de Estudos Africanos  
International Journal of African Studies



CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS  
UNIVERSIDADE DO PORTO

# AFRICANA STUDIA

**Entidade Proprietária:**

Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto  
FLUP – Via Panorâmica s/n – 4150-564 Porto

**Director:** Maciel Santos (maciel999@yahoo.com)

**Sede da Redacção:** FLUP – Via Panorâmica s/n – 4150-564 Porto

**Nº de registo:** 124732

**Depósito legal:** 138153/99

**ISSN:** 0874-2375

**Tiragem:** 500 exemplares

**Periodicidade:** Anual

**Nº de contribuinte da entidade proprietária:** 504045466

**Tipografia:**

Papelmunde

**Edição:**

Miguel Silva

Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

**Revisão de textos:**

Amélia Queirós, La Salette Coelho, Miguel Silva e Rosário Melo.

**Conselho Científico / Advisory Board:**

Alexander Keese (U. Berna/CEAUP), Ana Maria Brito (FLUP), Augusto Nascimento (IICT), Carlos Couto (CEAUP), Collete Dubois (U. Aix-en-Provence), Elikia M'Bokolo (EHSSS – Paris), Eduardo Costa Dias (CEA-ISCTE), Eduardo Medeiros (U. Évora), Isabel Leiria (FLUL), Isabel Galhano Rodrigues (FLUP), Joana Pereira Leite (CESA-ISEG), João Garcia (FLUP), João Pedro Marques (IICT), José Carlos Venâncio (U. Beira Interior), Malyn Newitt (King's College), Manuel Rodrigues de Areia (U. Coimbra), Michel Cahen (IEP – U. Bordéus IV), Paul Nugent (CEA-Edimburgo), Patrick Chabal (King's College), Maria Rosa Sil Monteiro (U. Minho), Philip Havik (IICT), Suzanne Daveau (U. Lisboa), Wilson Abreu (U. Porto).

**Conselho de Redacção / Editorial Board:**

Carlos Pimenta, Cristina Pacheco, Elvira Mea, Gabriela Silva, José Capela, Maciel Santos.

**Secretariado:** Raquel Cunha

**Advertência:**

Proibida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação (na versão em papel ou electrónica) sem autorização prévia por escrito do CEAUP.

*Africana Studia* é uma revista publicada com arbitragem científica.

*Africana Studia* é uma revista da rede África-Europe Group for Interdisciplinary Studies (AEGIS).

# AFRICANA STUDIA

REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS

INTERNATIONAL JOURNAL OF AFRICAN STUDIES

Nº 11 - 2008

Editorial ..... 3

## COMUNICAÇÃO: LÍNGUAS, RITUAIS E MASS-MEDIA EM ÁFRICA

*Ethiopia's "Radio Voice of the Gospel" (1963-1977)  
in Context – Some Historical Observations on  
International Short Wave Radio Broadcasting  
to and from Sub-Saharan Africa.....7*  
**Mika Palo**

*Predicaments of Polyphony: Sequence, Self  
and Style in Wolof Conversations .....43*  
**Christian Meyer**

*Espaço e gesto: interações no Português  
de diferentes culturas .....81*  
**Isabel Galhano Rodrigues**

*Língua, poder e conhecimento: breve esboço  
sobre a diversidade linguística e epistémica  
no contexto cabo-verdiano.....129*  
**Eurídice Furtado Monteiro; Itzel Salas Barrera**

*Si to lo nfumbe ta sere sere – Traços de  
línguas crioulas em mambos e mpuyas  
em Palo Monte (Cuba).....161*  
**Ana Stela de Almeida Cunha**

## PROBLEMÁTICAS POLÍTICO-MILITARES E DA ÁFRICA OCIDENTAL

<i>Guerres Australes et Guerres Coloniales</i> .....	187
<b>René Pélissier</b>	
<i>Africa: in search of security after the Cold War</i> .....	203
<b>Isiaka Badmus</b>	
<i>Socio-cultural commitment in Things Fall Apart</i> .....	247
<b>Bamisile Sunday Adetunji</b>	

## RECENSÕES

<b>TOR SELLSTROM</b>	
<i>A Suécia e as Lutas de Libertação Nacional em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau</i> .....	267
<b>Recensão de Maciel Santos</b>	
<b>A. CORNWALL; A. WHITEHEAD; E. HARRISON (eds)</b>	
<i>Feminisms in development—contradictions, contestations and challenges</i> .....	273
<b>Recensão de Gabriela Silva</b>	
<b>DONALD BURNES</b>	
<i>Ossobó. Ensaios sobre a Literatura de São Tomé e Príncipe</i> .....	277
<b>Recensão de Gerhard Seibert</b>	

<b>RESUMOS</b> .....	285
----------------------	-----

## **EMMANUEL ESTEVES (1945-2008)**

### **Uma voz silenciada pelas circunstâncias da vida**

A 14 de Junho de 2008, a comunidade científica foi surpreendida pela morte trágica, por acidente de viação, do Professor Doutor Emmanuel Esteves, numa das estradas da periferia da Luanda.

Com apenas oito anos, foi-lhe imposto o caminho do exílio pelo regime salazarista que o levou juntamente com um dos seus irmãos a atravessar a fronteira do Congo-Belga. Instalou-se em Inkisi, uma localidade do Baixo Congo, onde frequentou as escolas primárias locais e transitou sucessivamente pelo Bangu-Langa, Thysville ( hoje Mbanza Ngungu) e pela Ecole de Pasteurs et Instituteurs (EPI) em Kimpese, a prestigiosa Missão Protestante de Baptist Missionary Society (BMS) do Baixo Congo. Iniciou os seus estudos secundários no internato da Missão de Ngombe Lutete mas por falta de apoio financeiro abandonou o internato para prosseguir os seus estudos em Kinshasa, onde terminou o ciclo secundário na Escola Presbitérian, na opção latina. Vocacionado pelas Ciências Humanísticas, Emmanuel Esteves ingressou na Faculdade de Letras da Universidade de Lubumbashi, no ano académico 1969-70, tendo concluído quatro anos depois, em 1972-73, a licenciatura em História. Apresentou e defendeu a sua monografia sobre “Le Chemin de Fer Tenke-Dilolo, Construction et Implications Sociales et Economiques (1928-1950)”, tema que irá criar o grande interesse na sua aptidão para a investigação.

Regressou a Angola, tendo integrado o Serviço de Museologia, núcleo que vai se transformar em Departamento de Museus e Monumentos. Trabalhou na Direcção Nacional do Património Cultural de 1976-1977, no Instituto Nacional do Património Cultural (INPC), no Museu Nacional de Antropologia, entre 1978-82, e finalmente no Departamento dos Monumentos, assumindo as funções de conservador no período entre 1987-1988. Tinha sido então nomeado Director do Instituto Nacional do Património Cultural. Em 1988, Emmanuel Esteves transita para Arquivo Histórico Nacional, onde trabalhou até a sua partida para Portugal. Dando continuidade à actividade académica, Emmanuel Esteves ingressa na Universidade do Porto, onde preparou a sua tese de doutoramento cujo

assunto recaiu na história de uma das empresas de transportes ferroviários angolanas que representa o pulmão da economia do país: “O Caminho-de-ferro de Benguela e o Impacto Económico, Social e Cultural na sua Zona de Influência”. Esse trabalho, em dois volumes, foi defendido para a obtenção de grau de Doutor em História Contemporânea e terminou com grande sucesso.

O interesse científico nesse domínio da história Económica e Social e particularmente do Caminho-de-ferro de Benguela (CFB) levou Emmanuel Esteves a aprofundar a sua pesquisa num campo de investigação que se considera virgem e a preparar o seu pós doutoramento na história dos transportes ferroviários - “*Os Caminhos-de-ferro e a formação profissional da Classe operária ferroviária nos actuais Países da Comunidade do Desenvolvimento de África Austral (SADC) 1878-1975: Os casos da República de Angola e a República Democrática do Congo*”- sob a orientação da Professora Doutora Jill Dias, do IICT. Ainda sob a orientação desta investigadora, co-orientou teses de doutoramento no domínio da História Contemporânea de Angola.

Membro de Assembleia-geral do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, Emmanuel Esteves foi um fervente investigador onde desenvolveu trabalhos publicados na Revista Africana Studia do referido Centro, bem como em outras revistas científicas de carácter internacional. Participou de forma dedicada em varias actividades organizadas pelo CE-AUP. O seu curriculum Vitae enriqueceu-se com a actividade académica desempenhada como docente-investigador: em Angola, na Universidade Agostinho Neto no Instituto Superior de Ciências de Educação (ISCED), de 1988-1991; docente do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Letras e Ciências Sociais do curso de História, da citada Universidade. Em Portugal, entre 2000 e 2004, exerceu a actividade docente e foi Membro do Conselho Científico do Instituto Superior de Ciências Educativas em Mangualde (Portugal).

Na véspera da sua morte, preparava-se para participar na reunião do Comité Inter-africano para o Património Mundial que se realizou na África do Sul, programada para o mês de Agosto.

O Professor Emmanuel Esteves faz parte de um pequeno grupo de especialistas de referência de Angola, que desde os primeiros momentos

da independência deram a sua grande contribuição para a construção e reconstrução do país nos domínios da cultura e educação. Homem honesto, modesto foi sempre consequente nas suas reflexões e ponderado na tomada de decisões.

O seu percurso científico, académico e profissional comprova as grandes capacidades de um dotado cientista que, apesar da morte silenciar a sua voz, permanece vivo no seio da comunidade científica.

BEM HAJA, PROFESSOR DOUTOR EMMANUEL ESTEVES!

*Manzambi Vuvu Fernando*  
Conservador dos Museus e  
Investigador do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto





## JILL DIAS (1944-2008)

### Uma indizível saudade

Jill Rosamaria Reaney Dias nasceu a 20 de Março de 1944. Morreu a 28 de Abril de 2008.

Jill Dias licenciou-se em História pela Universidade de York em 1967 e doutorou-se pela Universidade de Oxford em 1973 com uma dissertação sobre a sociedade e a política inglesas nos séculos XVI e XVII. O destino trouxe-a a Portugal. Daqui, com Alberto Dias, rumou a Angola. Durante a sua estada em Angola entre Agosto de 1973 e Outubro de 1974, deu início às suas investigações sobre a Angola oitocentista. Nascia, assim, uma ligação perene àquele país e a África em geral. Em 1997, seria muito naturalmente escolhida para comissária científica do II Encontro Internacional de História de Angola, realizado em Luanda, em Agosto desse ano.

A sua obra científica tornou-se ímpar e inestimável. Mas a importância do papel de Jill Dias no panorama científico em Portugal transcende em muito a valia dessa obra. Jill Dias contribuiu decisivamente para o alargamento de horizontes das actividades científica e lectiva e para a renovação do conhecimento sobre África. Ela trouxe para Portugal uma atitude em tudo diferente da comezinha vanglória dos pequenos feitos que atrofiava o saber histórico, designadamente, o respeitante às relações entre Portugueses e outros povos. Em Portugal, ajudou jovens investigadores de diferentes origens a integrar perspectivas novas e a produzir um saber exigente e dirigido para o mundo.

Em 1984, aventurou-se na criação da *Revista Internacional de Estudos Africanos* que, anos depois, passaria a ser editada pelo Instituto de Investigação Científica Tropical, onde, a partir de 1986, ela viria a colaborar como directora do Centro de Estudos Africanos e Asiáticos. Multidisciplinar, a *RIEA* tornou-se um emblema do CEAA, que ela quis aberto à interacção com as universidades. Com a publicação na revista de produção estrangeira sobre África e, em particular, sobre os PALOP, Jill Dias quis rasgar os horizontes da produção científica em Portugal e mostrar aos que então se iniciavam a importância e o interesse do abandono do etnocentrismo (às vezes, tristemente serôdio) em favor de uma atitude aberta e,

dir-se-ia até, de uma ética cosmopolita por necessariamente mais consentânea com o registo científico. Estes princípios foram observados no Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, onde a diversidade era uma riqueza e a tolerância se aprendia e se forjava por força da sua liderança respeitada por todos.

Na Universidade Nova de Lisboa, onde ingressou em 1982 e onde chegaria a Catedrática no Departamento de Antropologia em 1996, Jill apoiou colegas e alunos de forma inexcelável. Dedicava-se aos outros, com prejuízo da sua investigação. Pelo seu perfil multidisciplinar, foi comissária geral e coordenadora científica da exposição *Nas vésperas do mundo moderno: África e Brasil*. Patente no Museu de Etnologia entre Fevereiro e Junho de 1992, esta exposição constituiu um evento marcante no conjunto das acções da CNCDP.

Quando, em 1991, um inexperiente candidato a investigador se dirigiu à Secção de Pessoal do IICT, então sita no Palácio Vale Flor, para se apresentar ao serviço e, à boa maneira da cultura institucional portuguesa, receber uma “guia de marcha” para levar consigo para o Centro de Estudos Africanos Asiáticos, a funcionária disse-lhe, com um tom entre o invejoso e o simpático, que ele ia para o céu, que o CEAA, ao tempo uma sala nos fundos do Museu de Etnologia, era o céu!... Como se ele não soubesse, pensou... Na realidade, não sabia, porque, sem risco de exagero, a grandeza de alma de Jill DIAS ia para além do que se imagina que possa ser o céu neste mundo. Ao arrepio da tacanhez imperante entre os rendidos às rotinas empobrecedoras do institucionalmente conveniente e estéril, a grandeza de alma de Jill DIAS espelhava-se num ambiente no CEAA propício à paixão pelo trabalho, à criatividade e à realização das capacidades de cada investigador.

Além da imensa generosidade, traduzida numa quase inesgotável entrega aos alunos e aos formandos, Jill Dias tinha a humanidade bastante para acomodar as vulnerabilidades de cada um e, ainda, toda a sorte de sofrimento alheio. A sua morte deixa-nos com um sentimento de perda infinda. Repentina e brutalmente, ficamos sem uma referência maior nos estudos africanos, na história de África e nos estudos antropológicos. E sem a sua presença amiga e solidária.

Por vezes, temos o privilégio de conhecer pessoas que corporizam de

forma simples e natural a difícilima fraternidade humana. Elas conferem sentido à nossa vida e ao nosso trabalho. Era assim, a Jill.

Jill, devemos-te muito. Nós não te esqueceremos, nunca...

*Augusto Nascimento*  
Investigador auxiliar do IICT



O volume 11 da revista *Africana Studia* tem como tema de dossier *Comunicação: línguas, rituais e mass-media em África*. É um tema interdisciplinar que abrange várias áreas de investigação, como a Antropologia Social e a Linguística Descritiva, as Ciências da Comunicação, a Linguística, (onde, no caso de África, a Crioulística é uma área indispensável), a área interdisciplinar da Análise (multimodal) da Conversação e também a História, explorando aspectos sócio-políticos da comunicação sob o ponto de vista diacrónico.

Os artigos escolhidos para representar este tema provêm sobretudo de três áreas disciplinares: História, Análise da Conversação e Crioulística. Na primeira insere-se o artigo “Ethiopia’s Radio Voice of the Gospel (1963-1977) – Some Historical Observations on International Short Wave Radio Broadcasting”, onde o autor retrata o papel fundamental de uma estação da rádio na Etiópia, num período de grandes mudanças politico-sociais.

Os dois artigos seguintes focam diferentes aspectos culturais da interacção face-a-face. “Predicaments of Polyphony: Sequence, Self and Style in Wolof Conversations” descreve as características das conversações dos Wolof, práticas sociais que seguem uma determinada ordem e que têm uma função social importante. O artigo “Espaço e gesto: interacções no português de diferentes culturas” centra-se no uso do espaço gestual, ou seja, no espaço criado pelos gestos que acompanham a fala. São estudos de casos, onde se salientam diferenças coreográficas dos gestos, sobretudo diferenças entre os gestos dos africanos e dos portugueses, com uma breve referência à gesticulação de uma japonesa.

As duas últimas contribuições prendem-se com questões relativas às línguas crioulas, crioulização, relações entre cultura, poder e línguas. Em “Língua, poder e conhecimento” ressalta a problemática inerente às relações de poder nos países colonizados que se reflectem, por sua vez,

no confronto tanto da língua oficial com os diversos crioulos, como dos próprios crioulos entre si. “Si to lo nfumbe ta sere sere – traços de línguas crioulas em mabos e mpuyas em Palo Monte (Cuba)” são descritos aspectos linguísticos em rituais de uma religião banto praticada em Cuba, um exemplo de um contexto específico de transmissão linguística.

*Isabel Galhano Rodrigues*

# DOSSIER

COMUNICAÇÃO: LÍNGUAS, RITUAIS E  
MASS-MEDIA EM ÁFRICA





# ETHIOPIA'S "RADIO VOICE OF THE GOSPEL" (1963-1977) IN CONTEXT-SOME HISTORICAL OBSERVATIONS ON INTERNATIONAL SHORT WAVE RADIO BROADCASTING TO AND FROM SUB-SAHARAN AFRICA

Mika Palo\*

Pág. 7 a 41



## Introduction: Radio Voice of the Gospel in Brief

Radio Voice of the Gospel (RVOG) was a major international Christian missionary radio station based in Addis Ababa, Ethiopia. Owned and operated by the Lutheran World Federation (LWF), it transmitted programmes in altogether twenty languages to Africa and Asia during the years 1963-1977. RVOG was an ecumenical project in which churches of various denominations – from Protestants to the old Ethiopian Orthodox Church – participated.

---

\* M.Th., doctoral student of the Department of Church History of the University of Helsinki (Finland), researcher at CEAUP

RVOG was meant to be “a voice of the voiceless”, an instrument through which the African and Asian indigenous churches – using a network of strategically located programme production studios inside each target area – could reach their own peoples with a culturally and socially relevant message. The intended professional quality programming was to be carefully balanced between evangelistic content (about 30 per cent of programme time) and cultural, developmental, entertainment, general information and news programmes (about 70 per cent), all produced from a Christian perspective. Thus, the majority of RVOG programming was clearly meant to be of a non-evangelistic, more general nature appealing to a wide audience. Within this general programme content the concept of “development” was a key motivating factor.

In March 1977, as a consequence of the radicalization of the Ethiopian revolution, RVOG was occupied and nationalized by Mengistu Haile Mariam’s Marxist military government. The station then received a new name reflecting its new ideological purpose: “Radio Voice of Revolutionary Ethiopia”. Besides earlier studies by others, the present author’s master’s thesis and forthcoming doctoral thesis deal in greater detail with various aspects of this unique international radio project.<sup>1</sup> However, this article attempts to clarify RVOG’s role and particularly its setting in the “battle for the minds” fought on the busy radio waves over Sub-Saharan Africa in the 1960’s and 1970’s.<sup>2</sup>



<sup>1</sup> Lundgren 1983; Palo 1994, etc.

<sup>2</sup> This article is based on parts of the present author’s master’s thesis (Palo 1994) and doctoral thesis (under preparation).

## International Broadcasting Develops on Short Wave

Since the 1930's radio broadcasts on short wave frequencies have been one of the most efficient means of reaching large masses of people all over the world with media communication. Short wave transmissions are reflected back to Earth from the ionosphere layer surrounding our planet. The short wave signal is thus capable of making several "leaps" of up to thousands of kilometres. This enables the reception of broadcasts originating even from the far side of the globe.<sup>3</sup>

Radio broadcasting for the general public commenced through long and medium wave experimentation in the Americas and Europe in the 1910's and 1920's. By the early 1930's the possibilities offered by the long-distance propagation qualities of short wave were understood. International (or external) broadcasting began in this frequency range.<sup>4</sup>

The European colonial powers started beaming short wave services to their colonies. The Netherlands took the lead in 1927 and France and Britain followed suit. The Soviet Union, Germany, Italy and Japan quickly began proclaiming their totalitarian ideologies on short wave in many languages. In 1939, at the beginning of World War II, over 25 countries were broadcasting programmes for a foreign audience. The war increased the number of countries operating external broadcasting services to more than 55.<sup>5</sup>

In the 1950's radio was challenged by the new medium of television in industrialized countries. At the same time, radio listening began shifting from medium, long and short wave to the newly introduced FM frequency band which offered better reception and sound quality. However, an FM transmitter is only capable of covering a very limited, local area. In order to cover an entire country on FM a dense transmitter network is normally necessary. Like television, FM radio broadcasting spread at first mainly to the industrialized countries which had the resources and know-how to adapt the new technology.<sup>6</sup>

<sup>3</sup> Browne 1982, 1-2, 15-16.

<sup>4</sup> Browne 1982, 48; Franzén 1979, 2; Hemánus & Varis 1979, 73; Nieminen 1982, 40-43; Schmidt 1980, 30.

<sup>5</sup> Binder 1994 (*The New York Times*, 28th August); Browne 1982, 48-50; Nieminen 1982, 43; cf. Kennedy 1979, 71.

<sup>6</sup> Browne 1982, 16.

The move to FM has diminished short wave audiences especially in Western industrialized countries since the 1950's. In developing countries medium wave broadcasts have become increasingly popular. The future of international short wave broadcasting was questioned already in the 1960's, but its predicted end still has not arrived. Particularly in the Third World, including Sub-Saharan Africa, short wave broadcasts have continued to attract a large listenership.<sup>7</sup>

From the 1950's to the 1970's the number of radio listeners in the world grew rapidly, thanks to new inexpensive transistor receivers.<sup>8</sup> This period was also the heyday of short wave broadcasting. By 1978 even half of the African countries were targeting foreign audiences with their "public relations" radio services. However, a more dominant feature was the East-West propaganda warfare of the Cold War. Short wave broadcasters like the Voice of America and Radio Moscow competed by raising their transmitting powers and establishing relay stations in strategic locations around the world to guarantee better reception in their target areas. The East Bloc resorted to jamming Western broadcasters.<sup>9</sup>

The global imbalance in information has also manifested itself strongly in international broadcasting. The industrialized "North" has had the money and the means to dominate the medium, while the underdeveloped "South" has mostly been a passive spectator. Although the coming of independence prompted many Third World countries to begin external broadcasts in the 1950's and 1960's, lacking resources have severely limited their efforts. The undeveloped state of Third World mass media has helped provide a large audience for American and European broadcasts.<sup>10</sup>

<sup>7</sup> LWFBS Report 1963-1969, 91 put it this way: "Post-mortems on shortwave are not overdue; they are overdue. Things look up for shortwave broadcasting, in Africa and Asia especially. The shift to medium wave has proved to be slower than anticipated. Satellite communication has relieved shortwave of heavy loads of international point-to-point traffic. The International Telecommunications Union is working on plans to widen the shortwave bands..."

Cf. RVOG's 1966 views in *Preaching Christ* 1966, 1, 70: "During the next eight to ten years shortwave will have its maximum usefulness, after which most developing countries will have good local medium wave systems, television and possibly satellite television coverage. Shortwave will be put in a poor competitive position compared with these high quality local services."

See also Baglo 1972, 156-158; Binder 1994 (*The New York Times*, 28th August 1994) summarizes: "According to audience surveys, shortwave listenership continues to increase."

<sup>8</sup> For global receiver statistics 1955-1980 see *BBC Annual Report and Handbook* 1982, 50.

<sup>9</sup> Browne 1982, 17-18, 52-55, 98-108, 135-145, 227-230; Fitzgerald 1987, 6, 8; Hemánus & Varis 1979, 129-132; Nieminen 1982, 43-44; Baglo 1972, 19-20; Cousins 1978, 11, 16, 27.

<sup>10</sup> Browne 1974, 175; Browne 1982, 274-277, 290, 293-295; cf. Hemánus & Varis 1979, 140-144.

## The Rise and Heyday of Christian Short Wave Radio

Churches and mission organizations were not slow to recognize the potential of radio broadcasting for spreading the Christian message "even to the ends of the earth". Arthur Gook, a British Protestant missionary, had founded a small radio station in Iceland already in 1927. The local broadcasts were heard all the way in California.<sup>11</sup> In 1931 two significant Christian radio stations went on the air on the old and the new continents. In February 1931 Vatican Radio began operating a five-kilowatt transmitter. On Christmas Day of the same year station HCJB, the Protestant "Voice of the Andes", entered the airwaves from Ecuador with the modest power of 200 watts.<sup>12</sup>

Until the end of the Second World War the Catholic Church was ahead of the Protestants in short wave broadcasting. UNDA, the international Catholic radio and television organization, had been founded already in 1928. Guglielmo Marconi, often considered the "inventor of radio", designed and built the first transmitting facilities of Vatican Radio. Thus the Pope had at his disposal a technically advanced radio station through which his voice could be heard in all the world. In 1939 Vatican Radio was already broadcasting in ten languages.<sup>13</sup>

The Catholic Church also developed broadcasting projects in other parts of the world. In January 1937 Rádio Renascença began regular medium and short wave transmissions in Portugal. During the 1930's Catholic stations were established in Argentina and Brazil.<sup>14</sup>

"Going into all the world and making disciples of all nations" has not been easy for the Church in the post-World War II setting. The population explosion has increased the number of people to be reached. Many countries, particularly Muslim and Communist states, have forbidden or restricted Christian witness and missionary work. In this situation the Evangelical Protestants in the United States began to see a tremendous

<sup>11</sup> Cook 1981, 33-34; Schmidt 1980, 37-38; cf. Cousins (1978, 22): "The first missionary radio station in the world was HCJB". Neither does Kennedy (1979, 71) mention Gook's pioneer station.

<sup>12</sup> Browne 1982, 50, 299; Cook 1981, 64, 68; Kennedy 1979, 71.

<sup>13</sup> Browne 1982, 306; Cushen 1990, 21; Kennedy 1979, 71; Moreira das Neves 1980, 11, 29.

<sup>14</sup> Moreira das Neves 1980, 37, 39, 132.

potential in radio missions. In the words of former Trans World Radio President, Dr. Paul E. Freed,

I believe superpower radio is the only logical means available to the church to reach a majority of the unreached population of the world.<sup>15</sup>

Short wave broadcasts were found capable of penetrating closed frontiers. Religious broadcasts were also discovered to be a means of supporting isolated Christian minorities.<sup>16</sup>

The “transistor revolution” of the post-war decades made radio receivers rapidly a commonplace also in developing countries. The estimated number of radio sets in sub-Saharan Africa (excluding South Africa) grew from 360,000 in 1955 to 4,800,000 in 1965. By 1975 the number had increased to 18.5 million.<sup>17</sup> Certainly not everyone possessed a radio, but in the Third World receiver statistics do not quite reveal the actual number of listeners. Often villagers have bought a common receiver and then crowded around it in the evenings.<sup>18</sup>

The year 1948 was significant for the future of Protestant missionary radio. It was then that the Far East Broadcasting Company (FEBC) began broadcasting from the Philippines. In the same year the planning of the later global missionary radio giant Trans World Radio started. In Cairo, a conference of the Near East Christian Council (NECC) recommended establishing a radio station (this was the first idea leading towards RVOG).

<sup>15</sup> Freed 1979, back cover.

<sup>16</sup> Cook 1981, 35-36; Cousins 1978, 13-17, 85-86; Leine 1963, 145-146, 148-150. Ruud (1977, 47-48) is rather optimistic about radio's potential: “As the Reformation took advantage of the printing press, so mission today can take advantage of the radio. Luther called for self-determination of one's religious belief based on personal confrontation with the Scriptures. A mass-produced and mass-circulated written Word made this possible. The principle is somewhat the same with radio.”

Cousins (1978, 10, 13) also uses the “printing press - radio” analogy. However, he avoids undue triumphalism by writing cautiously about “the opportunities and problems” the audio and video revolution presents to the communication of the Christian faith.

<sup>17</sup> BBC Annual Report and Handbook 1982, 50. Cf. Lundgren 1983, 26; Cousins 1978, 10; Hemánus & Varis 1979, 101-103. LWFBS: RVOG, Report 1957-1963, 10 mentions Africa as a whole having 4.5 million radio sets in 1959 and two years later 6.5 million.

<sup>18</sup> Cousins 1978, 10-11; Leine (1963, 77) writes of up to two hundred Africans crowding around a radio set! Cf. Hydén (1967, 262) says radio receivers were still far too expensive for most Africans in the 1960's. Hydén claims that in Tanzania there were still large areas without any receivers. Furthermore, the technical quality of the cheap transistor receivers was poor, which made listening difficult.

Enthusiastic American students at Wheaton College were about to start the West Africa Broadcasting Association, which later founded radio station ELWA in Liberia.<sup>19</sup>

From 1948 onwards Evangelical short wave stations, most of them operated by organizations based in the United States, have proliferated around the world.<sup>20</sup> According to one estimate, by 1958 there were 25 or 26 privately operated Protestant radio stations and about an equal number of Catholic stations. The combination of missionary zeal and capital made possible the tremendous growth of powerful worldwide station networks.<sup>21</sup>

Sub-Saharan Africa in the first two post-colonial decades was the target of five international Christian short wave stations and numerous secular broadcasters.<sup>22</sup> Vatican Radio's African service was transmitted from Italy. ELWA had been the voice of the Sudan Interior Mission in Liberia since 1954. Then came the Ethiopia-based RVOG in 1963. Two more Evangelical stations were to follow: FEBA started in the Seychelles (1970) and TWR in Swaziland (1974). All these stations beamed programmes in African languages to several target countries.<sup>23</sup>

Catholic radio stations have often displayed a positive, constructive attitude towards society and culture. In addition to religion they have included news, cultural, educational and developmental programmes in their schedule. The ideal has been to base all programming on a Christian understanding of life. Catholic broadcasting has thus provided a service to society at large, especially in Portugal, Spain, Latin America and the Philippines.<sup>24</sup>

<sup>19</sup> Lundgren 1983, 27.

<sup>20</sup> Overviews of the development of international missionary broadcasting are given by Browne 1982, 300; Cousins 1978, 22-29; Franzén 1979, 91-92, Appendix 1; Palo 1993 (Kotimaa, 16th March).

<sup>21</sup> Browne 1982, 300-301; Kennedy 1979, 71-76; Palo 1993.

<sup>22</sup> Browne (1974, 175) estimates that in 1972 "some 40 nations outside of Africa and 19 within Africa were pumping propaganda by radio into and around the continent...The result is a stunning babel of voices..."

<sup>23</sup> Franzén 1979, Appendix (Bilaga) 1; Head 1974, 207-210. **Note:** Radio CORDAC, which operated in 1963-1977 from Burundi, might by stretching one's imagination also be considered a very limited international operation, since it reached some listeners in neighboring countries (Head 1974, 208). WRTH (1965, 150; 1966, 150; 1967, 140; 1968, 152; 1972, 110; 1973, 114; 1974, 119; 1975, 130) information, however, points more to a local service character.

<sup>24</sup> Moreira das Neves 1980, 29, 37-38; cf. Browne (1982, 58 n. 7.) on the Philippine Catholic station Radio Veritas.

In the 1960's and 1970's some Catholic stations began openly criticizing society's evils and

In its attitude towards society and culture, the Ethiopia-based Lutheran/ecumenical RVOG's programme philosophy was somewhat similar to many Catholic broadcasters. However, most of the other Protestant stations made evangelistic preaching the rule of their programme policy. Often other kinds of programmes have been ignored or only used as "bait" for attracting converts. The result has been that mainly a narrow, already Christian audience has been reached. Whether this really is "missionary broadcasting" has been questioned.<sup>25</sup>

*James C. King* has observed that while several states' external broadcasts specialized in propaganda, the Evangelical stations have concentrated on propagating "a theological view of a depraved world doomed to destruction unless immediate and total conversion to a fundamentalist theology is forthcoming". King comments that Christian stations broadcasting to Third World countries ought to recognize also other responsibilities than evangelism, namely in the areas of education, health and agriculture. This is just what RVOG sought to do.<sup>26</sup>

The reasons for the aggressively evangelistic programme policy practiced by most Protestant short wave broadcasters since the 1930's have been partly economical, partly theological. Many stations have depended for much of their financing on selling air-time to American radio evangelists. But many have also believed that God calls people to salvation only through direct evangelism. Spending money on non-religious programmes would thus be "bad stewardship".<sup>27</sup>

---

injustices, becoming an opposition voice in dictatorships. Challenging those in power has now and then resulted in the closure and destruction of stations by authorities. Moore (1994, 15-18) describes Bolivia's Catholic stations' clashes with military authorities. In Portugal, Rádio Renascença played a key role in starting the 1974 revolution. However, Moreira das Neves (1980, 106) condemns this.

<sup>25</sup> Browne 1982, 308-309; Cousins 1978, 17-18, 68-69, 113, 116-117; Palo 1993. According to Kennedy (1980, chapter "Who Do You Think You're Talking to", 11) many of the evangelistic programmes broadcast to an international audience have been syndicated American evangelistic "shows" made for a U.S. audience. The cultural relevance of such programmes is doubtful.

<sup>26</sup> King 1973, 248-249. Cf. Browne 1982, 34; Binder 1994 (The New York Times, 28th August) interviewing BBC World Service's audience research director: "The cold war was the field of struggle for ideologies...Mr. Mytton said echoes of the effort to persuade by broadcast may still be found in the programs of five evangelical Christian stations..." Cousins (1978, 127) criticizes "western evangelical/fundamentalist" preaching programmes for proclaiming the "western capitalist middle-class nature of the Christian message and its utter irrelevance to the problems of the twentieth century or the Third World".

<sup>27</sup> Browne 1982, 302; Cousins 1978, 68-69, 119; Kennedy 1980, 10-11. Cf. Baglo 1972, 130-131.





## Ethiopia:

### Radio Voice of the Gospel and the National Broadcasting Scene

In 1972 it was estimated that over 90 percent of Ethiopia's twenty-five-million population was still illiterate. In such a situation radio had quite understandably become the country's most important medium of communication, as was common for most Third World countries. RVOG's Report on Audience Research in Ethiopia claimed that radio was "the single medium which government uses to inform and maintain the status quo as well as to interpret its administrative policy". To be more accurate, the two official daily newspapers *Addis Zemen* (Amharic) and *The Ethiopian Herald* (English) as well as television broadcasts in the Addis Ababa area should also have been mentioned. Nevertheless, it remains true that the printed word and television only reached a very small élite group (see Tables 1 and 2 below). Radio was Ethiopia's only real *mass* media, but due to the country's extreme poverty and linguistic diversity (over 80 languages!) even it was unable to reach the entire population.<sup>28</sup>

**Table 1: The circulation of Ethiopia's two main daily newspapers in the years 1966 and 1974<sup>29</sup>**

	<u>1966</u>	<u>1974</u>
Addis Zemen	10,000	28,000
The Ethiopian Herald	6,000	8,000

<sup>28</sup> Negusse Haptewold 1969, 1, 2; Audience Research 1972, 27; Negussie Teffera 1986, 19, 67-69, 72, 79, 119; Bahru Zewde 1991, 200.

<sup>29</sup> Negussie Teffera 1986, 67.

**Table 2: The approximate number of radio and television receivers in Ethiopia in 1955, 1961, 1965 and 1973<sup>30</sup>**

	radio receiver	TV sets	population
1955	12,000 (ca.)	-	-
1961	305,000*	-	18,000,000
1965	300,000*	2,000	21,000,000
1973	175,000*	20,000	25,900,000

\* These figures seem rather uncertain, especially the dramatic fall in the number of radio receivers in 1973. Cf. below in Table 3. the government estimate that in 1970 there were 500,000 receivers in Ethiopia!

Broadcasting had practically been a government monopoly in Ethiopia until the Lutheran World Federation Broadcasting Service (LWFBS) was granted a station franchise in 1959. The only other exception to the rule was the Armed Forces Radio and Television Service which had operated low-power radio (medium wave and FM) and television transmitters serving United States military personnel in Eritrea since the early 1950's. The main national broadcaster was the Ethiopian Broadcasting Service (EBS), also known as Radio Addis Ababa, Radio Ethiopia or Voice of Ethiopia.<sup>31</sup> The development of broadcasting in Ethiopia is outlined in the following chronological table.

**Table 3: Broadcasting in Ethiopia, 1935-1974<sup>32</sup>**

1935	Irregular radio broadcasting begins on 7th September. Emperor Haile Selassie's first appeal to the world for assistance against the Italian invasion is carried on 13th September.
------	--

<sup>30</sup> WRTH 1956, 22; WRTH 1962, 112; WRTH 1966, 70; WRTH 1974, 405; Negussie Teffera 1986, 79.

<sup>31</sup> WRTH 1956, 80, 148; Preaching Christ 1966, 70; WRTH 1966, 272; WRTH 1972, 114; WRTH 1973, 118; WRTH 1974, 123, 291; Negussie Teffera 1986, 76.

<sup>32</sup> Preaching Christ 1966, 70; Negusse Haptewold 1969, 1-2, 4-5; Head 1974, 38-40; Lundgren 1983, 109, App. II 1-3; Lundgren 1984, 78; Negussie Teffera 1986, 47-49, 73-83; WRTH 1956, 80; WRTH 1962, 112; WRTH 1963, 121; WRTH 1965, 153; WRTH 1966, 153, 258; WRTH 1967, 143; WRTH 1968, 155; WRTH 1972, 114; WRTH 1973, 117; WRTH 1974, 122.

- 1937 An Italian radio station in Addis Ababa goes on the air on 9th May. A system of loudspeakers for the diffusion of propaganda by radio is installed in Addis Ababa.
- 1941 The Italian occupation of Ethiopia ends. Haile Selassie's government starts Ethiopia's first regular radio broadcasts with a 2.5 kW short wave transmitter. Programmes are soon produced in Amharic, English, Arabic and Somali.
- 1942 The Press and Information Department is established in the Ministry of the Pen and becomes responsible for radio programming. Ten years later the department is transferred to the Ministry of Finance.
- 1953 A 7.5 kW short wave transmitter left by the Italian forces in 1941 is repaired and begins carrying Radio Addis Ababa programmes.
- 1955 Professional studio equipment is installed at Radio Addis Ababa. Most people hear the broadcasts through government public address systems installed in the central squares of most administrative regions and in various parts of Addis Ababa.  
- Radio Addis Ababa (using the call letters ETHA) transmits on three short wave frequencies with low power (1 kW, 2.5 kW and 7.5 kW). "Foreign service" broadcasts in English and Arabic are beamed to Europe with the 7.5 kW transmitter. (WRTH 1956)
- 1957 A broadcasting technical assistance agreement is signed with the United States' government.
- 1958 All public telegraph, telephone and radio facilities are placed in the hands of the Imperial Board of Telecommunications of Ethiopia (IBTE).

- 1959 The new Ministry of Information begins receiving an annual budget.  
- *On 27th November the LWF is granted a franchise to build and operate a Christian radio station.*
- 1960 Two short wave transmitters (each 10 kW) are installed as part of the United States technical assistance agreement. Besides expanding its local programmes, Radio Addis Ababa begins regular transmissions to West and Northwest Africa and Western Europe in English and French, to North Africa and the Middle East in Arabic and to Central and East Africa in Swahili. These external broadcasts are discontinued after a year (according to Head; WRTH information contradicts this) “in the interest of consolidating and expanding local programmes” (according to Negusse Haptewold).
- 1961 The government installs Ethiopia’s first medium wave radio transmitter (1 kW). - Radio Addis Ababa’s International Service transmits in English to the Middle East, to Europe and to West Africa on short wave with an increased power of 20 kW (WRTH 1962).  
- An agreement is signed between the Ministry of Information and the IBTE, according to which the IBTE shall handle all technical aspects of broadcasting, whereas the programming and production remain the responsibility of the Ministry.  
- *On 15th February the LWF and the IBTE sign a station contract establishing RVOG. Test broadcasts (1 kW) on short wave begin on 30th October.*
- 1962 According to WRTH 1963 Radio Addis Ababa’s International Service (20 kW) still transmits in Arabic, English and French to the earlier mentioned target areas.
- 1963 The EBS radio training school is established in cooperation

with the government of the Federal Republic of Germany.

- *RVOG's first 100 kW transmitter starts regular short wave broadcasts on 26th February. In addition to the programmes in various languages to foreign target areas RVOG broadcasts a half-hour Amharic programme to Ethiopia on short wave. The second 100 kW short wave transmitter is in operation from 5th May. In September RVOG begins a local medium wave service (1 kW) with Amharic and English evening programming for the Addis Ababa area.*

1964            The first EBS high-power short wave radio facility (100 kW) is installed. - According to WRTH 1965 the International Service of Radio Addis Ababa still continues in Arabic, English and French to the earlier mentioned target areas, but with only 10 kW.

- The Ethiopian Television Service begins broadcasting on 2nd November in Addis Ababa. The TV coverage area is limited to a radius of about 50 kilometres. The number of TV sets in Addis Ababa is ca. 500 - two years later over 5000. The TV service begins with a staff of 29.

- *RVOG increases its daily programme time in Amharic to Ethiopia on short wave to 45 minutes.*

1965            Radio Addis Ababa is renamed "Radio Ethiopia".

- In October the Ministry of Education in cooperation with the Ethiopian Television Service commences educational TV programmes to schools in Addis Ababa and the surrounding areas.

1966            The United States supply the EBS with two powerful medium wave radio transmitters (100 kW each) which are located in Addis Ababa and Harar. A third 50 kW medium wave transmitter begins operation in Asmara. The domestic coverage and reception quality of Radio Ethiopia improves greatly.

- Radio Ethiopia's International Service is no longer mentioned in the WRTH 1967 listings.
  - *RVOG has 165 station employees, of whom 30 are expatriates.*
- 1969      Radio Ethiopia's technical facilities in use: two 10 kW and three 100 kW shortwave transmitters, two 100 kW and one 50 kW medium wave transmitters, located in Addis Ababa, Harar and Asmara. More medium wave stations are planned. Six broadcast languages: Amharic, English, Somali, Arabic, French and Afar. Programming 17 hours a day. Staff: 102 permanent employees. Experimental educational radio programmes are to be launched in October.
- The Ethiopian Television Service has 50 staff members.
- 1970      The government estimates that its radio broadcasts are reaching an audience of approximately 5 million, roughly 20 percent of the total population. The number of receivers in use is estimated at 500,000. (Cf. Table 2 above.)
- With the departure of its West German teaching staff the radio training school in Addis Ababa closes. The facilities are turned over to regular EBS production functions.
  - *RVOG increases its daily programme time in Amharic to Ethiopia on short wave to 1 hour. RVOG's Addis Ababa medium wave service broadcasts 6.5 hours per day in three languages: Amharic (2 h 15 min), English and French.*
- 1972      *RVOG's audience research points to about 25 percent of Ethiopia's population listening daily to its Amharic broadcasts. (Lundgren 1984)*
- 1973      Radio Ethiopia's domestic service broadcasts in Amharic, English, Somali, Arabic, Afar, *Galegna*, *Tigre* and *Tigregna* (WRTH 1974).
- 1974      The Ethiopian Television Service has about 100 employees.

In 1969 *Negusse Haptewold*, General Manager of the EBS, lectured at a RVOG studio directors' conference on "The History and Development of the Ethiopian Broadcasting Service". He said that in developing countries like Ethiopia radio broadcasting had a significant role to play in creating a sense of national unity and cohesion as well as in supporting governments' development programmes in the fields of education, public health, agriculture, community development, etc. Informational and educational broadcasts for both adults and children were vital for achieving the government's goal of "broad general economic progress" for Ethiopia. Neither should entertainment be overlooked, since it attracted listeners to the station and broadened their view of the outside world. Radio was seen as the best instrument for reaching a largely illiterate population scattered over vast areas. The official newspaper *Negarit Gazeta* had defined the purpose of the EBS as "to establish, maintain and operate Radio and Television broadcasting facilities within the empire in the interest of providing educational, informational and entertainment programming of such nature as will best serve the public interest."<sup>33</sup>

In the case of the EBS, "public interest" was in fact always interpreted as being synonymous with the emperor's interest. Before concluding his lecture *Negusse Haptewold* did not forget to praise his ruler – he made it clear that broadcasting was a part of "the broad spectrum of progress initiated and guided by His Imperial Majesty Haile Selassie I".<sup>34</sup> Until 1974 the Ethiopian media, radio included, could well be described as a massive public relations exercise praising the achievements of the emperor. Strict censorship by the Ministry of Information saw to it that the media did not deal with any controversial matters such as unemployment, demonstrations and strikes, the cost of living and price increases, land tenure, tenancy and land tax, the misuse of development funds raised from voluntary contributions, etc. The widespread corruption and delicate political issues were taboos.<sup>35</sup>

In 1986 *Negussie Teffera*, an Ethiopian journalism scholar critical of the Haile Selassie régime, assessed the development of Radio Ethiopia up to 1974:

<sup>33</sup> *Negusse Haptewold* 1969, 1-4.

<sup>34</sup> *Negusse Haptewold* 1969, 6.

<sup>35</sup> *Barton* 1979, 256-262; *Negussie Teffera* 1986, 52-54, 56-63.

With improved facilities, expanded staff, and with the help of a specialised radio training school within the Ministry and advisers from abroad, Radio Ethiopia rapidly adopted more sophisticated concepts of programming, and production and began to be the most important organ of information and education, as well as effective propaganda machine in the Haile Selassie Empire.<sup>36</sup>

It is fair enough to say that the pre-1974 EBS was concerned with the great issues of development and education, as its efforts in educational broadcasting demonstrate. However, these issues were difficult to tackle when at the same time defending an authoritarian form of government that contributed to the social and economic backwardness of the country.

It is interesting to note the positive remarks about RVOG with which the general manager of the EBS ended his 1969 lecture:

...the establishment and existence of the Radio Voice of the Gospel has made immense contributions to the educational needs of the people of the host country. It not only supplements the efforts of the EBS but sometimes even surpasses that effort in its service to our people. It has also become a contributing factor to the evolution and progress that the EBS is making. This healthy competition between Radio Voice of the Gospel and the EBS, I can assure you, is very much welcome by the programme staff of Radio Ethiopia – since we have both one major objective, one major goal – the cultural and educational enlightenment of the Ethiopian people.<sup>37</sup>

Negussie Teffera also recognized – although rather vaguely for someone who had worked as a senior editor at the station – that RVOG “played a vital role” in the Ethiopian mass media scene, despite its priority being international broadcasting.<sup>38</sup> RVOG was the only domestic competitor

<sup>36</sup> Negussie Teffera 1986, 75.

<sup>37</sup> Negusse Haptewold 1969, 6.

<sup>38</sup> Negussie Teffera 1986, 76-77.



challenging the EBS. In terms of daily broadcast hours in Ethiopian languages RVOG lagged far behind, but regarding broadcast coverage of the country and production quality the comparison was favourable. Whether RVOG ever actually reached a larger audience than the EBS (see Table 3: 1970, 1972) may be questioned, but it is a fact that with its varied programming and renowned news service RVOG attained a wide listenership in its host country. RVOG also enjoyed good relations with the imperial government.<sup>39</sup>



Broadcast Schedule				Broadcast Schedule			
Year	Day	Language	Programme	Year	Day	Language	Programme
1963-1964	Monday	Amharic	Religious	1963-1964	Monday	Amharic	Religious
1963-1964	Tuesday	Amharic	Religious	1963-1964	Tuesday	Amharic	Religious
1963-1964	Wednesday	Amharic	Religious	1963-1964	Wednesday	Amharic	Religious
1963-1964	Thursday	Amharic	Religious	1963-1964	Thursday	Amharic	Religious
1963-1964	Friday	Amharic	Religious	1963-1964	Friday	Amharic	Religious
1963-1964	Saturday	Amharic	Religious	1963-1964	Saturday	Amharic	Religious
1963-1964	Sunday	Amharic	Religious	1963-1964	Sunday	Amharic	Religious
1963-1964	Monday	Amharic	Religious	1963-1964	Monday	Amharic	Religious
1963-1964	Tuesday	Amharic	Religious	1963-1964	Tuesday	Amharic	Religious
1963-1964	Wednesday	Amharic	Religious	1963-1964	Wednesday	Amharic	Religious
1963-1964	Thursday	Amharic	Religious	1963-1964	Thursday	Amharic	Religious
1963-1964	Friday	Amharic	Religious	1963-1964	Friday	Amharic	Religious
1963-1964	Saturday	Amharic	Religious	1963-1964	Saturday	Amharic	Religious
1963-1964	Sunday	Amharic	Religious	1963-1964	Sunday	Amharic	Religious
1963-1964	Monday	Amharic	Religious	1963-1964	Monday	Amharic	Religious
1963-1964	Tuesday	Amharic	Religious	1963-1964	Tuesday	Amharic	Religious
1963-1964	Wednesday	Amharic	Religious	1963-1964	Wednesday	Amharic	Religious
1963-1964	Thursday	Amharic	Religious	1963-1964	Thursday	Amharic	Religious
1963-1964	Friday	Amharic	Religious	1963-1964	Friday	Amharic	Religious
1963-1964	Saturday	Amharic	Religious	1963-1964	Saturday	Amharic	Religious
1963-1964	Sunday	Amharic	Religious	1963-1964	Sunday	Amharic	Religious
1963-1964	Monday	Amharic	Religious	1963-1964	Monday	Amharic	Religious
1963-1964	Tuesday	Amharic	Religious	1963-1964	Tuesday	Amharic	Religious
1963-1964	Wednesday	Amharic	Religious	1963-1964	Wednesday	Amharic	Religious
1963-1964	Thursday	Amharic	Religious	1963-1964	Thursday	Amharic	Religious
1963-1964	Friday	Amharic	Religious	1963-1964	Friday	Amharic	Religious
1963-1964	Saturday	Amharic	Religious	1963-1964	Saturday	Amharic	Religious
1963-1964	Sunday	Amharic	Religious	1963-1964	Sunday	Amharic	Religious

Radio Voice of the Gospel, Box 654, Addis Ababa

Broadcast Schedule		Broadcast Schedule	
1963-1964	Monday	Amharic	Religious
1963-1964	Tuesday	Amharic	Religious
1963-1964	Wednesday	Amharic	Religious
1963-1964	Thursday	Amharic	Religious
1963-1964	Friday	Amharic	Religious
1963-1964	Saturday	Amharic	Religious
1963-1964	Sunday	Amharic	Religious
1963-1964	Monday	Amharic	Religious
1963-1964	Tuesday	Amharic	Religious
1963-1964	Wednesday	Amharic	Religious
1963-1964	Thursday	Amharic	Religious
1963-1964	Friday	Amharic	Religious
1963-1964	Saturday	Amharic	Religious
1963-1964	Sunday	Amharic	Religious
1963-1964	Monday	Amharic	Religious
1963-1964	Tuesday	Amharic	Religious
1963-1964	Wednesday	Amharic	Religious
1963-1964	Thursday	Amharic	Religious
1963-1964	Friday	Amharic	Religious
1963-1964	Saturday	Amharic	Religious
1963-1964	Sunday	Amharic	Religious

Radio Voice of the Gospel, Box 654, Addis Ababa



<sup>39</sup> Audience Research 1972, 16-18, 24-25, Part IV - Tables, Section 1, Question 4; Lundgren 1983, 112, 230.

## International Broadcasting Made in Africa

The wave of decolonization that swept over Africa in the 1950's and 1960's coincided with the "transistor revolution". As more affordable receivers became increasingly common in Africa radio broadcasting became the primary medium of mass communication in the newly independent states. Television was still a newcomer and only reached a small minority of African populations. Governments quickly realized radio's usefulness in nation building and began acquiring new, powerful transmitters. Domestic programme production largely replaced relays of the former colonial powers. With few exceptions broadcasting became a government monopoly in the new states.<sup>40</sup>

In 1960 external service broadcasts were beamed to foreign audiences from less than ten African countries. Soon, however, the nationalist feeling awakened in the new states manifested itself in the governments' eagerness to make their existence and views known abroad. Like the new national anthem and flag, the acquisition of a hundred-kilowatt short wave transmitter became a symbol of national independence. Several new African external services appeared on short wave.<sup>41</sup>

The following chronological table places RVOG and other missionary broadcasters in the larger context of the development of international broadcasting in Africa.



<sup>40</sup> Maclin 1967, 1-2; Stenman 1972, 133; BBC ARH 1982, 50; Lundgren 1983, 26; Parviainen 1996, 95, 96.

<sup>41</sup> Stenman 1972, 133; Jacobs 1979, 36; Mäntylä 1982, 168, 170; Cushen 1990, 18; Parviainen 1996, 93.

**Table 4: International Short Wave Broadcasts from African Countries, 1954-1974<sup>42</sup>**

NOTE: FS = foreign/external/international service  
 HS = home/domestic service  
 H = number of programme hours per day  
 L = number of languages broadcast  
 P = transmitting power in kilowatts (kW)  
 T = target areas to which transmissions are beamed

(Christian missionary radio stations in *italics!*)

- 1954 *LIBERIA: The Sudan Interior Mission opens radio station ELWA. By 1955 it broadcasts in English, French, Arabic, Hausa, Yoruba, etc. T: West Africa / L: 5+ / H: ca. 6 / P: 10 kW*  
*TANGIER (INTERNATIONAL ZONE): "The Voice of Tangier" (later Trans World Radio) begins evangelistic broadcasts to Europe. The station is closed by the Moroccan government by the end of 1959. - In 1955: T: Europe / L: 7 / H: 3+ / P: 1 x 2.5 kW, 1 x 10 kW*
- 1955 EGYPT: The state-run Egyptian Broadcasting Service operates an extensive FS, Radio Cairo.  
 T: 5 continents / L: 12 (1965: 27 - 1973: 33) / H: 20 (1965: 33 - 1973: 45) / P: 100, 50, 40 kW
- ETHIOPIA: The state-run Radio Addis Ababa operates a small "foreign service" in Arabic and English.  
 T: Europe / L: 2 / H: 3.5 / P: 7.5 kW
- MOZAMBIQUE: Rádio Clube de Moçambique carries a pop-

<sup>42</sup> Kennedy 1979, 71; Lundgren 1983, 109; Kivikuru 1989, 51; WRTH 1956, 76-87; WRTH 1962, 108-122; WRTH 1963, 116-132; WRTH 1965, 146-165; WRTH 1966, 148-166; WRTH 1967, 138-154; WRTH 1968, 150-166; WRTH 1972, 105-131; WRTH 1973, 111-135; WRTH 1974, 115-139.

ular commercial FS, “Lourenço Marques Radio”, in English (and by 1961 also Afrikaans).

T: Southern Africa / L: 2 / H: 17 / P: 7.5 kW

SENEGAL (FRENCH WEST AFRICA): Radiodiffusion Federale AOF, Dakar broadcasts FS programmes in English and Portuguese on its HS transmitters. T: West

Africa / L: 2 / H: 0.5 (twice a week) / P: 25 kW, 4 kW

TANGIER (INTERNATIONAL ZONE): The Voice of America relay station broadcasts around the clock in various languages. T: Europe, Middle East / L: many / H: over 24 h / P: 100 kW, 50 kW, 35 kW

- The private commercial broadcaster Radio-Africa-Tanger starts “Radio Eurafrika”. T: Europe / L: 8 / H: 9. *The service additionally carries IBRA Radio’s evangelistic programmes. The station is closed by the Moroccan government by the end of 1959. IBRA:*

*T: Europe / L: 8 / H: 5+ / P: 20 kW, 10 kW, 5 kW*

UNION OF SOUTH AFRICA: The South African Broadcasting Corporation’s (SABC) Africa Service broadcasts in English and Afrikaans.

T: Africa / L: 2 / H: 10.5 / P: less than 20 kW?

1960 ETHIOPIA: Radio Addis Ababa’s new transmitters carry FS programmes. By 1964 (perhaps already by 1961?) the FS is discontinued. (See Table 3: 1960-1966) T: Middle East, Europe, West Africa / L: 4 / H: 2.5 (1963) / P: 2 x 10 kW

1961 CONGO, REPUBLIC OF THE (LEOPOLDVILLE): The state-run Radiodiffusion Congolaise operates a FS carrying news in English, French, German, Italian and Spanish. By 1964 these broadcasts had ceased, probably because of the Con-

go crisis. T: Africa, Europe, Asia, Oceania, "Western Hemisphere" / L: 5 / H: 9 / P: 50 kW

GHANA: The state-run Ghana Broadcasting System operates a new, powerful FS in Arabic, English, French, Hausa, Portuguese and Swahili.

T: Africa, Europe / L: 6 / H: 12 / P: 4 x 100 kW

*LIBERIA: ELWA broadcasts with increased power. T West, Central, East and North Africa, Middle East, North America / L: 10+ / H: almost 20 / P: 50 kW, 10 kW (by 1971: 2 x 50 kW, 2 x 10 kW)*

MOROCCO: The state-run Radiodiffusion Marocaine broadcasts Arabic HS relays and FS in French and English (from 1962 also Wolof). T: Africa, Middle East/L:4 (1962) / H: ca. 17 hours / P: 1 x 100 kW, 2 x 50 kW

SENEGAL: The state-run Radiodiffusion du Senegal broadcasts a short FS programme to Europe twice a week on a new, powerful transmitter. By 1964 the broadcasts to Europe have ended and the transmitter carries Radio Senegal's "International Network" to West Africa mainly in French but including English.

T: Europe, by 1964 only West Africa / L: 2 / H: 15 min twice a week, by 1964: 17 hours daily / P: 100 kW

TUNISIA: The state-run Radiodiffusion Tunisienn broadcasts a two-hour daily Arabic FS. By 1962 the service relays Arabic HS programming. T: North Africa, Middle East / L: 1 / H: 2 (1962: 12.5 - 1964: 21) / P: 50 kW

1962

IVORY COAST: Radio Abidjan begins a FS broadcasting in French and English.

T: West Africa / L: 2 / H: 7.5 / P: 100 kW

LIBERIA: The Voice of America (VOA) opens a relay station carrying its English, French and Swahili programmes. T: Africa / L: 3 / H: 12 / P: 50 kW

1962 NIGERIA: The Nigeria Broadcasting Corporation starts its FS, the Voice of Nigeria. Programmes are first in English and French. By 1964 Arabic and Hausa are added. T: West and Central Africa - by 1964 all Africa, Middle East/L: 2 (1964: 4) /H: 2 (1964: 7)/P: 2 x 100 kW

SOUTH AFRICA: The SABC Africa Service broadcasts in English, Afrikaans and French.

T: Africa / L: 3 / H: 12+ / P: 2 x 20 kW

1963 *ETHIOPIA: RVOG begins broadcasting. T: Africa, Middle*

*East, South Asia / L: 8 (1974: 13) / H: 7.5 (1974: ca. 15 / P: 2 x 100 kW*

1964 ALGERIA: State radio begins HS relays (Arabic, French, Kabyl) on short wave. T: North Africa, Middle East, Europe/L: 3 / H: 40.5/P: 50 kW

LIBERIA: The VOA relay station increases transmitting power and adds Arabic to its broadcast languages. (Amharic added in 1965). T: Africa / L: 4 (1965: 5)/H: almost 18/P: 250 kW, 50 kW; by 1971: 6 x 250 kW, 2 x 50 kW

TANGANYIKA: Radio Tanganyika broadcasts a daily FS programme in English on its HS transmitters. T: Africa / L: 1 / H: 1 / P: 1 x 20 kW, 1 x 5 kW

1965 ALGERIA: State radio begins FS in English and Spanish. T: Europe / L: 2 / H: 1 / P: 2 x 50 kW

CONGO, DEMOCRATIC REPUBLIC OF THE (LEOPOLDVILLE): The government's regional station Radio Interprovinciale du Katanga begins a FS in French, called "La Voix de la Fraternité Africaine" (The Voice of African Brotherhood). T: Africa / L: 1 / H: 3 / P: 10 kW

GHANA: Ghana Broadcasting System's FS gets two 250 kW transmitters. Transmissions are extended to new target areas. Bambara (to West Africa) is a new broadcast language. T: Africa, Europe, the Americas, Australasia, Far East/L: 7 / H: 45 / P: 2 x 250 kW, 4 x 100 kW

1971

LIBERIA: The BBC West African Relay Station begins to carry programmes in English, French and Hausa. By 1971 the service is discontinued.

T: West Africa / L: 3 / H: almost 10 / P: 10 kW

MALAGASY REPUBLIC (MADAGASCAR): The state radio begins testing a FS in French and English.

T: West Africa, Europe / L: 2 / H: 1 / P: 100 kW

MOZAMBIQUE: Lourenço Marques Radio's new, powerful transmitter broadcasts around the clock in English and Afrikaans. T: Southern Africa / L: 2/H: 24/P: 100 kW, 5 kW

1965

RWANDA: Deutsche Welle Relay Station Africa in Kigali begins operation, broadcasting in German, English, French, Amharic, Hausa and Swahili. T: Africa / L: 6 / H: 12.5 / P: 1 x 250 kW

TANZANIA: Radio Tanzania broadcasts FS programmes in English, Portuguese, Sena, Zulu and Herero on a HS transmitter. T: Southern Africa/L: 5/H: 1 h 15 min/P: 1 x 20 kW

1966 ASCENSION ISLAND: The BBC South Atlantic Relay Station starts with broadcasts in English, French and Hausa. Portuguese and Spanish are added in 1967.

T: Africa, Latin America (1967) / L: 3 (1967: 5) / H: 5 (1967: 24) / P: 4 x 250 kW

CONGO, DEMOCRATIC REPUBLIC OF THE (KINSHASA):

“La Voix de la Fraternité Africaine” broadcasts in French, Swahili and English on Radio Lubumbashi’s new, power fultransmitter. Portuguese programmes begin in 1967.

T: Africa / L: 4 (1967) / H: 6 / P: 100 kW

SOUTH AFRICA: The SABC’s FS, now called “Radio RSA - the Voice of South Africa” gets two new high-power transmitters. Programmes are broadcast in English, Afrikaans, French, Portuguese, Zulu and Swahili. T: all Africa, Middle East, Europe, North America / L: 6 / H: 20 / P: 2 x 250 kW, 2 x 20 kW

1967

BOTSWANA:

The BBC Central African Relay Station begins broadcasting in English. This relay ends by the early 1970’s. T: Southern Africa / L: 1 / H: 11 / P: 10 kW

SOUTH AFRICA:

Radio RSA adds 2 high-power transmitters and begins broadcasts in Dutch and German. T: (see 1966) / L: 8 / H: 25 / P: 4 x 250 kW

TANZANIA:

Radio Tanzania gets a high-power transmitter and increases FS broadcasts (in English, Comoro, Shona, Ndebele, Portuguese, Sena, Zulu, Ovambo, Herero). T: Southern Africa / L: 9 / H: 2 / P: 1 x 100 kW



- 1970            **SEYCHELLES:**  
 FEBA (Far East Broadcasting Association) starts broadcasting. T: South Asia, Middle East / L: 11 (by 1971) / H: 9.5 / P: 30 kW
- 1971            **MALAGASY REPUBLIC (MADAGASCAR):**  
 Radio Nederland Wereld-omroep's new relay station carries Arabic, Dutch, English, French and Indonesian programmes. T: Africa, Australia, South and Southeast Asia, Middle East / L: 5 / H: 21 (1973) / P: 2 x 300 kW
- MALAWI:** The Malawi Broadcasting Corporation begins FS programmes in English and Chichewa. T: Southern Africa / L: 2 / H: ca. 6 / P: 100 kW
- 1971            **MALI:**  
 The state-run Radio Mali operates a FS in French, English and Spanish. The service seems to have ended by 1973. T: East and South Africa, Madagascar, Asia, Europe, the Americas / L: 3 / H: 1 / P: 100 kW
- MOROCCO:**  
 Radiodiffusion Marocaine's FS broadcasts in Arabic, English, French and Spanish. T: West, North and Equatorial Africa, Middle East, South America / L: 4 / H: 27 / P: 100 kW, 50 kW
- RWANDA:** Deutsche Welle's relay station now has a second high-power transmitter. T: Africa / L: 6 / H: 36+ / P: 2 x 250 kW
- SOUTH AFRICA:** Radio RSA increases its transmission power. T: Australia, New Zealand, Africa, Middle East, Europe, North America / L: 9 / H: 27+ / P: 4 x 250 kW, 2 x 100 kW

SUDAN: The state-run Radio Omdurman broadcasts FS programmes in Somali dialects, Arabic and English. T: Somalia, Southern Sudan / L: 3 / H: 3 / P: 1 x 120 kW, 1 x 20 kW

TANZANIA: Radio Tanzania's FS broadcasts in English, Nyanja and Portuguese. T: Southern Africa / L: 3 / H: 6+ / P: 100 kW, 10 kW

TUNISIA: Radiodiffusion Tunisienne relays its Arabic HS with increased transmitter power. T: Middle East, North Africa / L: 1 / H: 19 / P: 1 x 100 kW, 2 x 50 kW; by 1972: 3 x 100 kW, 1 x 50 kW

1972

ALGERIA: State radio broadcasts the politically subversive programmes "Voice of Palestine Revolution" (Arabic, 1 hour daily) and "A Voz da Liberdade" (The Voice of Freedom, Portuguese, 20 minutes daily), the latter to Portugal.

- Algeria's own FS programmes are broadcast in Arabic and French. T: Arab world, Middle East, West Africa / L: 2 / H: 5 / P: 120 kW, 100 kW

CONGO, PEOPLE'S REPUBLIC OF THE (BRAZZAVILLE): The legendary Radio Brazzaville, which had begun as the "Free France" station during World War II and later carried France's FS programming (ORTF) in French, English and Portuguese, ceases operation. T: Africa, Far East / L: 3 / H: 0 / P: 50 kW

LIBYA:

The state-run Libyan Broadcasting Service begins FS broadcasts in Arabic. T: Palestine / L: 1 / H: 0.5 / P: 100 kW

SWAZILAND: Swaziland Commercial Radio begins FS broadcasts in English. T: South Africa / L: 1 / H: 18 / P: 1 x 10 kW

1973

CONGO, PEOPLE'S REPUBLIC OF THE (BRAZZAVILLE):  
The state radio "La Voix de la Révolution Congolaise" broadcasts programmes in Portuguese and vernacular languages on former Radio Brazzaville transmitters. T: Angola / L: 2+ / H: 0.5 / P: 50 kW

GUINEA: Radiodiffusion Nationale ("La Voix de la Révolution") has occasional FS broadcasts in English, Portuguese and Arabic. T: West Africa / L: 3 / H: irregular / P: 100 kW

MOROCCO:

Radiodiffusion Marocaine carries the "Voice of Truth", a politically subversive programme in Arabic to Libya, one hour a day. - The Arabic HS relays continue, but the foreign-language short wave service has ceased. T: North Africa, Middle East / L: 1 / H: 22 / P: 100 kW, 50 kW

SEYCHELLES:

FEBA gets a more powerful transmitter. T: South Asia, Middle East / L: 14 / H: 10.5 / P: 1 x 50 kW, 1 x 30 kW, 1 x 3 kW

SOMALIA:

Radio Mogadishu broadcasts FS programmes in Italian, English, Afar, Amharic, Swahili, Galla and Arabic. T: neighbouring countries/L: 7/H: almost 3/P: 50 kW, 5 kW

TANZANIA:

Radio Tanzania's FS broadcasts in English, Portuguese, French, Afrikaans and vernacular languages. (Liberation movements' programmes are carried.) T: East, Central and Southern Africa/L: 5+ / H: 7.5/P: 1 x 50 kW, 1 x 10 kW

ZAIRE: The state radio La Voix du Zaire's HS includes a

FS programme in Portuguese and vernacular languages. T: Angola / L: 2+ / H: 0.5 / P: 100 kW

ZAMBIA: The state-run Radio Zambia begins a FS with programmes in English, Afrikaans, Portuguese and vernacular languages. T: Southern Africa/L: 4+/H: over 5.5/P: 2 x 50 kW

1974 *SWAZILAND: Trans World Radio begins transmitting. T: Africa/L: various /H: ?/P: 4 x 30 kW*

Table 4 above demonstrates how external service broadcasting on short wave experienced tremendous growth in Africa in the 1960's and 1970's. The founding of RVOG was no isolated phenomenon, but occurred in an era when states, liberation movements, religious organizations and even some commercial enterprises became strongly involved in short wave broadcasting. *Donald R. Browne* has estimated that in 1972 there were 19 African nations and additionally about 40 nations on other continents "pumping propaganda by radio into and around the continent", the result being "a stunning babel of voices".<sup>43</sup>

Behind these endeavours were four main groups of broadcasters with widely varying objectives (see Table 5).

**Table 5: Main groups of international broadcasters in Africa<sup>44</sup>**

group (ownership) - examples	objectives
<p>1) <b>African national broadcasters</b> (government) - Radio Cairo, Ghana Broadcasting Corporation, Voice of Nigeria, Radio RSA, etc.</p>	<p>assertion of national identity, propagation of political ideologies (Pan-Africanism, African &amp; Arab Socialism, etc.), support for liberation movements &amp; opposition groups, struggle</p>

<sup>43</sup> Browne 1974, 175.

<sup>44</sup> Cushen 1979, 37, 189; Mäntylä 1982, 169-170; Matos Maia 1995, 122-124; Parviainen 1996, 94-96.

	against <i>apartheid</i> , creating goodwill (PR operation)
2) <b>international broadcasters' relay stations in Africa</b> (state / public service) - BBC, VOA, ORTF, Deutsche Welle, Radio Nederland	creating goodwill (PR), providing "unbiased" news (as understood in the West) & development-oriented programmes, counterbalancing anti-Western influences
3) <b>international Christian broadcasters</b> (religious organizations) - ELWA, RVOG, FEBA, TWR	proclaiming the Gospel, creating goodwill towards churches, missions & their message, providing news & developmental programmes
4) <b>commercial broadcasters</b> (private) - Lourenço Marques Radio, Swazi Commercial Radio	providing an audience for advertisers, selling airtime to interested organizations (religious, etc.)

The performance of the new external services varied considerably. Many of the African national stations (group 1) remained very modest operations as to the quantity and quality of their output. Often their objective was reduced to reaching the neighbouring countries. Lacking financial and technical resources resulted in unreliable transmissions and programme production. Ghana and Uganda, for example, built high-power short wave facilities which suffered from transmission breaks lasting several years. On the other hand, Egypt, South Africa and Nigeria are examples of countries which managed to keep big external services on the air continuously.<sup>45</sup> The big international broadcasters (group 2) also had the resources for maintaining a strong presence on Africa's airwaves. The

<sup>45</sup> Stenman 1972, 133; Mäntylä 1982, 169-170; Nieminen & Talvitie 1996, 37; Parviainen 1996, 95.

few religious and commercial broadcasters (groups 3 & 4) were generally services of a more limited character - either regarding broadcast coverage or hours in a given language.

For most African states external service broadcasts were in fact a luxury. Developing their domestic radio services on short wave was far more important, since that was usually the easiest way of securing a nationwide broadcast coverage. National medium wave or FM coverage was far more difficult to achieve, since these frequency ranges require dense transmitter networks, whereas short wave coverage can be attained with one single transmitter.<sup>46</sup>

Besides the relay stations (group 2), many short wave transmissions were beamed to Africa from other continents. International broadcasters such as Radio Moscow, Radio Peking and Vatican Radio were also competing for African listeners. In fact, one of the motives for establishing RVOG was precisely this ideological warfare for the souls and political sympathies of Africans.<sup>47</sup>

In terms of transmitting power, in 1963 RVOG compared favourably with its competitors. By the 1970's, however, as short wave frequencies had become highly congested international broadcasters began raising powers. With its aging equipment RVOG was left behind in the race for superpower transmitters.<sup>48</sup> It should, however, be noted that technically RVOG performed very well. During its fourteen years of operation less than 0.01 percent of airtime was lost due to technical faults or power failure.<sup>49</sup>

<sup>46</sup> Browne, 1982, 16; Mäntylä 1982, 169.

<sup>47</sup> Lundgren 1983, 29.

<sup>48</sup> Cushen 1979, 138-139; Jacobs 1979, 36; Nieminen 1982, 44; Lundgren 1983, 123, 146, 280.

<sup>49</sup> Lundgren 1983, 110-111, 147.

## Abbreviations

AOF	French West Africa ( <i>Afrique Occidentale Française</i> )
BBC	British Broadcasting Corporation
EBS	Ethiopian Broadcasting Service
ELWA	The official call letters of the Sudan Interior Mission's radio station (Liberia); "Eternal Love Winning Africa"
ETHA	The official call letters of Radio Addis Ababa (1955)
FEBA	Far East Broadcasting Association (Seychelles)
FM	Frequency modulation
IBRA	International Broadcasting Association (Pentecostal)
IBTE	Imperial Board of Telecommunications of Ethiopia
kHz	kilohertz
kW	kilowatt
LWF	Lutheran World Federation
LWFBS	Lutheran World Federation Broadcasting Service
ORTF	Office de Radiodiffusion-Télévision Française
RVOG	Radio Voice of the Gospel (Addis Ababa, Ethiopia)
SABC	South African Broadcasting Corporation
TWR	Trans World Radio
VOA	Voice of America
WRTH	World Radio TV Handbook

## References

### SOURCES

#### Published Materials

#### Official Documents and Reports

AUDIENCE RESEARCH 1972 = *A Report on Audience Research in Ethiopia*. February 1972. By Menkir Esayas & Ayalew Kanno. Addis Ababa (RVOG/Department of Audience Research and Planning).

*LWFBS REPORT 1963-1969*. Geneva (LWF).

#### Articles and Promotional Booklets

MACLIN, H.T. 1967: *Future of Radio*. Lecture on 11th April 1967 at the 3rd RVOG Studio Directors' Conference, Addis Ababa. – In: *Conference Discussions Summaries*. Addis Ababa (RVOG).

NEGUSSE HAPTEWOLD 1969: *The History and Development of the Ethiopian Broadcasting Service*. Lecture on 7th May 1969 at the RVOG Studio Directors' Conference, Addis Ababa (29th April - 9th May 1969). – In: *Conference Discussions Summaries*. Addis Ababa (RVOG).

PREACHING CHRIST 1966 = *Preaching Christ to His World – An Interview with the Staff of Radio Voice of the Gospel*. – In: *Lutheran World* (Vol. XIII No. 1, 1966, pp. 67-76).

### LITERATURE

BAGLO, FERDINAND E. 1972: *Radio Voice of the Gospel: A Decade of Performance Examined in the Light of Stated Goals and Policies*. Unpublished Master's thesis. Chicago (Lutheran School of Theology).

BAHRU ZEWEDE 1991: *A History of Modern Ethiopia 1855 -1974*. – Eastern African Studies. London (James Currey).

BARTON, FRANK 1979: *The Press of Africa. Persecution and Perseverance*. London & Basingstoke (The MacMillan Press).



- BBC ARH 1982 = *BBC Annual Report and Handbook 1982* (published 1981). London (BBC).
- BINDER, DAVID 1994: *Shortwave Radio: More Preachers, Less Propaganda*. - In: *The New York Times* 1994 (28th August).
- BROWNE, DONALD R. 1974: *International Broadcasts to African Audiences*. - In: *Broadcasting in Africa. A Continental Survey of Radio and Television*, 175-199. Ed. Sydney W. Head. Philadelphia (Temple University Press).
- BROWNE, DONALD R. 1982: *International Radio Broadcasting. The Limits of the Limitless Medium*. New York (Praeger).
- COOK, FRANK S. 1981: *Seeds in the Wind. The Story of the Voice of the Andes, Radio Station HCJB, Quito, Ecuador*. Fifth Printing. Opa Locka, Florida (World Radio Missionary Fellowship).
- COUSINS, PETER & PAM 1978: *The Power of the Air. The Achievement and Future of Missionary Radio*. London (Hodder & Stoughton).
- CUSHEN 1979: *The World in My Ears*. Invercargill (Arthur T. Cushen/Craigs).
- CUSHEN 1990: *Radio Listeners Guide*. Second and Revised Edition. Invercargill (Arthur Cushen Publications).
- FITZGERALD, MERNI INGRASSIA 1987: *The Voice of America*. New York (Dodd, Mead & Company).
- FRANZÉN, ALLAN 1979: *Evangelium i etern. Internationell protestantisk radiomission representerad av radioföretagen HCJB, ELWA, FEBC, TWR och RVOG*. Lic.Theol. thesis (Library of the Faculty of Theology of the University of Helsinki).
- FREED, PAUL E. 1979: *Towers to Eternity*. Second Printing. Nashville (Thomas Nelson Publishers).
- HEAD, SYDNEY W. (Ed.) 1974: *Broadcasting in Africa. A Continental Survey of Radio and Television*. Philadelphia (Temple University Press).
- HEMÁNUS, PERTTI & VARIS, TAPIO 1979: *Joukkotiedotus eilen ja tänään*. Second edition. Helsinki (Gaudeamus).
- HYDÉN, GÖRAN 1967: *Politik och samhälle i Afrika*. Stockholm (Bo CaveforsBokförlag).
- JACOBS, GEORGE 1979: *International Broadcasting, It's Alive and Kick-*

- ing on the Shortwave Bands* – In: *World Radio TV Handbook 1979*, pp. 36-41. Ed. Jens M. Frost. 33rd Edition. London (Billboard).
- KENNEDY, REGINALD 1979: *The Radio Missionaries*. – In: *World Radio TV Handbook 1979*, pp. 71-77. Ed. Jens M. Frost. 33rd Edition. London (Billboard).
- KENNEDY, REGINALD 1980: *The World Senders. A Personal Assessment of the Work of the Major Protestant, Evangelical Missionary Radio Stations*. Photocopy of an unpublished manuscript (Mika Palo's collection, Tomar, Portugal).
- KING, JAMES CALVIN 1973: *A Survey and Analysis of the Major International Evangelical Shortwave Broadcasters: Trans World Radio, HCJB, and the Far East Broadcasting Company*. Diss. Ann Arbor, Michigan (Microfilm, Library of the Theological Faculty of the University of Helsinki).
- KIVIKURU, ULLAMAIIJA 1983: *Pikku-BBC ja patteripula - Radiotoimintaa Tansaniassa*. (Shortened version of an article published in *Kehitysyhteistyö* 2/1983) – In: *Afrikan kuuntelu. Suomen DX-Liiton eripainoskokoelma 6*. Ed. Arto Mujunen. Helsinki (Finnish DX Association).
- LEINE, MARTON 1963: *Bron över alla gränser. Boken om de kristna radiostationerna världen över*. Helsinki (Församlingsförbundet).
- LUNDGREN, MANFRED 1983: *Proclaiming Christ to His World. The Experience of Radio Voice of the Gospel, 1957-1977*. Studia Missionalia Upsaliensia XXXVIII. Geneva (LWF/Department of Communication).
- LUNDGREN, MANFRED 1984: *Radio Voice of the Gospel. – Proclaiming Christ to His World*. Ed. Hanne-Grete Brommeland & Knud Joergensen. Oslo (Luther Forlag).
- MATOS MAIA 1995: *Telefonia*. Lisbon (Círculo de Leitores).
- MÄNTYLÄ, JORMA 1982: *Afrikka*. – In: *DX-Kuuntelun maailma*. 2nd Edition, pp. 167-172. Espoo (Tietoteos).
- MOORE, DON 1994: *Bolivia: Radio Under The Gun*. – In: *Monitoring Times* (Vol 13, Number 6, June 1994), pp 14-18
- MOREIRA DAS NEVES 1980: *Para a história da Rádio Renascença. Mons. Lopes da Cruz e a Emissora Católica Portuguesa. Subsídios e comentários*. Lisboa (Rádio Renascença).
- NEGUSSIE TEFFERA 1986: *Mass Media Development, Problems and*

- Policy in Ethiopia – A Third World Perspective*. Unpublished master's thesis. University College, Cardiff.
- NIEMINEN, KAI 1982: *Yleisradiotoiminnan historiaa*. – In: *DX-kuuntelun maailma*. Ed. Simo S. Soininen. Second Edition. Espoo (Tietoteos).
- NIEMINEN, KAI & TALVITIE, JYRKI K. 1996: *Yleisradiotoiminnan historia ja tulevaisuus*. – In: *Radion rajaton maailma – Opas kansainväliseen radiokuunteluun*, pp. 27-44. Ed. Mika Mäkeläinen. Kirkkonummi (Tietoteos).
- PALO, MIKA 1993: *Radiomissiot evankelioivat yli rajojen*.- In: *Kotimaa* 1993 (No. 21, 16th March).
- PALO, MIKA 1994: *Radio Voice of the Gospel in a Changing Political Scene. The Lutheran World Federation's International Broadcasting Project in Ethiopia, 1957–1977*. Master's thesis (Library of the Theological Faculty of the University of Helsinki).
- PARVIAINEN, ILPO 1996: *Afrikka*. – In: *Radion rajaton maailma - Opas kansainväliseen radiokuunteluun*, pp. 91-112. Ed. Mika Mäkeläinen. Kirkkonummi (Tietoteos).
- RUUD, LEE G. 1977: *Effectiveness nOf Radio Voice of the Gospel as a Form of Christian Mission, with Special Attention to its Mission in Ethiopia*. Unpublished Diss. Claremont (School of Theology).
- SCHMIDT, JOACHIM 1980: *Rundfunkmission. Ein Massenmedium wird Instrument*. Diss. Erlangen (Verlag der Ev.-Luth. Mission Erlangen).
- STENMAN, PENTTI 1972: *Afrikka*. – In: *DX-kuuntelun opas*, pp. 133-135. Ed. Timo H. Kajamaa & Pentti Stenman. Espoo (Tietoteos).
- WRTH 1956 = *World Radio Handbook - Broadcasting-Television 1956*. Tenth edition. Ed. O. Lund Johansen. Hellerup (O. Lund Johansen).
- WRTH 1962 = *World Radio TV Handbook 1962*. Sixteenth edition. Ed. O. Lund Johansen. Hellerup (O. Lund Johansen).
- WRTH 1966 = *World Radio TV Handbook 1966*.
- WRTH 1972 = *World Radio TV Handbook 1972*.
- WRTH 1973 = *World Radio TV Handbook 1973*.
- WRTH 1974 = *World Radio TV Handbook 1974*.



# PREDICAMENTS OF POLYPHONY: SEQUENCE, SELF AND STYLE IN WOLOF CONVERSATIONS

Christian Meyer\*

Pág. 43 a 79

## Introduction

In his presidential address to the 1982 Meeting of the American Sociological Association, Erving Goffman made a strong case for “treating the interaction order as a substantive domain in its own right” (1983:2). Regardless of all epistemological problems concerning the micro-macro-linkage he discussed, Goffman’s core assumption was that the direct co-presence in situations of “body to body” or “face-to-face” interaction provides especially patent evidence for the study of social statuses and relationships, since the “link between relationships and the interaction order is close” (1983:13).

In the following analysis of the interaction order in polyphonic Wolof conversations, I will take up this point drawing methodologically on concepts developed by Conversation Analysis, as they allow for a detailed study of the phenomenon.

One fundamental postulation of Conversation Analysis (CA) is that in social interactions, there is “order at all points” (Sacks 1984:22), produced *in situ* by the participants. This “conversation order” has been analyzed by social scientists along various dimensions. In the present analysis I will mainly consider the one of *conversational turn-taking*. Concerning this matter, CA assumes that speaker turns are generally organized in a way that restricts overlaps to a minimum. Hearers engaged in a conversation are able to project the possible end of a turn through the syntactical and prosodical features employed (turn constructional units) and thus can anticipate the moments of possible turn transition (transition relevance places). They thus may grasp the turn in one of these moments. Since it

---

\*Faculty of Sociology, University of Bielefeld  
christian.meyer5@uni-bielefeld.de

is possible that the speaker continues his speaking or that another hearer may want to take over the turn, there is a risk of overlap, but these are short since usually the speakers stop when speaking at once and leave the room for but one of them. A situation with “less-than-one-speaker” is not less untypical than one with “more-than-one-speaker”. In other words, longer pauses are uncommon and uncomfortable for the people present. “Only one speaker at a time” (Sacks, Schegloff & Jefferson 1974) is thus a default rule of conversational organization people orient to.

Sacks, Schegloff and Jefferson (1974) have furtherly detailed the “one-speaker-at-a-time rule”: they have identified a hierarchically organized set of rules that apply in moments of turn taking:

1. Within one turn, the speaker may assign the next speaker, e.g. by asking a question;
2. If he doesn't do this, the next speaker may self-select through taking over the turn by anticipating the end of the preceding turn;
3. If no other speaker self-selects, the current speaker may continue speaking.

These conventions, or rules, lead to a situation that verbal interaction is running in an ordered way.

Furthermore, the interaction order becomes also visible through the speech styles used (including rhetorical, syntactical, prosodical and semantic devices speakers employ). Both, the style as well as the conversational sequencing demonstrate the constraints put upon the acting self by the conversational situation of the village square.

### **Conversations on the Wolof village square**

The village square (Wolof: *pénc m-*) is a quadrangular square in the middle of most Wolof villages, housing the local mosque as well as, sometimes, storage sheds, municipal water taps, and improvised sales booths. This is also the case in the villages where we have done field research.<sup>1</sup> These

<sup>1</sup> This paper is an outcome of the research project “Persuasive communication among the Wolof: the interplay of cultural and linguistic aspects” (2004-2007), funded by Volkswagen

villages are situated between the towns Louga and Touba. The inhabitants, who speak and consider themselves Wolof in opposition to neighboring Fulani, mainly live of the cultivation of millet, sorghum, beans, and groundnuts, of livestock, petty trade and to a vast extent of money transfer from relatives living abroad. The ethnographic literature about the Wolof describes them as a hierarchical society featuring a system of matrilineal castes including nobles, craft workers and bards (griots), and servants (Irvine 1973, 1990; Diop 1981). In the villages where we have conducted fieldwork, the classification into castes does not play an important role since there are only nobles living. More important is the classification into virilocal patrilineal clans. The villages consist of compounds where sometimes several lineages of one clan live together. As a consequence of endogamous marriages, few matrilineal relatives live in the villages, too, as well as some members of other clans and ethnic groups (Fulani, Serer) who have settled there. Apart from the degree of patrilineal affinity, age is the prominent resource for legitimating hierarchy (Meyer 2007).

After their noon, afternoon, evening and night prayers in the mosque,<sup>2</sup> many of the elder men usually extend mats under one of the shadier trees of the square and settle down in order to take a rest, chat, and drink a strong green tea with mint that is made on the spot by one of the younger men present. Some have brought tools to repair, others doze off, still others just pass by to have a word with a friend, indecisive whether to stay or to leave, and still others lie down and listen to *qasa'id* (mourid religious) chants emitted from small battery driven radios. The Wolof word for the village square, *pénc*, is also used to designate the conversations conducted on it. They sometimes deal with serious issues, conflicts, or decisions to be made, but mostly consist in casual and unformal chats between the people present. Thus they sometimes involve joking, but also debates of more important issues such as politics or religious morale. Issues of general importance are always discussed on the village square. The vil-

---

Foundation, co-director: Dr. Anna M. Diagne. For the research three types of persuasive discourse were selected: political meetings on the village square or in local communal centers, debates and speeches in socio-political organizations, and everyday communication. It is based on ca. one year of fieldwork.

<sup>2</sup> Noon: *tisbaar* (Wolof), ca. 2 p.m.; afternoon: *takkusaan*, c.a. 5 p.m.; evening: *timis*, between 6:30 and 7:30 p.m.; night: *geewe*, between 7:30 and 8:30 p.m. These obligatory prayers (*farad*) are usually prayed between lunch (*añ*) and dinner (*rêer*).

lage chief would then also come and preside. These discussions have a completely different interaction order that cannot be explored here. In what follows, I will analyse two of the rather informal, though meaningful conversations in regard to style and turn-taking, and to what they admit to say about the Wolof self in society.

### **Turntaking: Shifting Centers of Interaction**

Conversations on the village square are held in smaller groups of two, three or four persons so that on the mats constantly several conversations are going on at once. The conversations generally don't have predefined topics. Sometimes, the debates converge, when an issue is of interest to all people present. Or a debate splits off into two or more threads debating different issues of the subject. They arise when one of the participants expresses an idea that motivates other participants to react or to make a strong claim. Even though there are nearly always several simultaneous threads of discourse running, they are often interconnected, when the topic of the debate is judged important. After a while, the threads re-converge and separate again or speakers leave one thread in order to participate in another. All this entails that there are always several people speaking at once. However, this mutual interruption and speaking at once is not random, anarchic, or chaotic (as Reisman 1974 would have it), but on the contrary, it is well organized.

At first sight however, a somehow chaotic impression may be produced by the many dialogical properties of Wolof village square conversations. Speakers rarely pronounce complete utterances in regard to grammatical completeness and argumentative coherence. Rather, all participants in a debate constantly interrupt each other with contributions or comments. In that sense, we may call such kind of conversations polyphonic or multivocal.

Thus, each contribution is accompanied not only by simultaneous comments but also by responsive reactions, be they consenting or renunciative. First, there are many dialogical devices of the speakers themselves such as "Dénga?/Dégg nga?" (Understand? Do you follow me?), "Xam nga" (You know), "Déglu ma" (Listen), "Séenal ma wax la rekk" (Just listen to



what I tell you), “War nga xam” (You must know), or “Dama ne la” (I tell you). They certainly serve for turn keeping as well.

Recipient reactions (continuers, hearer signals) include interjections and discourse markers such as “Dëgg la” (It is the truth), “Wax na dëgg dé” (He really says the truth) or “Wax nga dëgg dé” (You really say the truth), “Deed waay” (Oh really?), “Xoolal sax” (Don’t say!), “A?” (Isn’t it?), “Mu ngoogu” (That’s it), “Ah” (No, but...), “Waay” (Truly, my friend), “Hehéee” (Hey, but no!), “La illaha il’Allah” (Oh, my God ...), Ciipatu (tongue clicking as expression of disapproval). Sometimes some of the hearers exhort others to listen by using expressions such as “Dégluléen lu Omar wax” (Listen to what Omar says).

Louder or in one way or another more attractive speakers or topics slowly gain the attention of the majority of the group so that their topic may become a common topic of all people present. This strong dialogicality is a general feature of a more or less egalitarian social configuration as it is the case on the village square where older men who pertain to the same lineage meet. When the village chief is present, talk is better organized but not completely monological. Another property of conversations at the village square is the ubiquity of joking and teasing, and of mockery, derision, sarcasm and irony. Critique is often disguised in these forms of speaking.

To give an example of the subjects discussed in one of the two conversations that I have analysed in detail for this paper,<sup>3</sup> the topics debated in conversation A are as follows:

Thread #	1 Working Morale of the villagers	5 Horses and Sowing
	2 Rain	6 Muddy grounds
	3a Laziness 1	7 Blessing
	3b Laziness 2	8 The right moment of
	4 NjJw’s account	sowing and field clearance

<sup>3</sup> The two conversations that I will analyse here are by far too long to be fully presented. A is 24 minutes long with 11-12 persons participating; B is 34 minutes long with 16 persons involved.

Fig. 1: Topical threads and participants in conversation A

T.	Sp.	Thr. #	Participation	Nr. of participants in thr. #															
				1	2	3a	3b	4	5	6	7	8							
004	BL	1	opens #1	1															
005	IJb	1	joins in #1	2															
011	DJw	2	opens #2		1														
012	YJl	2	joins in #2		2														
013	IJb	2	joins in #2	1	3														
025	NjJw	1	joins in #1	2															
035	YJl	1	joins in #1	3	2														
038	IJb	1	joins in #1	4	1														
040	AJw	1	joins in #1	5															
070	AJw	3a	schisming; introduces #3a	4		1													
071	IJb	3b	schisming; introduces #3b	3		1													
075	NjJw	4	opens #4	2															
077	BL	3b	joins in #3b	1															
084	IJb	4	joins in 4																
087	MjJw	3a?	joins in #3a		2														
094	MtJw	3a?	joins in #3a		3														
102	DJw	3a	joins in #3a		4														
138	Gnd	3a	joins in #3a		5														
156	MbJñ	4	joins in #4								3								
161	BL?	4	joins in #4								4								
167	MtJw	4	joins in #4		4						5								
171	IJw?	4	joins in #4								6								
180	NjJw	5	introduces #5								5	1							
181	PX	3a?	joins in #3a		5						4	2							
182	MtJw	5	follows in #5		4						3	3							
187	Gnd	5	joins in #5								3	2							
190	BL	6	schisming; introduces #6								2	1							
191	IJb	6	follows in #6								2	2							
194	NjJw	6	follows in #6								3	3							
196	Gnd	3a	returns to #3a								1	4							
200	YJl	6	joins in #6								4	3	1						
213	BL	7	schisming to #7								3	2	1						
214	IJb	7	joins in #7								2	2	2						
215	MtJw	7	joins in #7								3	3	2						
217	BL	1	re-introduces #1!	1															
218	IJb	1	joins in #1	2															
224	DJw?	1	joins in #1	3		4													
228	MjJw	1a	joins in #1 giving it new direction 1a	4		3													
240	Gnd	1a	joins in #1a	5		2													
275	BL	8	opens #8 drawing on former issues 3	4														1	
282	MtJw	8	joins in #8															2	
283	AJw	8	joins in #8															3	
288	AJw	1	joins in #1a	5														2	
291	MtJw	1	joins in #1a	6														1	
300	IJb	1b	attempts at closing through 1b																
301	YJl	1	joins in #1a	7															
303	BL	1b	reacts to #1b, then joins in #1a	8															
305	DJw	8	re-opens #8	7														1	
312	MtJw	8	joins in #8	6														2	
341	Gnd	8	joins in #8	5														3	
380	MjJw	8	joins in #8	4														4	

The number of participants in a debate consequently varies according to their interest in the subject. People do not shift to another issue at once, but rather one after one turn over to another group of people debating an issue. Interestingly, people individually move between the threads more often than the thread itself changes. Whereas the topical threads seem to procede linearilly and the points made build on top of each other, individual participation moves all the time to and fro between the different threads.

Fig. 2: Topical relations between threads in conversation A

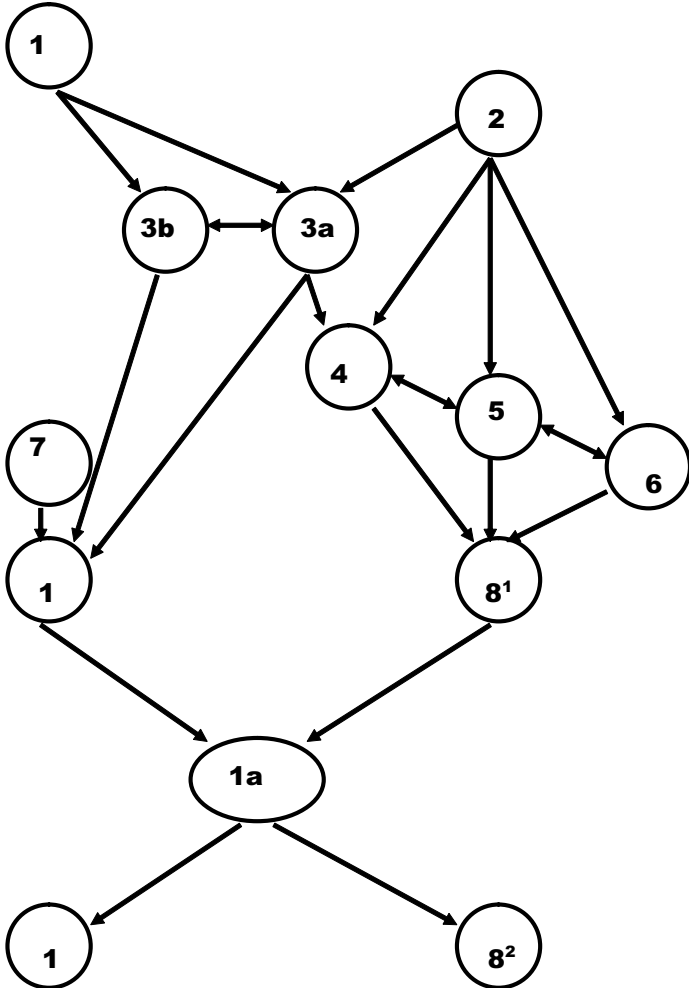
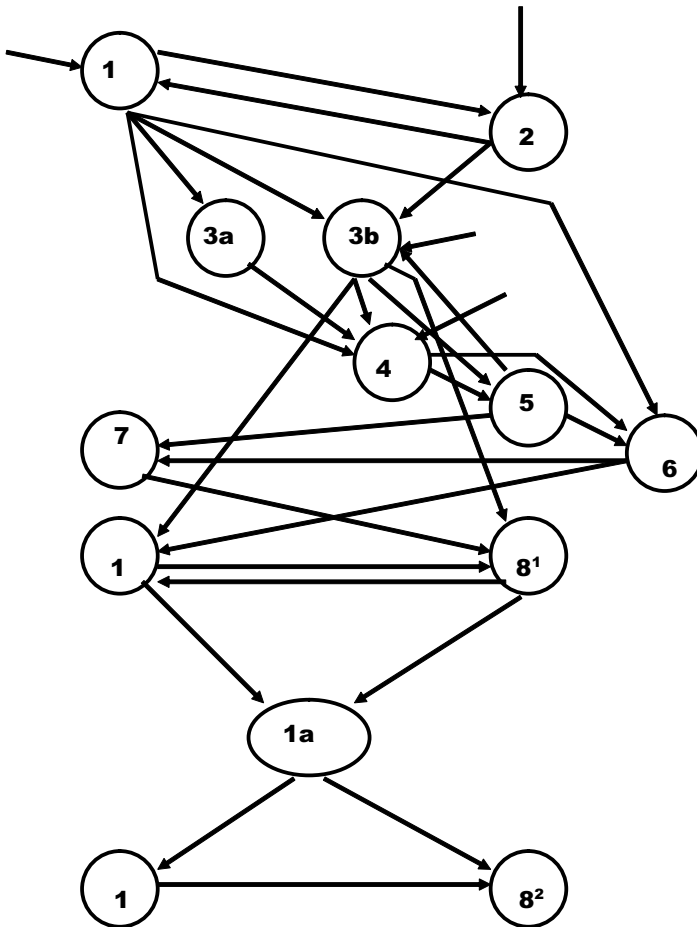


Fig. 3: Process of individual participation in conversation A



Participation thus shifts from thread to thread while the topics of the thread continue with varying participation. What is especially striking is the fact that the different threads seem to take up issues from other threads that are going on simultaneously. This would mean that people participate in several threads and listen to more than one speaker at once. The next table exemplarily lists the points made and debated in conversation B. It becomes visible that some issues are discussed in more detail in

a new thread, yet points made in other threads are sometimes taken over and integrated. Particularly interesting is the fact that the debate returns at the end to some points made at the very beginning.

Fig. 4: Points made and debated in conversation B

Thread 1	Thread 2	Thread 3
1, 3, 2, 3, 1, 4, 3		
4	1	
2, 5, 2, 3		
4	7	
6		
4	7	
2		
4	4	
3	7	1
3		
5, 2, 8	4, 7, 8	
3, 6, 8		
3, 6	3	
8, 3		
8	4	
	3	
9	4	
	9	
10, 11	10	
12, 13, 12, 13		
12, 11, 12, 10	4, 8, 4, 8	
12, 14, 11		
13	11	
11, 12, 13, 9, 4, 14, 11, 15, 9, 15, 13, 6, 15, 4, 9, 4, 9, 4, 8, 6		
4	4	
	7	
9	4	
	8, 4, 6	
2	6	
2, 16, 17		
2, 17, 1	4, 9, 2	
13, 9, 2, 17, 4, 14, 15, 19, 9, 15, 2, 17, 2, 9, 8, 9, 1, 2		

## Stratagems of conversational management under conditions of polyphony

### *Opening a conversation*

I now come to speak of conversational ways of managing this polyphonic situation. The first problem is how to open up a new thread. In conversation A, BL opens up a new thread (#1) after the greeting of a newcomer that had interrupted the preceding conversation about the beginning of the rainy season. IJb instantly joins in with continuers and ratifying dialogical responses in a fairly long dialogical overlap.

004	BL	malekum salaam waaye fi mu ne' ni (0.8) woor na yalla ak yonent bi (0.7) man de gennuma waaye xam naa ne dëkk yi NI ÑIY ligeeye, sunu [dëkk bi ligeeyu ko	<i>Good afternoon. As it is (0.8) and it is certain to God and the prophet (0.7) as to me I did not migrate but I know that the villages as they work, our [village does not work like this</i>
005	IJb	[sunu dëkk ligeeyu ko (0.8)	<i>[our village does not work like this (0.8)</i>
006	BL	dëkk yi NI ÑIY ligeeye=	<i>these villages how they work!</i>
007	IJb	=DEEDET! kook[u moom lu leer la	<i>Noooo! This is for sure!</i>
008	BL	[sunu dëkk bi	<i>[our village does not</i>
		ligeeyu [ko	<i>work [like this</i>
009	IJb	[sunu dëkk moom ligeeyu ko	<i>[our village does not work like this</i>

Taking the short pause that emerged after IJb's ratifying response 009 as a transition relevance place, DJw opens up in 010 a second conversation (drawing on the issue debated before the greeting) and IJb instantly crosses over to him, probably with the idea that BL's issue has been ended. BL however continues speaking, trying to make an issue out of his newly introduced topic (014, 017, 019, 024), first by talking alone, thus overlapping with conversation thread #2. Consider IJb's "hitches and perturbations" (Schegloff 2000:11-15) in 016: They might have been inspired by either the overlap with YJl (015) or by BL's continued speaking (014/017). Only in 018 IJb considers BL as talking to other addressees, thus returning to unperturbed speech. Finally, in 025, the first participant (NjJw) joins in the issue raised and maintained by BL.

010	BL	(0.7) leer na ma leer yal[la	(0.7) It is plain to me heaven
			[knows
011	DJw	[mb eng mii: ak bunaama ture mi- ñi demoon kaolax demb (0.5) nee foofu tooy:ut (0.7)	[mbeng and bunaama ture who went to kaolack yesterday (0.5) said that there was no rain (0.7)
012	YJl	laaa[y!	oh de[ar!
013	IJb	[ki neena ñoom- ñoom demb ñu ngi doon ji: (0.3)	[thingy said that they- they were sowing yesterday (0.3)
014	BL	ndax wax dëgg ya[lla	for be[gad
015	YJl	[a' [de:- de: ! tey [kay!	[oh [no- no- today [really!
016	IJb	[mbay ñaan mi- ne- ne- nee na	[mbaay ñaan sai- sai- said
017	BL	[nit ko xam ne ki	[Someone who
018	IJb	nee na li ko dese baxaw xaw ma ab 50 kilo [la te kumaase wu ko neena	said that what he has left over of his seeds is I don't know, 50 kg [and he didn't yet begin it he said
019	BL	([nit ko xam ne ki [ya- ya- nga am- ruuj nga ba sori [ruuj nga ba sori, faraasu nga ba sori (cresc))	[Someone that [you you are having- you have cleared fields wi[dely you have cleared fields widely, you have disseminated widely
020	IJb	[daa dugg sonjaan ma bayyi [mu metti ci (suuf si)	[he entered the fallow to cultivate there [since the ground was heavy
021	DJw	[am na ñu ji tey am na ñu ji: tey de	[there are some who sowed today!
022	IJb	neenab 50 kilo ko [dese	he said some 50 kg were [left over
023	YJl	[tey kay- tey kay bi ma dem njaañ (xxx)	[today really- today really when I went to ndiagne (xxx)
024	BL	[waay bu tawe da nga mana jekk waay!	[gee, when rain comes, how you will be well
025	NjJw	[éhé:, waaw!	[ahaa yes!

Though overlapping before (030/031), YJl in 035, IJb in 038, and AJw in 040 who previously participated in conversation thread #2 now join in #1, first by dealing with the same subject in overlap, i.e. in a “third” or “convergence oriented conversation,” (035, 038, 041), but then (049ff; following BL’s dialogical reaction in 048) as fully integrated in the turn order of conversation #1.

026	YJ1	[yoonu- yoonu kër ma ndumbe [bee	[the path- the path around kër ma ndum[be
027	IJb	[aaw!	[yes
028	BL	[(nit bu ruujul,	[[someone who doesn't clear fields
029	NjJw	[day- waaw	[he'll- yes
030	BL	[faraasuwl bu tawe na ngay jekke? (f)	[and who doesn't sow will he be well when rain comes? (f)]
031	YJ1	[(ña ma fa seen ñép gis naa leen ñuy xxx)	[everybody I saw there was xxx
032	NjJw	moom boo faraaso rekk!	sure, if you only disseminate
033	BL	a' !	hah!
034	NjJw	moom bo fara[asoo rekk bu tawe nga	sure, if you only dis[seminate when rain comes,
035	YJ1?	[fi de Yibba- ay	[here, iba,
		buura fi dëkk de	only kings live here
036	BL	[a' !	[pah!
037	NjJw	[jekk ndax bu ta[we areen (xxx) waaye faraasuwo ruujo	[will you be well? for when it ra[ins groundnuts (xxx) but if you don't sow and clear fields
038	IJb	[fi ay buur	[here, kings are- [they are
		lay-[ay buur lañ de	kings ((clicks his tongue as
		((ciipatu))	expression of disapproval))
039	YJ1	[(xxx) [gis nga- gis nga	[(xxx) [you
		nag fi moom	see? you see now here really
040	AJw	[bu doon yow nag- sanc wi de faraasu [wu ñu sax nag	[if it was- hey you- and the village has[n't even sowed
041	YJ1	[fi moom	[but really, here
		wax dëgg yalla	
042	NjJw	[ndax sax ruujo faraasuwo	[I mean you didn't clear fields and sow
043	YJ1	[ay-ay beykat [dëkku fi	[the- there are no farmers [living here
044	IJb	[li ñu bëgg-	[what
		[li ñu bëgg aka- aka-aka-ak- xam nga manaam	they want- [what they want and and- and- and- you know it's like that
045	NjJw	[ruujo faraasuwo xawma tey nga bëgga ruuj bëg[ga faraasu	[clear fields and sow I don't know today you wanna clear fiel[ds and sow
046	IJb	[kategori	[the categories
		yi	
048	BL?	aaa!	hah
049	IJb	kategori y dëkk bi (0.3)	the categories of the village (0.3)
050	BL	è:'	yes?
051	IJb	dafa bari ay kategure↓ [ñi nga xamne yow	there are many categories! [those who aren't
052	YJ1	[reew mi! (0.4) [ay b-	[this country! (0.4) [f-
053	IJw	[[ciipatu)	[[tongue clicking))
054	YJ1	[garki gi ay beykat dëkku fi	[in this garki there are no farmers living
055	IJb	[(dara dara dara dara DARA da leena warut (f))	[[committed to any- any- any- any- ANYTHING! (f))
056	?	aaw kay	true!
057	YJ1	((coughs))	((coughs))
058	IJb	deno xëy toog ci kër gi rekk	they sit in their houses all the morning
059	AJw	da bari [gone ng- nda- nda- gon- gone yu xonq cuy	there are many [children y- th- th- chil- glaring red children
060	IJb	[nga- gone yu ndaw yo xonq coy yu tollu ci- ci-	[you- small and glaring red children who are in- in-
061	YJ1	[ci wara ligeey	[the age of working obligations
062	IJb	[ci- ci wara ligeey	[the- the age of working obligations
063	BL	aawaw!	right!
064	IJb	di di- dir [leen mbagg	wh- who [who support them



As we have seen, in Wolof village conversations, threads may be opened parallelly without being “competitive” in the sense of Schegloff (2000), i.e. without becoming a problem for the turn organization of the other threads that are running.

Another example of an opening of a new conversation is NjJw’s introduction of conversation #4. In this case, the speaker choses one person whom he addresses personally several times in order to draw his attention. Only after the fifth invocation, the addressee (IJb) reacts with a hearer signal (*huh?*, 084), thus providing the opportunity for NjJw to develop his issue (#4, starting from 093, which, in this case, is a rhetorically highly stylized story as we will see below). BL on his part enters in #3b (in 079) without gaining any hearer reactions. He repeats his issue two times (083, 089), and then (092) concludes, though nobody has shown any hearer reaction.

075	NjJw	xoolal-	look-
		[gisal-	[see-
076	AJw	[(xxxxxxx[xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx [xxxxxxxxx)	[(xxxxxxx[xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx[xxxxx xxx)
077	BL	[wax dëgg yalla dey	[yes, really!
078	IJb	[fu leen gone toppe dana sonn	[if the children follow them in that, they will suffer!
079	BL	man de xam naa ne beyuma [waaye soññ naa [ba tayyi	as to me I don't cultivate myself [but I have called up [in vain
080	NjJw	[xoolal yibbé!	[look iba!
081	IJb	[ma'-ma'- ma'-ma'-	[I- I- I- I-
082	NjJw	yow yibbé!	you iba [iba!
083	BL	man de [julli na ñu ([fii soññ naa ba taayi! (rhythmical))	as to me [we have prayed [(here and I have called up in vain (rhythmical))
084	IJb	[haa	[huh?
085	NjJw	yibbé!	iba!
086	IJb	[haa!	[huh?
087	MjJw	[(xxx) booba h'yiii!	[(xxx) at that time!
088	NjJw	xoolal, man [dama ne!	Look, I [tell you
089	BL	([julli na ñu fii soññ naa ba tay[yi! (rhythmical))	([we have prayed here and I have called up [in vain (rhythmical))
090	NjJw	[degg nga	[do you listen iba?
		yibbé!	
091	IJb	haa!	yeah
092	BL	waaye ([ñu ne waay bilaay ki de mo mēna wax! (rhythmical))	but [(they said: begad this man speaks a lot (rhythmical))
093	NjJw	[da ma ne yaari at yi- gis nga barkidemb rekk laa ko xam-	[I say, these two years, you see, only the day before yesterday did I know it
094	MtJw	[(xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxxx)	[(xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx xxxxxx)
095	AJw	[boo yore soxna	[If you have a woman
096	NjJw	[da ma ne yaari at yii	[I say, these two years
097	IJb	[aaa!	[Yeah!
098	AJw	[am	[or two
		ñaar ño xamne wala kenn	maybe or none
099	?	[(ciipatu)	[(tongue clicking)
100	NjJw	[da ma doon xaru[ne] da ma doon xaru te dee- [te yalla reyu ma	[I was committing suicide [I was committing suicide but di- [but God didn't kill me

If we leave aside all the turns of threads #2 and 3 in overlap, the beginning of thread #4 by NjJw looks as follows, and one can imagine the effort a speaker makes to establish an issue:

075	NjJw	xoolal- gisal-	<i>look, see</i>
080	NjJw	xoolal Yibbé!	<i>look Iba</i>
082	NjJw	yow Yibbé! Yibbé!	<i>you Iba! Iba!</i>
084	IJb	haa!	<i>huh?</i>
085	NjJw	Yibbé!	<i>Iba!</i>
086	IJb	haa!	<i>huh?</i>
088	NjJw	xoolal, man dama ne!	<i>look, I tell you!</i>
090	NjJw	degg nga Yibbé!	<i>do you listen, Iba?</i>
091	IJb	haa!	<i>yeah!</i>

### *Gaining and keeping turns*

Already in the preceding section, we could witness several examples of turn gaining: in 016 IJb wins the turn against YJl and in 028 BL wins against NjJw. In both situations the preceding turns were completed, so that the new speaker was not yet determined. In 013, IJb makes a micro-pause; YJl tries to take over, but retreats when being overrun by IJb.

013	IJb	[ki neena ñoom- ñoom demb ñu ngi doon ji: (0.3)	<i>[thingy said that they- they were sowing yesterday (0.3)</i>
015	YJl	[a' [de:- de: ! tey [kay!	<i>[oh [no- no- today [really!</i>
016	IJb	[mbay ñaan mi- ne- ne- nee na	<i>[mbaay ñaan sai- sai- said</i>
018	IJb	nee na li ko dese baxaw xaw ma ab 50 kilo [la te kumaase wu ko neena	<i>said that what he has left over of his seeds is I don't know, 50 kg [and he didn't yet begin it he said</i>

In 029 NjJw tries to make a turn out of his continuer in 025, for BL's turn 024 was completed, but then withdraws as BL continues his contribution in 028 and 030.

024	BL	[waay bu tawe da nga mana jekk waay↑	<i>[gee, when rain comes, how you will be well</i>
025	NjJw	[ëhë:, waaw!	<i>[ahaa yes!</i>
028	BL	([nit bu ruujul,	<i>([someone who doesn't clear fields</i>
029	NjJw	[day- waaw	<i>[he'll- yes</i>
030	BL	[faraasuul bu tawe na ngay jekke? (f)	<i>[and who doesn't sow will he be well when rain comes? (f)</i>

Of particular interest is line 044: it is here that IJb succeeds in making his and YJl's "convergence oriented conversation" (see above) a part of #1. Though uttering "hedges and perturbations" while in overlap with YJl and NjJw in 044-046, he eventually wins the turn and thus the lead in

thread #1 by talking through and maybe also by the use of the unfamiliar, attention drawing word “kateguri”.

042	NjJw	[ndax sax ruujo faraasuwo	<i>[I mean you didn't clear fields and sow</i>
043	YJl	[ay-ay beykat [dékku fi	<i>[the- there are no farmers [living here</i>
044	IJb	[li ñu bëgg- [li ñu bëgg aka- aka-aka-ak- xam nga manaam	<i>[what they want- [what they want and and- and- and- you know it's like that</i>
045	NjJw	[ruujo faraasuwo xawma tey nga bëgga ruuj bëg[ga faraasu	<i>[clear fields and sow I don't know today you wanna clear fiel[ds and sow</i>
046	IJb	[kategori yi	<i>[the categories</i>
048	BL?	aaa↓	<i>hah</i>
049	IJb	kategoriy dëkk bi (0.3)	<i>the categories of the village (0.3)</i>
050	BL	ë:'	<i>yes?</i>
051	IJb	dafa bari ay kategure↓ [ñi nga xamne yow	<i>there are many categories! [those who aren't</i>

Finally, in 055 IJb wins against YJl by sheer volume, YJl retreats.

054	YJl	[garki gi ay beykat dëkku fi	<i>[in this garki there are no farmers living</i>
055	IJb	[(dara dara dara dara DARA da leena warut (f))	<i>[(committed to any- any- any- any- ANYTHING! (f))</i>
056	?	aaw kay	<i>true!</i>
057	YJl	((coughs))	<i>((coughs))</i>
058	IJb	deno xëy toog ci kër gi rekk	<i>they sit in their houses all the morning</i>

What follows is a conversation between AJw and IJb. Consider the dialogical assistance in word finding in 066 and the repetition in 067.

065	AJw	[lool mo tax dëkk	<i>[so that's why the village has a kind of a</i>
066	IJb	bi xawa- mo tax mu am problem	<i>that's why the village has a problem</i>
067	AJw	mu am problem	<i>has a problem</i>
068	?	aaa↑	<i>well</i>
069	IJb	mem- bo seete ay maggatti kese! (0.9) DARA WARATULEEN	<i>even- if you look only old people! (0.9) committed to anything!</i>

In spite of IJb's boisterous talking, AJw tries to take the turn.

070	AJw	gone gu [xonq coy ja [baram demagul fenn	<i>a glaring [red child. His [wife didn't arrive at the point of</i>
-----	-----	---	--

But IJb keeps his turn, so that they overlap. Consider IJb’s rhythmical talking.

071	IJb	([ñoom njenteetuñu [sakkatuñu njel (rhythmical)])	([they don’t baptize [they don’t keep house (rhythmical)])
072	?	aawaw	right!

The reluctance of both speakers to offer the turn results in a “schis- ming” (Egbert 1997) of thread #1 into threads #3a and 3b. However, the schis- ming is not motivated by practical problems, or completely new top- ics that are brought up (as in Egbert’s analysis), but rather by the unwill- ingness of both speakers to lose the turn.

073	AJw	[mu daal di (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)	[and then he (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxxxxxx)
074	IJb	[defatuñu al-alal- joxetuñu ab njaal (joxe-dem- dem- am- ab- bala joxeeti)	[they don’t acquire possessions don’t give condolence gifts (give- go- go- have- a- before they give again)

Thus, first speaking in dialogue with each other, AJw takes over the turn from IJb at a „transition relevance place“ (i.e., at a place where IJb’s preceding turn can be viewed as completed), but then IJb, after a short pause, also continues speaking. The result, contrary to Schegloff’s (2000) assumptions, is not a withdrawal of one of the speakers, but a schis- ming into two related sub-conversations (#3a and 3b), one of which, though, ends shortly after.

**Overlap**

It has already become evident that overlap in these conversations is not uncommon. There are several instances in the corpus where speakers continue speaking even though finding themselves in overlap within one and the same conversation, e.g. MtJw and NjJw in 183-184. The overlap here ends with an, albeit very short, pause of 0.15 sec. (PX participates in another conversation thread.)

183	MtJw	[nji mi waaye nag bo ko (jële) ruujle bu jiit	[the seeds early in the morning but if you begin with clearing the fields
184	NjJw	[yi doole fas yi nga xam ne wenni fas munu se yëkëtib tank	[weak horses these horses who can't even raise a hoof
185	PX	[xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)	[xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)
186		(0.15)	(0.15)

In 187-210 at least four (BL, IJb, NjJw, YJl) speakers engage in a conversation (#6) about the advantages and disadvantages of sowing in muddy ground, also interacting with a conversation about horses and sowing (#5, participants: MtJw, GNd, NjJw before he joins in #6 in 194) that is simultaneously running. They converge in the description of the easiness of pre-rain sowing (*faraasu*), uttering a whole bunch of ratifying continuers (198, 199, 200, 201, 202). Here, seemingly, the ambiguity of lengthy continuers (which are possible and common in Wolof) is exploited: contributions that can be interpreted as continuers by the participants are subsequently employed as turn taking devices when possible: 201 is expanded into a turn in 203 that overlaps with 204; 202 is expanded into 207, where the speaker re-introduces his issue that sowing is easier in wet ground. Thus, the contributions 198 to 202 are consisting of continuers of which, at the end, 201 and 202 develop into turns.

187	Gnd	[(fas wuy do[x laa wax de juroomi fann (xxxxxxxxxxxxx)	[a horse that [say runs for five days (xxxxxxxxxxxxx)
188	IJb	[ahaa	[yep
189	MtJw	[(fofu) nag [na la leer ne ab jiyug (xxx) ba lang ko ména doxal kay da nga am fo koy jaarale	[so there [you should be aware that the seedings (xxx) before you may use it for your goals
190	BL	[kon nag lu mu neew neew doole faraasoo géna sedd ci mom- njiyum baqq=	[so a horse however weak it is, sowing is easier for it mud seeding=
191	IJB	=baqq- baqq [baqq waa[waw	=mud mud [mud right
192	Gnd	[fas wo xamne si (bés bu nekk su ko neexe si) juroomi	[a horse that every day, if you want five days
193	PX	[(xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx[x)	[(xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx[x)
194	NjJw	[aa! baqq [kay moom maa;radaytaali	[tut! mud! [really! for heaven's sake
195	BL	[faraasu mo géna sedd ci njiyum [baqq (xxx) (aha (laughs))	[sowing is more comfortable in mud see[ding (xxx) (aha (laughs))
196	Gnd	[fan [(xxx) fen. ah!	[days [(xxx) lie. Pah!
197	NjJw	[faraasu kay da ngay rédd ni di dem rekk	[oh, but sowing, you just draw a line and go off
198	BL	[aaawaw	[right
199	IJB	[faraasu [moom deel (seet) si suuf si rekk	[sowing, [you just put your eyes on the ground
200	YJl	[faraasu [rekk	[just sow[ing
201	MtJw	[faraasu du dara s-	[sowing is nothing
202	BL	faraasu moom	sowing, really
203	MtJw	[faraasu du dara s- di nga ména xey faraasu bu dee baqq, mén nga ca am ñaari fann=2	[sowing is nothing you can begin early in the morning to sow when there is muddy ground, you can do it for two days=2
204	NjJw	[mu ngi mel ni nga yor sab- faraasu moom mu ngi mel ni nga yor sab gopp ni rekk rédd diy dem [noon rekk la mel=1	[it is like having your sowing is like having your plow and you just draw a line and go off [that's all=1
205	Gnd	[aa;a juroomi fanu faraasu yo ligeey waay yow!	[Pah! You did a five day sowing, did you really?
206	IJB	[(xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)	[(xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)
207	BL	[mo géna sedd njiyum baqq [2=waa[waw	[it is more comfortable in muddy ground [2=r[ight
208	DJw?	[(xxxxxxxx xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx[xxxxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxx)	[(xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)
209	?	[1=aaaw	[1=right
210	Gnd	[afeer buñ munta fey amul (mbér)um fas nga yor ko, di-di xalaat lenn	[there is nothing you couldn't pay- a strong horse you have it and think of something else

### *Interruption*

As we have seen, parallel, even though not competitive conversational threads are common. But also interruptions are frequent. In 212 YJl interrupts and corrects MtJw (211) who on his part integrates YJl's correction into his turn, but does not end it before completion. YJl also ends his correction phrase, though without grammatical completeness (merely using a nominal phrase and no verbal phrase). A blessing of BL eventually interrupts both. One might well interpret the blessing as another sub-conversation. But since it is religiously legitimated, a blessing constitutes a powerfully coercive first adjacency pair part, requiring a responsive reaction (and, after that, silence) of the others. Not to reply *amiin* would constitute an offense to the religious ideology as a whole. BL here seems to use it to end the inchoate conversation of before as he then re-introduces his issue of 004 (i.e., of conversation #1).



211	MtJw	[menni xey mën nga [xey di faraasu- ñaari xey- [ñaari xey-, ñaari xeyub baqq la	[one dawn you can [rise to sow- two dawns two dawns [two muddy dawns that's it
212	YJl	[mennu xeyum faraasu kay [ñaari xey la- ñaari xey (yu tegle)	[one dawn of sowing, it's rather [two dawns two subsequent dawns
213	BL	[woor na yalla ne- yal na yalla def nawet bi yeg- yeggal fep [te jub=	[by god, it is certain- may god make the rainy season arrive everywhere! [and prosperous=
214	?	[amiin =amiin	[amen =amen
215	MtJw	[mmm	[mmm
216	?	[((chaplet rustles))	[((chaplet rustles))
217	BL	(waaye woor na ma woor ne bo deme fi bokki Celaaga yi tey ak [kote yi-	(but is is certain that if you were going to our relatives in celage today [over there
218	IJb	[mbaa- ma ne mbabba kay demb lool ma wax [(xxx) mbaaba maak bitiku séex xàddi	[mbaa- I say mbabba that's what he told me yesterday [(xxx) mbabba whom I met at seex xadi's shop
219	BL	[ñoõnu laa la wax man-	[those who I mean-
220	IJb	[ñoõnu bari na ñu ji	[a lot of them have sowed
221	BL	[ca- (xx) yu njékk ya la ñu nekk [de da ñuy kanku- da ñuy-	[at the first (xx) they already [they crow they
222	IJb	[waw ñi ngi- ña nga laxasaayu bu déggër	[yes they they are hard-working
223	BL	fajar la ñuy joŋg ganaar yi sab ganaar yi tédd la ñuy ñoŋw (high pitch)) (0.7)	they rise at the crack of dawn and when the chicken the chicken go to bed they come back (high pitch)) (0.7)
224	DJw?	wax na ñu dégg de	they do it right
225	BL	wallaay yalla [xam na ko	begad God is [my witness
226	DJw?	[wax na ñu dégg de	[they really do it right
227	BL	fajar la ñuy joŋg ganaar yi tédd la ñuy ñoŋw	at the crack of dawn they rise and when the chicken go to bed they come back!
228	MjJw	(heeee (laughs))	(heeee (laughs))

### Joining in

Not only separating threads, but also joining in must be made visible through conversational signals. In 167 MtJw joins in a neighboring conversation first by laughing about a joke made in this thread, then by supporting the speaker's argument:

167	MtJw	[(mhemhemhemhem[hem) laughs)) li nga wax dégg la m[oom	[(mhemhemhemhem[hem) laughs)) What you said is really [true
-----	------	--	--

In 295 DJw joins in the conversation by a question:

- |     |      |   |  |
|-----|------|---|--|
| 291 | MtJw | [fee lama romb waa ja di booleeg xapp [ak radu di taal ma ne ji waay de moom dëgg dëgg [dëgg dëgg dëgg dëgg=  | <i>[over there I crossed a guy who used both his hutchet [and slash-and-burn I said this guy truly truly [truly truly truly truly=</i>   |
| 292 | AJw  | [waa kër  | <i>[household</i>  |
| 293 | MjJw | [ (xxxxxxxxxxxxxxxx) xxxxxxxxxxxx   | <i>[ (xxxxxxxxxxxx) xxxxxxxxxxxx</i>   |
| 294 | BL   | [dëgg dëgg dey! ruuj gu set keroog Kër Saalum laa ko gise   | <i>[truly truly a very well done field clearance did I see yesterday in Kër Saalum</i>   |
| 295 | DJw  | =kan ci Tafa?   | <i>=who was that, Tafa?</i>  |
| 296 | ?    | [((coughs))   | <i>[((coughs))</i>   |
| 297 | MtJw | [ma ne ba ñuy' keroog ba ñuy dem' kiyug seex jaw ba lanu romb waaju boole xapp ak radook taal ma ne ko yow da ngaa teel nag da ngaa waroon na xaar bam tédd | <i>[I said as we lately as we went to the thing of Cheikh Diaw when we passed by the guy who used both his hutchet and slash-and-burn I said to him you are too hurried you should wait until it lies down</i> |

In 224 and 226 supports the speaker's argument with "Right they are!"

- |     |      |  |  |
|-----|------|--|--|
| 223 | BL   | fajar la ñuy j0:g ganaar yi sab ganaar yi tédd la ñuy ño:w (high pitch)) (0.7) | <i>they rise at the crack of dawn and when the chicken the chicken go to bed they come back (high pitch) (0.7)</i> |
| 224 | DJw? | wax na ñu dëgg de  | <i>right they are</i>  |
| 225 | BL   | wallaay yalla [xam na ko   | <i>begad god is [my witness</i>  |
| 226 | DJw? | [wax na ñu dëgg de   | <i>[really, right the are!</i>   |

In 205 GNd uses the concept central in his neighbor conversation, maybe in order to join in (which didn't succeed).

- |     |     |  |  |
|-----|-----|--|--|
| 205 | GNd | [aa↑a juroomi fanu faraasu yo ligeey waay yow! | <i>[Oh! You did a five day sowing, did you really?</i> |
|-----|-----|--|--|

Thus, the following strategies are often employed in order to join in a conversation:

1. Continuers, hearer signals, exclamations, or interjections that signal specific attitudes of the hearer as being in accordance with the speaker (in 005 and 007 we have a very dialogical joining by IJb in BL's issue; another one by YJl in 012 with an exclamation of surprise and dismay; in 025, NjJw utters a hearer signal: *uhun, yes*);

2. Paraphrases (or sometimes also repetitions) that express the understanding of and agreement with the specific viewpoint or attitude of the speaker (YJl, in 035/039/041, sustains the speaker's evaluation by making it explicit [though with a metaphor], also lJb in 218/220);

3. Questions that signal interest in the matter (an example is DJw in 295);

4. A direct protest against the speaker's claim (as Yjl in 212).

## Style

### *Style in conversational organization*

As we have seen, the turn-taking organization imposes a set of restrictions upon the speakers on the Wolof village square. A closer look at style reveals complementing information. Some of the seemingly dialogical contributions are to such an extent monological that they exhibit the same main features in regard to the parts of speech as monologues. An example of such a monologue in a dialogue is NjJw's account in text A, lines 093-162 (#4) where the speaker speaks in a very elaborate way. Cleansed of all dialogical elements NjJw's accounts (that he had so many difficulties to introduce) reads as follows:

- 093 Da ma ne yaari at yi-gis nga barkidemb rekk laa ko xam- I say, these two years, you see, only the day before yesterday did I know it
- 096 Da ma ne yaari at yi I say, these two years
- 100 Da ma doon xaru Da ma doon xaru te dee- te yalla reyuu ma I was committing suicide I was committing suicide but di- but God did not kill me
- 104 Na la leer ne gis nga sama tool be To make it plain to you, you see, my field there
- 107 Sama tool be laa ne gis nga gor gi ma ko gor My field there, I say, you see, the chopping as I have chopped it
- 112 Ruuj bi ma ko ruuj ak rijji bi ma ko rijjiwoon The clearing as I have cleared it and the harrowing as I have harrowed it
- 116 Da ma ne ruuj gi ma rujj ak tar yi ma- I say the clearing as I have cleared and the small crops of peanuts that I- carried it- at-
- 118 yenu ko- s- Bring it- the bringing as
- 122 èndi ko- èndi bi I have brought it and the harrowing as
- 124 ma ko indi ak rijji bi ma ko rijjiwoon ba noppi door ko jii I have harrowed it through, then I sowed
- 127 Xana gis nga- seetal sama tool gi daaw Did you see- look, my field, last year
- 130 Fay na waw- and na maak waaaji j- doon kii fii, dèkkoon gan gi I have payed, yes- I went together with the guy th- doing thingy here, lived here, the guest
- 133 Nèenti junne laa ko waxoon ne: bo ma ko ruujale I had spoken to four boys saying: "If you clear it for me"
- 136 Muy sama tool bi I spoke of my field there
- 140 Yaang may de<sub>1</sub>gg. Ba ma waxe ne- bab- da ko wërawër bamu yagg- Do you listen? As I spoke- as he- he went around the field for a long time
- 144 Naar lañ bamu yagg ñu nee ma: „baay Baay Njaga" ma ne „haa?" They were two, after a long time, they told me: "Baay Njaga" I said "Eh?"
- 146 Ñu ne ma „bi tool bi munu ñu ko ruuj" They told me: "This field here, we won't be able to clear it"
- 148 Ma daa di jënd saa So I bought my
- 150 Kepp, jënd sama jaasi duggu ko duggu ko sama ggu ko ba lep ne ñay! ax, bought my cutlass, stepped into it, stepped into it, stepped into it till everything was nice.
- 152 Ma daa di- gisal bi ma noppe jii sa- rijji bi ma ko rijji ba ñow ci-ci- Then I- See, when I was ready to sow my- the harrowing as I have harrowed coming to- to-
- 155 Foofi mbooy (seen)- foofi mbooy (seen) fi lo ko kii. Ma xool bamu yagg ma ne daal „man daal da ma doon xaru rekk" Wante yow ya ngi degg! (0.5) Jambaara fi newut! (1.1) Ndax nun ni ñep bi mu tawe lañu tambali ruuj Where it lays fallow- where it lays fallow, where he did thingy. I looked for a long time and then I said: "Really, I was just about to commit suicide" But you, you listen! (0.5) There is no braver here! (1.1) For we all have only begun to clear fields when rain came
- 157 Tambali ñag Begun to fence
- 159 Tamb- tambali jii! Beg- begun to sow
- 162 Nu muy sotte<sub>1</sub>? How can this succeed?

The stylistic devices NjJw employes embrace polyptotons (also called figura etymologica, i.e., the repetition of etymologically related words in one phrase; in 107, 112, 116, 122, 124), hyperbole (100, 155), direct

speech (144, 146, 155), repetition (plocce, i.e. for emphasis; 150), onomatopoeia (150), anesis (i.e., an expression that diminishes the effect of what has been said previously; 155), anaphora (155, 157, 159), and rhetorical question (162). The “figura etymologica,” i.e. repetition of a word in different grammatical categories (“the chopping as I have chopped it, the clearing as I have cleared it, the bringing as I have brought it, the harrowing as I have harrowed it, then I sowed”) is a figure that amplifies tension. It is a good example of parallelism that has been called the “master trope” of Native American speech style (Sammons 2000:26) and is prominent in other parts of the world, too (cf. Fox 1988; Kratz 1990).

Besides sheer volume or the use of adjacency pairs (as we have seen above), style, as persuasive device, may also be deployed in order to introduce a topic. Consider how BL has elaborated his issue in style until the others joined in:

010	Leer na ma leer Yàlla	<i>It is plain to me, heaven knows</i>
014	Ndax wax dëgg yalla ...	<i>For begad ...</i>
017	Nit ko xam ne ki ...	<i>The man who</i>
019	Nit ko xam ne ki ya- ...	<i>The man that you</i>
024	Ya- nga am- ruuj nga ba sori. Ruujuj nga ba sori, faraasu nga ba sori	<i>You are having- you have cleared fields widely You have cleared fields widely, you have disseminated widely</i>
024	Waay bu tawe da nga mana jekk waay!	<i>Gee, when rain comes, how you will be well</i>
028	Nit bu ruujul,	<i>Someone who doesn't clear fields and</i>
030	faraasuwul bu tawe na ngay jekke?	<i>who does not disseminate Will he be well when rain comes?</i>

BL starts several times to speak but, even though he uses very emphatic expressions such as in line 010 (“Heaven knows ...”), he does not get replied as the others are engaged in a debate about rain clouds coming from the South of the country. Then when the others speak about the work of field clearing that the people in the region of Kaolack far in the South of the villages have already begun he sees a starting point for his issue of the working morale of the villagers. He takes up the issue of field clearance and, after a first attempt, asks in a rhetorical question “Someone who doesn’t clear fields and who does not disseminate will he be well when rain comes?” By this very dialogical form he finally gets his issue through, and the others enter into his debate.

### *Repetition*

A recurrent pragmatic property of the village conversations is repetition. Repetition serves to amplify the effect that an utterance makes upon the hearer. It may be just one word to be repeated several times.

291	MtJ	ma ne ji waay de moom dëgg dëgg [dëgg dëgg dëgg dëgg=	<i>I said this guy truly truly [truly truly truly truly=</i>
294	BL	[dëgg dëgg dey! ruuj gu set	<i>[truly truly a very well done field clearance</i>

In example B1-3 a speech part is repeated three times by two different speakers.

B1	DJ	Yooye ñ- ñ- ño yor xulo ba	<i>They, th- th- they are the reason for the dispute</i>
B2	BJ	Ño yore xulo ba↑	<i>They definitely are the reason for the dispute</i>
B3	DJ	Ño yor xulo ba de	<i>They are the reason for the dispute, sure!</i>

This is what Du Bois (1998) has called “dialogic syntax,” i.e. speakers take over expressions or syntactical constructions from preceding speakers in conversations. In our example the speakers slightly change the construction they repeat. In line 2 the speaker adds on a perfective suffix *-e* to the verb *yor* (to possess) that emphasizes certainty (cf. Sall 2004), and he raises his voice at the end of the utterance. In line 3, the speaker adds on the discourse marker *de* that emphasizes the utterance as a whole (for a discussion of “dialogic syntax” also cf. Sakita 2006).

In example 4-5 the speaker repeats his own proposition in a more elaborate manner explicating the sentence objects (*ji lo, Jallo*) that in the first utterance was expressed by an object pronoun (*ko*) or was left out.

B4	DJ	Yib na ko coow ka↑t	<i>He has certainly caused him trouble</i>
B5	DJ	Ji lo- ji lo yib na Jallo coow ka↑t	<i>Make him seed make him seed has certainly caused Jallo trouble</i>

In both expressions the speaker uses the amplifying discourse marker *kat* intonated in raising pitch.

There are many more examples for repetitions in the village square conversations we have recorded. Yet, they may be based on different motivations:

First, repetition is a way for the speakers to deal with the dialogic situation that is characterized by many interruptions, by people speaking simultaneously, and by speakers who do not complete or end their utterances. This is why sometimes they take up again something they themselves or others have already said. In doing so, they do not only copy the content of the utterances, but also syntactic structures such as specific focalized conjugations. But sometimes they also add on subtle means in order to slightly modify the semantic content.

Second, they are also an emphatic device. Repetitions are able to amplify the effect of the content of an utterance. Repetition increases the forcefulness of a contribution to a conversation. In using mutual repetition, speakers often co-operate in establishing meaning in conversations. An example is B8-B11 where one person is openly supported by another one. BJ emphasizes and contextualizes what DJ says. DJ repeats his own words after BJ's support, and BJ repeats his own words again.

B8	DJ	Da ngaa déggut li ma wax	<i>You didn't understand what I said</i>
B9	BJ	Deed, yeen daal li leen Daur wax moom dafay baatub dégg	<i>No, so you, what Daur has told you, that, it is the truth</i>
B10	DJ	Da ngay deglu li ma wax	<i>Listen well to what I tell you</i>
B11	BJ	Day baatub dégg	<i>It is the truth</i>

In B6-B7 we can see that speakers are sometimes also cooperating in elaborating a point. Here, the first speaker makes an evaluating moral statement and the second speaker explains the circumstances of the first speaker's claim.

B6	DJ	Aaaaa' lool nag bu ko defe yow Majaw xam nga coow la	<i>Ooooooh, well that, when he does it, you Majaw, you know, this means trouble</i>
B7	MdJ	Moom kay xanaa fas wi ci ngoos la ci doon jii	<i>So that, truly, it seems that the horse was seeding there in the afternoon</i>

In 065-067 we witness a dialogic completion. The first speaker is searching for an expression, and the second speaker provides assistance in completing. In 067, the first speaker finally takes over the expression that the second speaker had proposed.

065	AJw	[lool mo tax dëkk	[So that's why the village
		bi xawa-	has a kind of a
066	IJb	mo tax mu am problem	That's why the village has a
			problem
067	AJw	mu am problem	has a problem

In 213 to 216 and again in 300 to 303 the first speaker speaks out a blessing that is dialogically responded by other participants in the conversation by saying "Amiin!"

213	BL	[woor na	[By God, it is
		yalla ne- yal na yalla def	certain- May God make the rainy
		nawet bi yeg- yeggal fep	season arrive everywhere!
		[te jub=	[And prosperous=
214	?	[amiin =amiin	[Amen =amen
215	MtJw	[mmm	[mmm
216	?	[((chaplet rustles))	[((chaplet rustles))
300	IJb	aa' [ doy na [keman de! yal	okay, [that's scaring. [May God
		na ñu yalla jappale rekk	just help us
302	Gnd	a[aminamiin	A[men amen
303	BL	[aamin! moom daal yal na	[amen that's it May God give us
		yalla [jubal nawet bi kuy	[a plenty rainy season who
		ñaan na nga [ñaan rekk yalla	[recites should ask God to give us
		na ko yalla jubal	plenty

A blessing can thus also be viewed as a dialogical device to coerce people into communicative cooperation since refusing to say *Amiin* would be interpreted as treason of faith and ultimately of God.

### *Semantic devices*

In order to involve hearers, speakers often use ideophones that through their very function call for dialogical responding of the hearers. They may also be considered adjacency pair first parts. Examples are B14-B16: *ne kepp* (to say "kepp" = to be exact), B69: *ne suyy* (to say "suyy" = to be top), B73: *ne nugg* (to say "nugg" = to be set).

14	BL	Da naa ko jii ba mu ne kepp†	So I would seed until it was okay
16	BL	Ba mu ne kepp laa la wax,	Until it was okay, I tell you, God
		Yalla xam na ko	knows it
69	MjJ	Buma neexee dugg ca biir ne	If I want to, I step in and say
		fa suyy	"'it's a peach!"
73	BJ	Wax seeni wax bam ne nu:gg	Speak their things until ready

In 243 where IJ used two ideophones in a sentence (*tocc*: "swoop"; *xunn*: "to pong"), both emphasized by intonation.

243	IJb	[ma nga	[I say when they ask for milling
		nee. buñ ne (fukki ngooñ ji	then he takes off his [bloomer in
		ñow na) mu [summi caaya ji	one fell swoop, [and dresses the
		to:cc, [sol ko xesaw XU:NN	stinking one for work



Another dialogical feature is the acceptance and further use of spontaneously created expressions as in example 331 where the speaker repeats a metaphor created in 326 with an opposite opinion. The metaphor is subsequently employed.

326	BL	[waw ren nag de ño tekki seen ngemb [xamal ñoonu	<i>[yes, this year, they have unfastened their wrestling panties [you know, they- do- do you understand?</i>
329	MjJw	de- dengaa!	<i>those who have unfastened their wrestling panties are very numerous</i>
331	MjJw	ñi tekki seen ngemb bari na ñu de!	<i>[well yes, [but still [those who have unfastened their wrestling panties, the village is full of them</i>
333	BL	[aa' waw [waaye nag	
334	MjJw	[ñi tekki seen ngemb si dékk bi fees na de	<i>[I say [look, Majaw, someone who hopes for nothing else than for what he cultivates, Majaw, [he will never unfasten his wrestling panty</i>
336	BL	[ma ne [xoolal Majaw ka nga xamni yaakarul lenn lumuy mbey Majaw [du tekki ngembam muk	

A metaphor always transports a specific perspective on a topic. In the present case it is a critique that ridicules the people who leave cultivation in favour of other means of earning their living by a dishonourable image. At the same time, it compares cultivation to wrestling, the daily battle against nature in order to extract as much as one needs to survive. Furthermore, it is entertaining and funny.

Other metaphors used in the conversation is the comparison of the villagers with kings who refuse to work on the fields (035 and 038, see above), and the designation of youngsters as “glaring red,” i.e. not exposed to the sun and thus lazy.

060	IJb	[nga- gone yu ndaw yo xonq coy yu tollu ci- ci-	<i>[you- small and glaring red children who are in- in-</i>
061	YJl	[ci wara ligeey	<i>[the age of working obligations</i>
062	IJb	[ci- ci wara ligeey	<i>[the- the age of working obligations</i>
063	BL	aawaw!	<i>Right!</i>
070	AJw	gone gu [xonq coy ja [baram demagul fenn	<i>A glaring [red child. His [wife didn't arrive at the point of</i>
263	AJw	[ehe gone gu xonq coy nga yor=	<i>[Yeah, you have a glaring red child=</i>
266	MjJw	=man gone gu xonq coyy laa	<i>=I am myself a glaring red child</i>
272	AJw	dama ne ñun ñi nga [xam ne gone gu xonq coy tey ne' fi	<i>I say we here [are all glaring red children living here</i>

### *Direct Speech*

Another recurrent feature of Wolof village square conversations is direct speech. It is used for commenting on opinions of others, but also for a more entertaining design of speech (cf. Macaulay 1987). Moreover, as one knows from persuasion research, presenting counterarguments and refuting them is especially effective for an audience that is skeptical to ones own arguments (Hovland, Lumsdaine & Sheffield 1949; Kamins & Assael 1987; Weber & Hansen 1972). In lines 092 and 133 (see above) direct speech is used in order to emphasize a statement. In lines 144-146 (see above) it entertains through its dialogical performance. In 155 (see above) the speaker uses it to comment on his own action and to utter his thoughts. In the following lines 13 and 63 of text B it introduces a change of perspective in order to make the opinion of another person clear.

B13	SJ	Day dem ci moom ne ko a' xanaa li ma doon tere dang ko bayyi.	<i>He'll go to him and say: "Oh, did you disregard what I had forbidden to you?"</i>
B63	YJ	Gis ngeen sama waa jooju leegi lim wax, suba teel ma jiyi samab tool	<i>Did you see my chap there as he said just now: "tomorrow morning I'll sow my field"?</i>

Finally, as also became evident in the last two examples, rhetorical questions are very common in the Wolof conversations and typically used to convey a decent critique. Also in line 030 (see above) the speaker utters a specific critique upon the working morale of the villagers who had only lately begun to clear fields before rain came.

### **Conclusion: The Self in Polyphonic Interaction**

It has become evident that participants in the Wolof village square conversations are subject to a set of constraints regarding the potentials of their action. The chance of speaking monologically is small and the risk of being outdone by interesting contributions of other speakers is high, for the rule "one speaker at a time" does not apply. Several speakers may speak at once, as their contributions may be considered pertaining to several distinct conversations and not as overlapping turns of one. Speakers therefore employ several rhetorical strategies to keep their turns and, at the same time, to maintain the attention of listeners. These strategies may

consist in prosodic ones such as tempo, volume, or rhythm, or in stylistic ones, such as repetition, parallelism, metaphor, rhetorical questions, or direct speech. But the conversational order on the Wolof village square does not only restrict individual action, it does also facilitate it. Many dialogical features permit speakers to jointly develop their point, permanently integrating elements of other speakers into their speech. Many of the devices employed are thus clearly dialogical, such as ideophones, blessings, directives, and requests of listeners' attention, that are responded by hearer signals and continuers. Thus, speakers in a dialogue permanently dispose of building blocks for their contributions that have been provided by utterances of preceding speakers or by hearer signals. This is also reflected in the dialogical syntax, i.e. the repetition of entire phrases and clauses by succeeding speakers. Using language in dialogues is a joint enterprise, as Clark (1996) has put it, where speakers coordinate their contributions through responsive reactions on both sides, such as smiles, nods, laughing, looks of confusion, gestures and the constant mutual adaptation of the utterances (thus a constant "recipient designing" on all sides). In this way all persons involved become co-creators of all utterances expressed, and individual authorship is blurred.

Thus, the agents in these conversations always consist in an ensemble of participants and not in one only participant. Laura Graham (1993, 1995) has interpreted this way of co-producing utterances as an instrument of egalitarian societies securing that no participant acquires any prominence that would maybe subsequently be used in order to legitimate further rights (also cf. Myers & Brenneis 1984). Wolof society is not usually described as an egalitarian society. However, there are situations and even well-defined social spaces, such as the *pénc*, where egalitarian constellations are recurrent. I will come back to this point in more detail below.

Secondly, it has become evident, that with the Wolof village square conversations, we deal with an uncommon species of turn-organization, since overlaps even within one conversation are longer and more numerous and frequent than they should be according to Sacks, Schegloff and Jefferson (1974). The overlaps are not always short, since one of the speakers speaking in overlap does not swiftly withdraw, as Sacks, Schegloff

and Jefferson's model would predict. Nor are longer overlaps considered to be competitive, as Schegloff (2000) puts it. Even the usual hierarchy of rules applying for speaker turns seems to be inverted: self selection and current speaker continuing seem to override the "current speaker selects next speaker" rule. Actively passing over the turn to a selected next speaker by the current speaker is rare, as true questions are in general, too. Furthermore, the former two rules ("next speaker self selection" and "current speaker continues") are in permanent competition, thus leading to frequent schismings. In an interaction order in which it is never completely clear who participates in which sub-conversation and who listens to whom, strategies of taking and keeping the turn are much more present than strategies of giving it away. In conversation A, there are only three true (i.e., non-rhetorical) questions asked, and they all of them are attempts at joining in a running conversation through interposed questions signaling interest in the issue.

Several reasons may account for this "non-default situation", that is uncommon even for other communicative situations in Wolof society. First, as I have developed elsewhere (Meyer 2007) the social situation on the Wolof village square (*pénc*) is characterized by egalitarian, or peer, relationships between the people present. The *pénc* is the social space where prestige, self-assertion and associated moral and emotional categories such as honor and self-esteem are constantly negotiated. Secondly, the turn organization itself is influenced by the fact that people utter long continuers that at first are no competing turns, but may develop into such, when the conversation goes on, and eventually lead into a schimming or a competing overlap. Thirdly, the turn organization on the *pénc* is highly influenced by the organization of gaze: in Wolof society it is not necessary to signal participation by looking at each other directly while engaging in a conversation with each other. It is thus never completely clear whether there aren't some people listening to a speaker, even though nobody exactly gazes at him (contrary, thus, to Goodwin's [1979, 1980] classical analysis of gaze direction in US conversations). This ambiguity also facilitates the polyphonic situation on the Wolof village square.

The result is that strategies of turn keeping and the maintaining of listeners' attention are more important than strategies of involving hear-

ers as future speakers. Furthermore, as it seems, Wolof participants in conversations have a greater ability to listen to several threads simultaneously. As they do not select conversational focuses through gaze, they often listen to several threads at once.<sup>4</sup> The figures presented above also show how there are often running several discursive threads at once that are mutually interacting. Especially interesting seems to be that topical threads are proceeding linearly whereas participation crisscrosses between them in zigzag. The participants hence always contribute to several threads. It is thus difficult to define “a conversation” on the Wolof village square, since it is impossible to determine whether it is one conversation or several sub-conversations one deals with. This contrast between topical progress and participation course is also interesting in regard to the question of how conversational structure emerges out of individual action: The participants seem to keep the topics in mind, thus keeping them alive while even participating in or committing to another thread. People shift from one thread to another, and the topics continue running.

By way of conclusion I might summarize that in the conversations on the Wolof village square, the participants create through their own speaking features constraining conditions that open up two alternatives: the chance to present oneself as an eloquent, likeable and attractive, hence prestigious individual and the constant risk of being disintegrated of precisely this individuality through the joint production of conversations within a polyphonic interaction order. The Wolof self in polyphonic interaction on the *pénc* is thus a self that is constantly competing for prestige and individuality under circumstances of constraints and sanctioning mechanisms of the group. This complements earlier findings about the person and self in African that had stressed its integration in social hierarchies and mythical concepts (cf., e.g., the essays in Dieterlen 1973 and Jackson & Karp 1990).

---

<sup>4</sup> This seemingly odd assumption has been confirmed by many interviews and observations.

**Conventions for the transcription**

(1.15) pause (seconds)
(xxx) word or phrase not understood
(word) not well understood
((nonverbal context))
wo:rd vocal stretching
word[s ov]erlapping [wor]ds overlapping
words=words in direct succession
word- utterance broken off
↑ Pitch rise (not measured)
↓ Pitch Fall (not measured)
! Emphasis
CAP Stress
(f) loud
(ff) very loud
(cresc) growing louder

## References

- Clark, Herbert H. (1996): *Using Language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Dieterlen, Germaine, ed. (1973): *La notion de personne en Afrique noire*. Paris: Éditions du CNRS.
- Diop, Abdoulaye B. (1981): *La société Wolof: tradition et changement. Les systèmes d'inégalité et de domination*. Paris: Karthala.
- Du Bois, John (1998): *Towards a dialogic syntax*. Ms. UC Santa Barbara.
- Egbert, Maria (1997): Schisming: The collaborative transformation from a single conversation to multiple conversations. *Research on Language and Social Interaction* 30:1-51.
- Fox, James J., ed. (1988): *To speak in pairs. Essays on the ritual languages in Eastern Indonesia*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Goffman, Erving (1983): The Interaction Order. *American Sociological Review* 48, 1:1-17.
- Goodwin, Charles (1979): The Interactive Construction of a Sentence in Natural Conversation. In: *Everyday Language: Studies in Ethnomethodology*. G. Psathas, ed. New York: Irvington Publishers. Pp. 97-121.
- Goodwin, Charles (1980): Restarts, Pauses, and the Achievement of Mutual Gaze at Turn Beginning. *Sociological Inquiry* 50, 3-4:272-302.
- Graham, Laura (1993): A Public Sphere in Amazonia? The Depersonalized Collaborative Construction of Discourse in Xavante. *American Ethnologist*, 20, 4:717-41.
- Graham, Laura (1995): *Performing dreams: discourses of immortality among the Xavante of Central Brazil*. Austin: University of Texas Press.
- Hovland, C., Lumsdaine, A. and Sheffield, F. (1949). *Experiments in mass communication: studies of social psychology in World War II*. Ann Arbor, Association for Consumer Research.
- Irvine, Judith T. (1973): *Caste and Communication in a Wolof village*. Ann Arbor: UMI.
- Irvine, Judith T. (1990): Registering affect: heteroglossia in the linguistic expression of emotion. In: Catherine A. Lutz and Lila Abu-Lughod, eds. *Language and the politics of emotion*. Cambridge: Cambridge University Press. Pp. 126-161.

- Jackson, Michael & Ivan Karp, eds. (1990): *Personhood and Agency. The Experience of Self and Other in African Cultures*. Uppsala: Acta Universitatis Uppsaliensis.
- Kamins, Michael A. & Henry Assael (1987): Two-Sided versus One-Sided Appeals: A Cognitive Perspective on Argumentation, Source Derogation, and the Effect of Disconfirming Trial on Belief Change. *Journal of Marketing Research*, 24, 1:29-39.
- Kratz, Corinne A. (1990): Persuasive Suggestions and Reassuring Promises: Emergent Parallelism and Dialogic Encouragement in Song. *Journal of American Folklore* 103:42-66.
- Macaulay, Ronald K.S. (1987): Polyphonic monologues: quoted direct speech in oral monologues. *IPRA Papers in Pragmatics* 1, 2: 1-34.
- Meyer, Christian (2007): Macht, Sprache, Öffentlichkeit. Metadiskursive Wissen als Hinweis auf die Konfiguration sozialer Räume bei den Wolof Nordwestsenegals. *Sociologus* 57, 2:177-206.
- Myers, Fred & Donald L. Brenneis (1984): Introduction: Language and Politics in the Pacific. In: *Dangerous Words. Language and Politics in the Pacific*. Donald L. Brenneis & Fred Myers, eds. New York: New York University Press. Pp. 1-29.
- Reisman, Karl (1974): Contrapuntal conversations in an Antigua village. In: *Explorations in the ethnography of speaking*. R. Bauman & J. Sherzer, eds. Cambridge: Cambridge University Press. Pp. 110-124.
- Sacks, Harvey (1984): Notes on methodology. In: *Structures of Social Action*. J.M. Atkinson & J. Heritage, eds. Cambridge: Cambridge University Press. Pp. 21-27.
- Sacks, Harvey, Emanuel Schegloff & Gail Jefferson (1974): A simplest systematics for the organization of turn-taking in conversation. *Language* 50, 4:696-735.
- Sakita, Tomoko I. (2006): Parallelism in conversation: Resonance, schematization, and extension from the perspective of dialogic syntax and cognitive linguistics. *Pragmatics & Cognition* 14, 3:467-500.
- Sall, Adjaratou O. (2004): L'extension verbale en Wolof: le cas du suffix -e. *Annual Publication in African Linguistics* 2: 31-45.
- Sammons, Kay (2000): Replicating Key Features of Poetic Construction in Sierra Popoluca Storytelling Performance. In: *Translating Native*



*American Verbal Art. Ethnopoetics and Ethnography of Speaking.* K. Sammons & J. Sherzer, eds. Washington: Smithsonian Institution. Pp. 22-41.

Schegloff, Emanuel (2000): Overlapping talk and the organization of turn-taking for conversation. *Language in Society* 29:1-63.

Weber, Jean E. & Richard W. Hansen (1972): The Majority Effect and Brand Choice. *Journal of Marketing Research*, 9, 3: 320-323.



# ESPAÇO E GESTO: INTERACÇÕES NO PORTUGUÊS DE DIFERENTES CULTURAS

Isabel Galhano Rodrigues\*

Pág. 81 a 127

## 1. Introdução

No âmbito das análises da multimodalidade na interacção face a face que tenho vindo a realizar nos últimos tempos<sup>1</sup>, fui confrontada com fenómenos tanto de natureza psicolinguística como cultural. Estes fenómenos, embora directamente interligados, têm sido explorados segundo diferentes perspectivas que, por sua vez, se enquadram nas duas orientações principais da pesquisa da interacção face a face das últimas décadas: a orientação psicolinguística e a etnográfica<sup>2</sup>. É nesta última que o presente trabalho se insere. Nele pretendo abordar, embora ainda superficialmente, um aspecto cultural da interacção que se prende com o uso do espaço na interacção face a face, mais concretamente, com o espaço criado pelos gestos e movimentos do corpo em situações de comunicação face a face. O tópico *espaço gestual* está ligado ao conceito de *proxémica*, conceito este que abrange os fenómenos de distância, proximidade e orientação dos corpos dos participantes numa situação de interacção face a face.

Na minha opinião, o melhor modo de explorar os fenómenos da proxémica seria com base nas teorias do espaço e numa perspectiva de natureza psicolinguística-cognitivista. Muitos estudos sobre os gestos, sobretudo sobre os gestos dísticos (os gestos de apontar) procuraram descrever o fenómeno da percepção do espaço em diferentes culturas (cf. Cienki/Müller, 2006; Kita/Essegbey, 2001). Um meio de aceder à forma de organização conceptual dos espaços pode ser também através do modo como um indivíduo localiza os objectos do mundo real (na interacção) e no mundo fictício (nas narrativas) e quais são os elementos de referência tomados em conta,

---

\* Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
irodrig@letras.up.pt

<sup>1</sup> Cf. Rodrigues, 2005a, b, 2006a, b, 2007a, b, c.

<sup>2</sup> Müller (1998: 84-85).

tanto para a criação de espaços como para a localização dos objectos nos mesmos (Haviland, 2000). Uma descrição cognitivista deste fenómeno, por muito interessante que seja, iria contudo para muito além do âmbito deste trabalho, cujo tema foi aqui limitado ao que se percebe visualmente da criação e utilização de espaços. Por outras palavras, dar-se-á aqui atenção ao modo como a gesticulação define o seu espaço e em que medida se podem aí detectar diferenças culturais. Esta delimitação do tema explica-se pelo facto de, com atrás referido, se tratar ainda de um primeiro passo para uma pesquisa mais aprofundada sobre o espaço interaccional em diferentes culturas com português como língua materna e/ou oficial.

Para uma melhor compreensão dos diferentes conceitos de espaço aqui tratados, explicarei, em primeiro lugar, o significado de alguns termos. Em segundo lugar, apresentarei as categorias usadas na descrição dos gestos e dos diferentes tipos de espaço. Segue-se, por fim, a descrição de alguns gestos retirados do *corpus*, assim como a sistematização de diferentes /semelhantes usos do espaço gestual e interaccional.

## 2. Proxémica

De acordo com o significado da palavra latina *proximum*, o conceito de Proxémica refere as dimensões espaciais como a distância, orientação e postura, com ou sem movimento. É entendida como uma modalidade da comunicação não-verbal, onde é geralmente tratada de acordo com três aspectos: contacto físico (ou toque), distância interpessoal, orientação recíproca dos corpos, postura e configuração espacial (cf. Rodrigues, 2007b: 88-94). Estes tópicos serão abordados com mais algum pormenor nos próximos parágrafos.

### 2.1 Espaço pessoal e contacto físico

Como é do conhecimento geral, cada individuo tem o seu sentido e necessidade de espaço próprios, o que, por sua vez, determina a demarcação do seu território, do seu espaço pessoal ou da sua *body buffer zone* (Wallbott, 1995). Wallbott descreve esta zona como „the invisible bubble

around a person's body which on usually does not want to be entered by other" (Wallbott, 1995: 485). A dimensão desta bolha, ou, melhor, deste espaço, pode variar de indivíduo para indivíduo. No entanto, há tendências culturais generalizáveis, como tem vindo a ser testemunhado por parte da pesquisa sociopsicológica. Por exemplo, Hall (1990), tendo explorado a proxémica em diferentes culturas, comprovou que a percepção de espaço está ligada a estruturas culturalmente determinadas: "people from different cultures inhabit different sensory worlds [...] they do not structure space differently, but experience it differently" (Hall, 1974: 207).

Segundo Goffman (1974: 67), a pele é o invólucro do espaço pessoal mais próximo de um indivíduo e, como tal, é responsável pela protecção relativamente ao que pode vir do exterior. Por esta razão, é sensível ao toque. Os toques têm, porém, significados diferentes conforme a parte do corpo tocada. Neste contexto, nos anos 70 foram realizados vários estudos empíricos que comprovaram que os europeus do norte mantêm uma maior distância uns dos outros do que os europeus do Sul e que quando se encontram face a face só muito raramente se tocam. Segundo Argyle (1972: 246), enquanto na Grã-Bretanha e no Japão o contacto físico é raro, isso não acontece nas culturas árabes e africanas, onde as pessoas se tocam reciprocamente com muita frequência. Nesse contexto, chegaram mesmo a ser elaboradas taxinomias do toque, como se pode ver na Figura 1 para o caso dos estudantes americanos.

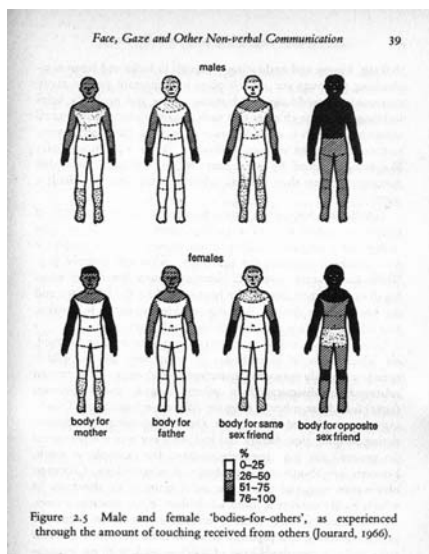


Figura 1 (Argyle, [1967] 1994: 39).

Abb. 4: Körperzeichnungen bei Jones/Yarbrough (1985, 23)

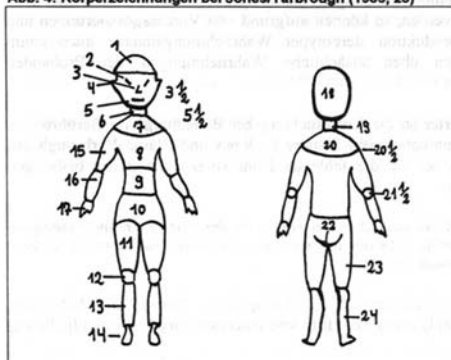


Figura 2 (Jons/Yarbrough, 1985: 23, cit. in Dreischer, 2001: 52)

Na Figura 2 encontra-se um desenho do estudo realizado por Jons e Yarbrough (1985, cit. in Dreischer, 2001: 52). Com base em inquéritos, os autores recolheram informações sobre iniciador do toque, parte do corpo tocada, local do toque, acompanhamento verbal e significado do toque. A partir deste levantamento, pôde ser elaborada uma categorização bem fundamentada para a cultura americana (se é que se pode falar de uma cultura americana), onde se mostra o modo como a tactilidade se encontra estruturada. Os autores mostram ainda que os toques têm um espectro de significado muito mais significativo do que aquele que tem sido considerado na investigação (cf. Dreischer, 2001: 56).

Além de possuírem o conhecimento sobre as partes do corpo que podem ser tocadas em público ou não, os indivíduos pertencentes à mesma cultura têm uma percepção exacta relativamente à duração e firmeza de um toque. Na verdade, quantas vezes não acontece que num aperto de mão, alguém aperta a mão do outro durante mais tempo do que aquele que é permitido ou comum, de tal modo que o parceiro começa a sentir-

-se pouco à vontade e se vê obrigado a retirar a sua mão, mais ou menos disfarçadamente? Parece, de facto, que cada um tenha uma percepção exacta relativamente à duração e firmeza de um aperto de mão, beijo de cortesia ou abraço amigável dentro da sua cultura. Quando esses toques sociais duram mais ou são mais/menos firmes do que a intimidade interpessoal o permite, a situação torna-se geralmente desagradável para um dos participantes<sup>3</sup>.

Os toques podem ainda ser sinais de interacção essenciais, por exemplo, como sinais de pedido de realimentação (*feed-back*), sinais de tomada ou de reclamação de vez (cf. Rodrigues, 1998). É precisamente esta função de alternância de vez do toque que Poggi *et all.* (no prelo) investigam para o caso do italiano.

Num estudo recente, Dreischer (2001) ocupa-se das acções tácteis. Neste contexto, a autora faz o levantamento das pesquisas sobre o toque realizadas por outros investigadores, em que foram consideradas variáveis como nacionalidade, cor da pele, idade, sexo e estatuto social<sup>4</sup>, e verifica que a maioria desses estudos apresenta graves falhas de natureza metodológica. Além disso, os diferentes métodos seguidos nas pesquisas, assim como o desprendimento ao contexto de situação impossibilitam uma comparação dos resultados. Porém, relativamente às diferenças culturais no toque, a autora conclui que se pode falar de culturas ricas e culturas pobres em toque. Ao primeiro grupo pertencem as culturas árabes, os europeus do sul e os latino-americanos. Ao segundo grupo, os europeus do Norte, os americanos e os asiáticos (Dreischer, 2001: 59-60).

## 2.2 Distância interpessoal e orientação

Em todas as culturas há uma distância que se deve manter entre dois ou mais indivíduos numa situação de interacção face a face. Quem se

<sup>3</sup> Agradeço este exemplo a Thomas Hüsgen.

<sup>4</sup> Como a autora comenta, estudos que se ocupam de especificidades culturais e de comportamentos de proxémica, devem ser tratados com certo cuidado, visto poderem ser facilmente conotados de preconceituosos e racistas (Dreischer, 2001: 61). O mesmo se passa com este tipo de estudos aplicado a diferentes estratos sociais.

posicionar mais perto do que é permitido ou desejável pode provocar um sentimento de desconforto no(s) parceiro(s) da interacção, que, por sua vez, procuram retomar a distância desejada, dando, para isso, um passo para trás.

Este fenómeno foi tratado sob o tópico *hipótese de equilíbrio* de Argyle/Dean (1965). De acordo com esta teoria, uma aproximação de A e que não é desejada por B provoca o distanciamento de B, de modo a recuperar o equilíbrio perdido (a distância considerada certa, desejável). Isso é conseguido através da inclinação do corpo para trás, da redução da fala e do desvio do olhar para o lado ou para cima. Também a orientação do corpo dos participantes entre si é importante para o decurso da interacção. Por exemplo, o facto de a linha dos ombros de um participante não estar orientada de acordo com a dos outros de modo a formar uma espécie de círculo (se forem três ou mais interactantes) ou duas linhas paralelas ou oblíquas com um ângulo igual ou inferior a 90º (se forem dois interactantes) pode significar que esse participante não tenciona comprometer-se durante muito mais tempo como participante na interacção, anunciando o seu afastamento, que pode acontecer em qualquer momento.

Para descrever o modo como os indivíduos se posicionam no espaço logo que iniciam uma interacção, Kendon (1990: 209-237) sugeriu o chamado *F-Formation System*<sup>5</sup>. O autor explica com isso algumas funções que o sistema pode desempenhar e como ele organiza o espaço físico: “An F-formation system, thus, generates three kinds of functional spaces: an inner space, the o-space; a narrow zone immediately around this space which functions as a buffer, protecting the system from outside influences, and also a kind of front hall or reception room in which visitors may be dwelt with or newcomers greeted before they are fully incorporated into the system itself” (Kendon, 1990: 234-235). O modo como os indivíduos se posicionam no espaço depende de diversos factores como a quantidade de participantes na interacção, a distância e o ângulo entre eles e todo o contexto do evento. O autor refere ainda que entre os participantes se forma um espaço que é mantido e que, de cada vez que um deles muda de

<sup>5</sup> „F“ está por *face-to-face*, de acordo com uma informação pessoal do autor (08.07.2003).



posição, os outros adaptam-se imediatamente, de modo que a estrutura espacial constituída se mantém constante. Normalmente uma mudança nesse sistema resulta de uma mudança do tema ou de uma nova orientação na interacção. A algumas categorias espaciais, como, por exemplo, a disposição das pessoas à mesa, o autor atribui um significado comunicativo. Assim, o decurso de uma interacção pode ser influenciado pelo modo como as pessoas se dispõem à mesa. Os padrões típicos são face a face, *L-arrangement* e lado a lado. Uma disposição face a face será mais adequada a uma situação de debate, discussão; uma disposição em L, para conversas mais íntimas.

### 3. Gestos e espaço

Sob 2.1. e 2.2 foram descritos dois aspectos da interacção: um prende-se com um espaço individual, o outro com um espaço interpessoal. Como se trata de duas dimensões, cuja correlação pode variar de cultura para cultura, torna-se necessário descrevê-las com maior pormenor.

#### 3.1 Espaço gestual vs. espaço interaccional

Como se pode depreender dos parágrafos antecedentes, o espaço pessoal é a área que um indivíduo sente como sua, como o seu território. Neste sentido, pode partir-se do princípio de que é precisamente este espaço a ser ocupado na execução dos movimentos das mãos e dos braços que acompanham a fala. Assim sendo, faço corresponder o espaço pessoal – a *body buffer zone* – ao espaço gestual.

O conceito espaço gestual (*gesture space*) designa a dimensão espacial que é precisa/ocupada na execução dos gestos e, através destes, criada no contexto interaccional. McNeill (1992: 86) define *gesture Space* como „a shallow disk in front of the speaker half flattened when the speaker is seated“. Este espaço é maior no caso das crianças (“with children the space is larger“). A Figura 3 mostra a a divisão proposta pelo actor para a descrição dos gestos (“for transcription purposes“).

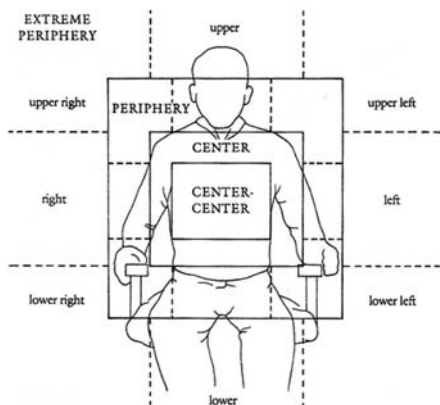


Figure 3.1. Drawing of the typical gesture space of an adult speaker.

### Figura 3<sup>6</sup>

Também foram considerados diferentes tipos de espaços gestuais. Haviland (1996) distingue os seguintes: “1) local space (“includes the observable features of the immediate environment); 2) narrated spaces (“that is, referent spaces created to encompass narrated events seen from some narrated perspective) are laminated over the local space of the speech event, possibly importing the latter space’s cardinal directions (or other presupposable special features) where relevant, but substituting for the hear-and-now a narratable there-and-then”; 3) “interactional space, defined by the configuration and orientation of the bodies of the interactants” e sem os eixos das coordenadas; e 4) “narrated interactional space: a space in which narrated interaction is located”.

*Espaço interaccional*, como refere a expressão, é o espaço formado pela configuração e orientação dos corpos dos participantes na interacção (cf. Haviland, 1996; Kendon, 1990). Este espaço abrange os espaços de projecção (que podem interceptar-se) de acção e de atenção de todos os

<sup>6</sup> McNeill (1992: 89)

participantes. Como esclarecem Haviland e Kendon, este espaço surge devido à interação que se estabelece entre falante e ouvinte(s) e tem a característica de estar sempre à disposição tanto para gestos de mostração referencial (gestes dísticos), como para outros gestos que acompanham a fala (gestos co-verbais), ou seja, os gestos icónicos, metafóricos e batuta<sup>7</sup>.

Levanta-se agora a questão, sobre se esses espaços – o espaço interaccional e os espaços gestuais dos vários participantes da interação se interceptam, isto é, se os gestos de um falante avançam para além do seu próprio território (que fiz corresponder atrás ao seu espaço gestual), entrando no espaço gestual dos outros participantes, ou não.

### 3.2 Coreografia dos gestos

Falta ainda ocupar-me de um aspecto que tem a ver directamente com as formas dos movimentos que, no fundo, originam o espaço gestual, a saber, a coreografia dos gestos. As características dos gestos podem ser estudadas de acordo com diferentes perspectivas: uma que tem a ver com o lugar de realização dos movimentos e outra, com o modo como esses movimentos são feitos, por exemplo, amplitude e tensão dos movimentos.

McNeill (1992) investiga os diferentes tipos de gesto de acordo com o lugar de realização e constata diferenças relevantes: os gestos icónicos são preferencialmente realizados na zona centro-centro, os metafóricos, abaixo do centro-baixo. Os gestos dísticos avançam até à periferia e os gestos-batuta agrupam-se em diferentes pontos, conforme o falante (McNeill, 1992: 88) (ver Figura 4).

No que diz respeito à utilização dos espaços gestuais em diferentes culturas, McNeill aponta algumas diferenças: na sua opinião, os espaços gestuais parecem organizar-se de diferentes modos: os falantes de Tucana

<sup>7</sup> De acordo com a tipologia de McNeill (1992), icónicos são os gestos cujas características ormais apresentam semelhanças com o conteúdo e representam características do mundo real; metafóricos, são os gestos que representam uma abstracção do mundo mental; gestos-batuta são gesto curtos e bifásicos que marcam um ritmo; por último, os dísticos, são os que apontam para referentes no espaço real ou fictício (cf. McNeill, 1992; Rodrigues, 2007b: 129-132).

usam o espaço à volta da cabeça com mais frequência do que os falantes das línguas europeias. Estes últimos, e com isso o autor refere-se aos falantes das línguas inglesa, francesa, alemã, italiana, alemã, e geórgia – não se distinguem muito uns dos outros (McNeill, 1992: 86).

Embora o autor não encontre grandes variações nos espaços gestuais dos europeus, o mesmo não pode dizer-se quanto à amplitude dos gestos (e, logicamente, directamente ligada a esta, às características dos movimentos do corpo dentro desse no espaço interaccional).

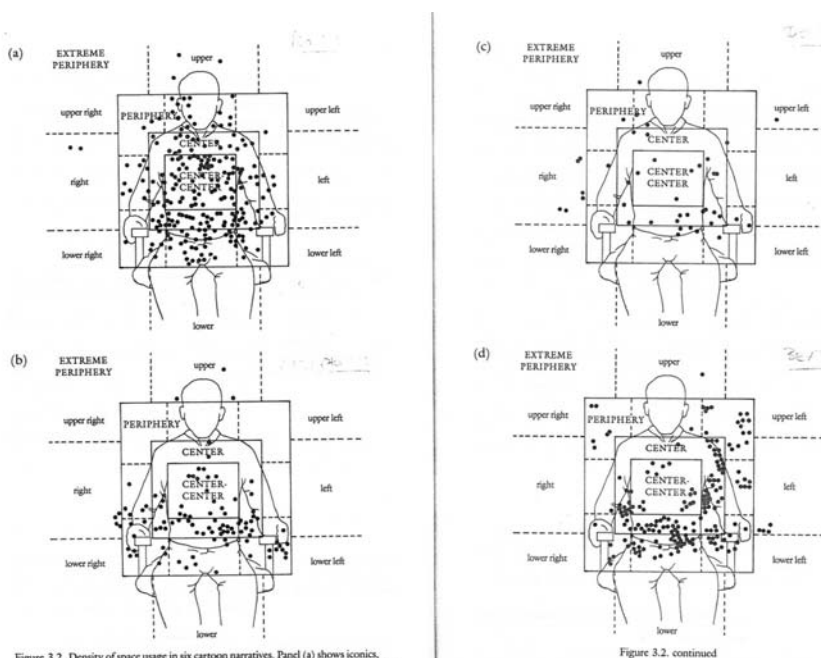


Figure 3.2. Density of space usage in six cartoon narratives. Panel (a) shows icons, most of which are in the C region; (b) shows metaphors, mostly in lower C region; (c) shows deictics and they tend to be in more peripheral regions; (d) shows beats and they are bunched up into tight clusters (each cluster is from a different speaker, who has her own favorite part of space for this gesture).

Figure 3.2. continued

## Figura 4<sup>8</sup>

<sup>8</sup> McNeill, 1992: 90-91.

Com base nas pesquisas mais antigas de Efron (1972) e Kendon (2004)<sup>9</sup>, que detectaram diferenças relevantes no gesticular e na ocupação do espaço gestual de italianos do sul, de ingleses e de judeus, Müller (1998: 230, 2001: 565-571) compara os espaços gestuais de espanhóis e alemães. A autora codificou o espaço gestual de acordo com os membros (partes dos membros) articulados e com o local da realização do movimento. Assim, os gestos foram classificados

1. conforme fossem executados com

- a) uma mão,
- b) com uma mão o antebraço
- c) com uma mão e o braço completo
- d) com uma mão, o tronco e a cabeça, e

2. conforme a sua posição relativamente a um eixo vertical e a um eixo horizontal:

- a) gestos ao nível do tronco e da cabeça (eixo vertical) e
- b) gestos acima do nível da cabeça (eixo vertical);
- c) gestos próximos do corpo (eixo horizontal) e
- d) gestos afastados do corpo (eixo horizontal).

Müller verificou que os falantes alemães movimentam predominantemente só um antebraço e uma mão, sem movimentar o braço, enquanto os espanhóis, na maioria dos casos, movimentam ou o antebraço e o braço, ou o braço, o tronco e a cabeça. Isso significa que na gesticulação dos alemães se constrói um espaço gestual mais reduzido do que na gesticulação dos espanhóis. Esta diferença manifesta-se a nível dos eixos vertical e horizontal.

---

<sup>9</sup> Kendon (2004) e Efron (1972) detectam grandes variações no uso do espaço gestual em diferentes culturas. Os italianos do sul, tendo os ombros como pontos de articulação, fazem gestos com o braço completo e com as mãos. Pelo contrário, a gesticulação dos judeus e dos ingleses tem apenas os cotovelos e os pulsos como pontos de articulação, definindo, assim, um espaço gestual mais reduzido.

#### 4. Categorias de análise

Após ter passado em revista alguns aspectos relativos aos gestos e aos espaços gestual e interccional, segue-se uma listagem das variáveis consideradas na presente análise para a descrição dos gestos:

##### 1. Características dos gestos (ver figura 5):

- pontos de articulação: ombros, cotovelos, pulsos, dedos, polegar;
- ângulo de articulação e amplitude do movimento;
- forma do movimento: orientação de acordo com um eixo horizontal e um eixo vertical e conforme o cruzamento dos dois eixos;
  - tensão/ energia do movimento;
  - modalidades participantes (por exemplo, se um movimento da cabeça e/ou do tronco participa na execução dos gestos).

##### 2. Tipos dos gestos:

- gestos icónicos
- gestos metafóricos
- gestos dísticos
- gestos-batuta

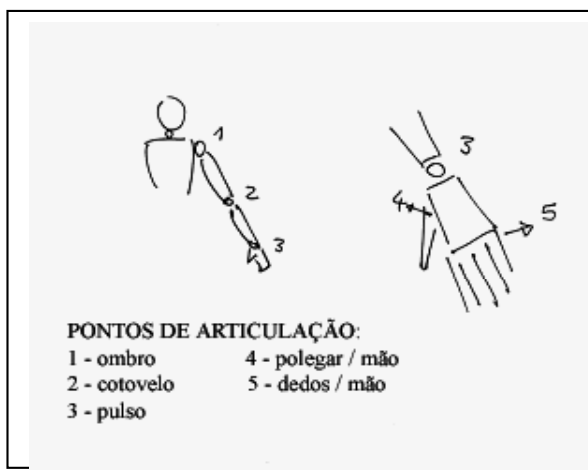


Figura 5

### 3. Espaço gestual (ver figura 3)

### 4. Espaço interaccional

Tendo em conta os pontos 1.4, podem, desde já, fazer-se algumas ilações: os gestos de maior amplitude, isto é, necessitam de mais espaço do que os gestos de pequena amplitude; um gesto pode ser articulado em simultâneo em diversos pontos, de modo que produz um movimento articulado em vários eixos - por exemplo, para cima e para a frente, ou para cima e para trás. Precisamente estas possibilidades de articulação permitem a execução de diferentes coreografias, que se distinguem não só de indivíduo para indivíduo, mas também de cultura para cultura, de acordo com hábitos de articulação e/ou uso do espaço gestual. Como referido atrás, Müller (1998, 2001) encontra diferenças nos pontos de articulação dos gestos dos espanhóis e dos alemães: os primeiros tinham como ângulo principal os ombros, os segundos os cotovelos e os pulsos. Consequentemente, os gestos dos alemães são de menor amplitude do que os gestos dos espanhóis. Além disso, o uso de apenas dois pontos de articulação faz com que o movimento seja menos articulado, mais hirto, com um percurso menos complexo e uma coreografia mais simples.

## 5. Análise de exemplos

Nos parágrafos seguintes serão analisadas algumas interações de acordo com o espaço gestual e espaço interaccional e também coreografia dos gestos. Para melhor compreensão, são apresentadas em baixo as transcrições da fala das passagens analisadas e algumas imagens retiradas do vídeo.

### 5.1 Os portugueses

*Contexto e tema:* três estudantes portugueses do sexo masculino estão sentados à frente de uma câmara e têm a tarefa de discutir sobre vários temas. Embora o discurso seja espontâneo, a situação não é natural. No entanto desconhecem os objectivos precisos da gravação. Um dos falan-

tes – NF – faz um grande esforço por contribuir para o debate, os outros menos, embora cooperem com ele, de um modo um pouco irónico. Nesta passagem, o falante NF defende a sua posição contra o facto de algumas mulheres resolverem ter um filho, mesmo não tendo companheiro, justificando a sua opinião pela falta de um modelo de pai:

### 5.1.1 Transcrição prosódica<sup>10</sup>

- 2p3-36 NF: <<dim> ´nÃO -É `Ai.  
 2p3-37 ´nÃO É `Uma `questÃO dE'  
 2p3-38 ´nãO -É umA questÃO `de- <all>tEr  
 que`cO´me`çar -a seguir `o -E`XEM`plo.>>  
 2p3-39 ↑mAS ´HÁ Um: `hÁ -Um:-  
 2p3-40 BS: <<p>`uma re-ferência>=  
 2p3-41 NF: <<all>=-hÁ -Uma rE↑`fe`rência-  
 2p3-42 ↑´É ↓-isso- (.)  
 2p3-43 ↑`E -É isso e ´fAz ´fAl↑`ta:.->  
 2p3-44 um ´pOnto de `re<<a>´ferÊn>`cia.>  
 2p3-45 CP: ´É:=Eh;  
 2p3-46 (0,515)  
 2p3-47 NF: <<p>-nÃO é->  
 2p3-48 CP: ´tEns `rA-zão-  
 2p3-49 (0,372)  
 2p3-50 NF: por ´isso -Acho que -Acho `quE:[Eh:m-]

<sup>10</sup> Transcrição prosódica de acordo com o sistema GAT, *Gesprächsanalytische Transkriptionssystem*. Cf. Selting, *et al.*, 1998.



### 5.1.2 Imagens: comunicação não-verbal



1 BS: benfiquista

2 BS: eu sou

3 BS: porto



4 pronto

5 não é aí

6 não é



7 não é

8 uma ques-

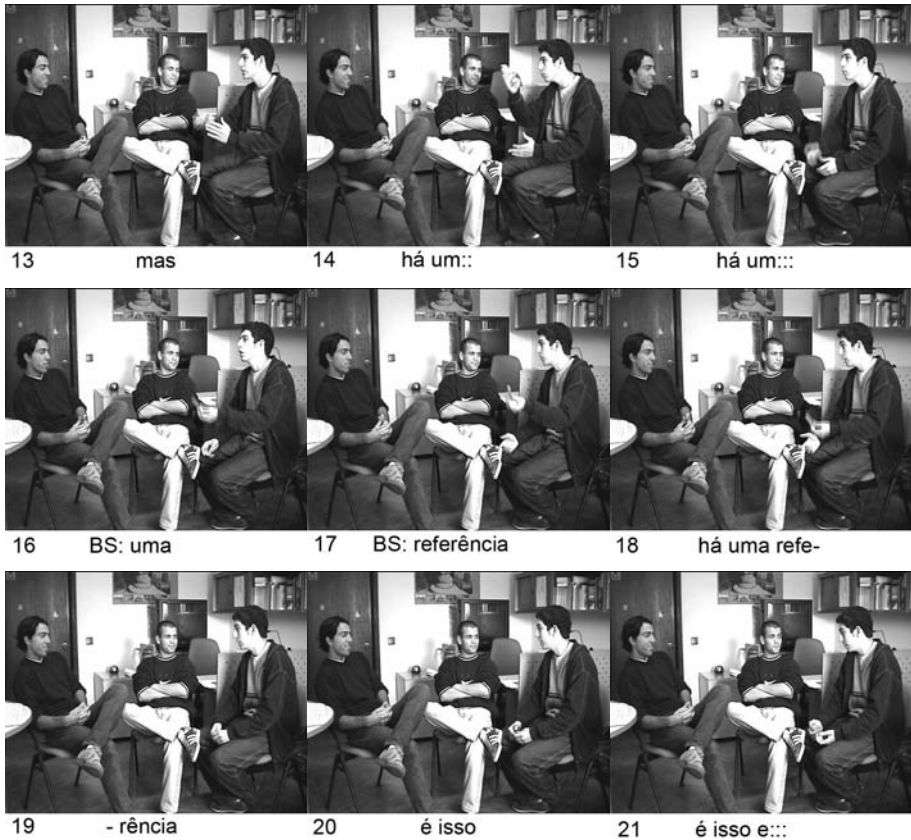
9 -tão de



10 ter

11 começar

12 exemplo



### 5.1.3 Comentários

*Espaço interaccional:* como se depreende das imagens 1-21, os três interactantes estão sentados com uma certa distância entre si, de tal modo que os seus corpos não se tocam. A Figura 6 mostra como se distribuem no espaço. Os seus espaços pessoais não se interceptam, não estão em contacto uns com os outros pelo menos a nível do tronco. O espaço interaccional formado é constituído pela soma de todos os territórios e do espaço adicional entre eles:

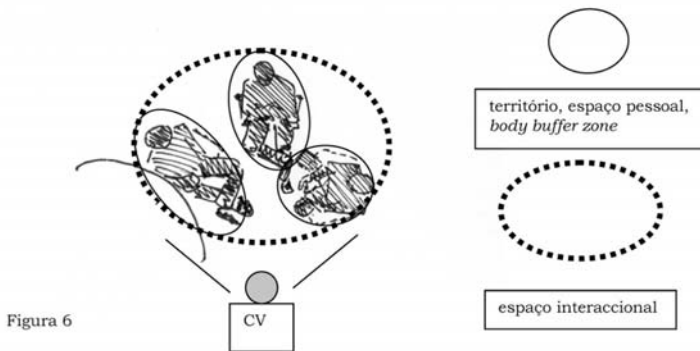


Figura 6

Figura 6

Como a gesticulação se desenvolve ao longo de um eixo horizontal e de um eixo vertical, na minha opinião o espaço interaccional não deveria ser considerado bidimensional, um disco chato como refere McNeill (1992: 86), mas sim como um espaço tridimensional. A questão sobre se, neste caso, o espaço entre a câmara vídeo e os interactantes também pertencem ao espaço interaccional fica em aberto (de facto, trata-se aqui de uma presença que pode influenciar o curso da interacção, mesmo se os interactantes não interagirem com a câmara.

*Postura:* O falante BS (à esquerda) e o falante NF (ao centro) estão sentados de pernas cruzadas, o primeiro de mãos juntas sobre o colo, o segundo de braços cruzados à frente do peito. Embora tensos, parecem querer dar a entender que estão relaxados.

*Pontos de articulação/ângulos:* nesta sequência, o interactante do centro, CS, não toma a vez. Os gestos do falante BS e do falante NF não avançam para além do seu espaço pessoal (cf. imagens 1, 6, 17). Os gestos que acompanham a fala de NF, que nesta passagem detém a vez durante mais tempo, são feitos num espaço que ainda se pode considerar interno ao seu espaço pessoal. Tanto no eixo horizontal – imagem 18 –, como no eixo vertical

– imagens 5, 6, 14) a amplitude dos gestos não é grande. Os cotovelos são os pontos de articulação principais, tanto para os movimentos horizontais como para os verticais. Nos movimentos verticais forma-se um ângulo de 90° entre o braço e o antebraço no máximo (imagens 6, 14). Os movimentos horizontais formam um ângulo de, no máximo, 45° (imagens 16, 17), que é determinado pelas linhas das coxas e dos antebraços.

*Tipos de gestos:* os gestos de maior amplitude são de natureza dística (imagens 5, 6); gestos metafóricos-batuta<sup>11</sup> são feitos preferencialmente à frente do corpo (imagens 7-12); a imagem 14 representa um gesto icónico-dístico; as imagens 16-18 um gesto dístico (o gesto aponta para o conceito „referência“). Estas características correspondem ao que McNeill (1992) observou para o caso dos gestos europeus.

## 5.2 Os angolanos

*Contexto e tema:* três estudantes angolanos estão sentados à frente da câmara e conversam sobre diferenças entre Portugal e Angola. Como no exemplo anterior, a situação não é natural. Procuram, no entanto, estar à vontade. Nesta sequência, o falante GS, ao centro, fala de como a sua atitude relativamente a barulho e a música alta mudou desde que vive em Portugal, há três anos.

### 5.2.1 Transcrição prosódica (1. Sequência)

- 02-01 GS: E::: depois há outra COI<sup>sa</sup>?
- 02-02 eu noto' `MESmo em mim-;
- 02-03 eu ´noto=A diferen:::ça-
- 02-04 <<all>sentido -que tá a perder uma ``COI<sup>sa</sup>;>
- 02-05 FM: yah. (0.396) tás a perder. (XXXX)
- [ ]
- 02-06 GS: tou a `tou a perder - uma coisa

<sup>11</sup> Defende-se aqui a opinião de que não existe uma separação clara no que diz respeito às funções dos gestos e que um gesto pode ser polifuncional. Assim, um gesto batuta também pode ser dístico, metafórico ou icónico; um gesto dístico também pode ter características icónicas, e assim por diante.

- 02-07 que eles PRÓprio são favoráveis (XXXX) Isso  
 02-08 [ ]  
 02-07 FM: Ya <<all> tamos a perder  
 tamos a perder;>  
 02-08 [ ]  
 02-09 GS: (1,547)por=EXEMPlo'  
 02-10 a´GOra fico assim mais `cALmo -mais responsá::vel;  
 02-11 (0,479)- mais `vE::lho-  
 02-12 depois começa a rir ´pouco'  
 02-13 FM: ((riso))Yah::  
 02-14 (1,286)-e eu em angola ´não `era assim;  
 [ ]  
 02-15 SR: <<pp>tem razão tem razão  
 02-16 angolAno `não é assim->  
 [ ]  
 02-17 GS: em anGO`la eu não era a´SSIM?  
 02-18 (0,337) bas´TA`va lá DEntro ´por música `MUI::to alta-  
 02-19 -tipo ´longo:::-  
 02-20 me ´Passa! dentro da ca´BEça;  
 02-21 (´e fala) me´lhOra essa ´música ou `desliga ´TÁ?  
 02-22 SR: (0,346) ´A SÊrio?  
 02-23 GS: -eu não ´ERA=A´SSIM;  
 [ ]  
 02-24 SR: -fala a sério (XXX).  
 [ ]  
 02-25 GS: !´JU`ro.!  
 02-26 ´eu fui `dJ ´eu fui `dJ;  
 02-27 (até a casa tem)`tinha´tem um`apAREHo´GRAN::de pa  
 ca`rAmba;  
 02-28 - e um - gajo ´to`CA::va-  
 02-29 `ba´RU::lho-  
 02-30 -tirA`va ´As coluna pA FO:::ra'  
 02-31 (0,345)-DAva `senTA::das-  
 02-32 (1,00)e -AQUI -tenho ME::`do.  
 02-33 pa`rE`ce como=os ´pi`pas.

- 02-34 SR: xau::;
- 02-35 GS: ´PRONTO?! -vá lá-
- 02-36 <<a>´A `mINHa `´ mÃE -num->
- 02-37 minha mãe não pode ouvir->
- 02-38 ´nEM ´POde ´´ ouvir-
- 02-39 ´Olha´ `mae já nao posso estar musica ´ALta?
- 02-40 <<p> `ela -vai des´maiar;>
- 02-41 (0,938)´eu ´rachei `a parede ´da`minha `CA::´sa;
- 02-42 (0,289)dei uma (XXX) ´gran`de porque eu passei na sala-
- 02-43 rachEI um ´can!´TINHo! ´da casa;
- 02-44 (0,346)<<all> até o meu pai o meu pai disse>
- 02-45 FM: ((riso))  
[ ]
- 02-46 vocÊ ´VAI `repaRAR;
- 02-47 (2,79)´aos fins de´se´MA:::na´vai`sempre ´TO`car-sem  
parar.
- 02-48 <<p> `nunca mais é sex´ta ´FEI::-ra´>
- 02-49 ´a (gente) `aliás sabi::a-
- 02-50 ´hoje `é sex´ta `feira -já ´sa`be que é barulho.
- 02-51 SR: (XXX)
- 02-52 GS: tirava=as colunas´TO`ca apare´LHA`gem´punha ´lÁ=AS  
mE::sas´
- 02-53 (0.392)´baRU:::´lho ´agO`ra na´ rua-
- 02-54 (0,649)<<p> chego cá- >
- 02-55 (1,069)<<p> a´gora ´não posso mais ouvir´(música alta).
- 02-56 ´nem batER=Um::´
- 02-57 (0,415)(XXX) -quando tá muito ´al`to -tenho -que dimi-  
NUIR-
- 02-58 (0,619)<<a> !tá ´LÁ ´não `SEI.
- 02-59 ´ó pá é falta´ não sei se é`ler pa carRAMba ou o caraças-
- 02-60 (0,954)porque Dizem que quem lê muito
- 02-61 também- fecha-se muito (mas são) mais do silêncio.
- 02-62 <<a>´não SEI sei LÁ::?>

### 5.2.2 Imagens – comunicação não-verbal



1 um 2 3 aparelho



4 grande 5 pa 6 ca-



7 -ram- 8 -ba 9 e



10 um ga-

11 -jo

12 to-



13 -ca-

14 - va

15 barulho



16 tirava

17 as colunas

18 pra





19 fo-

20 -ra

21



22

23

24



25 da-

26 -va

27 sen-



28

-ta-

29

- das

30



31

32

33

e aqui



34

tenho medo

35

eu

36

rachei



37 parede

38 (xxx)

39 grande



40 porque eu

41 passei

42 sala



43 ra-

44 -chei

45 can-



46 -tinho

47 da

48 casa



49 até

50 o meu

51 pai



52 disse

53 reparar

54



Figura 7

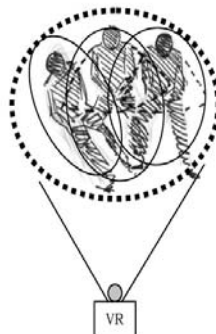


Figura 8

### 5.2.3 Comentários

*Espaço interaccional e postura:* os participantes da interação colocaram as cadeiras no espaço que lhes tinha sido indicado, porém não voltados uns para os outros, mas de modo a poderem ficar virados para a câmara. Isso pode ter implicado terem ficado sentados muito próximos uns dos outros, sobretudo o falante do centro e o da direita (as suas pernas quase se tocam). As linhas dos ombros dos três interactantes formam um semicírculo muito aberto (ver na figura 7).

*Espaço gestual:* no que diz respeito ao espaço gestual, pode dizer-se que o movimento ocupa não só o espaço pessoal do próprio falante, mas avança para além deste, entrando no espaço pessoal dos outros participantes (ver figura 10). Estes não parecem sentir-se incomodados nem invadidos no seu espaço, o que leva a entender que tal atitude é natural (cf. imagens 3, 28, 29, 30, 42, 45).

*Amplitude vs. tema:* O falante usa um espaço amplo para gesticular, sobretudo quando se refere a cenas da sua vida passadas em Angola. Sempre que fala sobre algum episódio passado em Portugal, as suas mãos ou se encontram em posição de repouso (imagem 32), ou fazem movimentos curtos (imagens 33-34). A amplitude dos movimentos pode ser medida tanto de

acordo com o eixo vertical (imagem 7, o movimento patente nas imagens 26-30), como com o horizontal (imagens 3, 20, 29).

*Pontos de articulação/ângulos/coreografia:* relativamente à coreografia dos gestos existe, neste caso, muito para descrever. Nos movimentos de “longo curso” - do ombro até aos joelhos e dos joelhos até aos ombros -, os pontos de articulação principais são os últimos. Com o erguer dos braços para a frente e para o lado, forma-se um ângulo de 90º entre o antebraço e o tronco, de tal modo que os cotovelos se encontram à altura dos ombros (ver imagens 4, 8, 16, 18). Estes movimentos, por sua vez, articulam-se a) através de flexões (imagens 4, 5, 9, 10, 25, 26) e alongamento repetidos (imagens 8, 12, 13, 14, 15, 19, 20) dos antebraços e b) através de movimentos de rotação das mãos (pulsos). Aqui as palmas das mãos encontram-se voltadas para dentro - no caso dos movimentos na direcção do corpo (imagens 4, 9, 10, 16, 21, 22, 23, 24, 33, 34) - e para fora - no caso dos movimentos do corpo para a frente e para baixo (imagens 6, 13, 18, 19, 26, 27).

Constata-se que os movimentos das mãos articulados na extremidade de dois segmentos maiores, também marcadamente articulados, tornam o movimento mais suave e leve. Isso deve-se certamente ao facto de as mãos estarem relaxadas e de o seu movimento ser o resultado de um impulso que parte dos ombros. Também não existe tensão nos membros superiores, mesmo nos movimentos de elevação dos braços, como demonstram as imagens 22 e 23, em que a força de elevação dos braços parece partir dos ombros. Assim, as mãos e os braços relaxados formam um segmento articulado preso a uma extremidade - os ombros - onde reside a força motriz.

*Tipos de gestos:* muitos gestos são tão expressivos que podem ser classificados em simultâneo por icónicos, dísticos e batuta. Segue-se a sua descrição mais pormenorizada:

(27) *Aparelho grande pa caramba* - (imagens 1-8) estas palavras são acompanhadas por uma elevação lateral de ambos os braços (em *aparelho*), do fecho a seguir (em *grande*) e do alongamento do braço para a

frente (em *pa caramba*). O primeiro gesto representa logo a dimensão da aparelhagem. A linearidade da língua, precisando de mais tempo, faz com que estes gestos que representam o tamanho da aparelhagem, antecedam a verbalização da palavra *grande*, de tal modo que funcionam como um reforço antecipado do conteúdo subsequente, isto é, como um anúncio<sup>12</sup>. De qualquer modo este gesto contrasta com a unidade gestual precedente que acompanhou os enunciados sobre o tema *Portugal*. Com a passagem, a nível temático, de uma dimensão geográfico-cultural para outra, inicia-se também uma nova dimensão de movimento.

(28) *e um gajo tocava* - (imagens 9-12) na fase de preparação destes gestos a mão direita é elevada até à altura do pescoço, palma da mão ligeiramente voltada para baixo; durante o golpe a palma da mão é virada para a frente e para fora, como se estivesse a afastar vigorosamente alguma coisa do corpo. Estes movimentos representam iconicamente o estado de espírito do falante que, neste momento, assume o papel de actor da sua narrativa. Os gestos correspondem assim a uma perspectiva do actor, ou seja, o chamado *character view-point* (CVP) (cf. McNeill, 1992: 122).

(29) *barulho* - (imagem 15) este gesto tem acima de tudo um carácter dístico: trata-se de um ligeiro movimento da esquerda para a direita com o braço esticado. Com ele, o falante localiza o *barulho*, o lugar para onde anteriormente o seu braço se tinha movimentado quando acompanhara a ideia de *tirar as colunas para fora*. Esta localização no espaço gestual permanece constante nos enunciados seguintes, sempre que o local do barulho, o sítio fora de casa é referido. É uma deixis *ad Phantasma* (cf. Bühler, 1965) que corresponde aqui ao *narrated space* de Haviland (1996) (cf. 3.1), espaços virtualmente indicados em que se desenvolve a acção na perspectiva do narrador e onde as coordenadas do aqui-agora ficam sobrepostas pelas coordenadas do ali-então.

(30) *tirava as colunas pra fora* - (imagens 16-23) - na fase de preparação do gesto o falante move a mão de novo na direcção do corpo (em *tirava*), as costas da mão contra o pescoço, e faz um movimento idêntico ao precedente, ou seja, estica os braços para a frente, formando um ângulo de 180° no cotovelo, desta vez com as palmas das mãos viradas para baixo (em *as colunas para fora*). A este movimento também atribuo um carácter

<sup>12</sup> Cf. Rehbein, 1983: 215-258; Rodrigues, 2007b: 200-203.

icónico: ele representa o lanço e a leveza do momento, o modo como as colunas foram tiradas para fora, ideia esta que não está contida necessariamente no significado da expressão verbal *tirar para fora*. Trata-se de um movimento que mais se assemelha a uma acção de *atirar* do que à de um deslocar alguma coisa do sítio e levá-la para fora. Assim, este gesto contribui com uma informação adicional àquela que é dada pelo conteúdo dos elementos linguísticos que constituem o enunciado. As imagens 21-23 correspondem à fase de retracção do gesto.

(31) *dava sentadas* – (imagens 24-32) a fase de retracção do gesto precedente torna-se a fase de preparação deste gesto, executado agora com os dois braços. De acordo com o conteúdo das palavras, o falante fala de muita gente sentada à volta. O gesto – um movimento para baixo e para ambos os lados – tem sobretudo propriedades díticas, pois parece indicar uma superfície plana e vasta, em torno do falante. Mas sendo usado para localizar uma cena num espaço narrado, também localiza entidades e objectos nesse espaço, mostando o modo como estão dispostos.

(32) *e aqui* – (imagem 33) – com a retoma da posição de repouso fica também marcada a oposição entre a vida em Angola e a vida em Portugal. O actor principal da cena narrada encontra-se nesse preciso momento em Portugal e através do seu corpo revela um tipo de comportamento completamente distinto. Esta postura física também podia ser interpretada como um estado de espírito de tristeza. Mas tudo dá a entender que seja apenas uma constatação acrítica do falante sobre uma mudança de comportamento (social), culturalmente determinada, que se explica através do processo de aculturação a que ele esteve sujeito.

(32) *tenho medo* – (imagem 34) – diz que tem medo de ouvir música alta e de fazer barulho. Isso significa que não se sentiria bem a fazê-lo e que se adapta aos costumes dos portugueses, abdicando desses hábitos. As colunas não são atiradas para a rua, não se põe a música alto, ele próprio já nem gostava (ver transcrição, linhas 54-62). O gesto com que nesta passagem ele aponta para si – com as duas mãos junto ao peito e viradas para si (imagem 62), é claramente um gesto dítico. Ao movimento orientado para dentro, para o corpo, com o tronco ligeiramente inclinado para a frente, atribuo um significado icónico, por reforçar o conteúdo da expressão *tenho medo*.



(41) *eu rachei a parede de minha casa* – (imagens 35-37) – a seguir a outras unidades gestuais, que acompanham os enunciados (33) – (40), o falante descreve um episódio em que causara danos a uma parede da sala em sua casa. Acompanha a verbalização de *rachei a parede* com um gesto icônico: a mão aberta e esticada com os dedos juntos para a frente, o braço esticado para a frente-lado executam um movimento de cima para baixo que transmite não só a ideia de *cortar*, mas também desenha a extensão da racha que ficou na parede. Mais uma vez, o gesto fornece informações adicionais às que são transmitidas pelos elementos linguísticos.

(42) *dei uma (XXX) grande porque eu passei na sala* – (imagens 38-42) – este enunciado funciona com um aparte (cf. Rodrigues, 2007b: 196.198) e está gestualmente marcado como tal, isto é, como sendo de importância secundária: o gesto que acompanha estes elementos é constituído por um movimento curto da esquerda para a direita, com a mão ligeiramente voltada para baixo, partindo da posição precedente, de braço e mão esticada. Na retoma do tema principal a seguir ao aparte, a mão volta à posição antecedente, aquela em que se encontrava antes do início do aparte. Deste modo, o gesto tem uma função principal de estruturação do discurso. A sua iconicidade, caso se trate de uma propriedade icônica, pertence neste caso a um nível de organização do discurso da interação. De acordo com a classificação dos sinais conversacionais (Rodrigues, 1998) teria uma função dominante de sinal topográfico

(43) *rachei um cantinho da casa* – (imagens 43-48) – o falante executa aqui um gesto formalmente idêntico ao que acompanhara a primeira verbalização de *rachei a parede* (um movimento idêntico, com a mesma mão). Este tipo de recorrência de um determinado gesto é o que McNeill *et al.* (2001) entendem por *catchment*, “a recurrence of gesture features over a stretch of discourse” (McNeill *et al.*, 2001: 474-481; Rodrigues, 2007b: 132). Do mesmo modo que as palavras, este gesto é produzido desta vez com uma maior tensão, sobretudo na parte terminal do golpe (cf. imagem 46). Durante a fase de retracção do gesto, o falante vira a cabeça para o ouvinte da sua direita e olha para ele, eventualmente para controlar o modo como a sua informação estava a ser recebida, ou para obter um sinal de realimentação.

(44) *até o meu pai disse* – (imagens 49-52) – inicia-se agora outra unidade gestual, que corresponde à introdução de uma nova entidade (personagem) na narrativa: o pai. O falante usa agora a outra mão/braço para gesticular, e representa a postura autoritária do seu pai (imagens 50-51). Neste ponto parece haver uma discrepância entre a comunicação verbal e a não-verbal: verbalmente o falante é o observador, não-verbalmente o actor.

(45) *you vai reparar* – (imagens 53-54) – nas imagens 52-53, que acompanham a verbalização de *you vai reparar*, o falante assume o papel de actor, dando, desta vez, o corpo e a voz à personagem do seu pai. O gesto de apontar é aqui um gesto icónico e dístico, através do qual o falante (que representa o pai) executa uma ordem, apontando, da sua perspectiva no espaço narrado (representado) para o próprio falante ou, eventualmente para o dano na parede. Neste caso, havendo uma interacção na narrativa, pode falar-se de um espaço interaccional narrado (cf. Haviland, 1996; cf. 3.1 neste trabalho).

Para completar a análise dos estudantes angolanos, gostaria ainda de referir um outro momento em que o interactante da direita assume o papel de falante.

#### 5.2.4 Transcrição Prosódica (2ª sequência)

03-01 SR:	˘você ˘vem a ˘portuGAL'
03-02	˘encontra ˘TU::do;
03-03	˘tudo o que você ˘quí'SER'
03-05	˘você ˘TEM.

### 5.2.5 Comunicação não-verbal



55      você

56      vem a

57      portugal



58      encontra tudo



59      quiser

### 5.2.6 Comentário

Como se pode ver nas imagens 57-58, o falante usa as coxas do ouvinte que está ao seu lado como superfície de apoio para a realização de gestos-batuta. Na imagem 55 vê-se que localiza o conceito de *Angola* no lado esquerdo do falante (*você* parte desse ponto), movimento de um lado para o outro reforça o conceito de *vir* (na perspectiva de alguém que está em Portugal) e o conceito de *Portugal* é localizado no lado direito do falante (num gesto com ambos os braços e mãos, esticados para a frente e paralelos um ao outro, como definindo um espaço entre eles), o lado mais próximo dos ouvintes, ou seja, dentro dos limites do espaço interaccional. Parece que, com este gesto, o falante inconscientemente localiza Portugal mais próximo dos três, o que, de facto, corresponde à realidade. Com a

superfície lateral da mão direita, o falante bate duas vezes em cima da coxa do seu parceiro. Este não aparenta qualquer reacção a estes toques, nem espanto nem irritação, o que indica que acha essa atitude normal. Esta passagem demonstra que, neste espaço interaccional, os espaços pessoais parecem não existir, isto é, que não existem demarcações dos diferentes territórios.

Logo que esteja constituído o espaço interaccional, através da disposição dos corpos no espaço físico, os intarctantes podem gesticular ao longo dos eixos horizontais e verticais, em movimentos tão amplos quanto as suas características físicas os permitirem. O espaço pessoal dos outros interactenates não representa obstáculo para a amplitude do movimento.

### 5.3 Falantes do português como língua estrangeira

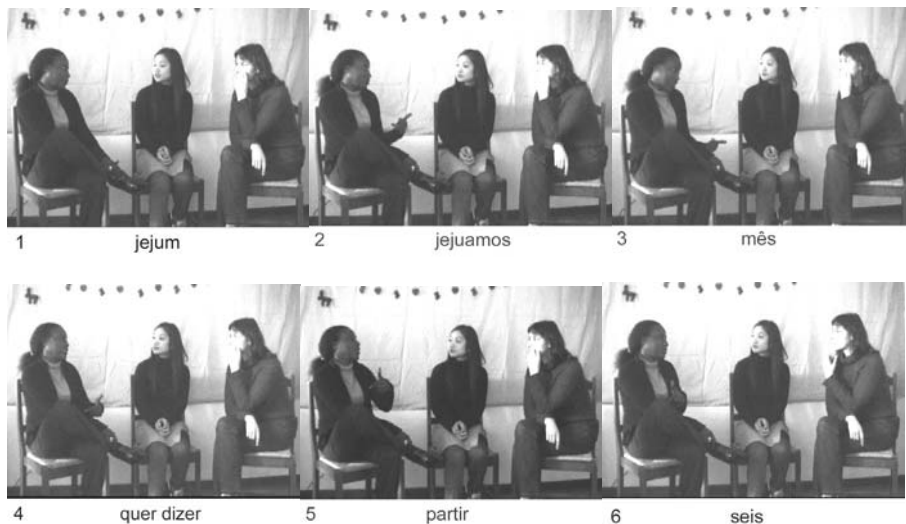
Para enriquecer esta pequena análise com outros elementos de comparação, recorri a uma interacção face a face intercultural, em que duas das participantes falavam português como língua estrangeira. Em primeiro lugar, analiso duas passagens em que a estudante senegalesa e a estudante japonesa detêm respectivamente a vez. Com esta análise pretendo salientar certas características culturais mais evidentes no que diz respeito aos movimentos do corpo e à postura de cada uma das falantes.

#### 5.3.1 Transcrição prosódica (estudante senegalesa)

- 03-01 SEN: outra -festa que a gente comemoramos.  
 03-02 e::´dePOIS `de um mês de jejum.  
 03-03 POR: sim-  
 03-04 SEN: jejuamos durante um ´més.  
 03-05 `quer dizer;  
 03-06 ´a partir:::: ´das h `seis da manhã;  
 03-07 `até:::; `sete ´e meia´da´TARde` não bebemos nada;  
 03-08 POR: (XXX)  
 03-09 SEN: `não comemos ´NAda `não bebemos;  
 03-10 (xxx)eh às sete e meia eh da ´TARde;  
 03-11 -começamos a comer ATÉ-

- 03-12 às seis da (manhã)  
 03-13 JAP: ((riso))  
 [ ]  
 03-14 POR: até cair pó la::do.  
 03-15 SEN: não NÓS FAZEMOS durante um ´mês;  
 [ ]  
 03-16 ((riso))  
 [ ]  
 03-17 ((riso))  
 03-18 SEN: um ´mês;  
 03-19 JAP sim-  
 03-20 POR: sim-  
 03-20 SEN eh:: vamos eh vamos festejar-  
 03-21 JAP sim-  
 03-22 SEN e come´ÇAmos a `comER ´normal´mente.

### 5.3.2 Comunicação não-verbal





7

até

8

meia

9

nada



10

pausa

11

pausa

12

pausa



13

sete e meia

14

tar-

15

-de



16

começamos

17

comer

18



### 5.3.3 Comentários

*Postura:* a falante tem uma postura relaxada, com o tronco ligeiramente flectido sobre as pernas, o braço direito muitas vezes apoiado sobre as coxas e o esquerdo caído, com a mão apoiada no pé direito, perna direita cruzada sobre o joelho esquerdo (imagens 1, 27).

*Espaço interaccional:* As três falantes mantêm certa distância entre si.

*Espaço gestual:* como se pode ver a partir das imagens 24 e 25, à semelhança do que se passa com os falantes angolanos, os movimentos da estudante senegalesa interceptam o espaço pessoal da sua parceira da interacção.

*Coreografia:* os gestos da falante são feitos sobretudo com o braço esquerdo, ao longo do eixo horizontal e vertical. Como no caso dos angolanos, parece que a força motora parte dos ombros, arrastando/impelindo o membro articulado numa ou noutra direcção (imagens 18-20 e 24-27).

*Amplitude e pontos de articulação:* ao contrário dos angolanos, no vértice no ombro nunca se forma um ângulo de 90°. Em contrapartida, no vértice no cotovelo constata-se uma abertura de cerca de 180° (imagens 24 e 25). No pulso também se verifica uma grande amplitude na articulação, onde a mão e o ante-braço formam ângulos de 90° (imagens 11, 12, 14, 18, 19, 24).

*Eixos:* os movimentos realizam-se ao longo de um eixo horizontal, que gera um espaço ao lado esquerdo da falante, e um eixo vertical que ocupa um espaço entre o nível dos ombros e o nível do pé esquerdo (imagens 15, 22, 27).

*Tipos de gestos:* Os principais gestos usados focalizam partes do discurso de diferentes modos.

*jejuamos durante um mês* – (imagens 1-3) a falante move a mão e o braço esquerdo para o lado esquerdo, mão semi-fechada, indicador esticado e orientado para fora, de um modo semelhante ao início de uma contagem. Este gesto tem uma função focalizante, sendo a função dística, que geralmente é atribuída ao indicador esticado, muito reduzida. Não se trata aqui de uma localização de elementos num espaço (real ou virtual) mas de chamar atenção para uma informação importante.

*quer dizer* - (imagem 4) este movimento desenha uma espécie de corte na fluência dos movimentos num sentido contrário ao gesto antecedente. Marca, assim, uma oposição entre o que foi dito antes, reforçando a função de reparação dos elementos linguísticos que acompanha. É um gesto icónico, que juntamente com os elementos linguísticos verbalizados em simultâneo, desempenha uma função de reparação do discurso.

*a partir das seis da manhã* - (imagens 5, 6) a parte verbal que vem substituir os elementos reparados é focalizada através de um novo gesto com a mesma configuração de mão (levanta o braço com o indicador



apontando para cima – em *a partir* - e para o lado direito em baixo – em *das seis da manhã*).

*até sete e meia da tarde não bebemos* - a extensão do tempo é marcada em semi-círculo que se estende desde um ponto do lado direito da falante a outro ponto no seu lado esquerdo – em *até* levanta o braço com o dedo apontando para cima e move-o em seguida para a direita e para baixo em *sete e meia da tarde*. O gesto tem aqui uma função de demarcação temporal, mostrando que o avançar do tempo num período limitado é sentido como um movimento progressivo, não segundo uma linha recta, mas sim segundo uma linha curva (semi-círculo).

*não comemos nada não bebemos* - (imagem 9) a falante executa três gestos idênticos durante a produção verbal dos elementos verbais que informam sobre a não realização de certas actividades / acções. Os gestos têm características icónicas: palma da mão para baixo, num movimento da direita para a esquerda, como quem quer apagar ou anular alguma coisa ou acção .

*(xxx)eh* – nesta pausa o gesto regressa à posição de repouso (imagem 10), um gesto muito relaxado, em que a falante deixa cair o braço com todo o seu peso em cima do pé. Lentamente, segue-se a fase de preparação de um novo gesto (imagens 11, 12).

*às sete e meia* - (imagens 12, 13) este gesto que acompanha a verbalização de *sete e meia* vai ser idêntico ao que acompanhou a primeira verbalização de *sete e meia*. Trata-se aqui do *catchment* de McNeill (2001: 29), uma retoma de um gesto para acompanhar as mesmas referências. Assim, a referência temporal *sete e meia* mantém-se constante também no que diz respeito à sua localização no espaço gestual da falante.

*eh da tarde -começamos a comer* – (imagens 14-17) um movimento semi-circular marca o ritmo do que se passa às sete e meia da tarde (gesto batuta).

*até às seis da (manhã)* – (imagens 19-21) um segundo movimento semi-circular mas de menor raio acompanha os elementos verbais correspondentes à continuação da actividade (gesto batuta). Estes dois gestos batuta marcam um ritmo que acompanha a verbalização de uma acção com uma determinada duração.

*não nós fazemos durante um mês* - gesto em posição de repouso.

*eh vamos eh festejar* - (imagens 22, 23) uma nova actividade é acompanhada por um movimento com uma nova orientação, um gesto batuta relaxado, que focaliza uma actividade.

*e começamos a comer normalmente* - (imagens 24-27) este gesto, também muito relaxado, acompanha os elementos que referem a terminação de uma actividade especial e a entrada num modo de vida regular. A configuração da mão é diferente daquela que fora usada para acompanhar as referências temporais do ramadão e para marcar o ritmo das actividades específicas desse período de tempo: enquanto nesse último caso o indicador se encontrava esticado, funcionando como um elemento específico focalizador, neste momento a mão encontra-se aberta, não aparentando propriedades focalizadoras específicas.

### 5.3.4 Transcrição prosódica (estudante japonesa)

- 04-01 JAP: depende desses (padrões);  
 04-02 mm-mm-"  
 04-03 depende da (XXX)  
 04-04 mm mm  
 04-05 no japão? tambem;  
 04-06 ``QUEM' ``tEm -um  
 04-07 ´SE `hoje um=omem (pois)- `tem:::: ´diNHEIRO?  
 04-08 ´ele ´PA`ga' ``mas- ´se` não?  
 04-09 `os ´pais `pagam;

### 5.3.5. Comunicação não-verbal





4 também

5 quem

6 um



7 homem

8 dinheiro

9 paga



10

11 mas

12 se não



13

14 pais

15 pagam

### 5.3.6 Comentários

*Postura:* a falante tem uma postura contida e erecta: costas muito direitas, coxas alinhadas com a cadeira, pés cruzados, braços repousados em cima do colo, mãos unidas em cima das coxas (imagens 1 e 3).

*Espaço interaccional:* As três falantes mantêm certa distância entre si, nenhuma parte do corpo se toca. (ver)

*Espaço gestual:* os gestos da falante são muito contidos, feitos praticamente apenas com os antebraços e as mãos, mas em pequenos movimentos (imagens 5-9).

*Amplitude e pontos de articulação:* existe um ponto de articulação - os cotovelos -, onde se constata apenas uma pequena elevação dos antebraços acima do nível das coxas. Por outras palavras, a amplitude dos movimentos é mínima.

*Tipos de gestos:* a maior parte dos gestos serve para focalizar certas partes do discurso, reforçando ainda o conteúdo dos elementos lexicais que acompanha:

*no japão também* - (imagens 3, 4) - quando toma a vez a falante olha para a sua interlocutora do lado direito. Depois volta a cabeça de novo para a frente.

*quem tem um* - (imagens 5-6) este falso arranque é acompanhado por uma pequena abertura das mãos para ambos os lados, um gesto de abertura, focalizando o que vai ser dito. As mãos voltam a fechar-se.

*se hoje um homem (pois) tem dinheiro* - (imagens 7-10) em *dinheiro* a falante afasta de novo ligeiramente as mãos para ambos os lados.

*ele paga* - em *paga* as mãos encontram-se ainda afastadas. Em seguida, fecham-se de novo.

*mas se não* - (imagens 11-13) este movimento contra-argumentativo é reforçado não-verbalmente através de um pequeno movimento do tronco e da cabeça para o lado esquerdo.

*os pais pagam* - (imagens 14-15) antes de *pais*, abre de novo as mãos, focalizando o que vai ser dito.

## 6. Conclusão

Através desta breve análise da Proxémica em dois estudos de caso com português como língua materna puderam ser feitas as seguintes elações:

- Enquanto os estudantes portugueses fazem gestos de pouca am-

plitude, de modo que os movimentos não impliquem que os braços/mãos saiam do espaço pessoal de cada um, os estudantes angolanos fazem movimentos muito amplos, através dos quais os membros superiores entram no espaço pessoal dos outros interactantes.

- Os pontos de articulação dos gestos dos portugueses são os ombros e os cotovelos, sendo os ângulos formados em cada um deles menores do que 45°.

- Os pontos de articulação dos gestos nos angolanos são os ombros, os cotovelos, os pulsos e também, mas nem sempre, os dedos das mãos. Os ângulos atingem cerca de 90° nos ombros e nos pulsos, 180° nos cotovelos. Deste modo, a coreografia não é tão rígida como no caso dos portugueses, pelo contrário, no seu todo, os movimentos são fortemente articulados e fluidos.

- Partes do corpo dos interactantes encontram-se em contacto, partes do corpo que, na minha opinião, na cultura portuguesa masculina heterossexual não são tocadas. Toques nos ombros e nos braços já são mais frequentes, mas neste *corpus* não foram encontradas.

- No caso dos angolanos foram detectados vários toques nos braços e nas coxas, e isso numa situação de certo constrangimento à frente de uma câmara vídeo, o que leva a crer que esses tipos de toques são frequentes entre os angolanos.

Para o caso das falantes com português como língua estrangeira, pôde-se constatar o seguinte:

Os movimentos do corpo da falante senegalesa aproximam-se dos movimentos do corpo dos falantes angolanos na medida em que são também relaxados e amplos. Verificam-se também semelhanças no que diz respeito à quantidade de pontos de articulação usados: um dos vértices que se mantém estático nos europeus é o que se localiza nos pulsos. Também o grau de abertura dos outros vértices é maior, sobretudo o do vértice localizado no cotovelo.

A falante japonesa, por sua vez, representa um extremo no que diz respeito à contenção do movimento. Os gestos de abertura são afastamentos mínimos das mãos sobre o regaço e o vértice localizado nos ombros está praticamente inativo. Não se constantam movimentos laterais dos

braços, isto é, os braços parecem estar colados ao tronco. Em diversos momentos desta interacção a falante eleva um pouco as mãos acima até ao nível do peito, mantendo todavia as palmas sempre orientadas para baixo, como se existisse um pudor na sua exposição.

Além destes aspectos da proxémica, foram aqui referidos outros que se prendem com a coreografia dos gestos. O ritmo da fala e do corpo, embora sejam também importantes para este tema, não foram tratados. Merecem contudo ser devidamente explorados, pois são fundamentais para o entendimento de comportamentos culturalmente determinados, comportamentos esses que, por sua vez, se reflectem também no sistema e no uso da língua.

## Bibliografia

- ARGYLE, M. (1972) „Non-verbal communication in human social interaction“, in: R. Hinde (Hrsg.), *Non-verbal communication*, Cambridge: Cambridge University Press.
- ARGYLE, M. Dean, J. (1965) „Eye-contact, distance and affiliation“, in: *Sociometry*, vol. VI, 32-49.
- ARGYLE, M. [1967] 1994, *The psychology of interpersonal behavior*, Harmondsworth: Penguin.
- BÜHLER, K. (1965) [1934] *Sprachtheorie*. Stuttgart: Gustav Fischer Verlag.
- CHIENKI, A. / Müller, C. (Hrsg.) (2008) *Metaphor and Gesture*. Amsterdam: John Benjamins.
- DREISCHER, A. (2001) „*Sie brauchen mich nicht immer zu streicheln...*“ *Eine diskursanalytische Untersuchung zu den Funktionen von Berührungen in medialen Gesprächen*, Frankfurt a.M.: Peter Lang Verlag.
- EFRON, D. [1941] (1972) *Gesture, race and culture*, The Hague, Mouton.
- GOFFMAN, E. (1974) *Frame Analysis. An essay on the organization of experience*, New York: Harper Colephon Books.
- HALL, E. (1974) „Proxemics“, in: S. Weitz (Hrsg.), *Nonverbal communication*, New York: Oxford University Press, 205-229.
- HALL, E. [1966] (1990) *The Hidden Dimension*, Cambridge: Cambridge University Press.
- HAVILAND, J. (1996) „Pointing, Gesture Spaces, and Mental Maps“, in: D. Glick, *Language & Culture, Symposium 3, April 1996*, <http://language-culture.binghamton.edu/symposia/3/part1/1.html>.
- HAVILAND, J. (2000) „Pointing, gesture spaces and mental maps“, in: D. McNeill (Hrsg.), *Language and Gesture*, Cambridge: Cambridge University Press.
- KENDON, A. (2004) *Gesture. Visible action as an utterance*, Cambridge: Cambridge University Press.
- KENDON, A. (1990) *Conducting Interaction. Patterns of behavior in focused encounters*, Cambridge: Cambridge University Press.
- KITA, S. / Essegbey, J. (2001) „Pointing left in Ghana: How a taboo on the use of the left hand influences getural practice“, in: *Gesture*, vol. 1,

- Nr. 1, 73-95.
- MCNEILL, D. (1992) *Hand and Mind. What gestures reveal about thought*, Chicago Il.: Chicago University Press.
- MCNEILL, D. / Quek, F. / McCullough, K.-E., Duncan, S. / Furuyama, N. / Bryll, R. / Ansari, R. (2001) „Catchments, prosody and discourse“, in: C. Cavé, I. Guïtella, S. Santi (Hrsg.), *Oralité et gestualité. Interactions et comportements multimodaux dans la communication. Actes du colloque ORAGE 2001, Aix-en-Provence, 18-22 juin, 2001*, Paris : L'Harmattan, 474-481.
- MÜLLER, C. (2001) „Gesture-space and culture“, in: C. Cavé, Guaitella, I., S. Santini (Hrsg.), *Oralité et Gestualité. Interactions et comportements multimodaux dans la communication. Actes du Colloque ORAGE 2001, Aix-en-Provence, 18-22 juin, 2001*, Paris : L'Harmattan, 565, 571.
- MÜLLER, C. (1998) *Redebegleitende Gesten. Kulturgeschichte-Theorie-Sprachvergleich*. Berlin: Berlin Verlag Arno Spitz.
- POGGI, I. / Cirela, F./ Zollo, A. /Agustini A. (no prelo) „The communicative system of touch. Lexicon, alphabet and norms of use“, in: A. Camurri, G. Volpe, B. Mazzarino (Hrsg.), *Proceedings of gesture workshop, April 15-17 Genova 2003*.
- REHBEIN, J. (1983) „Announcing. On formulatin plans“, in: F. Coulmas, K, Ehlich (Hrsg.), *Writing in focus*, Berlin: Mouton, 215-258;
- RODRIGUES, Isabel Galhano (1998) *Os sinais conversacionais de alternância de vez*. Porto: Granito Editores e Livreiros.
- RODRIGUES, Isabel Galhano (2005a) „Comunicação não-verbal e filmes etnográficos: os movimentos do corpo como património imaterial“, in: *Prisma*, 1 [http://prisma.cetac.up.pt/artigospdf/comunicacao\\_ nao\\_verbal\\_e\\_filmes\\_etnograficos.pdf](http://prisma.cetac.up.pt/artigospdf/comunicacao_ nao_verbal_e_filmes_etnograficos.pdf), 1-40.
- RODRIGUES, Isabel Galhano (2005b) „Fala e movimentos do corpo na interacção face a face: uma proposta de análise de meios de contextualização de sequências narrativas“, in: *Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas, II Série, Volume XXII*, 483-526.
- RODRIGUES, I. Galhano (2006a) „Contar pelos dedos: um sinal de manutenção de vez na interacção face a face“, in: *Lusorama* 65-66, 157-183.



- RODRIGUES, I. Galhano (2006b) „Konversationelle Funktionen der verbalen und nonverbalen Signale in der portugiesischen Interaktion: eine Reparatur“, in: A. Endruschat, R. Kemmler (Hrsg.), *Grammatische Strukturen des europäischen Portugiesisch*. Tübingen: Calepinus Verlag, 215-245.
- RODRIGUES, I. Galhano (2007a) „Body in Interpretation“, in: P. Schmitt, H. Jüngst (Hrsg.): *Translationsqualität. Akten der LICTRA 2006* (Leipziger Studien zur angewandte Linguistik und Translatologie). Frankfurt: Peter Lang Verlag, 739-753.
- RODRIGUES, I. Galhano (2007b) *O corpo e a fala. Sinais verbais e não-verbais na interação face a face*, Lisboa: FCG/FCT.
- RODRIGUES, Isabel Galhano (2007c) „The application of a framework for the micro-analysis of speech and body movements in face-to-face interaction“, in: *Proceedings of GW2007 - 7th International Workshop on Gesture in Human-Computer Interaction and Simulation* (<http://www.adetti.pt/>).
- SELTING, M. / Auer P. / Barden, B. / Bergmann, J. / Couper-Kuhlen, E. / Güntner, S. / Meyer, C. / Quasthoff, U. / Schlobinski, P. / Uhmann, S. (1998) „Gesprächsanalytisches Transkriptionssystem (GAT)“, in: *Linguistische Berichte 173*, 91-122.
- WALLBOTT, M. (1995) „Analysis of nonverbal communication“, in: U. Quasthoff (Hrsg.), *Aspects of oral communication*, 41-62. Berlin, Walter de Gruyter, 480-490.



# LÍNGUA, PODER E CONHECIMENTO: BREVE ESBOÇO SOBRE A DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E EPISTÊMICA NO CONTEXTO CABO-VERDIANO

Eurídice Furtado Monteiro\*;Itzel Salas Barrena \*\*

Pág. 129 a 159

## Introdução

No contexto cabo-verdiano, a situação linguística caracteriza-se pela co-existência hierarquizada da língua cabo-verdiana (LCV) e da língua portuguesa (LP) (Fanha, 1987; Pereira, 1991, 1993 e 2001; Duarte, 1998; Veiga, 2004). Como acontece noutras sociedades crioulas, o estatuto sociolinguístico atribuído à LCV reflecte a sua subalternização em relação à LP: a LCV tem sido confinada ao domínio privado (Fishman, 1972), considerada a língua materna, de comunicação na família, da oralidade e das situações informais de comunicação; em contrapartida, a LP constitui a língua do domínio público (Fishman, 1972), sendo a língua oficial e do ensino, da escrita, dos meios de comunicação social e das situações formais de comunicação. Não obstante, ambas adquiriram um valor simbólico, definindo os contornos para a co-oficialização da LCV.

Neste ensaio, pretendemos analisar a LCV, não apenas enquanto elemento cultural, mas também como suporte de produção e veículo de transmissão de conhecimento. Este ensaio encontra-se dividido em dois momentos principais. No primeiro momento, pretendemos destacar o constructo ideológico que tem vindo a excluir as línguas vernáculas (sem tradição de escrita) do domínio da ciência moderna e procurar o caminho para a *ecologia de saberes*. No segundo momento, pretendemos realçar a necessidade do reconhecimento da diversidade linguística e epistémica no

---

\*Eurídice Furtado Monteiro é Mestre e Doutoranda em Sociologia, no âmbito do Programa "Pós-Colonialismos e Cidadania Global", coordenado pelo Centro de Estudos Sociais e pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

\*\*Itzel Salas Barrena é Mestranda em Linguística Descritiva e colaboradora na área da Crioulística, no Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

As autoras agradecem à Dominika Swolkien pela leitura da primeira versão deste ensaio.

contexto cabo-verdiano, consubstanciada grandemente com uma efectiva implementação do bilinguismo, sem ignorar a importância de uma planificação linguística adequada a esse espaço insular da costa ocidental africana.

## 1. Língua, poder e conhecimento

No livro *Um discurso sobre as Ciências*, ao caracterizar a ciência moderna saída da revolução científica do século XVI pelas mãos de Copérnico, Galileu e Newton, o sociólogo Boaventura de Sousa Santos afirma que, «sendo um modelo global, a nova racionalidade científica é também um modelo totalitário, na medida em que nega o carácter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas» (Santos, 1999: 10-11).

Com base sobretudo nesta afirmação, o teórico literário Walter Mignolo realça a relação entre as línguas e “ciência”, mostrando que a “ciência” (conhecimento e sabedoria) não pode ser separada das línguas. Segundo o autor, as línguas não são meros fenómenos culturais em que os povos encontram a sua identidade; são também o lugar em que o conhecimento está inscrito. Uma vez que as línguas não são algo que os seres humanos têm, mas algo que os seres humanos são, Mignolo considera que a colonialidade do poder e do saber veio a gerar a colonialidade do ser. Nesta sequência, acrescenta que a hegemonia epistémica relaciona-se com as línguas do poder, sendo que, no mundo moderno ocidental, desde o século XVI, as línguas do poder têm estado relacionadas com a expansão imperial (Mignolo, 2004: 632-633).

Como realça Mignolo, a revolução científica do século XVI foi concebida como um triunfo da modernidade, na perspectiva da modernidade, uma autocelebração que ocorreu em paralelo com a crença emergente na supremacia da raça branca [ver as críticas de Frantz Fanon na obra *Pele Negra, Mascaras Brancas* (1975)]. Deste modo, o poder da modernidade ocultava, ao mesmo tempo, a colonialidade (do poder, do saber e do ser). No entender do autor, a colonialidade do poder abre uma porta analítica e crítica que revela o lado obscuro da modernidade e o facto de nunca ter havido, nem poder haver, modernidade sem colonialidade. No mesmo

sentido, o autor inclui a “ciência” e o conhecimento científico, considerando que o conceito moderno de conhecimento e de ciência foi concebido e usado para descartar os conhecimentos e as formas de saber inscritas em línguas vernáculas não ocidentais e coloniais e nas suas origens clássicas (grego e latim). Portanto, a colonialidade (do poder, do saber e do ser) aponta para a sempre oculta implicação de negação e de repúdio em nome dos valores da modernidade ocidental. A ruptura e a disjunção que a colonialidade (do poder, do saber e do ser) introduz no avanço triunfal da modernidade aparecem assim como a única realidade existente. Deste modo, os padrões epistémicos estabelecidos em nome da teologia, da filosofia e da ciência tornaram possível que fosse negada racionalidade a todas as outras formas de conhecimento. Assim sendo, a cumplicidade entre a modernidade e o conhecimento foi, ao mesmo tempo, colonialidade enquanto negação epistémica planetária (Mignolo, 2004: 631-634).

Para essa transformação da “ciência” em única forma de conhecimento válido contribuíram não só razões epistémicas, como também factores económicos e políticos. Estes factores contribuíram para que a “ciência” conquistasse também o privilégio de definir o que é ciência e o que é conhecimento válido, assumindo, igualmente, a condição de ideologia legitimadora da subordinação dos países do “Sul”<sup>1</sup>. No século XIX, essa transformação epistémica se consumou através de dois processos. Por um lado, a emergência de uma concepção a-histórica do próprio conhecimento científico, feita do esquecimento dos processos históricos de constituição do conhecimento e das posições e correntes que foram derrotadas ou remetidas para posições marginais em relação às teorias e concepções dominantes. Por outro lado, a morte de conhecimentos alternativos<sup>2</sup> que conduziu à liquidação ou subalternização dos grupos sociais cujas práticas assentavam em tais conhecimentos (Santos, Meneses e Nunes, 2004: 19-20).

Entretanto, como tem sido referido, este processo não deixou de conhecer significativas perturbações. Primeiro, não é possível continuar a

<sup>1</sup> Trata-se de um “Sul” sociológico e não geográfico, exprimindo todas as formas de subordinação a que o sistema capitalista mundial deu origem: expropriação, supressão, silenciamento, diferenciação, desigualdade, etc. (Santos, Meneses e Nunes, 2004: 20).

<sup>2</sup> Tem vindo a ser designado por *epistemicídio* a morte de um conhecimento local perpetrada por uma ciência alienígena.

declarar a irrelevância ou a inferioridade dos diferentes modos de conhecimento emergentes das experiências da esmagadora maioria da população mundial, que vive no “Sul”. Segundo, não é justificável a determinação global de que são os problemas relevantes para o conhecimento em função dos interesses e prioridades definidos nos países do “Norte”, nem a orientação prioritária do investimento na ciência e na tecnologia em função desses problemas. Terceiro, é insustentável a situação de, por exemplo, as ciências sociais continuarem a descrever e interpretar o mundo em função de teorias, de categorias e de metodologias desenvolvidas para lidar com as sociedades modernas do “Norte”, isto porque, a maioria das sociedades existentes, não só apresenta características e dinâmicas históricas diferentes, como tem gerado as suas próprias formas de conhecimentos das suas experiências sociais e históricas e produzindo contribuições significativas para as ciências sociais, ainda que remetido para margens destas. Deste modo, a vitalidade cognitiva do “Sul” não deixou de ter consequências para o conhecimento científico moderno, obrigado a reconhecer a existência de outros conhecimentos, mesmo quando procura circunscrever a sua relevância, qualificando-os de “conhecimentos locais” ou de “etnociências” (Santos, Meneses e Nunes, 2004: 20-21).

Por outras palavras, o filósofo D. A. Masolo, na sua análise sobre a filosofia e o conhecimento indígena numa perspectiva africana, questiona o carácter supostamente abstracto e universal das teorias científicas, denunciando que estas reflectem as circunstâncias e os contextos sociais em que são produzidas. Interroga se as próprias disciplinas científicas não são “etnodisciplinas”. Neste sentido, Masolo evidencia o carácter contextual do conhecimento e a contribuição das “etnodisciplinas” para a “ciência” (Masolo, 2003: 21-23 e 27).

Entretanto, tendo em atenção o reconhecimento do conhecimento científico como a forma oficialmente privilegiada de conhecimento, torna-se necessário a construção de um modo verdadeiramente dialógico de engajamento permanente, articulando as estruturas do saber “moderno/científico/ocidental” às formações “nativas/locais/tradicionais” de conhecimento, por forma a lutar contra a monocultura do saber, na teoria e na prática. Pois, a diversidade epistémica do mundo é potencialmente infinita, sendo nunca demais realçar que todos os conhecimentos são contex-

tuais. Não há nem conhecimentos puros, nem conhecimentos completos, mas sim constelações de conhecimentos. Deste modo, a reivindicação do carácter universal da ciência moderna é apenas uma forma de particularismo, em que a particularidade reside no facto dela ter poder para definir como particulares, locais, contextuais e situacionais todos os conhecimentos que com ela rivalizam (Santos, Meneses e Nunes, 2004: 46; Santos, 2006: 127).

Partindo do princípio de que a diversidade epistémica do mundo é potencialmente infinita, Santos propõe a *sociologia das ausências*. Trata-se de uma investigação que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, activamente produzido como não existente, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe. O autor mostra que há produção de não-existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível, sendo possível distinguir cinco lógicas ou modos de produção da não-existência, assentes nas seguintes monoculturas: *monocultura do saber e do rigor do saber*; *monocultura do tempo linear*; *monocultura da naturalização das diferenças*; *monocultura do universal e do global*; *monocultura dos critérios de produtividade capitalista*. As lógicas assentes na *monocultura do saber e do rigor do saber* e na *monocultura do universal e do global* merecem destaque neste ensaio. A lógica assente na *monocultura do saber e do rigor do saber*, segundo Santos, consiste na transformação da ciência moderna e da alta cultura em critérios únicos de verdade e de qualidade estética, respectivamente. No entender do autor, a não-existência assume aqui a forma de ignorância ou de incultura. Relativamente à lógica assente na *monocultura do universal e do global*, Santos afirma que, na modernidade ocidental, a escala dominante aparece sob duas formas diferentes: o universal e o global. Para o autor, o universalismo é a escala das entidades ou realidades que vigoram independentemente de contextos específicos, tendo assim precedência sobre todas as outras realidades que dependem de contextos e que são assim consideradas particulares ou vernáculas. A globalização, segundo o autor, trata da escala que privilegia entidades ou realidades que alargam o seu âmbito a todo o globo e que, ao fazê-lo, adquirem a prerrogativa de designar entidades ou realidades rivais como locais. Nesta lógica, a não-existência é produzida sob a forma

do particular e do local, incapacitando assim a existência de alternativas creíveis ao que existe de modo universal ou global (Santos, 2005: 17-21; 2006: 95-98).

Com a *sociologia das ausências*, Santos propõe a substituição de monoculturas por ecologias. Assim, o autor identifica cinco ecologias em oposição às cinco monoculturas já apresentadas: *ecologia de saberes*; *ecologia das temporalidades*; *ecologia dos reconhecimentos*; *ecologia das trans-escalas*; *ecologia das produtividades*. As duas ecologias que se opõem às duas monoculturas que destacamos atrás são a *ecologia de saberes* e a *ecologia das trans-escalas*, respectivamente. Relativamente à *ecologia dos saberes*, a lógica assente na *monocultura do saber e do rigor do saber* tem de ser confrontada com a identificação de outros saberes e de outros critérios de rigor que operam credivelmente nas práticas sociais. No entender do autor, essa credibilidade contextual deve ser considerada suficiente para que o saber em questão tenha legitimidade para participar em debates epistémicos com outros conhecimentos, nomeadamente com o saber científico. O autor realça que a ideia central da *sociologia das ausências* neste domínio é a de que não há ignorância em geral e nem saber em geral, na medida em que toda a ignorância é ignorante de um certo saber e que todo o saber é a superação de uma ignorância particular. Assim, afirma que o princípio da incompletude de todos os saberes é condição da possibilidade de diálogo e debate epistémico entre diferentes formas de conhecimentos. Quanto à *ecologia das trans-escalas*, ao desglobalizar o local relativamente à globalização hegemónica, a *sociologia das ausências* explora também a possibilidade de uma globalização contra-hegemónica, ampliando a diversidade das práticas sociais ao oferecer alternativas aos globalismos localizados (que é o impacto específico da globalização hegemónica no local, sendo um exemplo neste sentido o caso da propagação da língua inglesa) (Santos, 2001: 69; 2003: 749; 2005: 23-28; 2006: 98-107).

## 2. O processo da afirmação da língua cabo-verdiana

Uma vez apresentado o quadro teórico que sustenta este ensaio, pas-samos agora à análise do processo de afirmação da LCV, enfatizando a



discussão sobre a complexidade da relação entre esta e a LP e o debate sobre a sua padronização, destacando a importância de uma planificação linguística adequada ao contexto cabo-verdiano.

Como foi acima referido, a situação linguística em Cabo Verde caracteriza-se pelo regime desigual entre a língua vernácula (LCV) e a língua oficial (LP), que, contrariamente à primeira, é uma língua estandardizada. A este tipo de situações que caracteriza não só a maior parte das sociedades crioulas, mas também os contextos em que as línguas vernáculas se encontram excluídas de certos círculos sociais em detrimento das línguas de prestígio<sup>3</sup>, Ferguson (1959) atribuiu o nome de *diglossia*. As situações diglósicas que se verificam na actualidade são fruto de uma longa convivência com uma certa ideologia de linguagem, a qual foi particularmente preconizada durante o período colonial das ex-colónias, e cujas sequelas se apresentam hoje sob a forma de uma dicotomia que divide os “domínios” de acção de cada uma delas.

Em Cabo Verde, tal como noutros casos que apresentam um regime linguístico caracterizado pela co-existência hierarquizada entre uma língua europeia oficial (internacional) e uma língua local, verificamos que, trinta e três anos após a sua independência, a distribuição do espaço destinado a cada uma revela a interiorização das dicotomias impostas pelo discurso colonial. Por outras palavras, apesar do uso informal (oral) da LCV tenha sido sempre “indexado”, antes e depois da independência, um forte sentido de solidariedade identitária e/ou em certos contextos, de resistência cultural, este uso é menos valorizado ou inclusive indesejado nos contextos públicos, nomeadamente na administração, na educação ou nos média.

Logo após a independência, numerosas iniciativas de valorização da cultura e da identidade cabo-verdianas, nas quais a LCV era o expoente máximo, propulsaram o seu estatuto ao de língua nacional sem, no entanto, quebrar com um certo tipo de *diglossia* que caracteriza a sociedade cabo-verdiana, implicando a exclusão do livre exercício de cidadania à população geral, uma vez que esta não domina a língua oficial imposta pelo Estado-Nação (Dias, 2002: 11).

<sup>3</sup> Por gozarem do estatuto de línguas oficiais atribuído pelos governos nacionais ou locais, sendo que, comumente, correspondem às línguas dos antigos poderes coloniais nesses países.

Para uma melhor compreensão e caracterização deste fenómeno, analisaremos a seguir os pontos que parecem essenciais na formulação das causas da aparente separação do domínio de acção de cada língua, sendo este o resultado da longa coexistência entre o LCV e a LP, e tendo como consequência um bilinguismo reduzido, uma situação de insegurança linguística e uma relativa descrioulização ou interferência da LP na LCV.

### **2.1. LCV e LP: Co-existência, insegurança linguística e descrioulização**

Os dados disponíveis relativamente à génese e ao desenvolvimento da LCV, explicam a sua pluralidade interna, nomeadamente no que diz respeito à sua variação geográfica e aos seus diversos registos sociais ou recursos estilísticos.

A formação e difusão da LCV foi regida, entre outros factores, pelo ritmo vagaroso da povoação do desabitado arquipélago devido às limitações logísticas e ambientais, pela diversidade geográfica na origem dos seus habitantes e pela proporção de cada um dos seus grupos populacionais:

«Cabo Verde era um arquipélago despovoado e foi ocupado logo no início das navegações portuguesas (1461-1462) por europeus nobres e seus servos fugidos às perseguições, alguns africanos livres e um enorme contingente de escravos trazidos da costa da Guiné para o cultivo dos géneros de sustentação e criação de gado e, posteriormente, para as plantações de açúcar (...). Estes dados fazem-nos situar a formação do CCV [Crioulo de Cabo Verde] em Sotavento e especialmente na ilha de Santiago que funcionou durante mais de um século como entreposto de escravos (...), onde deviam passar todos os escravos para serem “ladinizados”» (Fanha, 1987: 294).

Fanha comenta ainda a situação da «renovação constante de escravos» face ao «êxodo em massa» da população senhorial branca, para ilustrar a esmagadora diferença proporcional entre dominantes e dominados, restringindo assim o acesso dos escravos à LP. Esta situação constitui o marco primordial para o surgimento de uma língua crioula, que deve ter convivido até aos finais do século XVII com diversas línguas africanas, com um pidgin

renovado, mas estável, e com a LP (Fanha 1987: 294).

No entanto, a LP de origem constava já de uma grande heterogeneidade caracterizada pelos regionalismos empregues pelos falantes metropolitanos. Desta forma, a heterogeneidade do português que foi trasladado para as ilhas em diferentes fases, assim como a mudança diacrónica intrínseca à LP, constituem factores cruciais na génese da LCV. De facto, os falantes de línguas crioulas, de modo geral, acreditam que, contrariamente ao crioulo que é percebido como língua de variação por excelência, a língua da qual o crioulo subtraiu a sua base lexical, é uma língua homogénea. O que na verdade corresponde à interiorização do já referido discurso colonial sobre a inconsistência e desvalorização das línguas vernáculas em detrimento das línguas dos colonizadores.

Durante o período colonial o convívio da LCV com a LP em Cabo Verde, operou-se seguindo três tendências que se podem identificar através das políticas linguísticas que foram aplicadas formalmente pelo poder colonial no território. A primeira tendência pode caracterizar-se por uma co-existência relativamente pacífica entre ambas, na qual a LCV era a língua predilecta para todo tipo de interacções sociais, sendo a sua aprendizagem fortemente motivada até o ponto dos europeus recém-chegados a Cabo Verde, estarem altamente encorajados a aprender essa língua como o relatam alguns registos escritos do final do século XVIII, nomeadamente o referido por Carreira (1985: 27) relativamente a um escritor anónimo que se exprimia em 1784 da seguinte maneira: “raros [são] os [brancos] que sabem falar a língua portuguesa com perfeição, e só vão seguindo o estilo de falar da terra, que é uma corruptela tão rústica que não se pode escrever”.

Apesar deste momento da expansão do uso da LCV para as diversas classes sociais e étnicas, assim como para os domínios públicos e privados, o alargamento do prestígio social da LCV parece ter sido interrompido com a abertura do Seminário-Liceu de São Nicolau em 1866<sup>4</sup>. Veiga

<sup>4</sup> Embora o impacto objectivo da abertura do Liceu no incremento do número de falantes bilingues tenha sido bastante reduzido, como foi já apontado por Fanha (1987), o seu verdadeiro impacto residiu nas consequências sociais e ideológicas que a presença de uma norma de referência à língua oficial e padrão representava. De facto, os falantes de LP como língua materna que tinham adquirido alguma competência na LCV re-direccionaram a sua escolha linguística à língua alvo com maior prestígio (ou seja, voltaram a adoptar a língua portuguesa como referência única). Esta rotação na escolha da língua teve assim efeitos repercutórios no conjunto dos falantes das ilhas, associando a LP à nova simbologia de superioridade social que lhe foi desde então atribuída.

(2004: 83) refere-se a este momento como uma viragem nas relações entre as duas línguas, pois como explica a instalação de uma instituição educativa nas ilhas determinou o reconhecimento formal e simbólico da LP como a língua absoluta do saber, e da mesma forma invalidou a LCV para este efeito, cumprindo com o seu papel na engrenagem colonial de estabelecer irremediavelmente uma linha divisória e validativa entre dois universos culturais e identitários. Finalmente, os programas dos nativistas<sup>5</sup> e dos claridosos<sup>6</sup> retribuíram alguma validade à LCV, sendo que esta era uma ferramenta indispensável no programa identitário cabo-verdiano que se desenvolveu no início do século XX, baseados na expressão da excepcionalidade da identidade cabo-verdiana estabelecida num compromisso que pretendia harmonizar a singularidade regional com a identidade cultural portuguesa, esforço sintetizado na formulação da *caboverdianidade* (Pereira, 1991). No entanto, a validação do uso e da promoção do LCV nas suas diversas formas artísticas, era efectuado através da ideologia dominante que a considerava como sendo um simples dialecto da LP (Silva, 1957; Almada, 1961) e não um sistema linguístico totalmente independente.

A conflituosa co-existência entre a LCV e a LP conduziu a uma situação de desconforto linguístico e identitário perante a qual o uso da língua vernácula tornou-se menos prestigiante, embora traduza uma forma de resistência e união cultural a nível nacional. Com efeito, tem sido a língua utilizada pela maioria da população em oposição à LP, cujos falantes se limitam a uma elite minoritária (que nas situações informais de comunicação recorrem à LCV) e cujo uso encontra-se restringido às situações formais de comunicação.

Se até agora a situação linguística descrita aparenta configurar-se num regime binário (porque diglósico), a situação real é bem mais

<sup>5</sup> O movimento nativista cabo-verdiano, tal como o brasileiro do qual se inspira, é motivado por um sentimento de valorização da cultura local, em contrapartida àquela de natureza externa. Este surgiu em resposta à imposição cultural externa, e passou a construir um sentimento nativista próprio. Este sentimento foi patente, nos finais do século XIX, com Luís Loff de Vasconcelos, José Lopes e Pedro Monteiro Cardoso e ainda o papel exercido por Eugénio Tavares, que publicava, a partir de Lisboa, um jornal exortando por melhorias na então Colónia.

<sup>6</sup> A *Claridade* foi uma revista literária surgida em 1936, na cidade do Mindelo, ilha de São Vicente (Cabo Verde), e que está no centro de um movimento de emancipação cultural, social e política da sociedade cabo-verdiana. Os seus principais responsáveis foram Manuel Lopes, Baltazar Lopes da Silva e Jorge Barbosa.

complexa e encontra-se profundamente moldada pela larga história de co-existência entre a LCV e a LP, com as consequências que se verificaram noutras sociedades crioulas e que apontam para a permeabilidade de ambos sistemas. Tal como noutros países criolófonos, onde a língua lexificadora continuara a co-existir com o crioulo, engendrara-se um *continuum* de lectos, cuja representação em Cabo Verde se exprime nas variedades geográficas (de ilha para ilha e dentro de cada ilha), assim como as variedades sociais (sócio-lectos) e estilísticas. A multiplicidade dos factores e da expressão da variação nas línguas crioulas constitui uma das razões pelas quais os seus falantes “ecoam” as afirmações proferidas pelos seus críticos durante o período colonial. Estes apontavam para a aparente inconsistência da língua crioula para argumentar a favor da sua agramaticalidade; ideia que explica a falta de gramáticas formais da LCV até finais do século XIX. Porém, a produção de análises linguísticas da LCV (Brito, 1887; Lopes, 1963; Almada, 1961; Veiga, 1982 e 1995; Quint, 2000a e b; Lang, 2002; Baptista, 2002; Pratas, 2004 e 2007), que vieram refutar as ideais anteriores, parece ter tido um impacto moderado na aceção geral relativamente ao lugar da LCV na sociedade, nomeadamente na reticência de uma parte significativa da população em abraçar a iniciativa do uso da LCV como meio de ensino, ou ainda como válida para ser usada nos contextos formais e internacionais.

Entretanto, o principal problema como foi já apontado por Fanha (1987 e 1989) e Pereira (1991) reside nas características do *continuum* de variedades que na verdade não permitem uma diferenciação contrastiva entre as duas línguas, sendo que além das interferências, as variedades mais acrolectais (mais próximas da língua lexificadora, ao contrário das basilectais referentes às variedades mais afastadas desta) incorporam traços próximos ou idênticos à língua lexificadora. Em concreto, existem formas mais acrolectais da LCV de ilha para ilha<sup>7</sup> e dentro de uma ilha por razões geográficas (oposição urbanidade/ruralidade), sociais ou es-

<sup>7</sup> Refere-se aqui à divisão entre as variedades de Barlavento por oposição às variedades de Sotavento as quais são tradicionalmente colocadas em diferentes estados de assimilação à LP por apresentarem formas tidas como mais ou menos africanas, ou mais ou menos portuguesas. Neste sentido, a variante de São Vicente é a mais acrolectal e a variante de Santiago a mais basilectal.

tilísticas<sup>8</sup>, cuja delimitação entre o sistema crioulo e português revela-se extremamente ambígua.

Os acrolectos numa língua crioula representam a fase mais avançada de descrioulização, isto é, da tendência para a perda gradual das características crioulas desta e que teoricamente levaria a uma assimilação total da língua de prestígio. Estes constituem por isto mesmo o *locus* por excelência da insegurança linguística que prevalece na comunidade cabo-verdiana, onde só uma parte reduzida da sociedade é efectivamente bilingue. Desta forma, explica-se que exista a percepção generalizada que se pode falar crioulo como se de outra língua se tratasse, isto é, os falantes podem imaginar que estão a expressar-se na LP usando a representação mental das variantes 'leves' (acrolectais) que conhecem. Este tipo de situações é comum em certas produções nos âmbitos de difusão pública, como na rádio ou na televisão ou ainda nos quadros institucionais, nos quais os falantes recorrem, se não à LP, pelo menos a uma aproximação desta<sup>9</sup>. Esta situação já tinha sido referida por Fanha:

«O crioulo acrolectal pode ser o crioulo tanto de quem tenta falar português sem grande sucesso (i.é, não conseguindo de deixar falar a sua língua materna), como de quem procura, através de marcas identificadoras do português, valorizar o seu crioulo, ou ainda de quem se limita a introduzir algumas marcas identifi-

<sup>8</sup> É ainda de grande importância referir que a par da descrioulização generalizada do sistema linguístico crioulo, motivada pela pressão social que exerce a língua de prestígio sobre a língua crioula, existe ainda uma movimentação individual dos falantes no *continuum*, pelo que, além do carácter prestigioso do uso de uma variedade mais próxima do acrolecto, este uso constitui igualmente um recurso estilístico dos falantes que muitas vezes detém um vasto «repertório» de lectos que utilizam consoante o contexto e consoante queiram exprimir convergência ou divergência com o(s) seu(s) interlocutor(es).

<sup>9</sup> A propósito da descrioulização nos crioulos de base lexical inglesa, Escure (2002) defende que, tanto as variedades mesolectais, como os acrolectos, não constituem meros estádios de assimilação da língua de contacto, mas antes representam um verdadeiro alargamento do repertório dos falantes. Assim, as variedades intermediárias deixam de ser exclusivamente interpretadas como marca visível da perda gradual (ou total) dos traços crioulos e passam a ser definidos segundo o conceito de inovação linguística, processo presente em todas as línguas do mundo: «*in creole situation, learning the standard does not entail a minolithic progression toward the target language (with the replacement of old linguistic forms by new forms) but, rather, the development of a broader repertoire, allowing for the existence of the co-existence of the native and acquired forms in a speaker's competence. Creole speakers have been found to extent their repertoires, at least in English-based creole continua, rather keep them constant through the substitutions of mesolects for basilects and acrolects for mesolects. In other words, mesolects do not constitute just a temporary interlanguage stage*» (Escure, 2002: 66).

cadoras do crioulo numa estrutura e num léxico essencialmente portugueses» (1989: 12).

Convém ainda destacar que em Cabo Verde o processo de descriu-  
lização, apesar dos vários focos de pressão social, contida no prestígio  
da LP, encontra-se num estado retardado «sobretudo nas zonas rurais e  
suburbanas menos expostas à penetração da instrução e cultura oficial  
portuguesas (Fanha 1987: 297).

## 2.2. Planificação linguística no caso cabo-verdiano

Em Cabo Verde, encontramos uma esmagadora maioria de falantes cujo bilinguismo se encontra condicionado pelo acesso reduzido e desigual à LP e para quem o primeiro contacto com esta apenas ocorre quando se chega a escola primária, sendo que até esta idade os falantes são exclusivamente monolíngues na LCV. A este tipo de aquisição da LP como língua segunda (L2) na qual a língua materna tende a interferir num grau muito elevado, Pereira (2001: 154) atribui a designação de *bilinguismo subordinado*, o qual se contrapõe ao *bilinguismo coordenado*, que representa o nível de profusão de um falante bilingue ideal, sendo esta situação graças ao acesso análogo da LP e da LCV. No entanto, este tipo de bilinguismo requer, contrariamente a situação actual em Cabo Verde que houvessem suficientes falantes da LP como língua materna, e que por outro lado existisse uma estrutura institucional que reconhecesse formalmente o estatuto equiparável de ambas as línguas (Pereira, 2001: 153). Isto implicaria a coexistência coordenada e não hierarquizada entre a LCV e da LP, mais sobretudo democratizada desta última, cuja difusão se estenderia aos mais diversos domínios da sociedade cabo-verdiana. Deste modo, a *diglossiasimbólica*<sup>10</sup> que referimos anteriormente seria erradicada junto com a noção da vantagem social proporcionada pelo uso da LP, pelo que os seculares privilégios sociais das elites letradas locais sustentados no seu acesso à LP anular-se-iam. Parece-nos pertinente abordar aqui o pa-

<sup>10</sup> Chamamo-lhe *diglossia* simbólica, pois como foi referido por Fanha: a *diglossia* em Cabo Verde configura-se no colectivo ideológico e é essencialmente subjectiva, pois não se verifica uma divisão objectiva nos moldes da definição proferida por Ferguson (1959), uma vez que os limites dos domínios de uso das duas línguas são apagados pela própria “elasticidade” do contínuo (1987: 297).

pel das elites no seu poder decisivo e por vezes coercivo na planificação linguística, nomeadamente a pouca motivação que demonstraram, após as independências das ex-colónias, em participar nas mudanças institucionais que requer o reconhecimento das línguas crioulas ao nível das línguas oficiais, como o aponta Sebba:

*«Independence has swept away the expatriate elites in many countries since about 1960 -but the status of pidgins and creoles in many places is unchanged. Even where there have been positive changes in status for developing languages, often there has been little practical improvement. This may be due to power being held by an elite who can comfortably use the official standard or lexifier language»* (1997: 236-237).

No caso cabo-verdiano, esta ideia encontra-se ainda reforçada em certos autores pela interpretação da passividade das elites, não só como uma questão de mínimo esforço, mas sobretudo como a vontade de fazer prevalecer a sua superioridade através do uso da LP. Assim, Batalha assinala: *«For the local elites the use of Portuguese as the state and official language gives them an edge over the masses, who are speakers of creole and illiterates of Portuguese»* (2004: 107).

Por outro lado, uma parte da elite intelectual cabo-verdiana, sobretudo depois da independência tem manifestado a sua vontade de fazer pender a balança da desigualdade linguística e tem demonstrado uma atitude pró-activa na toma de decisões relativas à planificação linguística em Cabo Verde. Estas manifestações de apoio à co-oficialização que tiveram, até agora, algumas repercussões institucionais, como ocorreu em 1979 no colóquio de Mindelo<sup>11</sup>, onde foram definidos os pontos essenciais na planificação linguística que iriam determinar as estratégias na política linguística aplicadas à LVC: foi formalmente reconhecida como uma *língua* independente e adquiriu o estatuto de língua nacional. Pela primeira

<sup>11</sup> A propósito do colóquio de Mindelo, Pereira (1991) refere que o impacto da revalorização da LCV levou em certo ponto a uma basilectação (procura e reabilitação das formas mais basilectais do crioulo) através das iniciativas de recolha de tradições orais orientadas para o estudo e recuperação das formas mais basilectais, nomeadamente aquelas enquadradas pela Direcção Geral da Cultura, dos quais a publicação de Oswaldo Osório (1981) e Tomé Varela da Silva (1984, 1985, 1988) são alguns exemplos.



vez foi abordada a possibilidade de instrumentalizar a LCV através da sistematização da sua grafia, o que fundaria as bases a sua posterior estandardização através da proposta do Alfabeto Unificado para a Escrita do Crioulo (ALUPEC), aprovada a título experimental pelo Decreto-lei nº67/98. Ainda se podem mencionar algumas medidas tomadas a nível da criação de condições para a oficialização da LCV constantes no Programa do Governo (BO nº12, de 30/4/96), e ao nível do ensino (cf. Art.3º da Resolução 8/98, BO nº10, de 16 de Março) (Veiga, 2004:126).

Não entanto, o programa linguístico final para a LCV que reside na sua co-oficialização a par da LP encontra-se ainda longe da sua concretização efectiva. Um dos principais entraves é a falta de consenso absoluto relativamente a proposta de grafia que representa o ALUPEC. Isto explica-se em outras razões pela dimensão padronizante que tem a transição de uma forma oral a uma forma escrita, portanto fixa e normativa da LCV, sendo que esta apresenta variação geográfica, a qual tem sido tradicionalmente estabelecida numa relação dicotómica entre as variedades de Sotavento e Barlavento. Esta divisão, tal como aponta Pereira (1999), tem uma raiz histórica que remonta ao tempo da ocupação e colonização das ilhas e inclui variáveis como a composição étnica das duas populações, a extensão de instrução e o contacto com os povos estrangeiros. Relativamente a este último ponto é importante lembrar que a ilha de São Vicente foi só povoada nos finais do século XVIII (1794) com habitantes de outras ilhas (Fogo, e mais tarde Santo Antão), mas também com portugueses vindos dos Açores, da Madeira e de outras origens. Ainda, a ilha teve a coexistência mais curta do arquipélago com a escravatura<sup>12</sup>, beneficiou da presença de um grande número de estrangeiros, nomeadamente de um importante contingente inglês no período de 1838 a 1853, e foi marcada por uma taxa de escolaridade relativamente elevada, entre outros motivos devido ao estabelecimento de um Liceu<sup>13</sup> em 1917 que contribuiu para o desenvolvimento e manutenção de uma elite cultural de forte influência portuguesa (1999: 28-29).

<sup>12</sup> A abolição da escravatura teve lugar em São Vicente em 1875.

<sup>13</sup> Holm e Swolkien (2005) relativizam o impacto que este Liceu teve sobre a população em geral, pelo que não se pode falar de um verdadeiro salto melhorativo no acesso à LP em comparação com as outras ilhas, o que pela sua vez não basta como único argumento para explicar a classificação da variedade de São Vicente como a mais acrolectal do arquipélago.

Todos estes factores induziram à classificação da variante de São Vicente, e das variedades de Barlavento em geral, como mais próximas do português (acrolectais). Contudo, esta classificação metalinguística comporta ainda certas representações das variedades, distribuídas em termos melhorativos ou pejorativos (sendo mais ou menos europeias, ou mais ou menos africanas), como o explica Pereira:

«Ora, num país que sofreu a colonização portuguesa, estar ou não estar culturalmente ou linguisticamente mais próximo do português tem acarretado necessariamente, quer antes, quer depois da independência (em 1975), conotações simbólicas positivas e negativas de vária ordem que informam atitudes como a referida afirmação de inteligibilidade<sup>14</sup>» (1999: 28).

Apesar das análises linguísticas que visam romper com esta divisão entre as variantes (Pereira, 2006), verificamos que no quotidiano cabo-verdiano a dicotomia Norte/Sul está fortemente presente no discurso dos falantes, o que dificulta a aceitação de uma norma comum à totalidade da comunidade, como o aponta Batalha:

«The regional identity divide between *badiu* e *sampadjudu*<sup>15</sup> (or even more detailed varieties according to each island's natives) Creoles seriously hampers any attempt to introduce a standard writing for Cape Verdean Creole and to make it the official language. In the 1970's, when the first bilingual programs were introduced in the Boston area, in the U.S., among Cape Verdean immigrants, families from the islands of Brava and Fogo refused to accept their children to be taught the creole variant of Santiago, which they see as an African stronghold. Regional and racial divides within the Cape Verdean society, both within and without the archipelago, hamper the acceptance of Creole as the real national language of the country» (2004: 107).

<sup>14</sup> Pereira defende a noção de inteligibilidade entre as variantes da LCV, como sendo um terreno frágil pela sua subjectividade, pelo que leva a cabo uma análise do sistemas verbais das variantes de Barlavento e de Sotavento e conclui que apesar das aparentes divergências, todas as variantes apresentam semelhanças enquanto a sua tendências de mudança. A grande diferença entre ambas repousa no seu caractere resistente ou permissivo e que correspondem a importância da presença europeia na povoamento da ilha (1999: 44).

<sup>15</sup> *Badiu* designa o habitante de Santiago, por oposição ao *sampadjudu* que designa o habitante das outras ilhas.

Ora, a planificação linguística cujo objectivo principal recai na introdução da LCV em todos os campos da vida social, nomeadamente na área do ensino, tem tentado ultrapassar esta dificuldade, baseando a proposta na padronização das duas variedades que consideram sobressalientes e representativas do eixo Barlavento/Sotavento, assim exprimido por Veiga:

«[...] haverá um processo de standardização Norte/Norte, tendo a variante de São Vicente por base; um outro processo Sul/Sul, tendo a variante de Santiago por base» (2004: 111).

Porém, a superação desta divisão geográfica não termina nesta proposta, pelo que Veiga refere a necessidade de processar simultaneamente a standardização de Norte/Sul ainda que indirectamente, isto é, capacitando através da escola, o reconhecimento e o estabelecimento de correspondências de estruturas entre as variantes nas duas zonas.

Por outro lado, é possível argumentar que a padronização da escrita do crioulo está determinada por um projecto político que se pode atribuir ao processo de unificação do Estado-Nação cabo-verdiano. Esta perspectiva é adoptada por alguns antropólogos que apontam para a relação de poder que se estabelece entre aqueles que dominam a escrita e que detêm o poder para a sua padronização, i.e. a actual elite intelectual, e a maioria da população que se encontra excluída da possibilidade de decisão. A este propósito Dias (2002) afirma que:

«A passagem do crioulo para o domínio da escrita é uma transformação de grande influência na perpetuação do poder exercido pela elite cabo-verdiana. A escrita não é uma tecnologia neutra; ela é um fator essencial na criação de hierarquias. O controle da tecnologia da escrita por apenas uma parcela da população influi sensivelmente na distribuição do poder entre os vários elementos de uma sociedade particular, privilegiando os grupos que têm acesso a essa tecnologia em detrimento dos demais» (2002: 20).

Na observação de Dias podemos identificar um duplo problema na determinação de uma LCV padrão, por um lado pelo sensível silenciamento das variedades que não são consideradas como representativas no

programa linguístico acima referido por Veiga, em concreto referimo-nos às variantes de: Santo Antão, Sal, Boavista, São Nicolau, Maio, Brava e Fogo. Por outro lado, as variantes internas determinadas por critérios de natureza geográfica, nomeadamente as variações entre os espaços rurais e urbanos e as variedades mais ou menos acrolectais que surgem nestes últimos<sup>16</sup> e que podem ser identificadas com sociolectos, não aparecem ter representatividade nesta proposta. Pelo que a dissolução das representações tradicionalmente concebidas na dicotomia entre as variedades de Sotavento e Barlavento poderia, pela sua vez, acabar por «produzir e reproduzir importantes fatores de desigualdade social, pois a escolha de uma língua padrão em detrimento de outra acarretaria com ela configurações que fariam prevalecer relações de poder no interior da sociedade cabo-verdiana» e que pela sua vez promoveriam a hierarquização das variedades linguísticas (Dias, 2002: 19-22).

Comparativamente a outras sociedades crioulas a questão da escolha da variante para a padronização da língua crioula é uma questão que já foi numerosas vezes levantada em trabalhos referentes a introdução das línguas crioulas em pé de igualdade com as línguas standard<sup>17</sup>. Podemos incluir nestes trabalhos o desenvolvido por Bartens (2001), no qual são descritos os diferentes critérios que os actuantes da planificação linguística têm em conta no momento da escolha de um crioulo-padrão, nomeadamente as divergências entre as autoridades locais, a comunidade em si, e os linguístas. Também é referida de que forma estas estabelecem um certo compromisso na adopção das variantes urbanas, o que explica em certa medida a opção das variantes de Santiago, e mais especificamente da cidade da Praia, ou ainda a variedade de Mindelo para o caso de São Vicente, como bases da estandardização nos eixos anteriormente referidos:

*«While linguists used to advocate the selection of basilectal varieties for the standardization of creole languages, some of them*

<sup>16</sup> Sobretudo na capital, cidade da Praia (ilha de Santiago).

<sup>17</sup> Na véspera das independências estas já contavam com um conjunto de elementos estruturais tais como uma escrita estandardizada, uma difusão do material didáctico, uma tradição literária, e que representam a única forma de acesso a níveis superiores de educação ou mesmo ao emprego, estas foram mantidas nestas sociedades como mediadores do ensino e na aquisição desde a primária da práticas de escrita e leitura, assim como o acesso ao conhecimento formal e institucionalizado nos modelos ocidentais.

*have started listening to the communities in question [part of whom do not even speak the basilect and all of whom aspire at speaking the most acrolectal variety they possibly can] and now advocate the selection of a urban variant as the basis for the standard language»* (Bartens, 2001: 32).

Tal como foi acima mencionado, a finalidade principal da estandarização repousa na sua instrumentalização nos campos onde a língua crioula não tinha um acesso directo e inclusive desejado, nomeadamente na totalidade do fórum social público, i.e. nos organismos do governo<sup>18</sup>, nos meios de comunicação, mas sobretudo na educação. Para uma verdadeira democratização do ensino<sup>19</sup>, como consta nas formulações dos defensores da co-oficialização da LCV, as crianças cabo-verdianas devem poder aprender a ler e a escrever logo nos primeiros anos de escolaridade na sua língua materna que é a LCV. Contudo, estes mesmos defendem que para uma democratização real do ensino, o estudo da LCV deve ser complementado e equiparado ao ensino da LP, a qual beneficia já de uma extensa comunidade internacional que veicula e produz conhecimentos nesta língua. Conhecimentos dos quais a sociedade cabo-verdiana não pode ser apartada. Por esta razão, a política linguística em Cabo Verde não pretende anular o uso da LP, ao contrário, pretende ampliar o seu campo de acção ao campo tradicionalmente atribuído à LCV, sendo este o da oralidade ao mesmo tempo que fornece as ferramentas necessárias aos falantes da LCV para estenderem o seu uso da sua língua materna ao campo da escrita. O que num sentido simbólico corresponde a expressão plena da *caboverdianidade*, enquanto celebração do património cultural cabo-verdiano na sua totalidade, i.e. preservação da história nacional, como o enuncia a intelectualidade cabo-verdiana, nomeadamente em Fonseca (1998):

«Foi certamente preciso, para quantos de nós, que cedo tivemos um contacto assíduo e íntimo com a língua portuguesa, algum es-

<sup>18</sup> Dias refere que um dos principais factores de supremacia da língua standard recai na sua instrumentalização na administração, relembrando que os estados após a independência se configuraram sob o modelo do Estado-Nação, no qual a escrita desempenha um papel primordial na organização burocrática destes estados (2002:11).

<sup>19</sup> Embora depois da independência esta tenha sido bastante alargada.

forço e alguma reflexão, para, assumindo plenamente as diversas coordenadas da nossa personalidade e do nosso dever colectivos, chegarmos hoje às conclusões que [...] emanam de um querer assumir, de uma vez por todas, a totalidade da nossa herança, libertando-nos do preconceito maniqueísta gerador do falso dilema: guardar o crioulo e perder o português ou guardar o português e assassinar o crioulo, contrariando o lento e longo caminhar da caboverdianidade» (1998: 99).

Apesar da especificidade cabo-verdiana acima destacada, na verdade todas as sociedades crioulas confrontaram-se logo a seguir à independência com a problemática da standardização do crioulo local e da sua implantação na educação, assim como nas outras áreas do fórum público. Tal como acontece em Cabo Verde, nas sociedades onde existe uma (ou várias) línguas vernáculas que coexiste com uma língua standard, criou-se uma representação pejorativa do uso da vernácula pelo exercício de pressão do grupo social que domina a forma de prestígio. Assim, na sociedades crioulas, mas também em todas aquelas nas quais existe um conjunto de línguas faladas por uma minoria étnica, como o inglês afro-americano nos Estados Unidos, o uso das vernáculas está associado à maior barreira na aquisição do standard. Sendo que esta constitui a chave para o sucesso académico e económico, pelo que a vernácula devia ser evitada a qualquer custo (Siegel, 2007: 67). Por estas razões, e outras que já foram mencionadas anteriormente, a existência de programas formais de educação nas quais as línguas vernáculas se encontram inseridas é muito reduzida. Até este dia, existem só três territórios onde se verifica a utilização de um programa nacional de instrumentalização das línguas vernáculas, nomeadamente como meio de instrução nas escolas primárias nos primeiros anos da alfabetização, ou ainda para leccionar algumas disciplinas (Siegel, 1999a). Estes casos dão-se nas Seychelles, em Haiti, nas Antilhas Holandesas e Aruba, onde a língua crioula é nos dois últimos o *Papiamentu* (Siegel, 2007:68).

Num trabalho recente, Siegel (2005) procede a uma análise dos obstáculos na oficialização e instrumentalização das línguas vernáculas na escolaridade, assim como aborda a questão do desenvolvimento destes, para os quais verifica-se uma regressão nos últimos anos. Este trabalho

incide na reflexão sobre a escolha de uma grafia para desempenhar a função de instrumento na instrução formal, nomeadamente a oposição ideológica que representa a adopção duma ortografia etimológica ou fonémica. A ortografia etimológica baseia-se nas convenções ortográficas da língua lexificadora, distanciando-se apenas desta pela distinção com algumas formas da língua crioula (ou do *pidgin*), especialmente na pronúnciação (cf. Winer, 1990). Por outro lado, a ortografia fonémica baseia-se nos sons que ocorrem de facto na língua (crioula ou *pidgin*) sem nenhuma referência à língua lexificadora, e que idealmente teria uma correspondência exacta entre o som e o grafema. Do ponto de vista ideológico, a ortografia fonémica traduz uma ruptura com a língua lexificadora pela reivindicação da autonomia da língua vernácula. Siegel salienta ainda as vantagens que esta ortografia apresenta para a planificação linguística:

«It is the phonemic orthography that appears to meet the language-planning goals of accessibility and autonomy for P/C [pidgins and creoles]. First of all, it well known that a phonemic writing system is easier to learn when acquiring literacy because of its consistency and because new readers tend to decode sound by sound. In contrast, the etymological orthography preserves the inconsistencies and historical forms unrelated to pronunciation that are found in the lexifier language. [...] Second, with regard to the goal of autonomy, the phonemic orthography clearly makes the written form of the P/C look distinct from that of the lexifier. In contrast, the etymological orthography reinforces the view that P/C is a deviant variety of the lexifier» (Siegel 2005: 147).

No caso cabo-verdiano esta distinção encontra-se representada na expressão da autonomização da LCV, nas palavras de Fonseca:

«Para muitos nacionais que, no fundo, se contentariam de um estatuto de vassalagem política para Cabo Verde, um alfabeto do Crioulo que não seja uma cópia decalcómana do alfabeto português é pura aberração tecnocrática e ruptura com a nossa tradição. Ora, é sabido que na relação Crioulo/Português é o primeiro que se deve (dado o parentesco) defender para não perecer. Isso significa que o

alfabeto a ser adoptado deve permitir uma DIFERENCIAÇÃO VISUAL imediata, não podendo pois por essa razão e por diversas outras que têm a ver com a estrutura profunda do Crioulo, ser uma cópia do alfabeto da Língua Portuguesa» (1998: 102).

Outra questão de relevância na análise de Siegel a propósito do uso da língua vernácula na escolaridade, é a instrumentalização da vernácula para adquirir mais eficazmente a língua standard (e outros conhecimentos relativos a outras disciplinas). Se, por um lado, esta metodologia ajuda o falante da língua vernácula a estabelecer contrastivamente os limites da língua materna com a língua standard, contribuindo significativamente para a erradicação da insegurança linguística, e para a redução de interferências entre uma língua e a outra (2007: 73); por outro lado, é de notar que o tipo de ensino contrastivo pode não ser interpretado como uma forma de conhecimento *per se* pelos seus falantes, mas antes como um instrumento de aperfeiçoamento da língua de maior prestígio (Sebba 1998).

Não entanto, a revisão dos resultados dos programas de instrumentalização da línguas vernáculas no ensino formal, demonstram que estas iniciativas constituem um salto qualitativo nos primeiros passos da literacia assim como da veiculação de conhecimentos em variadas áreas disciplinares quando leccionadas nas língua vernáculas. Isto deve-se essencialmente à mudança atitudinal dos professores e alunos em relação a importância e o valor do uso da vernácula (Siegel, 2007: 75).

Aplicada à realidade cabo-verdiana, a experiência da introdução do vernáculo no ensino formal também tem demonstrado resultados similarmente positivos. Referimo-nos aos dois casos em particular, que foram o projecto experimental de alfabetização bilingue levado a cabo em Cabo Verde em 1987, onde pela primeira vez, após a elaboração de estudos gráficos, gramaticais e lexicais, e de materiais didácticos em crioulo, se ensinou efectivamente na língua materna (Pereira, 1991). Esta experiência teve um impacto favorável na população (monolingue) e levou a segunda proposta de grafia apresentada em 1989, e que resultou na proposta do ALUPEC que ainda hoje se encontra em vigor.

A segunda experiência de sucesso situa-se em Massachussetts, nos Estados Unidos, onde existe a maior comunidade cabo-verdiana a seguir àquela residente em Portugal. As condições básicas para a implementação



de um ensino de tipo bilingue, nos moldes do efectuado na área de Boston, foi proporcionado pela lei do ensino transicional bilingue em 1971, segundo o qual foi possível que as escolas distritais implementassem um estudo equiparável para as crianças cuja língua materna não era o inglês. Logo após esta data, 1973 marcou o início da educação formal bilingue da LCV nas escolas de Boston, cuja base metodológica e suporte didáctico, tiveram que ser constituídos de origem. Apesar destas dificuldades, até 2003, data em que a lei foi alterada e foi extinto o programa de ensino bilingue neste estado, a coordenadora deste projecto desde a sua fundação aponta para o seu impacto positivo na representatividade da cultura cabo-verdiana na cultura *mainstream*, assim como para o sucesso escolar proporcionado por ditos programas:

*«These high-school programs have contributed significantly to the increased role of the Cape Verdean language, culture, and identity in the education of students. Among these contributions are the preparation of a curriculum guide in Capeverdean Creole for non-illiterates of high-school age by some Cape Verdean teachers; a focused literacy program for those students; a Cape Verdean theatre arts component; [...]. Finally, there continues to be substantial increase in the numbers of Cape Verdean graduates from the programs as well as the rise in higher education scholarships, this due to the successful efforts of teachers and administrators who insist on maintaining high standards of learning and teaching» (Gonsalves, 1999: 19).*

### **2.3. Afirmação da língua cabo-verdiana através da resistência cultural**

Como já foi referido, desde a sua origem, a LCV esteve em contacto com a língua portuguesa, contacto esse que em determinados momentos foi mais problemático. No entanto, ao contrário do que aconteceu/acontece com muitas línguas, noutros contextos de enfrentamento – que perderam ou estão a perder progressivamente as suas características próprias, podendo ser completamente assimiladas por línguas socialmente dominantes ou deixarem de ter falantes – a LCV resistiu.

Como afirma a antropóloga Paula Meneses, cada vez que uma língua extingue, desaparece com ela a memória cultural do grupo a que pertenciam, sendo que o desaparecimento de uma língua é sinónimo de extinção, de perda cultural da diversidade humana, na medida em que perdem-se saberes ancestrais, cosmologia, filosofias, perspectivas sobre o espaço e sobre o tempo (Meneses, 2003: 2).

No caso cabo-verdiano, muitas vozes e muitas manifestações culturais têm contribuído para a afirmação da LCV. É, sobre isso que pretendemos debruçar nesta secção, dando uma especial atenção ao papel da produção literária (escrita) e da tradição oral (literatura oral) na afirmação da LCV.

Quanto à produção literária (escrita), uma das maiores contribuições para a afirmação da LCV tem vindo da parte de um grupo de escritores cabo-verdianos, que tem insistido na escrita literária na LCV. A produção literária (escrita) na LCV remonta à segunda metade do século XIX. Um dos documentos mais elucidativos a esse respeito é o *Almanaque Luso-Africano* (1º volume – 1894; 2º volume - 1899) de António Manuel Teixeira. É importante, também, realçar as contribuições de: José Bernardo Alfa-ma, publicou *Canções crioulas* (1910); Eugénio Tavares, publicou *Mornas – Cantigas Crioulas* (1932); Pedro Cardoso, publicou *Folclore cabo-verdiano* (1933); Mário Macedo Barbosa; Jorge Barbosa; Ovídio Martins, publicou *Caminhada* (1962); Luís Romano, publicou *Lzimparim-Negrume* (1973) e foi um dos que mais reclamou a integral cidadania da língua cabo-verdiana; Gabriel Mariano; Kaoberdiano Dambará, publicou *Noti* (1968?); Artur Vieira; Sukre D'sal; Kwame Kondá; Tacalhe; Osvlado Osório; Corsino Fortes; Arménio Vieira; Sérgio Frusoni; Emanuel Braga; Artur Vieira, etc. Mais recentemente, a produção literária (escrita) na língua cabo-verdiana tem sido reforçada com as contribuições de Káká Barbosa, Manuel Veiga, Tomé Varela da Silva, entre outros. Também está prevista a tradução para a LCV de alguns escritos de poetas como Fernando Pessoa e Luís Vaz de Camões, sob a organização do poeta cabo-verdiano José Luís Tavares. Tendo em atenção o crescente recurso às novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), a LCV tem vindo a ganhar mais espaço, particularmente na Internet e sobretudo junto da camada jovem.

Relativamente à tradição oral (literatura oral), destacamos as estórias, os provérbios e as adivinhas tradicionais, apresentados quase sempre na

LCV. Essas manifestações culturais proporcionam momentos lúdicos, desempenham papéis pedagógicos e asseguram a transmissão das tradições entre as gerações. Através dessas manifestações culturais, construídas ou reconstruídas, as várias gerações foram transmitindo, com base na oralidade, informações, experiências e conhecimentos, vividas ou imaginadas, sobre as suas realidades socioculturais. Desta forma, essas manifestações culturais, embora estejam a ser cada vez menos praticadas, devido ao desenvolvimento tecnológico da própria sociedade cabo-verdiana, durante muito tempo foram, e ainda têm sido, instrumentos fundamentais na luta pela preservação da LCV. Pois, têm sido importantes meios de socialização, sobretudo para as crianças e para os jovens, que recebem a herança cultural cabo-verdiana, através da LCV (quer no contexto nacional, quer na diáspora).

Para além da produção literária (escrita) e da tradição oral (literatura oral), também outras manifestações culturais têm desempenhado um papel importante nesse processo de afirmação da LCV, sendo de destacar a fundamental contribuição da música, respeitada e aclamada no panorama internacional. Portanto, tem havido uma longa luta pela afirmação da LCV enquanto elemento cultural e, por conseguinte, pela preservação de outros conhecimentos existentes na sociedade cabo-verdiana.

#### 2.4. A língua cabo-verdiana e a valorização de outros conhecimentos

A antropóloga Paula Meneses frisa que as línguas coloniais – consideradas línguas científicas/línguas veículo do saber moderno – apesar de cada vez mais nativizadas, continuam a ser consideradas o veículo, por excelência, de difusão da literacia. Desta forma, importa descolonizar o carácter subalterno que muitas línguas ainda detêm, por as línguas e o sentido colonial do poder as terem relegado a um estatuto ideológico inferior (o de dialecto). Um dos fenómenos que tem permitido o perpetuar desta situação de subalternidade é talvez a inexistência de escrita e a força da oralidade, fenómenos que não são conhecidos pelo quadro de legitimação de conhecimento da modernidade ocidental (Meneses, 2003: 3-4 e 8).

Desta forma, a afirmação das línguas locais, em certa medida, constitui um instrumento fundamental para a valorização dos conhecimentos

do povo que a pratica. Daí que, a afirmação formal da LCV potencializa a revitalização dos saberes do povo cabo-verdiano, que ao longo da história de Cabo Verde têm sido, tal como os saberes dos outros povos que não se pautam pelos princípios epistemológicos e pelas regras metodológicas da ciência moderna, atribuído um estatuto de inferioridade epistemológica.

Se é verdade que a afirmação da LCV potencializa a revitalização desses saberes catalogados como tradicionais, não é menos verdade que esses saberes deram, também, grandes impulsos para que, hoje, trinta e três anos após a conquista da independência nacional e mais de quinhentos depois do povoamento das primeiras ilhas do arquipélago, a LCV, para além de ter resistido, reclame um novo estatuto, o de língua co-oficial. Portanto, o seu merecido reconhecimento nas situações formais de comunicação.

## Conclusão

Nesta conclusão, pretendemos apresentar duas teses favoráveis a uma efectiva implementação do bilinguismo em Cabo Verde, tendo em atenção a língua cabo-verdiana enquanto elemento cultural e enquanto suporte de produção e veículo de transmissão de conhecimentos.

**1. A construção de um verdadeiro bilinguismo em Cabo Verde constitui um imperativo para o desenvolvimento da LCV e da LP e, conseqüentemente, para o enriquecimento do património cultural cabo-verdiano.** Entendemos que o enriquecimento do património cultural cabo-verdiano, em boa medida, depende dos estatutos que estas duas línguas venham a adquirir, sendo necessário o reconhecimento de estatutos equivalentes para a LCV e para a LP.

Como foi referido anteriormente, embora tenham havido iniciativas esporádicas de valorização da produção literária e linguística em LCV, em Cabo Verde existe uma disparidade entre os domínios de escrita e da oralidade da LCV e da LP, sendo que a LCV é a língua da oralidade por excelência, enquanto que a escrita está quase restrita à LP. Desta forma, reafirmamos que a integral cidadania da LCV e da LP, depende, em boa medida, do papel que a LP venha a ocupar na comunicação oral e do papel que o LCV venha a ocupar na comunicação escrita.

Neste sentido, a premissa sobre a qual assenta a proposta da planificação linguística sublinha o alargamento do ensino da LP, bem como o rigor neste ensino, e o seu uso nas situações informais de comunicação. Quanto à LCV, a proposta é torná-la objecto de investigação científica, de ensino gradual e de uso nas situações formais de comunicação. Relativamente ao ensino dessa língua foi apresentada uma metodologia que realça três questões fundamentais. Primeiro, a necessidade do ensino da LCV se processar, inicialmente, como matéria e só depois como veículo de transmissão de outras matérias. Segundo, a necessidade de começar com esse ensino nas instituições superiores de educação e só depois nas estruturas secundárias e primárias. A nível da pré-primária, a aprendizagem deve ser, exclusivamente, oral e numa percentagem de 50% de LCV e de 50% de LP. Terceiro, a necessidade de orientar o ensino da LCV, primeiramente, em dois sentidos e depois num sentido globalizante. Portanto, em primeiro lugar, haverá como referimos anteriormente um processo de standardização Barlavento/Barlavento tendo a variante de São Vicente por base e um outro processo Sotavento/Sotavento, tendo a variante de Santiago por base. Durante esses dois processos, a intenção é que, simultaneamente, fique definida a standardização Barlavento/Sotavento. Isso significa que, quando em Barlavento se ensina a respectiva realização, os educandos devem ser levados a descobrir a correspondência dessa mesma realização a Sotavento e vice-versa (Veiga, 2004: 110-111). Isso significa que, quando em Barlavento se ensina a respectiva realização, os educandos devem ser levados a descobrir a correspondência dessa mesma realização ao Sotavento e vice-versa (Veiga, 2004: 110-111).

**2. A construção do bilinguismo em Cabo Verde é um contributo indispensável para o reconhecimento da diversidade epistémica.** A afirmação da língua cabo-verdiana, e a sua eventual complementaridade com a língua portuguesa, reveste-se de particular importância para o povo cabo-verdiano, particularmente no que se refere à luta contra a colonialidade do poder, do saber e do ser. Assim, para além de atribuir um estatuto equivalente para a língua cabo-verdiana e para a língua portuguesa, importa dar o devido valor aos conhecimentos que têm sido produzidos e transmitidos nestas duas línguas ao longo do tempo. Lutar contra a subalternização, tanto da língua cabo-verdiana, como da língua portugue-

sa, significa lutar contra a subalternização dos conhecimentos produzidos nestas línguas e contra a subalternização dos grupos sociais cujas práticas assentam em tais conhecimentos.

A experiência das comunidade ditas tradicionais ou locais e das comunidades ditas científicas têm guiado a vida de incontáveis gerações em Cabo Verde, desta forma, torna-se urgente substituir as expressões e as práticas que subalternizam determinados conhecimentos por expressões e práticas que reconhecem as diferenças e as contribuições de cada uma das formas de produção de conhecimento. Assim, a aposta no bilinguismo, em Cabo Verde, contribui para a construção e o reconhecimento da *ecologia dos saberes* e da *ecologia das trans-escalas* neste país, se ela for capaz de reconhecer a existência e a importância das diferentes forma e das diferentes escalas de produção de conhecimentos.

A construção do bilinguismo em Cabo Verde será um passo decisivo para que tanto a língua cabo-verdiana, como a língua portuguesa, sejam capazes de contribuir para a produção científica, como também para a produção de outros conhecimento. Para além de valorizar os conhecimentos, que até então, são produzidos, exclusivamente, na língua cabo-verdiana ou na língua portuguesa, a construção do bilinguismo em Cabo Verde e, conseqüentemente, a presença da língua cabo-verdiana e da língua portuguesa em todas as situações de comunicação, formais e informais, contribui para uma cumplicidade maior entre as duas línguas.

## Referencias bibliográficas

- ALMADA, Maria Dulce de Oliveira [cf. Duarte] (1961), *Cabo Verde. Contribuição para o estudo do dialecto falado no seu arquipélago*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- BARTENS, Angela (2001), “The rocky way to education in creole”, in Mauro Fernández (ed.): *Shedding Light on the Chabacano Language, Estudios de Sociolingüística*, 2(2), 27-56.
- BATALHA, Luis (2004), “The politics of Cape Verdean Creole”, in Fernández et al. (eds.): *Los criollos de base ibérica. ACBLPE 2003*. Frankfurt am Main and Madrid: Vervuert and Iberoamericana, 101-109.
- CARREIRA, António (1985), *Notícia Corográfica e Chronológica do Bispa-do de Cabo Verde*. Praia: ICL.
- DECAMP, David (1971), “Toward a generative analysis of post-creole speech community”, in D. Hymes (ed.): *Pidginization and creolization of languages*. London: Cambridge University Press, 304-376.
- DIAS, Braz Juliana (2002), “Língua e poder: transcrevendo a questão nacional”, in *Mana*, 8(1), 7-27. Rio de Janeiro.
- DUARTE, Maria Dulce Almada (1998), *Bilingüismo ou diglossia*. Mindelo: O Autor e Spleen-Edições.
- ESCURE, Genevieve (1997). *Creole and Dialect Continua*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins.
- FANHA, Dulce [cf. Pereira] (1989), “‘Ka nhos ben pasia linguajen!’ ou falar crioulo e falar português em Cabo Verde”, in *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, nº1. Lisboa: Associação das Universidades de Língua Portuguesa, 11-14.
- FANHA, Dulce (1987) “Aspectos de contacto entre o português e o crioulo de Cabo Verde”, Separata do *Congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no mundo*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 291-310.
- FANON, Frantz (1975) (2ª ed.), *Pele negra, máscaras brancas*. Porto: Paisagem.
- FERGUSON, Charles (1959), “Diglossia”, in *Word*, vol.15, 325-340.
- FISHMAN, Joshua A. (1972), “Domains and the relationship between micro- and macrosociolinguistics”, in J. Gumperz and D. Hymes (eds.):

- Directions in sociolinguistics. The ethnography of speaking*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 407-434.
- FONSECA, Mário (1998), “Padronização do Alfabeto: Sua Importância (Defesa da Língua Caboverdiana, do Bilingüismo e do Multilingüismo)”, in *Cultura*, 2, 98-107. Cabo Verde: Ministério da Educação, Ciência e Cultura.
- GONSALVES, Georgette (1999), “Cape Verdean Bilingual Education: The Boston Experience since 1973”, in *Cimboa*, 7(3), 18-21.
- Holm, John; Swolkien, Dominika (2005), “Inflections in 19th c. Upper Guinea Creole Texts”, comunicação apresentada no *XIe Colloque International des Études Créoles*. Praia.
- PEREIRA, Dulce (2006), [cf. Fanha], “Argumentos históricos e linguísticos contra a oposição entre crioulo de Barlavento e crioulo de Sotavento, em Cabo Verde”, comunicação apresentada no *Congresso Anual da Associação de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola*. Coimbra.
- PEREIRA, Dulce (2001), “Fala crioulo papia português”, in *Cultura*, nº3, 153-161. Cabo Verde: Ministério da Educação, Ciência e Cultura.
- PEREIRA, Dulce (2000), “Descruioulização lexical no contacto entre o caboverdiano e o português”, in *Revista Galega de Filoloxía*, 1/2000, 175-195.
- PEREIRA, Dulce (1999), “Um crioulo de outro planeta”, in Ernesto d’ Andrade et al. (eds.): *Crioulos de base Portuguesa*. Braga: Associação Portuguesa de Linguística, 27- 46.
- PEREIRA, Dulce (1991), “Crioulo e ambiguidade de identificação socio-linguística em Cabo Verde”, comunicação apresentada no *II Colóquio Internacional em Ciências Sociais sobre a África de Língua Oficial Portuguesa*, 19-25.
- MASOLO, D. A. (2003), “Philosophy and indigenous knowledge: an african perspective”, in *Africa Today*, 50 (2). Research Library Core, 20-38.
- MENESES, Maria Paula (2003), “Sobre as línguas e a situação de subalternização”. *Working Paper*, 1-7.
- MIGNOLO, Walter (2003), “Os esplendores e as misérias da ‘ciência’: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica”, in Boaventura de Sousa Santos (Org.): *Conhecimento prudente*



- para uma vida decente: 'um discurso sobre as ciências revisitado'*. Porto: Afrontamento, 631-671.
- SEBBA, Mark (1998), "Orthography as Practice and Ideology: The Case of Manx". *Working Paper, 102*. Lancaster University, Department of Linguistics and Modern English.
- SIEGEL, Jeff (2007). "Creoles and Monority Dialects in Education : An Update." in *Language and Education*. Vol.21.1. University of Reading, UK. 66-86.
- SIEGEL, Jeff (2005), "Literacy in pidgin and creole languages", in *Current Issues in Language Planning*, 6(3), 143-163.
- SILVA, Baltazar Lopes da (1957), *O Dialecto Crioulo de Cabo Verde*. Imprensa Nacional: Lisboa.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2006), *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Porto: Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2005), *O fórum social mundial: manual de uso*. Porto: Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula; Nunes, João Arriscado (2004), "Introdução – para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo", in Boaventura de Sousa Santos (Org.): *Semear outras soluções: caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Porto: Afrontamento, 19-101.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2003), "Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências", in Boaventura de Sousa Santos (Org.): *Conhecimento prudente para uma vida decente: 'um discurso sobre as ciências revisitado'*. Porto: Afrontamento, 735-775.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2001), "Os processos de globalização", in Boaventura de Sousa Santos (Org.): *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento, 31-106.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1999) (11<sup>a</sup> ed.), *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento.
- VEIGA, Manuel. (2004), *A construção do bilinguismo*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.



# SI TO LO NFUMBE TA SERE SERE- -TRAÇOS DE LÍNGUAS CRIOULAS EM MAMBOS E MPUYAS EM PALO MONTE (CUBA)

Ana Stela de Almeida Cunha\*

Pág. 161 a 183

## Introdução

A Regla Conga, ou Palo Monte, religião de origem negro-africana praticada extensamente em toda a ilha de Cuba, especialmente de forma mesclada com a Santería e o Espiritismo “cruzado” (ESPIRITO SANTO, 2006), possui forte substrato banto (denominação pautada em classificação lingüística de povos da África ocidental subsahariana (cf GUTHRIE, 1948, GREENBERG, 1963), preserva léxico de origem provavelmente quicongo em seus cantos (*mpuyas* e *mambos*) e rezos, além de vasto vocabulário utilizado em contexto religioso, quase sempre mesclado com o espanhol dito *bozal*, numa tentativa de reconstrução do espanhol falado por escravos e seus descendentes em período colonial, atualmente chamado de *lengua*.

Este culto estabelece muitas interdições que devem ser respeitadas e as divindades são cultuadas em recipientes especiais (em Cuba, são conhecidos como *nganga*, *fundamento*, *perro de prenda*, *caldero*). De forma bastante simplista, são receptáculos contendo elementos naturais que representam as forças da natureza: água, terra, vegetais, pedra, ferro, ossos humanos. Esses objetos recebem, em local consagrado, oferendas de alimentos e sacrifícios de animais, com a finalidade de renovar tanto a força das divindades quanto a de seus cultores. Qualquer realização dentro da religião pressupõe o uso de firmas (desenhos específicos que se recriam e reinventam, alguns deles dados pelos “mortos”) atreladas a cantos e rezos,

---

\*Instituto de Ciências Sociais ICS/Universidade de Lisboa, Portugal  
Universidade de La Habana - Cuba  
stelacunha@hotmail.com

seja em *lengua*, seja em versões cristalizadas de rezos e cantos em espanhol não-padrão, seja numa mistura de ambos.

Compreender os processos de contatos entre o espanhol e as línguas bantas nestes contextos será um dos objetivos deste trabalho, que fará não apenas uma descrição linguística parcial – morfossintática – dos processos que apontam para uma possível crioulição prévia, através de alguns cantos de *juegos de palo*, mas também buscará compreender o rico universo dos cantos (mambos) em algumas cerimônias específicas de iniciação, tais como o *rayamiento* e o recebimento das prendas.

Todo o trabalho está baseado em extensas pesquisas de campo realizadas entre os anos de 2006 e 2007 na cidade de Havana e nas Províncias de Cienfuegos e Pinar del Rio, o que faz deste um trabalho eminentemente sincrônico e descritivo.

### 1. Breve esboço

A diversa e complexa realidade religiosa da ilha de Cuba já mereceu diversos estudos etnográficos iniciados, de maneira mais sistemática, pelos clássicos trabalhos de FERNANDO ORTIZ (1922) e LIDIA CABREIRA (1971, 1979, 1984), GONZÁLEZ HUGUET, L. Y J. R. BAUNDRY (1967 até trabalhos mais recentes como os de BROWN (2003), LACHATANERE (1992), DIANTEILL (2000), CASTELLANOS & CASTELLANOS (1992, 1994), FIGAROLA (2006). entre outros.

No entanto, a Regla Conga, ou Palo Monte, tem merecido pouco destaque neste universo etnográfico, e menos ainda no que concerne à linguística, merecendo um estudo mais detalhado somente a partir dos anos 90, com a publicação de trabalhos como os de FUENTES (2002), FUENTES & SCHWEGLER (2005), VALDEZ ACOSTA (2002), PALMIE (2002), DIAZ FABELO (1996) entre outros.

Tal caso se explica por diversas e distintas razões, como por exemplo o fato de haver um forte preconceito em relação a esta regra, dentro do próprio panteão afro-cubano, já que esta sempre esteve atuando como um “substrato”, ou seja, dentro deste universo intrincado o Palo Monte parece ter sempre sido um *a priori*, um grau primeiro de iniciação, seja ainda porque o universo banto, sempre mais flexível e mais aberto, representando

as novas formas de ver e fazer a religião, próprias dos extensos processos de *crioulização* (PRICE, 2004) acabou por assimilar muitas outras formas e linguagens n o propriamente ou especificamente banto, o que tem causado, em investigadores menos avisados, uma falsa idéia de que o que se vê ou se pratica nesta Regla n o é mais t o complexo – cultural e linguisticamente falando – quanto algumas outras Reglas, como a Ocha, por exemplo, ou a Sociedade Secreta Abakuá.

As definições de uma suposta “africanidade” e a eleição do povo yoruba como os representantes legitimados pelos intelectuais como superiores, rebeldes, com cultura complexa e refinada - definições estas que remontam à virada dos séculos XIX para o XX - certamente estão na base deste descaso acadêmico com a realidade da Regla Conga, de tal forma que a insígnia de superioridade dada ao povo yoruba pelos acadêmicos e intelectuais (também chamado de sudanês, nagô, lucumi, segundo as distintas classificações e segundo os diversos autores - como Nina Rodrigues, Pierre Verger, entre outros) em relação às demais etnias que aportaram no Novo Mundo, se fez ecoar de maneira rápida e intensa no universo ibérico e, hoje, falar em “cultura negra” nas Américas é falar em povos de ascendência yoruba.

De tal sorte, povos de origem banta raras vezes são vistos como uma representação cultural do país, ainda que sejam a grande matriz de toda a nossa diversidade daquilo que mais tarde chamaríamos de *cultura popular*. Algo surpreendente, dado que a criação da identidade étnica associada às diásporas em geral se relaciona com as comunidades flexíveis, ou cambiáveis, partindo sempre do pressuposto de que não é preciso haver uma comunidade étnica para que haja uma identidade étnica. Hoje em dia há, ademais, oportunidades mais amplas para etnicidades altamente estetizadas e simbolizadas.

*Com efeito, ao longo das últimas décadas, parecemos ter evoluído de um mundo caracterizado pela diversidade cultural para uma nova situação, que se caracteriza pela diferença étnica dentro de um contexto de relativa homogeneização cultural.* (SANSONE, 2006: XXX (páginas??))

A necessidade classificatória que provocou a emergência de identidades homogêneas dentro do panteão de origem africana em Cuba (também

no Brasil), convida-nos a rever alguns dos equívocos a que se podem incorrer com uma concepção estreita da cosmogonia, do sincretismo, da própria religião, e da perspectiva antropológica redutiva dos dados etnográficos. Revisões dos conceitos de “africanidade” - dos quais descendem os chamados estudos *afro-cubanos* -, acabaram por inventar, através de recortes teóricos e metodológicos, o *afro-americano*. Após os estudos de MINTZ & PRICE (1976), que renovaram as visões sobre as idéias de continuidades e permanências africanas em outras terras, inúmeros estudos de antropólogos e historiadores têm procurado destacar os caminhos das reinvenções destes povos na diáspora, o mesmo valendo para as línguas e os contatos linguísticos, cujas variedades encontradas nos mambos e mpuyas da Regla Conga aproximam-se em diversos pontos das línguas pidgins e crioulas típicas, mas não poderiam ser designadas como tais, e são mesmo fruto de uma aquisição irregular da língua alvo, o que tem gerado na literatura os conceitos de *semi crioulo e descrioulização* entre outros (cf. HOLM, 1991, BAXTER & LUCCHESI, 1995),

## **2. O contexto linguístico e social e o *corpus* utilizado: feitiçaria e identidade**

Os termos “religiões afro-cubanas” ou “de matriz negro-africana” envolvem uma variedade imensa de manifestações religiosas advindas da África ocidental, sincretizadas com o catolicismo colonizador, o que faz com que este termo seja demasiadamente aberto, na medida em que abarca centenas de manifestações e que estas são, evidentemente, moventes e dinâmicas.

Os bantos sempre foram conhecidos na literatura especializada como povos mais *abertos*, sobretudo por terem sido os primeiros escravos obrigados a cruzar o Atlântico e por terem conhecido desde muito cedo o catolicismo europeu. Possuem um complexo cultural, religioso e linguístico aparentado, assim como uma cosmologia bastante similar, apresentando alguns aspectos como sendo elementos maiores dentro deste sistema: o culto aos ancestrais e a divindades ligadas à natureza, criadas por um ser maior, as quais possuem designações que variam de acordo com a língua, por exemplo, a entidade, ou, o fetiche cultuado na Regla Conga é,

em quimbundo *nkisi* (sing.) e *minkisi* (pl.). em quicongo *nkisi* (sing.) e *bakisi* (pl.) (cf. HAGENBUCHER-SACRIPANTI, 1973; HEUSCH, 1972; KASADI, 1990 entre outros)

A Regla Conga, mais conhecida em toda a ilha como Palo Monte ou *brujeria*, é praticada sobretudo na capital, Havana – uma espécie de mosaico de toda a diversidade religiosa e cultural da ilha, por apresentar uma forte migração interna em busca de trabalho - e possui um sistema de ramos, ou subtipos da Regla, que atualmente funcionam mais claramente no universo das classificações antropológicas. Fala-se em três ramos bastante definidas: Mayombe, Bryumba e Kimbisa (CABRERA:1954, FUENTES & SCHWEGLER :2005, entre outros), ainda que BOLIVAR & GONZÁLEZ (1998) incluam uma quarta rama, Malongo, ou Chamalongo. Desde meu ponto de vista, depois de dois anos de pesquisas de campo com inúmeras entrevistas e participações em festividades e iniciações em distintas casas de Palo Monte, esta classificação já não é mais tão rígida, já que quase a totalidade de meus informantes não fazem, eles mesmos, estas divisões, tampouco se pode percebê-las nitidamente. Ainda que hoje em dia, sobretudo em Havana, haja uma tendência muito forte de sincretismo do Palo Monte com a Santería (das divindades das duas Reglas, havendo quase sempre correspondência entre elas, como por exemplo, Madre de Água e Yemaya, Ogum e Sarabanda, Lucerito e Elewa, e assim por diante) a onipresença do Espiritismo, sobretudo na Regla Conga, é fato a ser destacado. Nada tão surpreendente, dado que esta regra tem como pressuposto o culto aos ancestrais, portanto, los *muertos*, que são a base do Espiritismo - sobretudo o espiritismo *cruzado* - fazem parte do universo religioso comum a ambos. Quase sempre antes das cerimônias de Palo Monte são colocados vasos de água (boveda) para os mortos, ou ainda, antes de um *rayamiento* é feito um “labor espiritual”, onde a pessoa que vai passar pela iniciação tem seu “quadro espiritual” traçado e exposto por vários espiritistas que se reúnem e, através do transe (*pasar muerto*) recebem a confirmação dos espíritos e mortos que acompanham a pessoa investigada se esta deve ou não *rayarse*, se deve ou não ter prenda, se deve *rayarse* por saúde ou porque tem “caminho de *brujo*”, enfim, todos os passos religiosos desta pessoa são traçados aí, inclusive se deve consultar-se com santeros, ogbas ou babalaos, se leva “caminho” de santo ou

de Ifá. Fato interessante a observar ainda é que estes mesmos espiritistas recebem espíritos (ou *muertos*) congos, que, numa referência ao já citado sincretismo, podem ter “tendência” para este ou aquele *orisha*, mas nunca se “montam” (entram em transe) com os mesmos. Ao receberem os espíritos congos (e então usam a palavra “africano” para designar os bantos), falam em espanhol *bozal*, fazendo uso de certos estereótipos do que seria este espanhol falado por escravos africanos ou crioulos cuja língua materna já era também o espanhol (em processo de aquisição contínua). Estes estereótipos podem ser tanto em termos estruturais quanto de conteúdo (uma mesma maneira de saudar os presentes como, por exemplo, utilizar depois de cada frase ou segmento textual, uma determinada pergunta retórica).

## 2.1 – Crioulização e transmissão linguística irregular: conceitos teóricos

Como um dos objetivos do presente texto é fazer uma descrição prévia do espanhol falado em contextos específicos, num possível paralelo com os processos de aquisição da linguística irregular ocorridos por exemplo com o português do Brasil falado em estes mesmos contextos ou então em áreas de quilombos (CUNHA, 2003), tratarei de dar um panorama sociolinguístico da língua em uso, não me preocupando, com as mudanças fonéticas e fonológicas bem como com as mudanças de significado dos itens lexicais<sup>1</sup>

*“ Uma língua crioula pode ser definida como uma língua que passou a existir num ponto do tempo que pode ser estabelecido com bastante precisão. (...). Isso significa que, antes de afirmar que uma língua é um crioulo, deve-se conhecer alguma coisa sobre sua história, tanto linguística como social, de preferência ambas.”* (MUYSKEN & ARENDS, 1995:3-5)

Dois parâmetros têm fundamentado a definição de *língua crioula*: o sociolinguístico (relações sociais, contexto socioeconômico) e o estrutural ou linguístico (semelhanças de estrutura das línguas crioulas) (BAXTER & LUCHESI, 1997).

<sup>1</sup> A este respeito, verificar os importantes trabalhos de Schwegler (1878) e Fuentes e Schwegler (2005), bem como os de Valdez Acosta (2000).



Uma língua crioula seria, nas definições dos dois autores citados acima, um processo de transmissão irregular de L2 para L1<sup>2</sup> em que a L2 foi alterada devido a problemas de acesso à língua alvo (isto é, a língua do grupo dominante) e, possivelmente, à influência das línguas maternas dos falantes desta L2. Assim, o desenvolvimento, a aquisição/criação da nova L1 (a língua crioula em potencial) possibilitou inovações orientadas por universais linguísticos, já bastante categorizados e descritos, além de receber influências das outras línguas maternas presentes neste processo de constituição da nova língua. Estas inovações preencheriam então as lacunas causadas pela *diluição* do modelo para aquisição, tendo sempre presente que tal processo é variável.

Já o conceito de transmissão lingüística irregular é mais amplo, uma vez que engloba tanto os processos de mudança provenientes do contato entre línguas através dos quais uma determinada língua sofre alterações muito profundas na sua estrutura, quanto os processos nos quais uma língua sofre alterações decorrentes do contato com outras línguas, sem que essas alterações cheguem a configurar a emergência de uma nova língua.

Assim, enquanto as línguas crioulas apresentam traços virtualmente universais que as caracterizam, tais como i) redução da complexidade morfológica, ii) redução do número de fonemas das línguas que entram em sua formação, iii) preferência pela estrutura CV (consoante – vogal), iv) ausência quase total de morfologia derivacional e flexional, v) ausência de sujeitos nulos, as transmissões linguísticas irregulares apresentam um quadro menos drástico e mais variável, de tal sorte que podemos assumir que em todo e qualquer processo de transmissão lingüística irregular desencadeado pelo contato entre línguas ocorre, em maior ou menor grau, perda de morfologia flexional e de regras de concordância nominal e verbal da língua lexificadora.

Nas situações típicas de crioulação, essa perda tende a ser total; já nos casos de uma transmissão lingüística irregular mais leve, não podemos pensar em um quadro de eliminação em níveis tão categóricos, mas na formação de um quadro de variação mais ou menos intenso conforme cada caso.

---

2 L1 e L2 são termos dentro da Linguística que remetem a língua materna e língua estrangeira.

Esse segundo cenário ajusta-se bem a situação observada atualmente no espanhol falado em contextos religiosos pelos praticantes do Palo Monte, fazendo com que o conceito de transmissão lingüística irregular seja bastante adequado nas análises acerca da formação histórica da realidade lingüística de Cuba.

Vejam os exemplos do espanhol *bozal* através de um trecho de um *labor espiritual* quando um “congo” montou em um dos espiritistas que estavam “laborando”, um santero de cerca de 54 anos, com 40 anos de *santo feito* (*yemaya*), além de ser *palero – bryumba*, com prenda, mas cuja letra do Ita proibiu trabalhar com *brujo* a não ser para ele mesmo e sua família (ou seja, não pode utilizar sua prenda em Palo Monte para trabalhar para outras pessoas). Relata ainda que se *rayou* (se iniciou) em Palo três dias antes de receber o santo.

(Material coletado no dia 3 de novembro de 2007)

*Nsala Maleku, maleku nsala!*

*Dice a mi caballo que en lo ocha y en lo del babarawo el va tene(r) que hace(r) un obría con un pargo garande a Obatala, para quita(r) to los espinu de su colazon,*

*Como soy*

*y que las espina de este pehcao asao el va involube(r) en un panuelio blanco po(r) ocho dia y ocho noche, en luga(r) alto del munansio, despue va lleva(r)a una lomía y darselo a Obatala.*

*Como soy, por Dio?*

Ao fazer esta pergunta os espiritistas assistentes ou os donos da casa perguntam ao investigado se ele compreendeu tudo o que foi dito (já que os espíritos congos falam em espanhol *bozal*) e então *traduzem* o que está sendo dito. Esta pergunta retórica (*como soy, por Dio*, ou então *que son verdad, caray*, entre tantas outras possíveis), são maneiras de se verificar a compreensão por parte do público. Muitos “mortos” fazem o investigado (a pessoa que está sendo investigada espiritualmente) repetir o que foi dito, como prova de que realmente está compreendendo a *lengua*.

No que diz respeito a estrutura desta língua podemos ainda verificar constâncias de produção tanto no nível fonológico quanto no nível morfofossintático:

No nível fonológico observa-se

a) Eliminação de coda silábica (apócope):

‘*tó*’ (todo) ;

Nos verbos infinitivos, a apócope é regra;

“*rumpê*” (romper)

b) Inserç o de vogal em sílabas finais (apêntese)

“*munansio*” (munanso), “ *enfermio*” (enfermo), “*garabatio*” (garabato)

No nível morfossintático:

a) Estabelecimento do padrão silábico CV:

“*burujeria*” (brujeria), “*garande*” (grande)

b) Perda de concordância de gênero e número:

“*Yo pongo uno saia*” (yo pongo una saia)

“*Lo noche soron bueno*” (las noches seran buenas)

“*Dice a mi caballo que en lo ocha*” (dice a mi caballo que en la (regla) ocha)

c) Uso das marcas morfológicas de 3ª pessoa do singular no lugar da 1ª p. singular:

“*Yo va deci(r) un cosita pa mundele*”

Regra de hierarquias bem definidas, o Palo Monte tem como um dos graus máximos de iniciaç o os “tatas” (padres, em espanhol): *tata nkisi* e *tata nganga*, ou *tata malongo*. A diferença básica entre estas duas categorias é em relaç o ao estado de transe ou possess o: enquanto o *tata nkisi* *passa muerto*, ou seja, entra em transe com espíritos tanto ancestrais quanto da natureza, o *tata malongo* ou *tata nganga* n o entra em transe. Estes “postos” variam ainda segundo a rama do Palo Monte: na rama Bryumba (a mais difundida em Havana, muito mesclada com o espiritismo e a santeria (Ocha) depois que os tatas têm filhos e netos (ou seja, *rayam*, iniciam outras pessoas e estas iniciam outras, ele passa à

categoria de tatandi e tatandianbola, respectivamente, de tal maneira que se cria, a partir de uma casa, uma verdadeira “árvore” (daí o nome de ramas) das descendências, numa tentativa de se reconstituir os sistemas familiares desfragmentados com a escravidão. Daí que quando se pergunta de que casa um palero procede, este sempre responde: *Soy un gajo de Vititi Congo Rompe Monte Kindavela* (o nome é o nome iniciático do padrinho).

Assim, o primeiro grau iniciático seria o de *ngueyo*, “filho” (ver Fuentes e Schwegler, 2005), e a cerimônia de iniciação religiosa é o *rayamiento*, pois com uma navalha, ou uma faca bem afilada, ou esporas de galo, ou *cascarilla* (dependendo do caso e da necessidade) e atualmente com bisturis, corta-se a pessoa que se vai iniciar, desenhando uma cruz, ou ent o as firmas<sup>3</sup> da casa ou do *mpungo*<sup>4</sup> que guiará este iniciado em seus punhos, seus pés, na nuca, nos ombros, e dependendo da casa, debaixo da língua e nos lábios, como remanescentes das escarificações étnicas ou estéticas da África Ocidental. A iniciação nesta Regla ocorre basicamente porque a pessoa apresenta problemas de saúde, está em pendência com a justiça, porque vai receber santo (iniciar-se na Regla de Ocha) e neste caso necessita iniciar-se antes no Palo Monte, ainda que não vá trabalhar com a *brujeria*, mas necessita ter caldeiro (ou fundamento). O *rayamiento* tem ent o a função de preparar o corpo para que se possa trabalhar com o fundamento.

Muitos informantes contam que, por conta da Revolução de 59, que proibia o culto religioso, as escarificações passaram a ser mais discretas, pois as pessoas que estavam *rayadas* não podiam pertencer ao partido (Partido Comunista de Cuba, PCC) e tão pouco eram aceites em trabalhos, de forma que passaram a diminuir o tamanho das firmas e estas sempre em locais pouco visíveis.

Mas o contato mais que secular de uma religião aceite e institucionalizada em todo o Novo Mundo (catolicismo) fez com que estes povos aprendessem a manejar de maneira sagaz a manutenção de uma identi-

<sup>3</sup> Firmas são desenhos utilizados pelos paleros para a realização de tratados. Têm a força da palavra, representam entidades e forças da natureza. Durante a execução dos tratados estas firmas são desenhadas com *cascarillas* ou carvão e são invocadas certas entidades, numa cerimônia com rezos e cantos.

<sup>4</sup> Poderes sobrenaturais que se materializam como entidades.

dade (BALANDIER, 1964) de tal sorte que as tradições “afro-cubanas” e a “modernidade ocidental” são duas faces da mesma formação histórica que PALMI (2002:15) chama de “modernidade atlântica”, ou seja, uma vasta rede de intrincadas relações que formam e constroem histórias dos dois lados do Atlântico, e que produziram e continuam produzindo um contingente histórico e agregado a discursos e práticas locais. Assim, assumir a noção de articulação dialética é essencial para se compreender as identidades construídas, especialmente porque são práticas que estão introduzidas em uma arena religiosa criativa, diversa e sobretudo multifacetada, no que diz respeito à Regla Conga.

#### 4. O *corpus* sob análise.

##### 4.1 - Mambos

Os chamados *juegos de palo* são cerimónias anuais, onde se celebram os anos da prenda, e estão presentes todos os afilhados da casa. As prendas são a materialização dos espíritos ancestrais, ou seja, são os *mpungos* que se encontram dentro de um caldero (de barro, de ferro ou uma gũira, segundo a entidade) e leva dentro uma série de materiais, desde terras de cemitério (*camposanto*), de quatro esquinas, de hospital, de ceiba, além de água de rio, de manancial, do mar, azougue, moedas, folhas e pedaços de paus (palos) de distintas espécies de árvores e ervas, além de ossos humanos (em geral o crânio, ou entao a mandíbula, uma falange, etc).

São oferecidos a estas prendas sacrificios animais por todos os favores recebidos durante o ano e são tocados os mambos em tumbadoras especiais, também consagradas. Fato importante a ressaltar uma vez mais é que a prática do espiritismo é componente intrínseco e inseparável do território religioso dito de origem negro-africana em Cuba, sendo uma ferramenta fundamental dentro dos complexos ritos da santeria e das varias ramas do Palo Monte, funcionando como uma espécie de comunicação entre as diversidades.

Os procedimentos de um *juego de palo* apresentam uma certa variabilidade, segundo cada rama e cada casa, mas em geral ha uma “ordem” para os cantos e as oferendas, de tal sorte que este trabalho buscara descrever estes “procedimentos basicos” observados em mais de 22 ca-

sas visitadas e registradas. Ressalto a riqueza do Palo Monte justamente por conta desta flexibilidade, que se por um lado assusta, já que torna as sistematizações – tão caras aos acadêmicos - bastante complicadas, por outro lado fascina e nos faz compreender melhor a versatilidade e flexibilidade dos povos bantos em agregar outros sistemas e ritos as suas próprias visões cosmogônicas..

Muitas vezes as análises sobre músicas produzidas em contextos sociais específicos tentam abarcar todos os eventos (CARVALHO, 1999) e poucas vezes nos preocupamos em escutar atentamente o que não foi dito, ou o que foi dito pela metade, pronunciado numa variedade de língua não padrão que agrega e extirpa sons e onomatopéias. Parece-me desnecessário mencionar que o complexo dramático envolvido em ritos religiosos como os do Palo Monte inclui os tambores, as mímicas, roupas com significados e cores específicas, danças, e inclusive os desenhos (firmas) fundamentais para a evocação de entidades, para a efetivação de curas e feitiços. No entanto, por uma questão de espaço, observarei aqui em que medida o espanhol falado em possessões e/ou cantado durante as cerimônias de Palo se assemelham às estruturas das línguas crioulas, fornecendo assim evidências de que em espaços sociais onde a presença africana foi e é marcante, como Cuba e Brasil, as línguas do colonizador tomaram outras feições e merecem, por tanto, uma descrição mais cuidada e políticas lingüísticas especiais nos contextos de educação. A intenção não é, portanto, buscar a etimologia das palavras bantas, já que para o léxico banto consultei, ademais das fontes clássicas (dicionários bantos e artigos) os meus próprios informantes, mas sim traçar um quadro do espanhol falado nestas situações.

Ao contrario das cantigas da Regla de Ocha, que são todas em língua yoruba, os cantos do Palo Monte apresentam forte mescla com o espanhol, e esta varia segundo a casa e a rama. Foram coletados aqui mambos e mpuyas nas três ramas (Bryumba, Kimbisa e Mayombe) em mais de vinte casas distintas, tanto em Havana, a capital do país, que apresenta uma quantidade imensa de paleros provenientes de todas as regiões da ilha, quanto da zona rural de outras duas Províncias (Pinar del Rio e Cienfuegos, ao ocidente e oriente de Havana, respectivamente, e que são; segundo BOLIVAR (1998) e FUENTES & SCHWEGLER (2005) os dois locais da ilha que receberam maior quantidade de escravos de origem banto.

Os cantadores dos *juegos de palo* s o chamados de *gallos* (galos) e a assistência é chamada de coro. Os *gallos* podem improvisar, mas o coro sempre responde da mesma maneira. Os tambores est o consagrados, e podem ser tambores verticais, com uma única membrana de couro, ou então o chamado *cajón* (caixote), que s o caixas quadradas, de madeira, com um dos lados aberto. A palavra designa n o somente o instrumento senão também uma atividade religiosa (oferecer um *cajón* aos mortos).

O jogo de palo começa quando se amarram as esquinas do *munanso* (casa) na qual se vai celebrar a prenda e se canta neste momento um mambo (canto religioso, específico da Regla Conga)

G- A ru ru, Kanga Sila,  
Como kanga la Kanga la nsila  
C- A ru ru, Kanga Sila,  
Como kanga la Kanga la nsila

Kanga (do quicongo *amarrar, atar*)  
Nsila (provavelmente do quicongo, *caminho, esquina*)

Este mambo pede que se amarrem as esquinas da casa, para que nada mal ou nenhuma entidade maléfica entre onde se vai jogar o Palo. Observa-se já a mescla de uma sintaxe espanhola com léxico banto, em que temos as palavras *kanga*, *nsila* e as preposições do espanhol *como*, *la*, cujo significado mais amplo seria ent o

*A ru ru, amarra las esquinas*  
*Como amarra, como amarra las esquinas*

Quando se manda tirar los *Nkanges* de la *Nsila* e se chama a *malembe* para que cuide de todos da casa e que o jogo saia bem, sem interrupções de nenhuma natureza, por nada nem ninguém de fora, canta-se ent o seguinte mambo:

G- Malembe, dale la vuelta a la casa  
Saca los ndokis de aqui

C- Dale la vuelta a la casa

Dale la vuelta a lo barracón

G- Dale la vuelta a la casa

Y cuida a to(d)5itos aquí.

G- Dale la vuelta a la casa

Aleja los malos de aquí

G- Dale la vuelta a la casa

Aparta los ndiambo de aquí

Nkange (*cemitério, coisas más*)

Ndoki (*espírito mal, entidade voltada para o mal*)

Ndiambo (*falar, aqui, na acepcao de fofoca, más linguas, intriga*)

a) Inserç o de vogal para definiç o de gênero

Dale la vuelta a lo barracón

Dale la vuelta al barracón

b) Supress o de consoante

Y cuida a to(d)itos aquí.

Sempre com os mambos de “Buenas noches” se abrem as cerimoniais de Palo, dando as boas vindas, saudando e pedindo licença a todos os mortos e ancestrais da casa, aos maiores e aos mestres, pedindo graças para o que v o começar a realizar (seja um feitiço, uma cura ou uma entrega de prenda)

Mambo I

G- Pero Buenas Noches; Si son de noche Mayombe...

G- E' Con lo licencia, Nfinda Kalunga Mayombe...

G- E' Con lo licencia, Nfinda Anabutos Mayombe...

G- E' Con lo licencia, lo Sarabanda Mayombe...

G- E' Con lo licencia, lo madre nganga Mayombe...

G- E' Con lo licencia, de mi padrino Mayombe...

<sup>5</sup> As transcrições s o ortograáficas e todas as palavras e fonemas entre parênteses representam os sons n o pronunciados mas que est o aqui representados graficamente somente como auxílio para a compreens o do leitor.



c) Ausência de concordância de gêneroCon lo licencia,Con *la licencia*

Mambo II

G - Buena noche mi lemba

Buena noche mi lemba

Mundo nuevo karire

Mundo nuevo Karire

d) Sincope da vibrante final nos infinitivoslaborá(r)

Mambo III

G - Mundo Nuevo karile, Mundo Nuevo Karile Pa'Yimbulia(r)e) Adaptação ao sistema flexional do espanholYimbulia(r)

Nestas duas versões do mesmo mambo chamo a atenç o para uma variedade de uso lexical: enquanto o mambo II termina com a palavra em espanhol *laborar* (com a sincope do -r infinitivo) a terceira vers o deste mambo termina com uma palavra de origem banta adaptada ao sistema flexional do espanhol (*yimbuliar*, que segundo os informantes quer dizer dançar, bailar, festejar), além de um breve apontamento para a alternância sistemática (ver mais exemplos abaixo) entre os fonemas que possuem a mesma zona de articulação.

Em seguida um mambo de chamamento, pedindo que os mortos e espiritos ancestrais, o morto da prenda e os mortos do cordão espiritual do *tata* (padrino) entrem. O coro responde que os *perros* (espiiritos ancestrais, conhecidos como *perro de prenda*) já estão chegando, ou seja, ja estao baixando e os presentes vão-se montar. Observar ainda que se avisa as variadas ramas que estejam presentes (Mayombero, Kimbisero) e as prendas, que em geral têm nomes fortes, como *Masca Hierro Escupe Sangre*, *Toro Bravo* ou ainda *Mala Cara*, como abaixo:

G- Abre la puerta nganga  
 C - Que los perros ya están llegando.  
 G- Los perros ya están llegando Sarabanda!  
 C - Los perros ya están llegando.  
 G- Los perros ya están llegando Mayombero!  
 G- Los perros ya están llegando to(dos)´mi(s) muerto(s)!  
 G- Los perros ya están llegando Kimbisero!  
 G- Los perros ya están llegando mi lucero!  
 G- Los perros ya están llegando mala Cara!

Em seguida uma seqüência de mambos que não somente pedem licença como também advertem, já que esta é uma característica dos *brujos*, causar temor. No mambo abaixo se avisa que o morto *vira mundo*. No outro mambo se pede que *virem* os cantos para Mayombe (Jala pa Mayombe), a rama tida como maligna, de *brujería*, que trabalha para o mal.

Licencia Ndiambola  
 Licencia Ndiambola  
 Licencia Cuatro Viento Lucero  
 Licencia Ndiambola  
 Avisa a Lucero Cuatro Viento  
Yo vira mundo

Bembe pa Nbembe  
Camina yo  
 Bembe pa Nbembe

f) Uso de formas verbais de 3ª pessoa para 1ª pessoa

Yo vira mundo  
*Yo viro mundo*  
Camina yo  
*Camino yo*  
Jala pa Mayombe  
Mandadero lo cuatro viento  
 Jala pa Mayombe

Mandadero la cuatro insila

*g) Ausência de concordância de número no sintagma nominal*

lo cuatro viento

*los cuatro vientos*

G- Eh' Vamo(s) a yimbula(r) un poco, Mayimbula

Vamo(s) a yimbular un poco,

Pa(ra)' ti (y) na(da)'ma(s)

Vamo a samba(r) mamalola

Con mayombe awe

*h) Sincope de sílabas em coda*

Pa' ti na'ma

Para ti y nada mas

Quando em um *juego de palo* uma mulher que está com a menstruação entra no quarto da prenda, ou onde está a prenda (nganga), o *gallo* (cantador) n o tardará em entonar um mambo que adverte o ngangulero sobre a presença de tal mulher. O perigo está basicamente no fato de que a prenda se alimenta de sangue, e sentindo este odor, queira apoderar-se da mulher, o que explica as anemias e outras enfermidades sanguíneas femininas. Nas religiões com cultos de possessão as enfermidades e distúrbios de ansiedade são frequentemente tomados como indicadores da presença de “mortos”, “espíritos”, ou ainda como sendo causados por feitiços enviados através do mundo espiritual (CASTELLANOS & CASTELLANOS, 1993).

“ié mi casa oler manca-perro, sié, sié”

*h) Verbos n o flexionados*

mi casa oler

mi casa uele

Quando o *brujo*, ou tata, vai consultar alguém, algum afilhado da casa ou a si mesmo através da *mpaka menso*, ou seja, dos cornos magicamente

carregados, com um espelho que o sela e dá a vis o ao tata, ele pede *vítiti* (vis o), cantando o seguinte mambo:

G – (A)divina bien mi cororao  
 Con ojo cororao  
 Vere quien vere  
 C - Quien vere yo quien vere

i) *Sincope de vogal inicial*  
 (A)divina bien

j) *Inserç o de vogal para estabelecimento do padr o CV e verbo n o flexionado*

Quien vere yo  
*Quien veo yo*

Em um *rayamiento* (iniciaç o) na rama Mayombe, enquanto se corta o iniciado com a navalha (*mbele*) se canta um mambo que diz que a navalha está cortando para formar um galho novo e se vê aqui mais um exemplo de sujeito em 1ª pessoa com verbo flexionado na 3ª pessoa:

G - Con dolo(r) yo co(r)ta gajo nandi  
 C – Con dolo(r)

Por fim, quando se v o os *mpungos* e mortos, ou seja, para que se saia do transe e da possess o, canta-se:

G- Caminando pa(ra)'tu campo  
 C – Oyaya Kunawa  
 G- Caminando bu(s)ca muerto  
 G- Caminando to(dos)'lo(s) nfumbe(s)  
 G- Lleva muerto saca vivo

l) *Ausência de conectivos*  
Lleva muerto saca vivo  
*eva el muerto y saca el vivo*

## 4.2 - Mpuyas

As mpuyas, chamadas de *managua* em *lengua conga*<sup>6</sup>, s o basicamente duelos verbais entre dois ou mais cantantes, geralmente de casas distintas. Atualmente na cidade de Havana está cada vez mais difícil de se ver um *juego de palo* em que se permitam as *mpuyas*, pois quase sempre estes duelos terminam em desentendimentos, brigas e inclusive mortes, pois n o saber responder de forma rápida e n o dominar a *lengua* implica n o dominar a religi o, ou seja, n o ser bom *brujo*.

Como diz justamente uma das mpuyas mais provocativas:

Lucero prima

No (a)lumbra madrugada(da)

No (a)lumbra media noche

No (a)lumbra madrugada(da)

Esta *mpuya* diz que o Lucero que brilha primeiro n o ilumina a noite toda, não ilumina a madrugada, pois não tem alcance para isso, ou seja, o *gallo* que chega brilhando agora n o terá voz nem alcance para competir com o outro, pois é apenas uma luz de inicio de noite, uma estrela fraca. Muitos dos elementos morfossintáticos já levantados anteriormente se verificam nestas *mpuyas*.

Palo Quibombo

No sirve pa bilongo

Ni sirve pa remedio

Ni sirve para bilongo

Ni sirve para nada ni sirve pa bilongo

O Palo Quibombo é uma madeira tenra, quebradiça, que n o se utiliza para trabalho de *brujería*, pois em esta Regla os *palos* têm que ser firmes, para que o feitiço (bilongo) tenha resultado. Assim, esta *mpuya* alude à supremacia de quem canta, dizendo que o *gallo* rival é um Palo Quibombo, que n o serve para nada.

<sup>6</sup> Estou chamando de *lengua conga*, como já esclarecido anteriormente, a este espanhol bocalizado, cujo léxico é uma mescla de espanhol com palavras de origem banto (em geral quicongo).

O *Tata nganga* pode apagar o poder do sol com suas palavras, como diz uma *mpuya*, e esta serve como alarde de poder, já que é a própria entidade que acompanha o *brujo* que dá provas deste poder (canta-se para provocar a prenda, fazê-la trabalhar, numa reprodução de um sistema escravocrata de maus tratos).

Assim, as *mpuyas*, que anteriormente eram cantadas basicamente em língua, vêm pouco a pouco sendo apresentadas em espanhol.

## 5 – Para concluir

Buscando dar uma descrição tanto antropológica quanto linguística de aspectos específicos, foram feitas abordagens do universo da Regla Conga através de seus cantos e *mpuyas* cantados em cerimônias especiais.

Foram considerados somente os contextos linguísticos que podem contribuir para um paralelo com as línguas crioulas e os processos de transmissão linguística irregular, não me detendo, então, a uma busca de etimologias e suas transformações a partir dos processos escravistas nas Américas, em especial em Cuba. Esta mesma postura se deu em relação a descrição antropológica, que buscou colocar em xeque, ainda que de maneira indireta, dada à escassez de espaço, o mito da identidade étnica e da unidade nacional. Esta não é uma idéia nova, já que a década de noventa foi fecunda neste tipo de abordagem, especialmente a partir da proposta de GILROY, que trata da diáspora no Atlântico Negro (1993):

*“Sob a chave da diáspora nós poderemos então ver não a raça, e sim formas geopolíticas e geoculturais de vida que são resultantes da interação entre sistemas comunicativos e contextos que elas não só incorporam, mas também modificam e transcendem”*  
(GILROY, 1993: 25).

A importância da música nos rituais religiosos nos remete ao acesso restrito dos escravos à alfabetização, o que fez crescer o poder da língua cantada como recurso da memória oral em proporção inversa ao poder expressivo da língua. O refinamento musical e comunicacional destas comunidades religiosas têm proporcionado um mecanismo de comunicação que não se limita ao poder das palavras faladas ou escritas, exercendo en-

tao um papel fundamental na reprodução da cultura e na conexão entre as diferentes comunidades da diáspora.

Evidente que este trabalho é apenas um acercamento da cultura banto em Cuba e suas intrincadas redes de intercâmbios e relações com as demais Regras.

## Bibliografia

- ARENDS, J., MUYSKEN, P & SMITH, N (1995) *Pidgins and Creoles*. Amsterdam, John Benjamins.
- BAXTER, A. & LUCCHESI, D (1997). A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil. *Estudos lingüísticos e literários*, vol. 19, Universidade Federal da Bahia.
- BALANDIER, Georges (1965) - *La vie quotidienne au royaume de Kongo. Du XVI au XVIII siècle*. Ed. Hachette, Paris,
- BOLIVAR, N. & GONZALEZ, (1998) - *Ta makuenda yaya y las reglas del Palo Monte*. Editorial La Habana, Cuba.
- BROWN, David H. (2003) - *Santería Enthroned, Art, Ritual, and Innovation in an Afro-Cuban Religion*, The University of Chicago Press.
- CABRERA, Lydia - *El Monte*. Ed; La Habana, 1954.
- CARVALHO, José J; de (1999) - Afro-brazilian music and ritual. Part 1: From Traditional Genres to the Beginnings of the Samba. *Série Antropologia*, 256, Universidade de Brasília, UNB.
- CASTELLANOS, Jorge y CASTELLANOS, Isabel (1992) - *Cultura afro-cubana. Las religiones y las lenguas*, 3 tomos. Ed; Universal, Miami.
- CUNHA, A. S. de ALMEIDA (2003) - *Processos de preenchimento e correlacionalidade de sujeito em comunidades negras rurais do Maranhão*. Tese de Doutorado, FFLCH/Universidade de São Paulo/Fapesp.
- DIANTEILL, Erwan (2000) - *Des dieux et des signes: Initiation, écriture et divination dans les religions afro-cubaines*. Paris, Editions de L' Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales.
- \_\_\_\_\_ (2002) - Kongo à Cuba : transformations d'une religion africaine. *Archives des Sciences Sociales en Religion, numero 17, Paris*.
- DIAZ FABELO, T. (1998) - *Diccionario de la lengua conga residual en Cuba*. ORLAC, Universidad de Alcalá, Casa del caribe, Santiago de Cuba.
- ESPIRITO SANTO, D (2006)- "Desarrollando Muertos: mediunidade, conocimiento, y la experiencia de la salud y la enfermedad en el espiritismo Cubano", mimeo.
- FIGAROLA, Joel J. (2006)- *La Brujería cubana: El Palo Monte*. Editorial Oriente, Cuba.



- FUENTES GUERRA, Jesus & SCHWEGLER, Armin (2005) – *Lengua y ritos del Palo Monte Mayombe : dioses cubanos y sus fuentes* . Madrid, Frankfurt, Iberoamericana, Vervuert.
- GREENBERG, J. H. (1963) - *Languages of Africa*, 2ed. Bloomington: Indiana University Center in Anthropology, Folklore and Linguistics.
- GUTHRIE, M. (1948) *The classification of Bantu languages*. Oxford: Oxford University Press.
- GREENFIELD, Sidney M., and DROOGERS, André, eds. (2001) - *Reinventing Religions: Syncretism and Transformation in Africa and the Americas*, Rowman & Littlefield Publishers Inc..
- GONZÁLEZ HUGUET, L. Y J. R. BAUNDRY (1967): *Voces bantú en el vocabulario .palero, Etnología y folklore* (La Habana) (3): 31-64.
- HOLM, John (2004) – *Languages in contact: The partial restructuring of vernaculars*. Cambridge. Cambridge University Press.
- LUCHESE, D. (2003) - O conceito de transmissão lingüística irregular. In: *Projeto Vertentes*. Disponível em: <http://www.vertentes.ufba.br>.
- MINTZ, Sidney & PRICE, Richard (1976) – *An anthropological approach to the afro-american past: a Caribbean perspective*. ISHI, Philadelphia.
- ARENDS, J.,MUYSKEN, P & SMITH,N (1995) *Pidgins and Creoles*. Amsterdam, John Benjamins.
- ORTIZ, Fernando (1922) – Los afronegrismos em nuestro lenguaje. *Revista Bimestre Cubana*, (La Habana) (6), 321-338.
- PALMIE, Stephan (2002) – *Wizards and Scientists: Explorations in Afro-cuban modernity and tradition*. Durham NC, Duke University Press.
- PRICE, Richard (2000) – The Miracle of Creolization: a retrospective. *New West Indian Guide*. Vol. 75.
- RAMOS, Artur (1956) – *O negro na civilização brasileira*. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil.
- RODRIGUES, Nina 1977 [1890] – *Os africanos no Brasil*. Revisão e Prefácio de Homero Pires. São Paulo, Cia Editora Nacional..
- SANSONE, Livio (2004) - *.Negritude sem etnicidade*. Salvador e Rio de Janeiro: EDUFBA/Pallas







## GUERRES AUSTRALES ET GUERRES COLONIALES

René Pélissier

Pág. 187 a 202

Les bibliothèques spécialisées en histoire militaire étant ce qu'elles sont, c'est-à-dire rarement « ouvertes » aux conflits auxquels la plupart des ancêtres de leurs lecteurs potentiels n'ont pas participé, elles se cantonnent fréquemment dans des secteurs « sûrs » : les guerres conduites par les armées des pays où elles sont implantées. Les grandes exceptions sont, naturellement, les conflagrations internationales majeures. Les guerres coloniales ou paracoloniales « exotiques » entrent rarement dans cette dernière catégorie. En laissant ainsi de côté – délibérément ou non – une foule de conflits ne les concernant pas directement, ces bibliothèques privent leurs utilisateurs de points de comparaison qui peuvent s'avérer profitables... lorsque l'on veut préparer une intervention lointaine. Pour s'en tenir à la seule Afrique noire, on ne voit pas très bien quelles institutions francophones ou lusophones peuvent revendiquer un fonds ou une collection de grande ampleur consacrée aux efforts démesurés consentis par les colons rhodésiens pour endiguer les mouvements nationalistes qui finirent par les user. Même appréciation pour ce que les Sud-Africains de l'apartheid appelaient les Border Wars, et on ne peut pas dire non plus que les centaines de titres publiés au Portugal sur ses quatorze ans de guerre (1961-1974) encombrant les bibliothèques étrangères, même aux Etats-Unis.

Les quelques lignes ci-après ne prétendent évidemment pas recenser la totalité d'une production inégale mais proliférante. Elles visent simplement à attirer l'attention sur ce que l'on peut espérer trouver – avec beaucoup de mal dans la plupart des cas – sur des opérations de faible ou moyenne intensité mais qui bouleversèrent la scène politique africaine et, assurément, l'avenir de millions d'hommes.

THE SAINTS<sup>1</sup> est symptomatique d'une littérature d'anciens combattants blancs en exil qui, les années passant, publient de plus en plus pour lutter contre l'oubli, revivre leur jeunesse et, pour certains, ressasser leur amertume. Le livre est l'histoire « régimentaire » non officielle, donc plus vivante, d'une unité (seulement trois compagnies multiraciales en partie composées de volontaires internationaux) qui lutta en Rhodésie, mais aussi, profondément, au Mozambique de 1961 à 1980, c'est-à-dire d'abord pour défendre une frontière orientale poreuse, puis pour épauler une armée coloniale portugaise découragée et enfin, après l'effondrement de celle-ci en 1974, contrer les incursions armées des guérilleros de Robert Mugabe. Les Saints étaient tout, sauf de simples amateurs de cantiques, surtout à compter de 1976 et jusqu'en 1979. Cette compilation de témoignages publiés ou inédits valorise naturellement l'efficacité mortelle d'une petite machine de guerre qui, opérationnellement, commence à être étudiée sérieusement dans les académies militaires anglo-américaines. Les Saints enregistrèrent néanmoins 132 morts dont 100 au combat.

De même origine et avec la même orientation politique, les mémoires de Charlie WARREN<sup>2</sup> sont encore plus vivants car ce sous-officier décrit avec un luxe de détails impressionnant toutes les opérations auxquelles il prit part, notamment au Mozambique et en Zambie. Les Rhodésiens hésitaient rarement à aller chercher leurs ennemis dans leurs sanctuaires, hors frontières. Ces raids lointains contrastaient avec la retenue précautionneuse des Portugais avant 1974. Il est vrai que les soldats de Salisbury croyaient en ce qu'ils faisaient, car ils n'avaient plus le choix. L'avenir leur montra cependant que même saint Georges ne pouvait rien contre la disproportion des forces. Ce n'est pas une lecture pour les âmes sensibles, et l'auteur ne s'excuse nullement, ni de son langage ni de ses actes.

De l'avant-poste rhodésien qui, maintenant, ne semble plus intéresser que les experts et les survivants en diaspora, on glisse ensuite vers le cœur de l'ancien *laager* (le bastion) blanc d'Afrique du Sud. Ayant mobilisé des centaines de milliers de conscrits (la plupart beaucoup moins

<sup>1</sup> Alexandre BINDA (auteur) & Chris COCKS (compilateur et editor), *THE SAINTS. THE RHODESIAN LIGHT INFANTRY*, 30 South Publishers, Johannesburg, 2007, 544p., centaines de photos et cartes noir et blanc et couleur + 1 DVD.

<sup>2</sup> Charlie WARREN, *STICK LEADER. R.L.I.*, Just Done Productions Publishing, Durban, 2007, XVI-306p., nombreuses photos noir et blanc + 1DVD.

motivés que les Rhodésiens), il est inévitable que la littérature militaire sud-africaine soit quantitativement plus riche que la rhodésienne. Peut-être cependant pas proportionnellement aux peuplements blancs respectifs à l'époque. Quoi qu'il en soit, il y a un public local suffisant pour viabiliser l'édition d'assez nombreux titres non nécessairement réservés aux anciens combattants. Et tous ne sont pas aussi triomphalistes ou nostalgiques que ceux des ex-Rhodésiens qui ont été chassés de leur « paradis » provisoire.

Avec les mémoires posthumes du colonel André DIEDERICKS<sup>3</sup>, on entre dans de nouveaux décors (le Sud-Ouest africain/ la Namibie, l'Angola et quelques pays satellites de Pretoria) où se produisent des acteurs également nouveaux (la SWAPO des Ovambos nationalistes, l'UNITA de Savimbi, les Cubains, l'Armée angolaise, etc.) rejoignant d'autres déjà rencontrés (la RENAMO antimarxiste au Mozambique, etc.) Mais le plus important du livre se situe dans la description et l'analyse des activités des services spéciaux de l'Armée sud-africaine où l'auteur s'illustra: les « fameux » Recces. Quoi que l'on pense de leurs motivations, ces petites unités d'élite, racialement intégrées et connaissant la brousse comme leur poche étaient chargées d'infiltrer les territoires ennemis, d'espionner l'adversaire, accessoirement de l'éliminer, mais surtout de saboter et de survivre dans des conditions très hostiles, afin de rendre compte au commandement, avant que celui-ci n'engage des unités plus classiques. En somme, des « enfants perdus » qu'il ne fallait surtout pas perdre. On apprend dans ces pages force détails sur l'invasion (et l'arrêt) de 1975 en Angola, sur les Recces au Sud-Mozambique devant appuyer clandestinement les Rhodésiens, puis la RENAMO, sur les rivalités au sein de la bureaucratie militaire, sur le mode opératoire d'une équipe de 2-3 hommes sur les arrières de l'ennemi (des missions de plusieurs mois impliquant des semaines de marches avec initialement une centaine de kilos de matériels, d'eau et de nourriture sur le dos). Sabotages, tirs de missiles sol-air contre l'aviation cubano-soviétique au Sud-Angola (1987) furent les principales activités de l'auteur. Il ne participera pas aux grandes batailles de 1987-1988, mais ce qu'il nous offre complète assez bien ce qui s'est déjà publié sur la guerre au Sud-Angola.

<sup>3</sup> André DIEDERICKS, *JOURNEY WITHOUT BOUNDARIES. THE OPERATIONAL LIFE AND EXPERIENCES OF A SA SPECIAL FORCES SMALL TEAM OPERATOR*, Just Done Productions Publishing, Durban, 2007, VIII-204p., photos noir et blanc et couleur.

Dans le même secteur opérationnel et dans la même optique, *THE BORDER*<sup>4</sup> est un roman de guerre brutal où l'auteur mélange des faits historiques et des descriptions d'opérations auxquelles vraisemblablement il a participé dans les Recces. Mais si l'on voit bien la situation calamiteuse des postes angolais détruits par les Sud-Africains, ici il n'y a ni triomphalisme, ni sentimentalisme. On torture et l'on assassine de part et d'autre. Une attaque de parachutistes contre un camp de la SWAPO échoue. Le surnaturel est présent. Un général sud-africain est un ambitieux incapable, les traîtres sont à l'œuvre. Le récit se termine par un massacre dans une ferme de Blancs en Namibie. L'on voit que les vents de l'après-apartheid ont soufflé, même dans la fiction sud-africaine macérant dans une histoire militaire dépouillée désormais de la propagande antérieure.

Et que deviennent ces guerriers blancs, et ces mercenaires noirs après que le nouveau régime les a « remerciés »? Beaucoup ne savent rien faire d'autre que bien se battre, spécialité hautement appréciée par les temps qui courent. Et pas seulement en Afrique, hélas! Le gros livre de l'ancien lieutenant-colonel Eben BARLOW, fondateur de la plus célèbre des « sociétés militaires privées » d'Afrique du Sud, *EXECUTIVE OUTCOMES*<sup>5</sup>, est ce qui existe de plus détaillé à ce jour sur l'essor et la fin de cette « grande compagnie » de professionnels de la guerre. Le récit est fascinant et s'il ne dit que ce qu'il veut révéler sans compromettre des commanditaires voulant garder un précieux anonymat, ou en apprend néanmoins assez pour voir combien ses prédécesseurs en Afrique centrale dans les années 60, les « exploits » d'un Bob Denard et d'autres « héros » mythiques du mercenariat au Congo font pâle figure à côté de la froide efficacité capitaliste de cette entreprise de location de lansquenets travaillant avec le Gotha du haut-commandement de l'ancienne Armée sud-africaine et les chefs d'Etat en difficulté.

Dès lors, la morale étant jetée aux orties, pourquoi s'étonner que les ennemis d'hier (le régime à Luanda ayant perdu ses appuis cubano-soviétiques) sont devenus les clients satisfaits de ces nouveaux « conseillers » qui n'ont aucun scrupule à combattre leurs « amis » les plus chers (l'UNITA de Savimbi) ? Qui paie a raison, et quelle armée étrangère connaî-

<sup>4</sup> A.J.BROOKS, *THE BORDER*, 30<sup>e</sup> South Publishers, Johannesburg, 2007, 299 p.

<sup>5</sup> Eben BARLOW, *EXECUTIVE OUTCOMES. AGAINST ALL ODDS*, Galago Books, Alberton (Afrique du Sud), 2007, 552p, nombreuses photos couleur.



trait mieux l'Angola que les anciens des services spéciaux et des unités parachutistes, ainsi que d'autres spécimens de soldats démobilisés par Pretoria? De 1975 à 1988 ils avaient eu le temps d'arpenter le terrain et de réunir une documentation sans égale sur les dirigeants locaux. Pour les historiens qui compareront ce livre aux deux ou trois déjà parus sur le même sujet, il suffira de dire que, pour la première fois, nous disposons d'une vue d'ensemble sur les coulisses financières, diplomatiques, politiques, et opérationnelles de cette intervention (1993-1996) qui fut surtout mise au service des pétroliers au Nord-Ouest, des propriétaires ou des exploitants des terrains diamantifères au Nord-Est, et ultérieurement de l'Armée régulière angolaise dont l'entreprise réorganisa et entraîna de nombreux soldats. Nous ne disposons évidemment pas des données nécessaires pour contester les affirmations de l'auteur, mais il semble bien que, tous comptes faits, ses mercenaires étaient beaucoup plus rentables et efficaces que les contingents onusiens saupoudrés dans une grande partie de l'Afrique tropicale. Plus de 300 pages sur cet « épisode » angolais et 90 pages sur la suite en Sierra Leone (avant des aventures encore plus rocambolesques en Nouvelle-Guinée) nous rapprochent des théâtres d'opérations de l'Armée portugaise, il y a plus d'une génération.

En ce qui la concerne, l'on commencera par la Guinée-Bissau actuelle avec trois exemples de fictions « martiales » (plutôt moins que plus). En fait, si l'on analyse ce que produisent les presses portugaises et les échantillons qui nous parviennent d'Afrique du Sud, les différences sont flagrantes. Elles le sont encore plus lorsque les auteurs sont d'anciens Rhodésiens. Au Portugal, rarissimes sont devenus les « écrivains » (même ex-officiers de carrière) qui défendent encore la mission que l'Estado Novo salazariste leur avait confiée. Ils doivent reconnaître qu'ils ont été vaincus ou « trahis » et que leur cause était fragile, voire mauvaise. Au mieux, ils rejettent la responsabilité de leurs défaites sur les politiques de l'époque. Les deux livres (<sup>6</sup>et<sup>7</sup>) de souvenirs romancés de Mário VICENTE sont ceux d'un sous-officier du contingent qui, dans le premier (2000 ?) titre raconte les 22 mois (à compter de 1965) passés au sud-est de la Guinée (pays

<sup>6</sup> Mário VICENTE, *PUTOS, GANDULOS E GUERRA*, auto-édition, Estoril(?), 2000(?), 174p., photos noir et blanc.

<sup>7</sup> Mário VICENTE, *PAMI NA DONDO. A GUERRILHEIRA*, auto-édition, Estoril(?), 2005, 111p., photos noir et blanc.

nalu), la dureté du milieu et des combats et la dégradation du moral des soldats. Et nous sommes encore loin de la fin de la guerre lorsque Amílcar Cabral et ses successeurs surclassèrent une armée européenne qui voulait surtout survivre. VICENTE va même jusqu'à approuver le combat des nationalistes, ce que nous ne rencontrons pratiquement jamais dans la littérature de guerre fondée sur les expériences sud-africaines. Il va accentuer cette orientation en consacrant son deuxième livre à une prisonnière africaine et à ses expériences de monitrice dans un camp retranché portugais où elle espionne au profit de son parti (le PAIGC). Il mêle des considérations sur la politique interne du PAIGC à la perception de l'inutilité de cette guerre et à la description de la folie qui gagne les soldats. Un sous-officier la viole. Relâchée, elle accouchera d'un bébé métis chez les guérilleros. Ce n'est pas un thème que l'on risque de trouver sous une plume sud-africaine !

Toujours en Guinée, le roman d'un médecin<sup>8</sup> s'attache moins aux combattants qu'à la société créole de la capitale, penchée au « balcon » de la guerre puisque l'on y entend le canon. Il est aussi original que l'auteur précédent dans son exploration des petits (ou moyens) fonctionnaires africains, du clergé portugais, de la mentalité mesquine et bureaucratique des officiers « pistonnés » postés à Bissau, du passage de certains fonctionnaires locaux à la guérilla, de la fausse quiétude qui règne en ville alors que la brousse est devenue cauchemardesque pour ses compatriotes. Même sous le général Spínola !

Encore à l'arrière des combats, mais cette fois-ci au Mozambique<sup>9</sup> dans un petit poste administratif, avant, pendant et après la grande opération « Nô gordio » montée par le général Kaulza de Arriaga pour chasser la guérilla du FRELIMO du Cabo Delgado. Pur exercice conçu par un « stratège » d'extrême-droite qui se trompait de guerre, et qui se solda par un demi-échec, par le déplacement des troubles graves vers le moyen-Zambèze, c'est-à-dire par l'extension irrépessible des théâtres d'opérations vers l'ouest (malgré l'aide des Rhodésiens) et par l'essoufflement encore plus accentué des troupes portugaises. Le texte nous informe donc sur un an de la vie d'une pe-

<sup>8</sup> Mário G. FERREIRA, *TEMPESTADE EM BISSAU. ANO 1970*, Pallium Editora, Lisbonne, 2007, 215p.

<sup>9</sup> E.S.TAGINO, *MATARAM O CHEFE DE POSTO*, Edições Saída de Emergência, Parede, 2007, 158p.

tite garnison devant cohabiter avec un chef de poste prévaricateur et aux mœurs troubles, dans un contexte colonial où la magie ainsi que des morts inexplicables et une ambiance lourde (bien que la population africaine locale ne soit pas encore fascinée par le nationalisme) autorisent l'auteur à introduire quelques excroissances peu crédibles : la présence dans ce coin perdu d'un agent secret britannique ! Il n'a pas une haute opinion de la moralité de ces micro-kystes administratifs en pays macua. Une vision peu fréquente dans les témoignages sur le Nord-Mozambique vers 1960-1970.

Retour à la guerre coloniale portugaise « active » avec l'immense fresque « autobiographique » d'un auteur qui revisite le triple conflit où s'enlisa et mourut le régime. L'auteur de *MILICIANOS*<sup>10</sup> ne porte pas les officiers de carrière dans son cœur car lui-même, capitaine improvisé contre son gré, dut sacrifier trois ans de sa vie à défendre une cause à laquelle il ne croyait pas. De 1971 à 1973, son livre assez complexe suit les tribulations de cinq capitaines de réserve évoluant entre l'enfer des garnisons luso-guinéennes (sur le rio Cacheu) jusqu'au purgatoire non moins dangereux du Nord-Est du Mozambique (entre Mueda et Mocimboa da Praia). Sans oublier les savanes arborées de l'Est-Angola dont il offre un portrait percutant (Gago Coutinho). Il y décrit bien les opérations, la cohabitation avec la police politique disposant de ses propres troupes (les *Flechas*), les supplétifs katangais (les *Fieis*), la collusion entre l'organisme étatique chargé de construire les routes et le MPLA pour qu'il laisse le bitume avancer vers l'Est, etc. En fait, c'est l'envers de l'héroïsme de la propagande. Le mot d'ordre, selon lui, parmi les officiers de métier, est « survivre en en faisant le moins possible ». Dès lors, on ne s'étonne pas que les pertes au combat aient été relativement faibles pour les Portugais en plus de treize années sur trois théâtres aussi démesurés, distendus et pathogènes. Lisbonne avec ses faibles ressources humaines et matérielles ne pouvait que contenir et retarder, mais pas vaincre dans un contexte international hostile à ses thèses.

L'éditeur du livre précédent étant éclectique, il publie également sur sa lancée un recueil<sup>11</sup> de témoignages d'officiers de carrière (à la retraite) qui

<sup>10</sup> Rui NEVES DA SILVA, *MILICIANOS. OS PEÕES DAS NICAS*, Prefácio, Lisbonne, 2007, 731p.

<sup>11</sup> Collectif, *A GERAÇÃO DO FIM. INFANTARIA. 1954-2004*, Prefácio, Lisbonne, 2007, 355p. photos noir et blanc.

dans leur jeunesse se trouvèrent en première ligne entre 1961 et 1975. Il y a beaucoup de choses à glaner pour l'historien dans ces dépositions, naturellement favorables à leur corporation. On citera, non limitativement, une précieuse mise au point sur les accords de non-belligérance entre l'Armée portugaise et l'UNITA de Savimbi; la version du commandant du peloton qui tira (14 juin 1960) à Mueda contre les manifestants africains au Nord-Mozambique, événement fondateur majeur pour l'organisation nationaliste qui héritera de l'indépendance; un très long récit d'un officier de parachutistes sur l'élimination du QG du PAIGC au Sud-Est de la Guinée en décembre 1972, sur l'entrée en action de ses premiers missiles soviétiques qui, le 6 avril 1973, abattent trois avions portugais, sur la destruction de l'artillerie portugaise à Gadamael par ledit PAIGC, sur la prise du QG local du PAIGC, etc. En résumé, il s'agit d'un texte qui, sélectionné ou non, montre qu'il y avait quand même des unités de choc qui, presque jusqu'au bout, avaient conservé toute leur combativité. Conclusion qui mettra un peu de baume au cœur des historiens portugais du XXI<sup>e</sup> siècle lorsqu'ils se pencheront sérieusement sur la fin de leur empire, examinée sous l'angle exclusivement militaire.

A ce jour (2007), c'est un ancien officier américain d'état-major de l'US Navy et ex-professeur de l'Université des Marines, qui a creusé et étudié véritablement en profondeur et le mieux le matériel, le potentiel et les activités concrètes d'une branche de la Marine portugaise pendant la guerre coloniale. Il s'agit d'un admirateur inconditionnel des Forces armées portugaises entre 1961 et 1974, position minoritaire à l'étranger mais flatteuse pour les officiers de carrière ayant combattu en Afrique. John P. CANN<sup>12</sup> n'est pas un inconnu, puisqu'on lui doit déjà un livre traduit en portugais sur les méthodes appliquées par le commandement portugais pour lutter contre la guérilla. Mais dans ce nouveau livre, impressionnant de méticulosité, il s'est surpassé. Exploitant les archives de la Marine et les documents officiels publiés, plus des témoignages d'anciens officiers ayant planifié les opérations des fuzileiros ou ayant personnellement combattu à leur tête, l'auteur ne nous fait grâce d'aucune activité majeure des fusiliers marins (3400 en 1974) sur le Zaïre/Congo (peu menacé), le Cuanza

<sup>12</sup> John P. CANN, *THE BROWN WATERS OF AFRICA. PORTUGUESE RIVERINE WARFARE, 1961-1974*, Hailer Publishing, St. Petersburg (Florida), 2007, XVIII-248p., photos noir et blanc.

et les rivières et les fleuves de l'Angola oriental. Il faut reconnaître que voir en 1973 des marins sur le Cuando ou le Cuito intriguait l'observateur que nous étions, à l'époque.

Le gros de l'ouvrage concerne cependant les difficultés rencontrées en Guinée et au Mozambique. L'expédition de bâtiments de fort tonnage sur le lac Niassa est décrite avec un luxe de détails logistiques et techniques jamais rencontré avant CANN. Il consacre évidemment un fort chapitre à l'opération « Mar Verde » contre Conakry en 1970, déjà bien couverte en portugais, mais ignorée ou « oubliée » ailleurs. Il estime que ce fut un succès du point de vue naval, mais on sait aussi que, politiquement, ce fut un semi-échec. Peu importe l'interprétation que l'on en donnera. Reste que le livre de CANN – qui ne s'occupe que des plans et des résultats sur le terrain, mais rarement ou jamais du moral des officiers et surtout jamais des hommes de troupe – est une pierre angulaire dans la réhabilitation du rôle de l'Armada à terre.

De ce livre d'un professionnel, on passera tout naturellement à la vision presque aussi idyllique de l'épouse<sup>13</sup>, d'un officier de ces fameux fuzileiros, d'abord en Guinée puis au Mozambique. Femme mondaine, mais ayant un caractère bien trempé, l'utilité de ses mémoires de guerre est double pour l'historien. De février 1969 à 1970, avec son bébé, elle est relativement privilégiée à Bissau, car la Marine, selon elle, traitait beaucoup mieux les familles de ses officiers que l'Armée de Terre. Dans son milieu, fortement orienté à droite, les produits abondent, car importés du Cap-Vert à des prix avantageux. Elle n'aime pas la «psico» de Spínola qui, lui, n'aime pas la Marine. On apprend qu'une nuée de domestiques africains est au courant des préparatifs avant les opérations importantes, ce qui doit beaucoup contribuer à multiplier les attaques du PAIGC contre les navires qui relient les postes dans ce pays de rias et de rios. Les tensions deviennent terribles, même dans les troupes d'élite. Elle visite les Bissagos, à l'écart des convulsions, mais elle a aussi embarqué jusqu'à Cacine, en plein dans la zone du PAIGC. Malgré son ultra-patriotisme, elle s'opposera à ce que son mari en fin de séjour participe à l'attaque contre Conakry et, maintenant, le regrette amèrement, dit elle.

<sup>13</sup> Cristina MALHÃO PEREIRA, *VENTURAS E AVENTURAS EM ÁFRICA. GUINÉ (1969-1970), MOÇAMBIQUE (1971-1975). REGRESSO A ÁFRICA 30 ANOS DEPOIS*, Civilização Editora, Porto, 2007, 343p., photos noir et blanc et couleur.

Au Mozambique, où son époux est capitaine du port d'Inhambane, sa vision d'Ibo est intéressante, car elle rappelle que certains prisonniers politiques africains travaillaient en ville. Son apport documentaire redevient ensuite très important car si la « révolution » pagailleuse de 1974 la déçoit, bien entendu, son témoignage *in situ* sur la tentative de soulèvement (7 septembre 1974) des colons de Lourenço Marques contre la politique d'abandon de Lisbonne (face au FRELIMO) et sur l'échec de ce mouvement « spontané », puis sur le massacre de certains Blancs par des bandes de soi-disant révolutionnaires noirs, a bien failli ne jamais paraître. Elle a en effet été « exfiltrée » de justesse avec ses enfants, avant une mort plus que probable. Page sombre d'une décolonisation pathétique à laquelle elle ajoute, en prime, une consultation dans le cabinet d'un astrologue de Lisbonne où elle rencontre dans la salle d'attente des hommes politiques ou d'autres dirigeants de l'époque, vraiment déboussolés. André Malraux, qui soutenait que les Portugais étaient un peuple irréaliste, voire irrationnel, aurait peut-être aimé attendre son tour dans l'antichambre du mage. Pourquoi pas ! Un illustre locataire ultérieur de l'Élysée avait bien une astrologue attitrée qui l'aidait à conduire le destin de la France. Elle devint même docteure en sociologie. On arrête difficilement le progrès scientifique dans les universités parisiennes.

Plus classique, le cours d'Abílio PIRES LOUSADA<sup>14</sup>, officier de carrière et professeur d'histoire militaire, concentre ses leçons sur cinq interventions putschistes (1820, 1851, 1910, 1926, 1974) de l'Armée, qui amenèrent des changements de régime. On peut s'interroger pour savoir si c'est bien là le rôle d'une Armée européenne. Apparemment oui, lorsque les civils, au sud des Pyrénées, se montrent par trop incapables. Seul le cinquième chapitre – très clair – concerne l'Ultrammar. Travail équilibré et lucide, quelles que soient les convictions personnelles de l'auteur. Dans la zone de perméabilité entre le militaire et le politique, on enregistre encore les souvenirs d'Hugo ROCHA<sup>15</sup> où l'on apprend des faits nouveaux sur un début de mutinerie de la garnison mozambicaine à la Porta do Cerco (point de passage entre Macau et la Chine), le 15 janvier 1962 (est-ce un

<sup>14</sup> Abílio PIRES LOUSADA, *O EXÉRCITO E A RUPTURA DA ORDEM POLÍTICA EM PORTUGAL. 1820-1974*, Prefácio, Lisbonne, 2007, 143p., photos noir et blanc et couleur.

<sup>15</sup> Hugo ROCHA, *RECORDAÇÕES. MILITAR, DIPLOMATA E GOVERNANTE*, Prefácio, Lisbonne, 2007, 154p., photos noir et blanc

contrecoup de l'exemple goanais?), à l'instigation de Macaistas maoïstes. Crier « Fora Portugal » (pp.19-21) de la part de soldats noirs était de bien mauvais augure pour l'avenir colonial au Mozambique. De fait, l'envoi de troupes africaines cessa ultérieurement. Dans ce livre, on relève également : 1<sup>o</sup>) une modeste modification illégale de l'emplacement des bornes frontières avec la Zambie (au nord de Gago Coutinho) pour déjouer les tirs du FRELIMO; 2<sup>o</sup>) une attaque (8 mars 1969) assez sanglante au Cabo Delgado où la guérilla tue quatre soldats et s'empare d'un armement relativement important.

Et les conséquences familiales au Portugal de la disparition brutale de tous ces soldats tombés en Afrique? On en voit une partie dans une plaquette<sup>16</sup> où le fils d'un *sargento*, mort dans un accident de voiture (18 octobre 1962) près de Maquela do Zombo, explique que son père avait été enterré en Angola, car cette Armée, pauvre ou pingre, réclamait 10.000 escudos pour ramener le corps à Lisbonne. La famille étant dans la misère avait dû y renoncer. 43 ans après, le fils relate comment les réseaux de solidarité des anciens combattants ont permis, avec l'appui de certains officiers (dont un Bulgare) de l'UNAVEM III des Onusiens, de rapatrier le corps en 1996. Ce simple exemple soulève le double problème : 1<sup>o</sup>) des sépultures militaires portugaises, une bonne génération après la fin de la guerre ; 2<sup>o</sup>) de l'indifférence (ou de l'impécuniosité alléguée) d'une Armée ibérique à l'égard du sort de ses soldats aux colonies.

Pour le deuxième point, il semble qu'un coup d'œil sur la situation vécue dans l'Armée espagnole, à peu près à la même époque, peut être éclairant. Prenons deux témoignages politiquement antagonistes, mais identiques quant au traitement réservé aux soldats expéditionnaires en Afrique du Nord-Ouest, dans des postes qui n'allaient pas tarder à être rétrocédés au Maroc. Le livre de Juan F. HERRERO DIEZ<sup>17</sup> est celui d'un ancien lieutenant de réserve expédié avec un bataillon d'Alicante (830 hommes) pour tenir le chef-lieu (Villa Bens, alias Cabo Juby) de la Zone sud du protectorat espagnol au Maroc. Lui est un ultra-nationaliste et un nostalgique de

<sup>16</sup> António TEIXEIRA MOTA, *LUTA INCESSANTE*, Elefante Editores, Espinho (Portugal), 2005, 83p., photos noir et blanc.

<sup>17</sup> Juan F.HERRRERO DÍEZ, *DIARIO DE UNA GUERRA DESCONOCIDA. DESIERTO DEL SÁHARA, PERIMETRO DEFENSIVO DE VILLA BENS, 1958*, Imageediciones, Madrid, 2007,319p. photos noir et blanc.

l'Armée, dont il ne s'est pas consolé d'avoir été rayé « administrativement » des cadres. Extrêmement détaillé, son journal (18 janvier-13 mars 1958) est utile pour connaître la désorganisation et l'improvisation du commandement, face à l'Armée de libération marocaine. C'est une plongée dans la misère d'une troupe mal nourrie, mal logée, mal soignée, qui aura la chance ici de ne pas quitter les barbelés et quelques postes avancés. Mais s'il n'a pas oublié le fossé entre les officiers de carrière, arrogants d'avoir survécu à la Cruzada, et les lieutenants de réserve, il ne parle pas de mauvais traitements à l'égard des simples soldats. Solidarité corporatiste ?

L'auteur<sup>18</sup> qui le suit, trois-quatre ans après, est un juriste qui, issu de la même région, est envoyé dans le moignon d'enclave d'Ifni, plus au nord, après l'abandon de l'intérieur au Maroc. Lui n'y va pas par quatre chemins : l'*ejército colonial español* à Ifni et au Sahara n'est pas là pour défendre la patrie, mais pour préserver les soldes triplées des officiers de carrière qui méprisent les appelés du contingent, les battent et les humilient, afin d'obtenir une obéissance aveugle par la peur.

Mal armés, mal vêtus, maltraités, mal alimentés, les soldats s'ennuient à Ifni. Il indique que le commandement a dû retirer de la première ligne de défense (5-8 km de la mer) la Legión car il y avait trop de déserteurs. Selon lui, l'imbécilité dans toute société se réfugie prioritairement dans les Armées et s'y concentre dans les corps coloniaux. Ayant visité et décrit Ifni et le Sahara, cinq ans après Manuel JORQUES ORTIZ (cf. René PÉLISSIER, *DON QUICHOTTE EN AFRIQUE. VOYAGES À LA FIN DE L'EMPIRE ESPAGNOL*, Éditions Pélissier, Orgeval (France), 1992, 176p. et René PÉLISSIER, *SPANISH AFRICA- AFRIQUE ESPAGNOLE. ETUDES SUR LA FIN D'UN EMPIRE (1957-1976)*, Idem, 2005, 224p.) nous ne pouvons que confirmer ce que dit l'auteur. On peut même affirmer qu'en 1967, l'Armée franquiste, qui en Afrique ne se battait pas sur trois fronts comme son homologue portugaise, mais servait uniquement à montrer le drapeau sans trop de dangers, était devenue une couverture économique légale pour une partie de ses officiers, les africanistas. Dans les deux cas, une routine, une sclérose conceptuelle de généraux vieillissants étaient perceptibles à tous les échelons du commandement et rejaillissaient sur la vie du sol-

<sup>18</sup> Manuel JORQUES ORTIZ, *IFNI 1961-1962. MEMORIAS DE UN SOLDADO*, auto-édition, Alicante, 2007, 280p., photos noir et blanc.



dat qui se demandait ce qu'il faisait dans cette Afrique si différente de ce qu'en disait la propagande. La grande différence était double, cependant : 1<sup>o</sup>) les Portugais avaient des décennies d'enseignement à l'école, exaltant l'épopée impériale et la grandeur supposée de la mission qu'on leur disait qu'ils s'étaient attribuée de droit divin ; les Espagnols, quant à eux, ne pouvaient rien évoquer de comparable en Afrique ; 2<sup>o</sup>) les Portugais y risquaient leur vie en gâchant leur jeunesse ; les Espagnols savaient bien, confusément ou ouvertement, qu'ils n'étaient là que par malchance et provisoirement, et ce par un simple accident de leur histoire diplomatique au XIX<sup>e</sup> siècle.

Mais revenons vers les seuls anciens combattants portugais qui, devenus pères ou grands-pères, continuent à mener leur guerre contre leur mémoire, tantôt en la soutenant avec des documents, des lettres, parfois un journal intime, tantôt en la romançant plus ou moins. S'il y a bien un tournant majeur dans l'Histoire du Portugal, ce n'est pas l'Ultimatum de 1890 – source de mythes ridicules – ni Chaimite et Mousinho de Albuquerque, icônes salvatrices mais provisoires pour politiciens et écoliers avides de héros, ni non plus la pitoyable intervention dans la Grande Guerre. Ce qui compte, c'est la guerre de 1961-1974 et la perte du 3<sup>o</sup> Império qui ont affecté plusieurs millions de Portugais et de membres de leurs familles. Si « le passé est un autre pays », comme dit le dicton en anglais, le « tourisme » mémoriel que connaît en 2008 l'édition portugaise depuis une vingtaine d'années prend des allures de pèlerinage sans miracles, car on ne guérit jamais vraiment des blessures de sa jeunesse.

MATO E MORRO<sup>19</sup> est du genre mémoires dialogués. Le texte se lit avec intérêt, ce qui n'est pas toujours le cas, même chez un ancien étudiant devenu alferes. La période couvre janvier 1972 - début 1974, et la situation géographique est le district de Tete et plus précisément la frontière du Malawi, au nord de Furancungo, ce qui n'est pas d'une originalité extraordinaire. Mais celle-ci arrive lorsque l'auteur est placé dans une unité de soldats de plusieurs origines ethniques, à 650km de Beira. Ils essaient de prendre une base du FRELIMO, guidés par un agent de la PIDE/DGS qui tient encordé un couple d'ex-guérilleros qu'il est prêt à

<sup>19</sup> João FERNANDES, *MATO E MORRO*, Prefácio, Lisbonne, 2007, 259p., photos noir et blanc.

abattre. Les Cap-Verdiens sont totalement indisciplinés et au bord de la mutinerie dans cette unité. Une description de Tete en pleine euphorie économique (construction de Cabora Bassa), de même que les altercations avec les colons de Mutarara, Lourenço Marques et de Beira, l'attaque de son cantonnement au mortier, l'impuissance des chefs de village, coincés entre le FRELIMO et la troupe, les embuscades, les mines, etc., tout cela a déjà été décrit plus ou moins. Mais la protection des trains vers Moatize et du pont enjambant le Zambèze est un élément crucial pour la construction du barrage. Les témoignages à ce sujet ne sont pas nombreux. Nous en avons un avec ce livre sur la fin du cycle militaire au Mozambique colonial. Il est probable que, dans une vingtaine d'années, le quadrillage historico-géographique sera suffisamment dense pour que les John P. CANN de l'avenir puissent confronter les relatórios officiels avec les souvenirs des littérateurs ayant survécu jusque là.

Abordons ensuite un texte plein de fureurs, de cris et aussi – c'est beaucoup plus utile – de faits que certains voudraient minimiser. En bref, c'est un livre pour amateurs de polémiques, mais avec des éléments dont un historien à venir pourra faire son profit, et ses éventuels lecteurs aussi. On ne va pas ici entrer dans un débat entre les sourds et les aveugles qui ne veulent qu'une seule vérité : la leur, évidemment ! GUERRA, PAZ E FUZILAMENTOS DOS GUERREIROS<sup>20</sup> contient une vigoureuse défense de l'action de Spínola en Guinée, en opposition aux hommes politiques portugais de l'époque. C'est déjà un sujet classique. Ce qui est beaucoup plus novateur, c'est la mise en évidence (y compris avec statistiques et chronologie) de l'action des commandos africains. Rares seront ceux qui contesteront leur courage, leur férocité, leur efficacité et leur assassinat (c'est le mot) partiel par le PAIGC après l'indépendance. Ce que l'on ne voit pas clairement, ce sont leurs origines ethniques, leurs motivations et leurs ambitions politiques. Passons et constatons que l'on aime bien fusiller ses adversaires en Guinée-Bissau, quel que soit l'homme « fort » au pouvoir. Les listes nominales fournies (pp.135-146) paraissent être très incomplètes et, compte tenu des circonstances locales, le resteront à jamais. Ce livre a été composé comme une mise en accusation de la

<sup>20</sup> Manuel AMARO BERNARDO, *GUERRA, PAZ E FUZILAMENTOS DOS GUERREIROS. GUINÉ, 1970-1980*, Prefácio, Lisbonne, 2007, 402p., photos noir et blanc.

décolonisation, du MFA, etc. Soit ! Mais il fournit également des dépositions déjà publiées ou d'autres, inédites, notamment d'officiers supérieurs portugais, de Luís Cabral, du général João Bernardo Vieira (Nino) et, ce qui peut-être est le plus important, des officiers blancs ou noirs qui commandaient ces comandos africains qui, eux, donnent des détails sur les opérations auxquelles ces « super-guerriers » participèrent. La période la plus couverte concerne les années 1972-1974. En tout, les témoignages occupent les pages 207-361 et constituent la valeur essentielle du livre.

Peu ou prou, tous les récits, romancés ou non, des auteurs publiant sur la guerre coloniale portugaise, ont une base autobiographique, ce qui est compréhensible, car comment pourrait-on autrement retenir l'attention du lecteur – en général, lui-même ancien combattant, retornado ou apparenté à quelqu'un qui a vécu en Afrique – lorsqu'on décrit Dilolo (frontière du Katanga) ou Pedra do Feitiço, si le narrateur n'y a jamais mis les pieds ? Donc Berto ESTRELA<sup>21</sup> est un vétérinaire, ex-alferes « libertin », qui était en poste dans ces localités entre 1962 et 1964. Il a choisi une forme littéraire, parfois naïve, mais cela n'a aucune importance pour notre propos. Ce qui compte, c'est qu'il évoque la naissance de réseaux orientaux du MPLA dès 1962 (?), l'arrivée à l'est des réfugiés blancs du Katanga, puis des mercenaires, les craintes des colons de Lumeje, l'hostilité entre civils blancs et la troupe accusée de ne rien faire, et surtout, la vie militaire le long de la rive sud du Congo/Zaire (mines, un capitaine pédophile déflorant à la chaîne les petites filles, patrouilles, embuscades, soba offrant sa fille pour obtenir la protection de l'alferes mais qui, en fait, est chargée de le tuer). On passera sur les frictions entre militaires et agents de la PIDE, mais on note quelques pages imaginées sur un guérillero de l'UPA. C'est un livre sans prétentions analytiques ou apologétiques. Il est simplement vraisemblable.

En revanche, toujours chez le même éditeur qui exploite à fond le filon ultramarino, on doit signaler à titre comparatif et hors d'Afrique un livre document qui jette une lumière crue sur un épisode peu reluisant pour l'image de l'Estado Novo, puisqu'il concerne la vengeance « judiciaire » de Salazar et de certains de ses officiers-courtisans contre les misérables troupes qu'il avait envoyées « défendre » l'Estado da Índia et, plus parti-

<sup>21</sup> Berto ESTRELA, *PERIGO E FASCÍNIO EM ÁFRICA. ANGOLA 1962-1964*, Prefácio, Lisbonne, 2007, 250p., photos noir et blanc.

culièrement, sa Marine. N.R.P.SIRIUS<sup>22</sup> n'est pas un livre facile à suivre puisqu'il est hybride : 1<sup>o</sup>) les témoignages et lettres de deux officiers de l'Armada (dont l'un fut prisonnier des Indiens) mais décorés tous deux, et 2<sup>o</sup>) l'histoire assez fantastique, mais réelle, d'un troisième, l'auteur, qui réussit à échapper à l'emprisonnement mais qui, à l'issue d'une procédure disciplinaire, fut radié des cadres de la Marine de 1963 à 1975 (date de sa réhabilitation post-révolutionnaire).

Comme disait un grand homme politique français du XX<sup>e</sup> siècle, « la justice militaire est à la Justice ce que la musique militaire est à la Musique ». Elle marche toujours au pas et aux ordres, au Portugal comme ailleurs. A fortiori dans un Etat dictatorial et en période de crise où l'on cherche de l'héroïsme à tout prix.

Intrinsèquement l'histoire est mince. L'officier commandant la vedette (20 tonnes) Sirius saborde son minuscule bâtiment devant le port de Mormugão (Goa), face à une escadre indienne (environ 20.000 tonnes). Mais au lieu de se rendre comme la plupart des troupes portugaises (sauf l'équipage de la vedette censée défendre l'enclave de Damão, qui réussira à gagner le port « neutre » de Karachi), Marques da Silva demandera au capitaine d'un cargo grec de le recueillir, lui et ses hommes. Il les conduira à Karachi. Selon lui, jamais la Marine n'a voulu reconnaître le bien fondé de la décision du commandant de cette coque de noix qui, selon elle, a failli à l'honneur et ne s'est pas battu comme le fit une autre vedette, devant Diu et l'avisó Afonso de Albuquerque devant Goa. L'avisó, d'ailleurs, fut eu partie détruit et ensuite récupéré par la Marine indienne, mais c'est le geste qui compte.

Le texte comporte également des lettres d'un officier de marine interné avec les milliers de soldats qui s'étaient rendus sans vraiment avoir résisté. Englué dans les « fumos da Índia », Salazar voulait des héros, même morts. Les militaires, eux, préféraient la vie. Et c'est ainsi que périt l'Império. Mort d'une « contradiction interne » (sic) à une Histoire impériale mythifiée au-delà de toute crédibilité par des strates d'onirisme, d'outrances et de démesures coupées des réalités, le tout étant nourri par des siècles d'historiographie si ultranationaliste qu'elle aveuglait même les esprits les plus pondérés. Les réveils sont toujours pénibles.

<sup>22</sup> Manuel José MARQUES DA SILVA, *N.R.P.SIRIUS. ÍNDIA 18 de DEZEMBRO DE 1961. TRÊS CASOS DE MARINHA*, Prefácio, Lisbonne, 2007, 143p., photo noir et blanc.

# AFRICA: IN SEARCH OF SECURITY AFTER THE COLD WAR

Isiaka Alani Badmus\*

Pág. 203 a 245

## Overview

This article analyses the features of African countries in relations to security and spotlights its security threats from the Cold War era. The current regional security frameworks for promoting peace and stability are also examined. Since Africa falls within the new entrants into the international system, all the countries on the continent south of the Sahara, perhaps with exception of Republic of South Africa, typified by economic underdevelopment, increasing inequity in wealth and income distributions, social and ethno-religious conflicts, fragile political institutions/instability, pressure from galloping population growth, social and moral decadence, neo-patrimonialism and clientelist system, etc, ultimately, constitute the security quagmires of these societies. In this study, the word *security* is operationalised in a wider context. It transcends the traditional realist military-political conception; rather it looks at security in multidimensional facets [Badmus, 2005: 87; Edward Azar and Chung-in Moon, 1988: 281].

Therefore, security is seen beyond political order which protect both individuals and states against immediate threats of physical violence. It encompasses socio-economic order which is more relevant to the concept today than before. Regional security, by extension, is the summation of national security of nation-states and individuals in a particular region [against both internal an external threats] defined largely in political, economic, and social terms.

Regardless of the controversies surrounding the meaning of the concept, it is widely acknowledged that security also includes *everything* that

---

\* Researcher/consultant based in Lagos (Nigeria).

affect people negatively. Central to this study, is the debate on whether the security thinking of the Cold War years still hold-sway in this post-Cold War period. This becomes fundamental considering the fact that most of the issues that were formerly relegated to the background have occupied the centre stage in international relations and are, of course, vital to the post-1989 Africa's security calculus. Security issues such as drug-trafficking, informal trade and smuggling, money laundering, banditry and urban crimes, are some of the contemporary Africa's security challenges. In the light of the foregoing, it is essential to preoccupy ourselves with the following critical questions, for our conviction that the preservation of human lives needs a security guarantee. First, what are the Africa's security challenges during and after the Cold War? Second, is the previous 'state-centric' security thinking developed wholly in the realist conception of inter-state relations an appropriate model for transcending Africa's security quandaries? Third, what are the security arrangements put forward by Africans themselves to secure their continent from the scourge of inter- and intra-state conflicts, and how effective are these arrangements? Fourth, are there extra-African influences on the Africa's security arrangements? Fifth, what are the impacts of colonialism/neo-colonialism, and Cold War on Africa's security arrangements? Sixth, how effectively has each African government's confrontation of threats to their state's cohesion and territorial integrity been? Seventh, how 'central' is people/human-beings in the Africa's security calculus? etc. These research conundrums will be meaningfully addressed by, first of all, explaining the meaning of our central concept, security, in relations to Africa.

### **Africa's security: what it is and what it is not**

Security refers to a situation where people are free from danger, fear, or uncertainty. Living without immediate fears and threats is regarded as the very basis of human coexistence and development. This conceptualisation reflects the realist view that defines security in highly military sense. To all appearances, this explanation aptly captures the security situation of the developed countries but inadequate for the Third World Countries [TWCs], particularly Africa. The poser then becomes; why has the realist postulation failed to capture the African situation? The reason for this is

not too far-fetched for there are well established socio-economic and political orders in the West that enabled governments to narrow their security concerns to the protection of the state from external threats and aggressions. Therefore, security, not surprisingly, is viewed both from military and political perspectives; a reflection of the East--West ideological consternation between the United States and its allies, and the former USSR with its satellite Eastern European bloc of the post-World War II international politics. Contrastingly, Africa is at the periphery of the international system where poverty, political vendetta/ instability, failing institutions, social decadence have been its recurring decimal. In this socio-economic and political set-up, the conceptualisation of security in the power politics paradigm is tantamount to self immolation for the greatest challenge to Africa's security, especially in this post-Cold War period, is economic insecurity. It is in this context that this paper agrees with the notion that security has to be seen in a broad sense so as to make it more meaningful and capture the realities of contemporary Africa. Thus, while this study concurs with the realist theses, the fact still remains that, economic insecurity and threats emanating there-from account for most of the conflicts in Africa today.

At the heart of the security discourse is human being/people. Going by this postulation, the ex-United Nations Secretary-General, Kofi Annan, noted in his Millennium Report that while traditional security policy had focused on securing the territory of states from external aggression, it has shifted to the "protection of individuals from internal violence" [Annan, 2000]. Thus, focusing on the protection of individuals rather than borders is the central element of what has become known as 'human security' [Andrew, 2002: 4]. Thus, a more broadened concept of security is interpreted as a situation where individuals and the state are protected against external and internal threats. This encompasses both military and non-military threats. Security is seen as a double--edged sword. At one level, we have the internal security that implies protection of the citizens against politico-economic threats. This implies people security satisfaction of the social, cultural, economic, political and human rights which are the basic needs as well as the security of the regime against internal threats. It is important to stress the fact that the security of the government is a func-

tion of how the people are secured with respect to their socio-cultural, political, and economic needs. External security on the other hand refers to the protection of the territorial integrity of the African states from external aggression so as to safeguard the national interests of individual countries. Thus, what is apparent is that the protection of state against external aggression preoccupied the minds of policy makers/analysts during the East-West Cold War period and regarded as the security thinking of the epoch. This has enabled the state and its authority to conceptualise national security in highly militarised terms by putting more emphasis on armament building. The end of the Cold War doused tensions between the two super powers and by extension subdued the proxy wars on the African soil. The basic challenge to the continent now is that of economic insecurity. By economic security, we mean the existence of political stability, under which a nation can produce, accumulate and distribute its resources—natural, manufactured and human, is central to national security [Badmus, 2005: 87].

What is germane from the foregoing discussions is that Africa's security is seen beyond politico-military realm. The economic crisis of the late 1970s and 1980s, coupled with the hardships brought by the adoption and implementation of the World Bank [the Bank] and the International Monetary Fund [IMF] inspired Structural Adjustment Programmes [SAPs] to the people/citizens of the adjusting states in Africa constitute the greatest challenge to the security of the continent [Badmus, 2006: 275-279]. This is because the failure of the governments to satisfy the socio-economic needs of their citizens has compelled people to take certain unwholesome acts to make a living, which is oftentimes, detrimental to Africa's security. Thus, "persistent underdevelopment and deprivation of economic well-being degrade national morale and precipitate social unrest, thus furthering internal fragmentation. Such internal weakness can trigger hostile actions by potential or actual adversaries" [Edward Azar and Chun-in Moon, 1988: 281]

Premised on the foregoing analysis, this study posits that since the realist approach to security failed to capture the Africa's realities, its application



is bound to be misleading. Consequently, there is a need for a redefinition of Africa's security in the light of the contemporary global transformation.

### **Analysing africa's security milieu during the cold war.**

It is apparent that most African countries gained their political independence in the 1960s. This period coincided with the height of the Cold War where the US and the former USSR were locked up in a protracted conflict of ideology and hegemony. Apparently, Africa not only affected by, but equally entangled in the ideological war in which the superpowers were propping up, and supporting one African government or the other depending on their ideological inclinations. Thus, during this period, Africa's security environment was highly militarised and a great chunk of African countries' budgets went to defence and armament building, leading to an arms race. Caught in the cobweb of Cold War consternation, African leaders placed military security and by extension regime survival over and above non-military issues. Needless to say, this conceptualisation and the subsequent arms build-up eventually created security dilemma. It is often argued by scholars of security studies that the presence of these instruments of coercion in Africa largely encouraged inter-state conflicts, mainly border conflicts as witnessed in Ethiopia-Somalia, Algeria-Morocco conflicts, etc. Other examples of violence include the Israeli raid on Entebbe [Uganda] in 1976, the external invasion of the Shaba province [Zaire] between 1977/1978, mercenary raids on Comoros in 1978 and Seychelles in 1981 [Elaignwu, 1996: 7-8].

During this period, the major threats to Africa's security have been in the form of insecurity emanating from conflicts between and among states located in the same region or sub-region. These inter-state conflicts, more often than not, assumed alarming proportion consequent on the extra-regional interventions. Inter-state conflicts dominated African political landscape for years while intra-state conflicts were minimal. This hideous political environment provided fertile grounds for the proliferation of military alliances/defence pacts between the colonial overlords and their former colonies, and to a large extent with the superpowers despite the fact

that most African countries are members of the Non-Aligned Movement [NAM]. Though, the USSR was not, and has never been a colonial power in Africa, but the wars of liberations in different parts of the continent in the 1950s through the 1970s especially in the Lusophone states of Angola and Mozambique empowered Moscow to carve areas of influence for itself. The sustained militaro-economic supports to the liberation movements and the newly independent African states, especially regimes favourably disposed to the communist ideology helped to reinforce Moscow's position in Africa. Reverting to the former imperial powers in Africa, France's influence in the internal affairs of its erstwhile colonies in Africa was noticeable during this period [Ogunmola and Badmus, 2004 and 2005; Rondos, 1979; Bach, 1986]. Paris not only signed military agreements with the Francophone states but is equally maintaining foreign military bases and above all continuously intervening in the domestic politics of these countries. In the 1970s for instance, the French military forces intervened in the Central African Republic [CAR] by removing the head of state, Jean Bedel Bokassa, and replacing him with David Daco. For many years, Paris sustained undemocratic African governments that were favourable to her. Aside from France's overt interventions in Africa's internal affairs, Britain also signed similar agreements with some Anglophone States. However, internal popular opinion worked against, and eventually led to the abrogation of Anglo-Nigerian Defence Pact. Furthermore, the politico-military situations in the Horn of Africa [the Horn] in the 1970s clearly show the influence of the Cold War creating local African conflicts with international connections. In the Horn, Cold War politics was brought to the fore when Washington was supporting the Haile Sellasie regime in Ethiopia while Somalia was under the military cover of Moscow during the same period. The change of power in the two African states led to the shifting in allegiance with the US supports for Mogadishu while the new government in Ethiopia under Mengistu Haile Mariam became the new bride of Moscow. Also, Cuban troops, bankrolled by the USSR, intervened in Angola purposely to ward off South Africa invasion of Angola. Also, Cuba activities in Angola were in support of the Popular Movement for the Liberation of Angola [MPLA]<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Other liberation movements in Angola during this period were the National Front for the Liberation of Angola [FNLA] and the National Union for the Total Independence of Angola [UNITA], see Badmus, 2003, p.26-42.

Consequently, it is possible to argue that alliance formations, in the long run, have never been in the best interest of Africa for they often call for extra-African interventions in the internal affairs of the continent. Aside from the fact of tremendously reducing the capacities of African countries to pursue dynamic and independent foreign and defence policies, the provisions of such defence pacts have been invoked on a number of occasions by foreign powers to rescue dictatorial governments that were regarded as stooges of the Western powers as the Congo experience in the 1960s and American supports for Mobutu's Zaire proved. Furthermore, the involvement of the new states in superpower ideological politics, according to Olusegun Obasanjo [1993: 52], "aggravated their internal conflict and encouraged instability. Besides, the readiness of the superpowers and their allies to supply arms to Africa encouraged unnecessary arms build-up in the new states and diverted resources meant for development to unproductive and wasteful ends". To this end, the dichotomisation of international politics as well as the extension of the proxy wars to Africa had enabled African leaders to view vital issues in Cold War prismatic lens and eventually treated them as such. The effects of the Cold War on Africa will be much more appreciated within the context of the Organisation of African Unity [OAU]. The OAU, the predecessor of the African Union [AU], for so many years, was fraught with difficulties in taking vital decisions and failed on so many occasions to reach consensus on issues dealing with Africa's political and socio-economic development, thus, mortgaging Africa's future as well as making the continent fail on many instances to speak with one voice at international fora.

If the picture painted above is disheartening, the impacts of the Cold War on Africa's socio-economic developments are even more disturbing. African states were ushered into the international system as passive participants and in an unequal exchange relations, the continent economic picture during the period can be described, according to Olusegun Obasanjo, by the 4 D's: derelict, despondent, disillusioned, and detached from the mainstream of the global economy. Most of Africa's socio-economic indicators according to Obasanjo's [1993: 53], "depict the continent as losing its shares in world trade and manufacturing, even as its relative

global proportions of such negative indices such as poverty, infant and maternal mortality and illiteracy are increasing. The most visible indices of Africa's increasing marginalisation are its sharply declining shares in world exports, imports, foreign direct investment and official development assistance. The persistent deterioration of Africa's terms of trade is also an index of relative regional deterioration. Unbearable external debt burden is another graphic measure of Africa's deteriorating global position" [Also, see Badmus, 2006]. The negative image painted above became a bane to the continent's development and unfortunately hampered Africa's position during the Cold War period.

### **Africa's security environment in the post-1989 international system**

With the advent of *glasnost and perestroika* in Gorbachev's USSR, the fall of the Berlin Wall, coupled with the collapse of communism, the Cold War induced ideological blocs crumbled with the emergence of a new structure of unipolar authority constructed around the US and its allies in the West, and the triumph of capitalism. These developments were accompanied by the popular pressure for political liberalisation, and the quest for democratic governance became heightened. The events and the quest for political liberalisation had far reaching implications for Africa in many aspects, viz, security, economy, politics, etc. The end of the Cold War, first of all, brought about a new security environment that exposed the autocratic African leaders and their regimes to danger. Africa became, during this period, less attractive to their former military/financial backers. As such, with the dwindling financial and military supports for the corrupt and dictatorial African regimes, then their survival became difficult in the face of the ever rising popular pressure for democratisation [Badmus, 2006]. The post--Cold War African security environment has always been characterised by all forms of threats to state security from *within* rather than from outside the territorial integrity of the state, implying that the threats to most nations, individual, and communities, particularly in Africa, do not derive from their neighbour's army but the challenges come from economic collapse/declining Gross Domestic Product [GDP], the dependence of an economy on extractive mineral resources,

political oppression, the inequality of access of groups to political and economic resources, scarcity, over-population, damage to the environment, terrorism, crime, and disease [Olonisakin, 1999]. Since 1989, Africa has been witnessing astonishing waves of identity movements constructed around ethnicity, religion, etc and their mobilisation to achieve parochial goals. Let it be clearly understood that the construction and mobilisation of these identities are not *at all times* antithetical to democracy except in a situation where they are violently utilised as instrument of change to achieve particularistic, rather than universalistic, goals.

The recession of inter-state conflicts in the post-Cold War Africa's international relations has brought forth a new security thinking that centers on 'human-being' security. This implies that comprehensive security thinking should focus on human-being. This is usually referred to as *people's centered security approach*. The kernel of this approach is that it sees human security as human-beings free from hunger and fear, etc. *Thus, human security equals human well being*. This new thinking in security debate emphasises the imperative of democracy and good governance, for stable democracies are relatively peaceful compared to the authoritarian states. Thus, there is the need to adequately address the causes of human insecurity which are located in the interrelationship between security on the one hand, and development and governance on the other. This concept, according to Andrew [2002:4] has attracted scholarly attention in recent years for a variety of reasons:

1. The increased attention being paid to human rights in the post-Cold War era, particularly in the North. The core human rights agenda and that of human security overlap to a considerable degree.
2. The rise of the highly contested doctrine and practice of humanitarian intervention, which seek to protect civilians from genocide and other gross violation of human rights [sometimes perpetrated by their own governments].
3. The fact that interstate war—the traditional focus of realist conceptions of security—has become increasingly rare. Today, more than 90% of wars are fought within, not between, states. Here,

defence of borders is not an issue; defence of people's is.

4. Growing awareness of the interrelationships between insecurity, development and governance.

The above argument implies that while strengthening national security against external threats, governments, especially in Africa, should enhance human security. Having discussed Africa's post-Cold War security environment, it is pertinent to address ourselves with this fundamental question: What is the situation of Africa's regional security arrangement. Differently put, how has Africa been able to address the issue of security, democratisation, sustainable and equitable development and good governance? The answers to this constitute our task in the section that follows.

#### **Collective defence and africa's regional security frameworks.**

As noted earlier, the conceptualisation of Africa's security during the Cold War was state-centric in orientation whereby premium was placed on hard-core security issues by emphasising the preeminence of regime survival and state security. This notion formed the basis of the OAU Charter in relations to peace and security where African leaders agreed unanimously on the protection of the territorial integrity of their countries and regimes. This denotes that, based on the history of colonial domination, African states developed a security arrangement/ framework that jealously guarded their hard won independence and thereby reluctant to submit their sovereignty to any multilateral institution. This is apparent with regard to the *non-interference in the internal affairs of member-states clause* enshrined in the OAU Charter. At one level one may be tempted to concur with this thinking as appropriate but a rethink will expose the danger in this arrangement. This is because it would be difficult, if not impossible, to achieve human security under this kind of security arrangement [Stedman, 1990]. This is premised on the fact that, since regime security was uppermost in the agenda of the States, the lion share of budget is devoted to armaments; hence the well-being of the citizenry became secondary. To really comprehend Africa's security situations during

and after the Cold war within the context of multilateralism, it will be of utmost importance to look at, in greater illustrative details, the collective defence and security frameworks/mechanisms put forward by both the OAU/AU and the Economic Community of West African States [ECOWAS] that are regional and sub-regional organisations respectively.

A critical analysis of the OAU as an institution reveals that had it been that African leaders supported Kwame Nkrumah's proposal during its formative years, the organisation would have developed effective and appropriate security structure. Nkrumah, one of Africa's foremost nationalist leaders, proposed the formation of an African High Command [AHC]. The logic behind this idea was that, the proponent saw Africa's security concerns as multidimensional and that the institutionalisation of effective AHC would abet the continent to deter external aggressions and, by extension, liberate territories that were then under the shackle of colonialism. Nkrumah's idea transcended military cooperation for he called for the establishment of organic political union of the continent under an "African Union Government" [Olonisakin, 1999: 38–39]. With such a union, writes Olonisakin, "a common defence plan could be developed, as well as a common foreign policy, and, a fully integrated economic programme for the whole continent. If achieved, this political union would serve as deterrence to any foreign intervention, and it would also remove the need of African states to seek protection from outside powers, through the formation of alliances and military pacts". In spite of the noble ideals of this proposal, African leaders that attended the inaugural meeting of the OAU in 1963 in Addis Ababa, Ethiopia, jettisoned Nkrumah's proposal, and excluded it from the OAU Charter. The reasons for this attitude can be located within the context of preserving rather than eroding the territorial integrity and sovereignty of individual African states, and petty nationalism [see Mkwandawire, 1999: 35]. Instead of a political union, leaders' preference for the recognition of colonially inherited borders dominated the meeting. To all appearances, this informed the inclusion of some of general principles of state behaviour in the Charter. In this respect, the Charter provisions include:

- \* Recognition of the sovereign equality of all member states;
- \* Non-interference in the internal affairs of member states;
- \* Respect for the sovereignty and territorial integrity of each state and for its inalienable right of independent existence;
- \* Peaceful settlement of disputes by negotiation, mediation, conciliation or arbitration; and
- \* Unreserved condemnation, in all its forms, of political assassination as well as subversive activities on the part of neighbouring or any other states

Although, these principles helped in no small way in averting many conflicts associated with territorial claims and counter claims, and by extension self-determination, there were other political conflicts that the provisions of the Charter failed to solve as the situation in Western Sahara and the strained relations between Mogadishu and Addis Ababa over Ogaden have shown. While the organisation needs to be commended on these remarkable achievements, the Charter failed to guarantee Africa's security and sustainable peace. This failure can be gleaned from the dissatisfying statistics on Africa's security. It is disheartening to show that during the first year of the organisation [even less than a year], not less than six boundary and territorial disputes had envenomed the continent, viz, the conflicts between Morocco and Algeria, Morocco and Mauritania, Morocco and Mali, Somalia and Ethiopia, Somalia and Kenya, and between Ghana and Togo. These conflicts, definitely, had devastating effects on these countries as well as neighbouring states [Imobighe, 1989:31].

Another major shortcoming of the OAU Charter is that, it overlooked and did not provide means for tackling internal security threats. This is not because internal threats are inconsequential; rather "it is just that the OAU's attitude is based on minimal interference. The OAU regards these internal crises as lying within the domestic competence of the affected States" [Imobighe, 1989:30]. Apparently, internal security threats, it should be recalled, emanated largely from the repressive policies of the authoritarian leaders in the quest for regime survival. This thrived well because of the 'non- interference' clause in the OAU Charter. It can be argued that while preference for external security was the order of the day



during the Cold War years, Africans were exposed to hunger and fear. This ultimately heightened the demands for freedom and economic security/guarantee from the citizens. In a nutshell, the adherence to the purposes and principles of sovereignty, territorial integrity, and non-interference apparently hindered the efficacy as well as viability of the OAU to adequately address African intra-state conflicts as the situation in Chad proved. In the case of Chad, it was not until France's intervention, and Libya's military involvement in support of Goukouni Weddeye that the OAU started playing active role in the conflict. Although, President Muamar Ghaddafi's justification that his actions were based on a defence pact signed with N'djamena in June 1980 was not accepted. Thus, the OAU saw and considered the Chadian civil conflict as one with external colouration.

Turning to the West African sub-region, ECOWAS [the Community] is fortunate to have taken non-military issue [economic security] as its core activity. Established by the Treaty signed on 28 May 1975 in Lagos<sup>2</sup>, the reason d'être for the West African leaders was to promote cooperation and integration for economic growth and development of the sub-region with the overall aim of uplifting the economic well-being of their citizens<sup>3</sup>.

To all appearances, the provision of the Article would make one, *prima facie*, to conclude that West Africans have perfectly tackled their economic insecurity/quagmire; rather, this hasty judgment is quite misleading as the reverse is the case. West Africa and nay Africa at large represents the World's 'poorest of the poor' in economic sphere. Why? The not too far-fetched answer is that despite the lofty ideals that formed the basis of ECOWAS' existence, leaders of the sub-region apparently did not place much emphasis on other aspects of security in the organisation's Charter and, to be sure, economic development can hardly be achieved in an environment devoid of security and political stability. The increase in

<sup>2</sup> The fifteen signatories to the Treaty of Lagos were: Cote d'Ivoire, Nigeria, Togo, Ghana, Guinea, Dahomey [now Benin], Guinea-Bissau, Senegal, Mauritania, Niger, Sierra Leone, Liberia, Mali, the Gambia and Upper Volta [Burkina Faso]. Cape Verde joined ECOWAS in 1977. The organisation is now comprised of 15 countries with the withdrawal of Mauritania from the Community in December 2000.

<sup>3</sup> On the objectives and purpose of ECOWAS, please see Article 2 (1) of the ECOWAS Treaty

disruptive armed insurrections, especially in the Greater Mano River Basin tri-states of Liberia, Sierra Leone, and Guinea-Conakry; Guinea-Bissau, and of recent Cote d'Ivoire, attest to this. Consequently, ECOWAS has since recognised the symbiotic relations that exist between regional peace and security and harmonious development of the economies of its member states [James, 1996: 322]. The point we are making here is that strengthening political stability and security is a *sine qua non* to economic development and advancement. Though, attempts were made in the early years of the Community's existence aimed at achieving a conflict-free West Africa. In 1978, the Community adopted the Protocol on Non-aggression<sup>4</sup> where Member States resolved that the Community "cannot attain its objectives save in an atmosphere of peace and harmonious understanding among Member States of the Community". In pursuing this objective, therefore, Articles 1 and 2 of the Protocol stipulate that:

member states shall in their relations with one another, 'refrain from the threat or use of force or aggression, or from employing any other means inconsistent with the Charter of the United Nations and the Organisation of African Unity against territorial integrity or political independence of other member states', and to 'refrain from committing, encouraging or condoning acts of subversion, hostility or aggression against the territorial integrity or political independence of other Member States'.

While one would agree that the 1978 Protocol represents a giant stride towards achieving sub-regional peace and security, the Protocol is fraught with difficulties. It is true that the Protocol is a form of collective security envisioned by the UN Charter but it failed to, first, create institutional and administrative frameworks for dealing with the prohibited acts of aggression, and second, it recommended pacific settlement of disputes between ECOWAS member states in line with the means provided in the Protocol. Olonisakin, while commending ECOWAS for the right step in an equally right direction, contends that the type of collective security provided by the Protocol is at variance with that of the UN in the sense that "whilst the

<sup>4</sup> *ECOWAS Protocol on Non-Aggression*, 22 April 1978, ECOWAS Secretariat, Abuja. Also see Badmus [n.d].

collective security systems envisaged under the UN and earlier systems implied the collective use of force against a member state that committed an act of aggression, the ECOWAS Protocol on Non-Aggression stopped short of an enforcement option. Instead it recommended the peaceful settlement of disputes..." [Olonisakin, 1999: 40]. This Protocol was perfected with the signing of a Protocol Relating to Mutual Assistance on Defense [MAD] on 29 May 1981 in Freetown, Sierra Leone<sup>5</sup>.

Article 2 of the 1981 Protocol categorically states that, "any armed threat or aggression directed against any member state shall constitute a threat or aggression against the Community". This forms the keystone of the Protocol. In Article 3, it is further stressed that, "member states resolved to give mutual aid and assistance to each other for defence, against any armed threat or aggression". Furthermore, in the case of armed conflict between two member states of the Community, Article 4 empowers the Authority of ECOWAS to decide to interpose Allied Armed Forces of the Community [AAFC] between the troops engaged in the conflict. Article 18 empowers ECOWAS to invoke Articles 6, 9, and 16 to intervene in a situation that a domestic conflict in a member country is actively maintained and sustained from outside.

Before going further, West African leaders must be commended for adopting the 1981 Protocol but it is not without shortcomings. First, a careful analysis of the various provisions of the Protocol's Articles shows that the Protocol devoted much more attention to threats that are external to the sub-region while internal security concerns were relegated to the background. Though, Article 18 (2) states that, "Community Force shall not intervene if the conflict remains purely internal", but the fact still remains that the quintessence of the MAD is to guarantee rather than threaten regional security [see Okolo, 1983:177-184; Okolo, 1988: 75]. Consequently, no provision was made for intervention in the internal conflict devoid of external connection in any member state. This is

<sup>5</sup> See A/SP3/5/81. "Protocol Relating to Mutual Assistance on Defence", done at Freetown, 29 May 1981. *Nigeria Treaties in Force, 1970—1990*, p. 898—908. Also see Ogunmola and Badmus, 2006 for Nigeria's roles in achieving sub-regional peace and security.

treated as purely ‘internal affairs’ of the country concerned. In spite of these shortcomings, the Protocol provides ample opportunities for collective defence in case of aggression. In *addendum*, it also serves as security for the ‘legitimate government’ of any member state where a civil conflict is supported from outside, thereby; the Protocol represents a mechanism for upholding national and sub-regional security. The inconsequential treatment and the ways of dealing with internal security threats “ which had the potential to grow into serious security problems and thus potential to destabilise the sub-region meant that ECOWAS could not achieve much progress, and that its members were indeed only heading for a security crisis” [Olonisakin, *ibid*]. Olonisakin is absolutely correct when we realise that many of the post--Cold War conflicts are induced by internal factors ranging from declining Gross Domestic Product [GDP], poverty, the unequal access of groups [ethnic in most cases] to political and economic resources, mis-governance/authoritarianism and its associated vices: lack of accountability, neopatrimonialism, human rights abuse, politics of exclusion, etc. Apparently, the combination of these factors at play led to gradual breakdown of societies and the collapse of some West African States. This distracted ECOWAS from focusing on economic development, especially, with the eruption of civil wars in the sub-region. Furthermore, it is disheartening that the Charter of ECOWAS contained the ‘non-interference in internal affairs’ clause that definitely protects undemocratic regimes. Though, there is divergence of opinions among scholars as to whether democracy is compatible with development.

Apart from the problems discussed above, numerous difficulties hindered ECOWAS’ efforts in achieving most of its objectives. Colonialism has resulted in the bifurcation of West Africa into two opposing divides—Anglophone and Francophone. One of the negative impacts of this bifurcation was the existence of rival groupings, which sought to pursue some of the objectives of ECOWAS [see Duah, 1995: 12-13] Examples of such groupings are legion. First is an exclusive Francophone West Africa economic grouping the *Communaute Economique de l’Afrique de l’Ouest* [West Africa Economic Community] whose final agreement was signed in April 1973 in Abidjan, Cote d’Ivoire. It was inspired by France to coun-

terbalance Nigeria's influence and hegemonic role in West Africa<sup>6</sup>. Second, the *Accord de Non Aggression et d'Assistance en Matiere de Defence* [ANAD], a Francophone West Africa Defence Pact which is muted on the presence of French military bases in Africa and the withdrawal of foreign military forces.

The tragedy that befell Liberia in 1989 exposed the inadequacies and contradictions in the earlier efforts at collective defence arrangement going by the political dissensus and antagonistic politics that envenomed ECOWAS over the deployment of the ECOWAS Ceasefire Monitoring Group [ECOMOG]. The civil war, according to Olonisakin, confirmed the need for:

a holistic approach to security in West Africa. It showed how unmanaged and unresolved conflict can create serious national and sub-regional security threats. A war that had been waiting to happen (In part shored up by the Cold War system) exploded in Liberia. ECOWAS was first saddled with this, and later with other crises in West Africa. A civil war erupted in Sierra Leone in 1991. The Casamance insurrection in Senegal has slowly escalated, Guinea Bissau, and recently Cote d'Ivoire was thrown into turmoil. Together, the crises in the sub-region have resulted in millions of refugees and displaced peoples, while diverting attention from the greater goals of stability and development

### **Rethinking regional security frameworks in Africa**

The global transformation and complexity of security concerns in the contemporary age have completely discredited the practical relevance and intellectual credibility of the euro-centric, state-centric, geopolitical, and militaristic perspectives of security within the context of various historic forces and events. These historic forces and events include: "the end of the Cold War, global integration of national economies, erosion of national identities and cultures, the shift in priority from military rivalry to eco-

---

<sup>6</sup> See Ogunmola and Badmus 2006.

conomic competition, and the diminishing role of the state as the dominant actor in international politics” [Hague, 2002: 24]. Instead, continued Hague, “there have emerged diverse new issues—ranging from poverty to refugee crises, information privacy to cyber-terrorism, environmental problems to natural disasters—which require non-state and non-military policies and strategies”. This new security environment has now compelled regional institutions to internally restructure, redefine their objectives, and develop new approaches to regional and sub-regional security in order to effectively face the new security challenges, and perhaps, in the face of the Cold War weariness of the superpowers.

Certainly, the expectation of the international community is that Africa should play prime role in mitigating conflicts on the continent; implying that Africans should take primary ownership of their own problems. Therefore, little wonder why the erstwhile OAU Scribe, Salim Ahmed Salim [1995] asserted that the organisation needs to devise “regional solutions to regional problems”. This is because of the waning reticence of the international community’s involvement in African conflicts and the increasing demands on the UN for peacekeeping missions. Salim believed that this situation should lead to a “greater devolution of responsibility for conflict resolution onto regional organisation such as the OAU” that should include the conduct of peacekeeping operations [cited in Richard Joseph, 1997:11]. Echoing Salim is the former UN Secretary-General Boutros Boutros-Ghali. Boutros-Ghali [1992], in clear terms, emphasized the imperative of the UN/regional institutions partnership in matters relating to conflict resolution as stipulated in Chapter VIII of the UN Charter. Earlier in 1994, the United States Institute of Peace [USIP] conference on ‘the US Contribution to Conflict Prevention, Management and Resolution in Africa’ recommended that, “Africa should determine under what conditions it is helpful to have the international community engage in conflict resolution efforts”. In this respect, a “layered response” strategy was suggested as the appropriate conflict resolution model<sup>7</sup>. On its own, the International Peace Academy [IPA], a New York-based independent international institution devoted to

<sup>7</sup> The kernel of this strategy is that it called for the division of labour in conflict resolution, thus: beginning with local organizations, then proceeding to sub-regional, regional, and finally international organisations as a crisis escalates. For detailed discussion, see Vraalsen, 1997.

the study of peace and conflict research, opined that, “the OAU should be the continent’s ‘first port of call’ in dealing with internal conflicts”<sup>8</sup>

Against the background of this shift in paradigm, the OAU/AU has now awakened from its slumber to recognise the need to establish a more systematic and institutionalised approach to conflict prevention and resolution. This transcends its age-old system of *ad hoc* responses that were highly ineffective as the Chadian civil war reminds us. At the 1993 OAU Summit in Cairo, the Mechanism for Conflict Prevention, Management and Resolution that will enable the organisation to take a more pro-active stance both in inter-- and intra--state conflicts was officially adopted<sup>9</sup>. The kernel of the Mechanism is its emphasis on conflict prevention instead of conflict resolution; implying that the Mechanism seeks to anticipate and prevent conflict situations from developing into full-scale wars. Thus, the African Heads of State and Government succinctly declared that:

The Mechanism will have as a primary objective, the anticipation and prevention of conflicts. In circumstances where conflicts have occurred, it will be its responsibility to undertake peace-making and peace-building functions in order to facilitate the resolution of these conflicts. In this respect, civilian and military missions of observation and monitoring of limited scope and duration may be mounted and deployed. In setting these objectives, we are fully convinced that prompt and decisive action in these spheres will, in the first instance, prevent the emergence of conflicts, and where they do inevitably occur, stop them from degenerating into intense or generalised conflicts. Emphasis on anticipatory and preventive measures, and concerted action in peace-making and peace-building will obviate the need to resort to the complex and resource-demanding peace-keeping operations, which our countries will find difficult to finance<sup>10</sup>.

<sup>8</sup> See International Peace Academy [IPA], 1994; Chr. Michelsen Institute, 1995.

<sup>9</sup> The road to the adoption of the Mechanism has not been an unproblematic one. The Dakar Summit of 1992 saw the intrigues by some member states against the involvement of the organisation in peacekeeping. See Obasanjo and Moshia, 1992, for interesting discussions on need for rethinking security in Africa.

<sup>10</sup> The Organisation of African Unity, 1993, Annex, “Declaration of the Assembly of the Heads of State and Government on the Establishment, Within the OAU of a Mechanism for Conflict Prevention, Management and Resolution”, p. 62–63, para. 15.

The Mechanism has profoundly revitalised and enhanced the OAU visibility and impacts in African conflict management. Compared to the pre-1993 era, the OAU has assumed an elevated profile in preventing many Africa's intra- and inter-state conflicts. This is due to the end of the Cold War and the declining external intervention in African conflicts which have prompted African states to exploit the OAU's Mechanism to resolve their conflicts [Muyangwa and Vogt, 2000:1]. The Mechanism also empowers the organisation to be involved in issues that were previously regarded as purely domestic affairs of member states. In terms of structure<sup>11</sup>, the Mechanism provides for two main organs: the Central Organ and Conflict Management Division [later renamed the Conflict Management Center]. Modeled on Bureau of the Assembly of Heads of State and Government [the Bureau], the Central Organ is the decision-making body of the Mechanism. It comprises sixteen countries elected annually on the basis of geographical representation<sup>12</sup>. Being the Mechanism decision-making body, the Central Organ is tasked with the responsibilities of considering issues before the organisation especially those affecting peace and security, and offering the OAU Secretary-General with the required political leadership to commence appropriate actions to address these issues<sup>13</sup>. In this respect, the Mechanism sees both the Secretary-General and the Conflict Management Center as its operational arm. While supporting the Secretary-General in implementing the strategies to achieve the lofty goals of the Mechanism, the Conflict Management Center is specifically responsible:

- i) Collect, collate, and disseminate information relating to current and potential conflicts on the continent;
- ii) Prepare and present policy option to the OAU Secretary-General on how best to address current and potential conflicts, and supporting the Secretary-General in the presentation of OAU decisions in the area of conflict management;

<sup>11</sup> This study is not interested in extensive discussion of the Mechanism's structure. Instead, the analysis of its performance in conflict prevention and resolution is imperative to comprehend its effectiveness or otherwise in Africa's international relations.

<sup>12</sup> Memberships include the States of the outgoing and incoming OAU Chairmen. This is important to provide for a flawless transition.

<sup>13</sup> For more discussion on the Central Organ and its slight divergence from the Bureau of the Assembly of Heads of state and Government, see Berman and Sams, 2000, p. 63-64.



- iii) Undertakers or commission analysis and long-term research into the root causes of conflicts and their implications for conflict prevention and peace-building efforts; and
- iv) Support and manage political, civilian, and military observer and monitoring missions, and coordinate regional training policies to support peacekeeping operations.

Apart from the two important organs identified above, the Mechanism also created an OAU Peace Fund; a separate source of finance to assist its conflict prevention and resolution efforts. With the establishment of the Peace Fund, it is hoped that the perennial financial crisis that is associated with the OAU will be a thing of the past. The Peace Fund has impacted positively on developing the human and materials resources of the Conflict Management Center, which, going by the Mechanism, should reinforce the position of the Secretary-General. Apart from this, it has also provided avenues for the international community especially the West to control the OAU's agenda and to support its peacekeeping activities. Though, the Peace Fund has to raise revenue from African and external sources, Muyangwa and Vogt [2000:1] contend that three issues have become obvious since its inception. These include, first, "the conflict management needs of the continent have far outweighed the resources of the Peace Fund; second, the failure of member states to meet their financial obligations has hindered the work of the Mechanism; and third, if the Mechanism is to be successful, then the Peace Fund must be financed on a regular and long-term basis"<sup>14</sup>. Nevertheless, the Fund has raised the OAU financial standing. Between 1993 and 1998, it was able to raise \$ 28 million, while the fixed 5% of the organisation's budget was increased to 6% from the 1998-1999 fiscal year.

---

<sup>14</sup> These scholars are absolutely correct going by the dissatisfying available OAU financial statistics. As at June 1998, the debt of the organisation stood at \$48 million, while only 20 member states met their financial obligations. The organisation's finance worsened in the subsequent years. In May 2000, only 22 of the 53 members paid in full and the total arrears amounted to \$48.8 million. See Berman and Sams, 2000, p. 65; for analysis on the 1997/98 OAU fiscal year, see Vogt, 1999, p. 319.

Since the establishment of the Mechanism, the OAU has applied it to many conflict situations with varying degrees of success<sup>15</sup>. In this respect, this paper only discusses two of these conflicts; the secessionist crisis in the Grande Comoros and Ethiopia-Eritrea conflict. The secessionist crisis that erupted in the Grande Comoros in August 1997 saw active involvement of the OAU. The organisation was directly involved by sending a special envoy, Mr. Pierre Yere and later ministerial delegation to pacify the separatists on Anjouan and Moheli Islands<sup>16</sup>. These efforts led to peace talks between the government and the separatists. The talks, described by the international observers and Western media as success, led to an agreement for inter-island conference to “determine the institutional framework within which the legitimate concerns of the people on the island would be addressed, and to the establishment of a follow-up mechanism to be chaired by the OAU” [Muyangwa and Vogt, 2000:12]. The failure of diplomatic solution to the crisis and the unilateral declaration of independence by Anjouan from the Grande Comoros compelled the OAU through its Central Organ to opt for the deployment of a 24-person peacekeeping mission, named Observer Mission in the Comoros [OMIC], in August 1998 to act as a confidence-building mechanism and to monitor the deteriorating politico-military situation in that country [Cornwell, 1998: 57-58]. The inter-island conference eventually took place in Madagascar and led to the Antananarivo Agreement.

One fundamental impact of the OAU involvement is that the Agreement provided the islands of Anjouan and Moheli with greater autonomy instead of independence, and introduced a three-year rotating presidency

<sup>15</sup> Here, this study assesses the performance of the OAU in resolving those conflicts by stressing the various tools utilised under the Mechanism. Prominent among these involvement were: [1] Neutral Military Observer Group 1 (NMOG 1), Rwanda, 1991–July 1993; [2]. Neutral Military Observer Group II (NMOG II), Rwanda, August–October 1993; [3]. OAU Mission in Burundi (OMIB), December 1993–July 1996; [4]. OAU Mission in Comoros (OMIC I) October 1997–May 1998; [5] Joint Monitoring Commission (DRC), November 1999–November 2000; [6]. OAU Mission in Comoros II (OMIC II), December 2001–February 2002; [7]. OAU Mission in Comoros III (OMIC III), March–May 2002; [8]. OAU Liaison Mission in Ethiopia/Eritrea (OLMEE) August 2000–Onward, see Department of Foreign Affairs, Republic of South Africa website, <http://www.au2002.gov.za/docs/background/cssdca.html> [Accessed April 2003]

<sup>16</sup> Anjouan and Moheli are two of the four islands forming the Grande Comoros.

among the islands. The refusal of the Anjouanese delegation to sign the Antananarivo Agreement coupled with the accompanied political violence and the coup d'état of April 1999, the Comorian peace process was eventually derailed. This led to the withdrawal of the OAU military observers, while the civilian component of OMIC continued to re-establish peace dialogue. The OAU spent greater part of 2000 to reinvigorate the peace process and maintain its stand of not compromising on the unity and territorial integrity of the Grande Comoros. One striking point here is that with the OAU Mechanism in force, the pan African institution was able to intervene and directly involve in the internal affairs of a member state that was in distress. The organisation was able to secure a peace agreement and to provide, through OMIC, humanitarian assistance when violence erupted.

The Ethiopian-Eritrean inter-state, territorial conflict that erupted in June 1998 ignited another round of complex humanitarian emergencies in Africa. The zenith of the crisis saw mass exodus of refugees and killings of civilian and military personnel alike. The deteriorating political situation compelled both the OAU and the Inter-Governmental Authority on Development [IGAD] to intervene to halt the hideous situations. On its part, the OAU established a delegation that studied and eventually proposed a 'Framework Agreement' to achieve cessation of hostilities. The Framework Agreement, endorsed by the OAU Central Organ, was not completely supported by the two protagonists to the conflict due to the 'perceived' inherent dangers in certain aspects of the OAU proposal. While the Central Organ was in the forefront of finding lasting solutions to the crisis, the international community, especially the UN and IGAD supported the diplomatic efforts of the OAU Chairman, Algeria's president Abdelaziz Bouteflika in particular and the OAU as an institution. The mediation efforts of the OAU led to the signing of a peace agreement by the protagonists. The peace agreement eventually paved the way for the deployment of the UN observers to the disputed territory in collaboration with the UN. It is important to note that the active involvement of the OAU encouraged the international community especially the UN to come to Africa's aid.

These case studies reveal that the OAU, via its Mechanism, has utilised quite a number of measures to address the conflict situations in Africa. Ranging from direct intervention/mediation, application of political pressure (including the issuance of strong statements), deployment of special envoys and fact finding missions, as was the case in the Grande Comoros to the OAU/UN partnership, the organisation has proved itself relevant in Africa's conflict prevention and management. Notwithstanding, Muyangwa and Vogt [2000: 15] cautioned:

The performance of the OAU Mechanism has also demonstrated that the scale and scope of conflict, juxtaposed against the organisation's lack of capacity, resources, and experience, is such that the OAU does not, at this time, have the capacity to defuse and resolve conflicts in Africa by itself. As a result, the question of how best to work with other sub-regional and extra-regional entities for the purposes of managing African conflicts is one that has preoccupied the OAU since the establishment of its Mechanism in 1993. While some level of cooperation exists between the OAU, the UN and Africa's sub-regional organisations, the OAU has sought to strengthen this cooperation. One critical issue in the OAU's efforts to strengthen cooperation with these organisations has been the need to clarify the division of labour among the UN, international donors, the OAU, Africa's sub-regional organisations and its civil society groups.

Muyangwa and Vogt are right in their comments on the performance of the OAU Mechanism. Despite the promises of the Mechanism and the organisation's efforts to resolve conflicts in Africa, it is discovered that the OAU Mechanism became highly ineffective in the face of the political cum socio-economic realities of the continent at the epoch. Truly, the Mechanism became marginalised throughout Africa. The organisation's lack of financial, technical and other resources rendered it powerless in resolving these conflicts on an enduring basis. While at the same time nothing can be said of its involvements in conflicts in Angola, Great Lakes Region, Guinea Bissau, Sierra Leone, Lesotho, etc. Even in situations where the OAU intervened, no serious peace operations were ever mounted. Apparently, the OAU Mechanism's involvement in African conflict "rendered

few results apart from expressing a number of ‘concerns’ over the lack of progress in implementing certain peace processes” [Mlambo, 2006: 43]<sup>17</sup>. In addition, it was clear that in the 1990s, even under the Mechanism’s regime, the continental body adopted a carefree attitude in protracted conflict situations. This is because the OAU permitted the UN to handle the resolutions of these conflicts rather than supporting the UN peace missions in Africa.

The transformation of the OAU into the African Union [AU] in Durban in July 2002 led to the overhaul of the continental body, especially in the sphere of peace and security. The First Ordinary Session of the Assembly of the AU Heads of State and Government adopted the Protocol Establishing the Peace and Security Council [PSC] of the AU purposely to correct the flaws inherent in, and replace the OAU Mechanism. This was in accord with the decision of the Heads of state and Government of the OAU at their 37th Ordinary Session held in July 2001 in the Zambian capital, Lusaka. The Lusaka meeting “agreed on the incorporation of the Central Organ of the OAU Mechanism for Conflict Prevention as one of the organs of the AU, in line with Article 5(2) of the Constitutive Act of the AU, in addition to creating the principal organs of the AU, allowed for the creation of ‘other organs that the Assembly may decide to establish’ ” [Mlambo, 2006: 44]<sup>18</sup>. Essentially, the PSC is to:

- promote peace, security and stability in Africa, in order to guarantee the protection and preservation of life and property, the well-being of the African people and their environment, as well as the creation of conditions conducive to sustainable development;
- anticipate and prevent conflicts. In circumstances where conflicts have occurred, the Peace and Security Council shall have the responsibility to undertake peace-making and peace-building functions for the resolution of these conflicts;
- promote and implement peace-building and post-conflict reconstruction activities to consolidate peace and prevent the resurgence of violence;

<sup>17</sup> See Baregu and Mlamo, 2000 for extensive discussion on the OAU Inaction in Angola.

<sup>18</sup> Constitutive Act of the African Union, Article 5(2), adopted at Lome, Togo, on 11 July, 2000

- co-ordinate and harmonise continental efforts in the prevention and combating of international terrorism in all its aspects;
- develop a common defence policy for the Union, in accordance with article 4(d) of the Constitutive Act;
- promote and encourage democratic practices, good governance and the rule of law, protect human rights and fundamental freedoms, respect for the sanctity of human life and international humanitarian law, as part of efforts for preventing conflicts <sup>19</sup>.

It is self-evident through a perusal of the Constitutive Act of the AU and the objectives of the PSC that the African leaders are now much more determined to realise a peaceful and stable Africa. Undoubtedly, the establishment of the PSC as a decision-making body for conflicts prevention, management and their resolutions is a novel attempt to secure Africa from the scourges of war. This is because it is a comprehensive and an all-encompassing approach to conflict prevention and management. It is a collective security and early-warning arrangement to facilitate timely and efficient response to conflict situations in Africa<sup>20</sup>. The AU Peace and Security Council, that enjoys the supports of the AU Commission, an African Standby Force [ASF], the AU Early Warning System [EWS], a Special Fund, etc<sup>21</sup> also deals with matters relating to post-conflict peace-building and reconstruction, disasters' management, preventive diplomacy, humanitarian actions, etc.

One remarkable achievement of the Protocol Relating to the Establishment of the Peace and Security Council is the creation of the African Standby Forces [ASF]. In line with the Article 4(h) and (j) of the Constitutive Act of the AU, Article 13 (1) and (2) of the Protocol empowers the PSC to ASF composed of,

standby multidisciplinary contingents, with civilian and military components in their countries of origin and ready for rapid deployment at appropriate notice.

– For that purpose, the Member States shall take steps to es-

<sup>19</sup> see Article 3 of the African Union's Protocol Establishing Peace and Security Council

<sup>20</sup> Ibid, Article 2(1)

<sup>21</sup> Ibid, Article 2(2)

establish standby contingents for participation in peace support missions decided on by the Peace and Security Council or intervention authorized by the Assembly. The strength and types of such contingents, their degree of readiness and general location shall be determined in accordance with established African Union Peace Support Standard Operating Procedures (SOPs), and shall be subject to periodic reviews depending on prevailing crisis and conflict situations.

It is believed that the existence of ASF will enable the AU to respond as earlier as possible to African crises and save the grave situations especially when the UN is not interested to intervene, and/or have been long delay in responding to African conflicts<sup>22</sup>.

### **Towards a holistic and effective africa's security arrangement**

At the 1991 OAU Summit in Abuja, Nigeria, the African Heads of State and Government acknowledged the fact that, "there is a link between security, stability, development and cooperation in Africa", and the continent needs to move as quickly as it can to achieve its own 'Helsinki Agreement'. Then the question is: how can Africa achieve this objective and overcome its security challenges. In providing the appropriate model for the continent to overcome its security nightmare, this study utilises a framework developed by Ishola Williams, a retired general from the Nigerian army. According to General Ishola, there are 3 multilateral instruments in contemporary Africa that serve as reference point for achieving both military and non-military security. These, according to Ishola, include the African Union [AU], the New Partnership for African Development [NEPAD], and the Calabashes for Security, Stability, Development, and Cooperation [CSSDCA]<sup>23</sup>.

<sup>22</sup> The creation of the PSC and ASF has impacted on Africa's security. These impacts are discussed exhaustively in a similar work by the author under the title, *The Quest for Security After the Cold War: Africa's Security Concerns*

<sup>23</sup> Under the CSSDCA, the African Union [AU] was known as the Organisation of African Unity [OAU]. The OAU has now been transformed into the AU.

### CSSDCA and The Kampala Process/Document

The end of the Cold War in the late 1980s did not result in a peace dividend for Africa. Instead, there was an increase in intrastate conflicts, some of which resulted from the democratisation processes that were co-terminus with the end of the Cold War. There was also an increase in resource-based conflicts not only in Africa, but also elsewhere in the Third World. At the same time, in the early 1990s the international community tended to marginalise the African continent, and the United Nations Security Council showed less interest in resolving African conflicts. Recognising the changes within the international arena, the OAU Heads of State and Government Summit of 1990 resolved that African governments would work together for the peaceful and rapid resolution of all conflicts on the African continent. As a follow up to this, in May 1991, African Heads of State and government held a special meeting in Kampala, to discuss security, stability and development on the African continent. The resulting Kampala Document proposed a Conference on Security, Stability, Development and Cooperation in Africa [CSSDCA]. This Document also highlighted the need for four interrelated “calabashes”, which included:

- The ***Security calabash***, to focus on the principles and modalities for inter-state relations;
- The ***Stability calabash***, on the need for democratisation, good governance and popular participation within member states;
- The ***Development calabash***, on strategies to raise and improve general standards of living; and,
- The ***Cooperation calabash***, on the modalities for accelerating regional integration processes and harmonising development of vital sectors of the continent

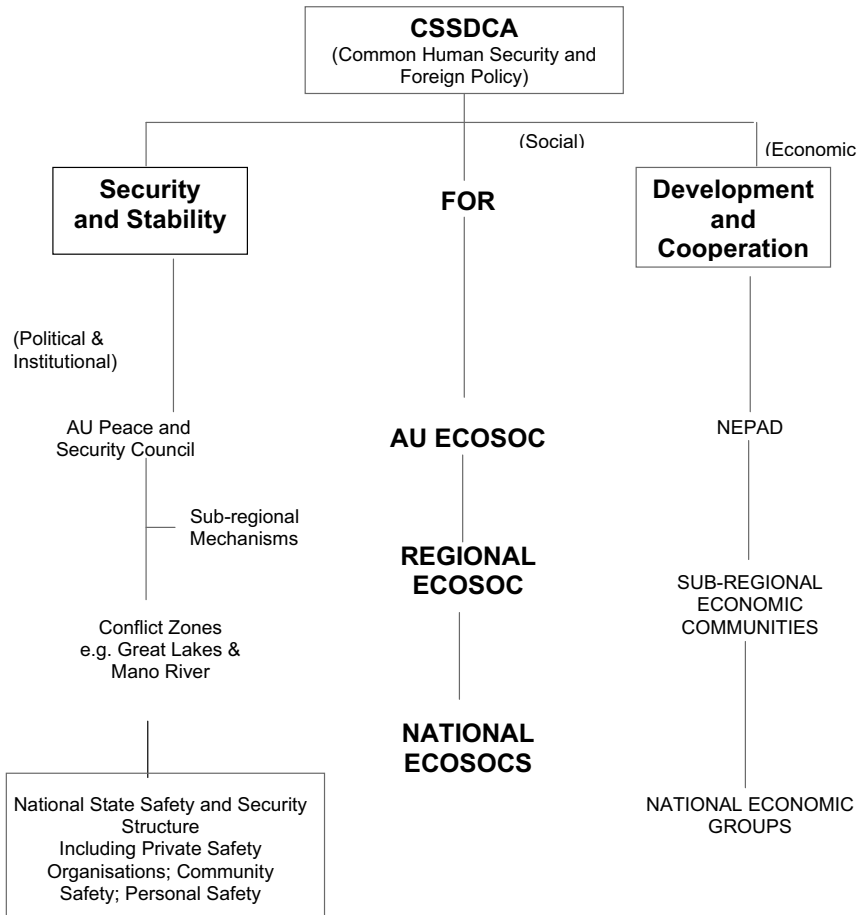
The Kampala Document was not presented to the Summit of Heads of State and was therefore never tabled for adoption. However, the Kampala process continued to be discussed at the Ministerial level. In September 1999, at the OAU Extraordinary Summit held in Sirte, Libya, the Heads of State decided to convene



an African Ministerial Conference on Security, Stability, Development and Cooperation. The first Ministerial CSSDCA meeting was therefore held in Abuja, from 8-9 May 2000. Later the same year, the 36th Ordinary Session of the Assembly of Heads of State and Government of the OAU held in Lome, Togo, in July 2000, adopted the Solemn Declaration on the CSSDCA and established a CSSDCA Standing Conference of Heads of State that would convene every two years during the Summit. The first CSSDCA Standing Conference took place in Durban, in July 2002, during the Summit of Heads of State, which transformed the OAU into the African Union [AU] and also adopted the Protocol Establishing the Peace and Security Council.

*Adapted from Mlambo, 2006, p. 42.*

These three instruments, coupled with Africa's various sub-regional institutions' instruments, are intended to address the security challenges facing the continent. It is disheartening that the linkage between and among these instruments and their individual conflict prevention mechanisms are weak. Then in order to overcome this problem, General Ishola suggested the development of the AU and sub-regional Common Human Security and Foreign Policy objectives implemented under the CSSDCA umbrella [See the Diagram below]



Source: Williams, Major General [Rtd.] Ishola, 2003. p. 3

For us to really fathom the framework developed by General Ishola, it is of striking importance to revisit the salient features of the CSSDCA. The first pillar of the CSSDCA is the security of the African people, their land and property and their states as a whole because it is a condition for stability, development and cooperation in Africa. Accordingly, the CSSDCA **Security Calabash** is anchored on some key principles to be adhered to by African states, viz, conflict prevention and containment; internal and external security for Africa must derive from a framework of common and

collective continental security; African governments must individually and collectively be guided by the principle of good neighbourliness and a peaceful resolutions of conflicts, etc. The security calabash also calls for the continental peacekeeping outfit as a vital instrument for the preservation of peace in instances which potentially or actually threaten the security of the continent as a whole; and the need for confidence building measures between and among African states to cover issues such as joint military training, joint studies, etc. To create and maintain intra- and inter-African tranquility, it is recommended that an African Peace Council [APC] be created within the framework of the OAU and be “empowered under the CSSDCA and given discretion to effect a measure of intervention in national security problems of participating member states and determine appropriate actions which may involve reconciliation and mediation or recommendation of deployment of African peacekeeping operation or both”. *In addendum* to the security calabash, the CSSDCA **Stability Calabash** encourages African government to adhere to the rule of law and ensure popular participation of their citizens in the governance of public affairs; respect for human rights and fundamental freedom and above all transparency in public policy making. Thus, “African governments will have to initiate, design and implement policy measures, and strengthen institutions which adjudicate disputes, resolve conflicts and attenuate the possibility of violence”.

With this framework, it is suggested that African states should be able to rely on regional mechanisms to ensure their ‘internal security’ as the collective human security policy stipulated before feeling the need to approach the UN. This collective human security and foreign policy would, according to General Ishola:

Carry implications for the organisation and structure of the military and police, ensuring that they are suitably equipped for activities such as robust peace missions, military humanism, and cross-border activities. The importance of such common policy is indispensable because... it will also encourage national safety measures to be developed at the state level with the assurance that sub-regional security arrangements deliver these mechanisms in practice.

General Ishola continues:

While most of the conflicts of the last two decades have been fuelled by national causes they have also engaged regional and international interests. Thus, it is important to resolve this conflict using regional approaches or 'zones of interest' in order to deal with internal and external dimensions of these deadly crises. This is particularly the case with conflicts in the Democratic Republic of Congo [DRC], Burundi, Rwanda, all of which are linked to East Africa, a region that has many subsequent links with the Horn of Africa and Central Africa----'zones' which are often neglected in the conflict resolution strategies.

This framework will definitely encourage the Civil Society Organisations [CSOs] to work in 'zones' instead of on 'country to country' basis. With this development, CSOs can play fundamental roles in bringing the failed peace accords back to life by encouraging signatories to such agreements and neighbouring states to live up to their commitments through focused monitoring and lobbying strategies. Additionally, CSOs can serve as a bridge between the civilian population and their governments. They could work closely with the people to identify their daily security quagmires while the feedback from such endeavours will help governments in devising appropriate strategies to achieve safety and security and what resources may be required.

Turning to non-military security issues, the CSSDCA's **Development Calabash** encourages Africa to subscribe to some basic principles in order to fashion a common direction of development. Some of these principles are:

1. Development based on self-reliance is the only viable basis—in Africa's circumstances—for the internationalisations of a self-sustaining economic growth on the continent.
2. Rapid physical and economic integration of the African continent is a *sine qua non* to Africa's economic survival in the 21<sup>st</sup> century and prospects for socio-economic transformation and competitiveness with the rest of the world.

3. Reliance on commodity production solely for export has been one of the major causes of Africa's economic crisis. Effective diversification both horizontally in terms of broadening the production based and vertically with respect to processing and marketing is imperative for the socio-economic transformation of the African economies.
4. Popular participation and equal opportunity and access must be promoted and sustained as a crucial basis for the realisation of Africa's development objectives and strategies.

Furthermore, the development calabash, often describes as the *raison d'être* for the CSSDCA process, seeks to achieving a development process that epitomizes the African person. In creating a truly citizen-centered development, the CSSDCA process aims at optima harmonisation of the energies and initiatives of people by unlocking and developing their capacity for imagination and developing their ability to participate in the definition and implementation of development goals.

From the foregoing analysis, it is apparent that for Africa to truly attain a people-centered development there is an urgent need for human resources development. It is clear that one of the hindrances to Africa's development is the inadequate human capabilities. Thus, the CSSDCA process accords priority to the *relevant elements* of the Khartoum Declaration on Human Centered Development and the Mauritius Declaration on Education. Furthermore, it also pays attention to special issues such as research and development [R&D]; improvement in the quality of education; science and technology education. Other areas of policy measures include efforts towards a comprehensive development of African entrepreneurial capabilities and encouragement of technical cooperation among African states; finance resource mobilisation; agricultural development for food self-sufficiency; energy, industrial, trade, transport and communication developments, etc.

Turning to the **Cooperation Calabash**, the CSSDCA process recommends cooperation at three levels, viz,

1. Among African countries—using bilateral and multilateral agreements and the existing sub-regional economic grouping as building blocks towards the achievement of an African Economic Community.
2. South-South cooperation which Africa should pursue to achieve more fruitful results; and,
3. North-South cooperation.

The cooperation calabash, according to the Kampala Document [1991] is also guided by certain pivotal principles that are to be strictly adhered to by all member states:

‘Economic integration: African countries cannot expect to compete or develop individually, in the evolving international economic system dominated by regional economic blocs. Economic integration should be intensified and a shortened timetable for the African Economic Community should be agreed upon. Economic integration should be fostered by the free movement of people

‘Interdependence: African countries must seek to explore opportunities for beneficial cooperative relations with other developing and industrialised nations.

African countries will need to collectively act jointly in developing their common natural resources.

‘Supranationality: As African countries foster cooperation and integration, the need for devolving certain key responsibilities to continental institutions would be imperative.

All said, it is clear that the CSSDCA Common Human Security and Foreign Policy represents a comprehensive approach to redress Africa’s security quagmires and crisis of development. It is highly surprising that most, if not all, of the CSSDCA’s objectives have been the major preoccupations of Africa’s regional and sub-regional institutions but it is disheartening that the problem with most, if not all, of these institutions is the lack political capacity which apparently hinders their efficacy in tackling Africa’s multilayered problems. Undoubtedly, most of the objectives of CSSDCA form the basis of the NEPAD document, while the PSC of the AU is the product of the recommendations of the CSSDCA. For

instance, the NEPAD document represents a holistic, comprehensive, integrated, and strategic framework for the socio-economic development of Africa [NEPAD, 2001]. Comprehensive document in the sense that it “embraces a broad range of programmes, including those addressing the issues of peace, security, democracy, human rights, good governance, increased access to essential services, bridging the digital divide, regional integration, diversifying the African economy, increased capital flows to the continent and environmental protection” [Loots, 2006: 12]. NEPAD is based on the following principles:

1. African ownership and leadership
  2. Anchoring the redevelopment of the continent on the resources and resourcefulness of the African people
  3. Accelerating and deepening of regional and continental economic integration
  4. New Partnerships with the industrialised world
  5. Comprehensive, holistic and integrated development approach
- [See Dogonyaro, 2002: 323]

Central to the NEPAD document is the mechanisms for a reviewing process in order to ensure that agreed targets and standards are achieved. The process [the African Peer Review Process–APRM] is to monitor and encourage compliance to improve standard of governance [Aning, et al, 2004: 1].

In the same vein, the ‘rebirth’ of the African continent with the transformation of the OAU into the AU is a political expression of African leaders’ will to pose and resolve unanimously the problem of continental integration as a prerequisite for Africa’s harmonious development. The basic challenge to the African continent now is how its leaders can improve governance in order to create the enabling environment and conditions for growth and development, both through the continent’s own efforts and by attracting greater investment and development assistance from international partners. This would depend on, to a large extent, the level of inter-state and inter-agency collaboration. As stated earlier, the level of collaboration of these current instruments is not strong enough. Previous-

sly, the ‘non-interference in the internal affairs of member state’ clause in the OAU Charter has, on many occasions, been invoked by autocratic regimes to rescue them from international actions against their mis-governance. This is now things of the past. With the adoption of the Constitutive Act and the Protocol Relating to the Establishment of PSC, it is lawful for the AU to intervene in the affairs of member states, “in respect of grave circumstances, namely war crimes, genocide and crimes against humanity” and at the same time, the Protocol allows member states to request for the AU intervention in its quest for the restoration of peace and stability. In this respect, the AU is more determined to collaborate with regional institutions in resolving African conflicts especially going by the composition of the ASF that is relying on the Regional Standby Brigades in the five African regions. Although, the PSC of the AU is still new, it can be argued that it has performed creditably well since its establishment. In collaboration with the AU Commission, the PSC has been able to pressurize the Assembly of Heads of State and Government of the AU to pass germane decisions relating to Africa’s Peace and Security of which the “AU Common African Defence and Security Policy [CADSP]” stands out.

On the socio-economic developments and cooperation flanks, undoubtedly, the NEPAD document has well catered for these. Central to the document is the “concept of partnership” denoting the NEPAD is a relationship of partners, of people that share a common future – both positive and negative. The document, apparently, calls for partnership at two levels:

1. Partnership between Africans and among Africans, both as individuals, countries and regional economic communities [RECs]. It is also an invitation by African leaders to the led, to partner with them to create the conditions and environment necessary for development. *That is why the issue of integration, of improving intra-African trade and encouraging trans-border projects are central to NEPAD.* Here the issues of trust and accountability become crucial. African leaders are saying that we have experienced governance and economic decline and have decided that good governance is good for Africa, not because somebody else wants or has demanded it. They are saying that



under the initiative, the ruled are partners, not subjects, and together they forge a common destiny [Italics added].

2. Partnership with the rest of the world: NEPAD provides the platform for Africa to bring the table its contribution to the world—material and human resources, biodiversity, market, etc--- and partners with the rest of the world on terms it considers acceptable [See Dongoyaro, 2002: 324-325].

The ‘partnership’ [i.e. between and among Africans] calls for by the NEPAD document is purely an indication and recognition by African leaders that the challenges facing the continent requires a coordinated approach; implying that they can never be adequately tackled by individual countries or sub-region. Rather, the solutions to the Africa’s multifaceted problems require a perfect collaboration between and among the RECs on the one hand, and between these organisations and the AU on the other. Furthermore, in order to encourage an overall state of mutual consistency among the policies and programmes of, on the one hand, the African Union/NEPAD, Regional Economic Communities [RECs], Member States, Civil Society Organisations [CSOs], and the financial and organised private sector [OPS] in Africa, and on the other hand, the various international institutions, agencies, governments, NGOs and private contractors that constitute the external actors in the Africa’s socio-economic development. This will definitely provides the opportunity and a common platform for the diverse range of actors involved in economic development to conceptualise, organise and prioritise policy responses. It will facilitating coherence in the assessment, planning, coordination and monitoring of economic policies by providing a common frame of reference and conceptual base for the broad range of multidisciplinary, multifunctional and multidimensional actors that collectively populate these systems.

### **A Final Plea**

It should be emphasised that African governments have done ‘fairly’ well in guaranteeing Africa’s security, especially going by the post-1993 OAU Mechanism on Conflict Prevention environment, and reinforced with the establishment of the PSC of the AU. Recognising the multi-dimensio-

nal nature of Africa's security and lessening focus on military security is a welcome development. The imperative of sustainable development and socio-economic being of citizenry and people-centered security agenda informed the adoption of the NEPAD document. This having been said, it is well to note that the three instruments, especially the NEPAD document are not an end in themselves, but means to foster accelerated development to better tackle the numerous socio-economic and political problems facing the continent. To really reap the benefits and promises of these instruments, there is the need for strong political will and commitment on the part of the African leaderships as well as strong collaboration and links between and among the three instruments coupled with enhanced roles for the CSOs.

## References.

- Africa Leadership Forum, 1991. *The Kampala Document: Towards a Conference on Security, Stability, Development and Cooperation in Africa*. Kampala: Uganda.
- African Union, 2000. *The Protocol Relating to the Establishment of the Peace and Security Council of the African Union*. African Union website. [http://www.africa-union.org/root/au/organs/Protocol\\_peace%20and%20security.pdf](http://www.africa-union.org/root/au/organs/Protocol_peace%20and%20security.pdf) [accessed 15 March 2007].
- Andrew, Mack, 2002. 'Human Security in the New Millennium', *Work in Progress: A Review of Research Activities of the United Nations University* (16) 3, Summer.
- Aning, Kwesi Emmanuel, et al, 2004. "African Commitments to Conflict Prevention and Peacekeeping: A Review of Eight NEPAD Countries", *African Human Security Initiative* [AHSI] Paper No. 5 [also available at: [www.africanreview.org](http://www.africanreview.org)].
- Annan, Kofi, 2000. *We the Peoples: The Role of the United Nations in the 21<sup>st</sup> Century*. New York: United Nations.
- Bach Daniel, 1986. 'France's Involvement in Sub-Saharan Africa: A Necessary Condition to Middle Power Status in the International System', in Simon, Baynham [eds], *Military Power and Politics in Black Africa*. London: Croom Helm.
- Badmus, Isiaka Alani, 2003. 'Beyond the African *Cerberus*: The Post Savimbi Angola', *Nigerian Forum*, (24) 1-2.
- Badmus, Isiaka Alani, 2005. 'Nigeria's National (In)security: The Threats Analysis', *Peace Research: The Canadian Journal of Peace Studies*, [Manitoba], (37) 1.
- Badmus, Isiaka Alani, 2006. 'What Went Wrong With Africa?: On the Etiology of Sustaining Disarticulation of the African Nation-State', *Verfassung Und Recht In Ubersee* [Hamburg], (39) 3.
- Badmus, Isiaka Alani, [n.d]. *Managing Arms in Peace Processes: ECOWAS and the West African Civil Conflicts*, Paper submitted for publication at the Kofi Annan International Peacekeeping Training Centre, Accra, Ghana.
- Baregu, Mwesiga and Mlambo, Norman, 2000. "The Organisation of African Unity and the Conflict in Angola: What Hopes for an African Initiative?,"

- Southern African Political and Economic Monthly (SAPEM)*, (13) 10. Harare: SAPES Books, July.
- Berman, G. Eric and Sams, E. Katie, 2000. *Peacekeeping in Africa: Capabilities and Culpabilities*. Geneva and Pretoria: United Nations Institute for Disarmament Research [UNIDIR], and Institute for Security Studies [ISS].
- Charles Goredema and Anneli Botha, 2004. "African Commitments to Combating Crime and Terrorism: A Review of Eight NEPAD Countries", *Africa Human Security Initiative [AHSI] Paper 3*, July.
- Chr. Michelsen Institute, 1995. *The International Response to Conflict in Africa: Conclusions and Recommendations*. The Bergen Workshop, Norway.
- Clark, John F. and David, E. Gardinier [eds], 1997. *Political Reform in Francophone Africa*. Boulder, Colorado: Westview.
- Cornwell, Richard, 1998. 'Anjouan: A Spat in the Indian Ocean', *African Security Review*, (7) 3.
- Decalo, Samuel, 1990. *Coups and Army Rule in Africa*. Yale University Press.
- Decalo, Samuel, [eds.], 1996. *Historical Dictionary of Togo*. Lanham, MD: Scarecrow Press.
- Department of Foreign Affairs, Republic of South Africa, 2002. "Background on the Conference on Security, Stability, Development and Cooperation in Africa". DFA-RSA website, <http://www.au2002.gov.za/docs/background/cssdca.html> [Accessed April 2003]
- Dele, Ogunmola and Isiaka, Alani Badmus, 2004. 'Ethno-religious Politics, Intra-state Conflict, and the Future of Democracy in Cote d'Ivoire', *Development and Socio-Economic Progress* [Cairo], (28) 88.
- Dele, Ogunmola and Isiaka, Alani Badmus, 2005. 'Le Chemin de l'autodestruction: origine et dynamique de la Guerre Civile en Cote d'Ivoire', *Afrique et Développement* [CODESRIA, Dakar] (XXX) 1& 2.
- Dele, Ogunmola and Isiaka, Alani Badmus, 2006. 'Nigeria's Intervention in the Sierra Leonean Civil War: The Dilemma of a Benign Hegemon', *Africa insight* [Pretoria], (36) 3& 4.
- Dongoyaro, T, Sunday, 2002, "Partnerships and NEPAD", in Anyang Nyong'o Peter, Ghirmazion Aseghedech, and Lamba, Davinder [eds.], *New Partnership for Africa's Development: A New Path?*. Nairobi: Hein-

rich Bool Foundation.

- Duah, Baah, 1995. 'The Economic Community of West African States', Occasional Paper, Africa Group, no. 2, August.
- Dunne, Timothy, 1997. "Realism", in John, Baylis and Steve, Smith (eds.), *The Globalisation of World Politics: An introduction to International Relations*. New York: Oxford University Press, Inc.
- Edward, Azar and Chung-in, Moon, 1988. "Towards an Alternative Conceptualization", in Edward, Azar and Chung-in, Moon (eds.), *National Security in the Third World: The Management of Internal and External Threats*. London: Edward Elgar publishing.
- Elaigwu, Isawa, 1996. "African Security in a Changing International Environment", in Margaret, Vogt and Aminu, L.S (eds), *Peacekeeping as a Strategy in Africa: Chad and Liberia Case Studies*. vol. 1. Enugu: Fourth Dimension Publishers.
- Hague, Shamsul, 2002. "Non-Traditional Security and the Environment in Northeast Asia", *Work in Progress: A Review of Research Activities of the United Nations University*, (16) 3, Summer.
- Imobighe, Thomas, 1989. *The OAU, African Defence and Security*. Benin/Owerri: Adena Publishers.
- International Peace Academy, 1994. *The OAU Mechanism for Conflict Prevention, Management, and Resolution*. Report of a Conference co-sponsored by IPA and OAU, 7-11 May, Cairo.
- International Legal Materials*, 1963, (2) 4, July.
- James, Ibrahim, 1996. "The Role of ECOWAS in Peacekeeping in Liberia", in Margaret, Vogt and Aminu, L.S (eds), *Peacekeeping as a Strategy in Africa: Chad and Liberia Case Studies*. vol. 1. . Enugu: Fourth Dimension Publishers.
- Loots Elsabe, 2006. "Roadmap for Africa's Recovery: Challenges and Recommendations for Structural Reform", *Africa Insight*, vol. 36, nos. 3&4, September-December.
- Mkwandawire, Thandika, 1999. "Shifting Commitments and National Cohesion in African Countries", in Lennart, Wohlgenuth et al (eds.), *Common Security and Civil Society in Africa*. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet,
- Mlambo, Norman, 2006. "Evolution of the Peace and Security Council of the African Union and African Standby Force, Up to 2006", *Africa In-*

- sight*, (36) 3& 4, September-December.
- NEPAD, 2001. *The New Partnership for Africa's Development*. Midrand: NEPAD Secretariat
- Obasanjo, Olusegun, [eds], 1992. *Africa: Rise to Challenge: Towards a Conference on Security, Stability, Development and Cooperation in Africa*. Abeokuta: Africa Leadership Forum.
- Obasanjo, Olusegun [eds], 1993. *Hope for Africa: Selected Speeches of Olusegun Obasanjo*. Abeokuta: Africa Leadership Forum.
- Okolo, Julius Emeka, 1983. "Securing West Africa: The ECOWAS Defense Pact", *The World Today*, (39) 5, May.
- Okolo, Julius Emeka, 1988. "Morality and Realism in Nigeria's Foreign Policy", *World Affairs*, (151) 2, Fall.
- Olonisakin, Funmi, 1999. "Regional Security in West Africa: Next Steps for Collective Engagement", Paper presented at the conference on: *Collective Regional Security in West Africa*, 21-24 July, Akosombo, Ghana.
- Richard, Joseph, 1997. "The International Community and Armed Conflict in Africa---Post Cold War Dilemmas", in Gunnar, Sorbo and Peter, Vale (eds.), *Out of Conflict: From War to Peace in Africa*. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet.
- Rondos, Alexander, 1979. "France and Africa: A Widening Role", *Africa Report*, (24) 5, September--October.
- Salim, Ahmed Salim, 1995. "The Role of Regional Organisation in Conflict Management", International Peace Academy (IPA) 25<sup>th</sup> Annual Vienna Seminar, 2-4 March.
- Stedman, John Stephen, 1990. " .", in Williams, I. Zartman and Francis, Deng [eds.], *Conflict Resolution in Africa*. Brookings Institution, Washington DC.
- Toulabor, M. Comi, 1986, *Le Togo sous Eyadema*. Paris: Karthala.
- Stephen Baranyi and David Mephram, 2006. Report of the high-level symposium on: *Enhancing Capacities to Protect Civilians and Build Sustainable Peace in Africa* held in Addis Ababa and published by the Institute for Security Studies, Pretoria.
- The Organisation of African Unity, 1963. *The OAU Charter*. Addis Ababa: The OAU Secretariat.
- The Organisation of African Unity, 1993. *Resolving Conflicts in Africa: Imple-*

- mentation Options*. Addis Ababa: The OAU Information Services.
- Vogt, Margaret, 1999. "Regional Arrangements, the United Nations, and Security in Africa", in Alagappa, M. and Inoguch, T. [eds], *International Security Management and the United Nations*. Tokyo: United Nations University Press.
- Vraalsen, Tom, 1997. "Thinking about Peace and Peace-Making in Africa", in Gunnar, Sorbo and Peter, Vale (eds.), *Out of Conflict: From War to Peace in Africa*. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet.
- Williams, Major General [Rtd.] Ishola, 2003. "Why Africa Needs Security Sector Reform", in Anicia, Lala and Ann M. Fitz-Gerald [eds.], *Providing Security for People: Security Sector Reform in Africa*. Swindon, the UK: Global Facilitation Network for security Sector Reform [GFN—SRR].





# SOCIO-CULTURAL COMMITMENT IN *THINGS FALL APART*

Bamisile Sunday Adetunji\*

Pág. 247 a 264

I believe that it is impossible to write anything in Africa without some kind of commitment, some kind of message, some kind of protest. Even those early novels...what they were saying, in effect, was that we had a past (...), because there were people who thought that we didn't have a past...The whole pattern of life demanded that (...) we should put in a word for our history, traditions, our religion, and so on<sup>1</sup>

Chinua Achebe

## Introduction

This essay focuses on socio-cultural commitment of Chinua Achebe in *Things Fall Apart*. Through the analysis of selected texts, the study demonstrates the roles and responsibilities of a writer in his society. The essay is divided into three parts. The first part defines a writer's function and responsibility from the viewpoint of O.R. Dathorne which contrasts with that of some critics who negate this perspective. The second analyzes commitment as a controversial and ambiguous expression at two levels, namely, socio-cultural and political commitment. The third analyzes *Things Fall Apart* as a novel written with the objective of recasting the stereotypical images of Africa by some biased colonial theorists and writers who have limited knowledge of Africa. Given Achebe's lasting

---

\* Doctoral candidate in Comparative Literature at the University of Lisbon, Lisbon-Portugal. Former lecturer of Afro-Brazilian and Lusophone Literatures in the Department of Foreign Languages of the Obafemi Awolowo University.

<sup>1</sup> Cited from Sunday Adetunji Bamisile., "Literatura Africana, escritores e engajamento sócio-político" in Engajamento Sócio-Político das Literatura(s) Africana(s) através de José Luandino Vieira e Chinua Achebe em *Luuanda e Anthills of the Savanna*, Unpublished M.A Thesis, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2006. p.40.

contribution in this regard, this essay encourages further comparative studies on the place of Achebe in African and Global studies towards the recuperation of African pride and dignity that were eroded by colonial distortions.

### The social role of the african writer

This essay takes the premise that a writer is a member of a particular society who takes part in the observable daily experience(s) of his/her society. But s/he is not just an ordinary member of his society in the sense that s/he observes sources, examines and explores the experience(s) in an artistic and creative manner with the main objective of using these materials to interpret imaginatively his ideas and views on the state of affairs in his society. For Dathorne,<sup>2</sup> especially in his book, *The Black Mind*, “a writer is a spokesman for the society in which he lives, sharing prejudices and redirecting its dislike (in a limited form of satire) against what is discountenance.” The incidents which are selected are interpreted and recreated imaginatively,<sup>3</sup> and many times they reflect the degree of the writer’s awareness and commitment. Essentially, the contemporary African writer borrows from the African oral tradition<sup>4</sup> as well as Western influence in order to produce a hybrid text<sup>5</sup>. In exploring the realities around him, he combines imagination and craft to manipulate the power of the spoken word in written form. The Bible,<sup>6</sup> the ultimate Literary Text sees the word as embodying life and soul. Likewise, Achebe presents *Things Fall Apart* as a reflection of the human condition in the particular instance of Nigeria under colonialism.

Since a writer is understood by the criticism of his works, the view of the critic becomes pertinent. In the case of the criticism of African litera-

<sup>2</sup> O.R. Dathorne., *The Black Mind*. Minneapolis: Minneapolis University Press, 1974.

<sup>3</sup> Gregory G. Colomb e June Anne Griffin “Coherence On and Off the Page: What Writers Can Know About Writing Coherently” in *New Literary History (Coherence)* Volume 35, Number 2, Spring 2004, p.273 – 301.

<sup>4</sup> For additional information on the features, concepts and scopes of oral tradition do see Ana Mafalda Leite. *Oralidade & Escritas nas Literaturas Africanas*, Lisboa, Edições Colibri, 1998 and Finnegan, Ruth. *Oral Literature in Africa*, Oxford, Oxford University Press, 1982.

<sup>5</sup> Peter Childs and Patrick Williams, “Bhahha’s hybridity” in *An Introduction to Post-Colonial Theory*. London: Pearson Education Limited, 1997, p.122-156

<sup>6</sup> Genesis 1: 3, 6:9-24, 2 Peter 3: 5-7, John 1:1-5, Mathew 24:35 from The Holy Bible

ture, a number of writers and critics, namely, Kolawole Odugbesan,<sup>7</sup> J P Clark,<sup>8</sup> and Okigbo,<sup>9</sup> suggest that the writer in Africa does not have any function. Okigbo, for example, claims that he as a writer does not perform any function<sup>10</sup>. He goes on to state that what he does as a writer is to merely express himself, and that the public has the discretionary power to interpret his work the way they like:

I don't, in fact, think that it is necessary for the writer to assume a particular function as the messiah or anything like that. As an individual, he could assume this sort of role but I don't think that the fact that he is a writer should entitle him to assume a particular role as an educator. If he wants to educate people, he should write a textbook (or go to the class room). If he wants to preach a gospel, he should write a religious tract (found a religious institution). If he wants to propound a certain ideology, he should write political tracts<sup>11</sup>

By the same token, we cannot accept either the views of a critic like Ogungbesan who argues:

It is a betrayal of art for the writer to put his writing at the service of a cause, even if it is such a laudable and uncontroversial cause as the education of the people<sup>12</sup>

<sup>7</sup> Kolawole Odugbesan, 'Politics and African Writers'. *African Studies, Review* 17, 1974, p.46-52

<sup>8</sup> Some Nigerian critics and writers, particularly, J.P.Clark and Ali Mazuri., (See Bernth Lindfors et al., *Palaver; Interviews with five African Writers in Texas*, 1972, p15-22), condemned Achebe and other writers who use their works as means of fighting for a cause or for educating the people. These critics didn't see any literary value in Achebe's works that focus on his experience of the civil war. They regarded Achebe as a disgrace to the profession of a writer because of his excesses.

<sup>9</sup> Quoted from *Literature and Modern West African Culture*. ed., Donatus Nwoga Benin City: Ethiope Corp., 1999, p.103.

<sup>10</sup> Curiously, due to the events and happenings in Nigeria at the particular period of time, Okigbo changed his views on the responsibilities and duties of writers in the society. In his posthumous publication, he forcefully accepted that writers have preponderant roles in the society. He sees himself as a role model and prophet. In order to defend his people against discrimination, oppression and ethnic cleansing, in 1969 Okigbo joined the Biafran army led by Odumegwu Ojukwu in a secession bid. Unfortunately, he died on the field of battle.

<sup>11</sup> Assein. S. O, "Literature as History: Crisis, Violence, and Strategies of Commitment in Nigerian Writing", *Literature and Modern West African Culture*, ed., D.J Nwoga, Benin City: Ethiope, 1999, p.105.

<sup>12</sup> *Ibid.*, p.7

Writers perform various roles and responsibilities in their society. They are educators, spokespersons of their people, visionaries, prophets, critics, messiahs, agents of change, historians and chroniclers, and role models.<sup>13</sup> These roles are well entrenched in their works.

Commitment<sup>14</sup> is an ambiguous word used by many who hardly understand its deeper meaning and has attracted different definitions from many critics like Jean-Paul Sartre<sup>15</sup>, Femi Ojo-Ade<sup>16</sup>, Dennis Brutus<sup>17</sup>, among others. From their perspectives, social commitment is defined as that sense of endeavour that a writer has to make his community a better place to live. To achieve this, he must be ready to contribute to solving the problems facing his community, be ready and willing to partake in the realisation of the community's aspiration and upliftment. No wonder M. T. Bestman affirms that "Ecrire, c'est une forme de participation à l'action sociale"<sup>18</sup>.

Basically, commitment can be classified into two broad categories: socio-cultural and political. African writers whose commitment is socio-cultural are those who use their works to promote and celebrate the past deeds, customs, beliefs and traditions of their fore-fathers. Their works serve as educative tools that teach their readers about the rich cultural patrimonies of the African past and also refute the unwholesome allegations made by some ignorant European critics on the African continent and its people.

Politically committed writers are those who use their works to deal with modern socio-political problems facing their societies. Through their works, they criticize bad and unfavourable government policies, proposing better alternatives on how the government should be in the interest of bettering the condition of their people.

<sup>13</sup> For more on this, please see Bamisile Sunday Adetunji "Literatura Africana, escritores e engajamento sócio-político" in Engajamento Sócio-Político das Literatura(s) Africana(s) através de José Luandino Vieira e Chinua Achebe em *Luuanda e Anthills of the Savanna*, Unpublished M.A Thesis, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2006. p.40-50.

<sup>14</sup> Ibidem - Bamisile p.41-3

<sup>15</sup> Jean-Paul Sartre. *Situations II*. Paris, Gallimard. 194, p.124.

<sup>16</sup> Ojo-Ade Femi, "Contemporary South African Theatre & the Complexities of Commitment" in *New Trends and Generation in African Literature*, ed., Eldred Duro Jones et al, Vol 20, London, African World Press, 1996, p.121.

<sup>17</sup> Dennis Brutus, "The Writer in Modern Africa" in *Per Wästberg*, ed., New York: Africana Publishing Corp. 1969, p.33-4.

<sup>18</sup> BESTMAN, M.T.: *Sembène Ousmane et l'esthétique du Roman Negro-Africain*. Sherbrooke- Quebec : Editions Naaman., 1981, p.8.

Achebe's works give special importance to both social and political commitments. The novels that were set in the past promote African cultural heritage, while the most recent ones stress the importance of correcting the anomalies in the African society. All in all, he is purposeful and firm on making his society a better place to live.

Achebe, as a protagonist of cultural commitment, stresses the importance of educating African people about their glorious past and creating awareness for the Other<sup>19</sup> on issues relating to Africa's cultural heritage. This is the guiding principle of his earlier novels and he is very blunt and sincere as he gives an insight into what he believes to be the duties of a writer in Africa. In one of his essays, "The Novelist as Teacher", he refers to the case of a boy in his wife's class who was ashamed of writing about the harmattan because he was afraid that the other boys would make jest of him. He writes:

It is my business as a writer to teach that boy that there is nothing disgraceful about the African weather, that the palm tree is a fit subject for poetry. Here then is an adequate revolution for me to espouse...to *help my society regain belief in itself and put away the complexes of the years of denigration and self-abasement*. And it is essentially a question of education, in the best sense of that word. Here, I think, my aims and the aspirations of my society meet... I would be quite satisfied if my novels (especially the ones I set in the past) did no more than TEACH my READER that their past- with all its imperfections- was not one long night of savagery from which the first Europeans, acting on God's behalf delivered them.<sup>20</sup> (my emphasis)

Further justifying his commitment, he posits that the artist, carver, composer, or dancer in contemporary African society has to perform the duties of educating his audience and helping them to reclaim their past

<sup>19</sup> See Ashcroft, Bill, Gareth Griffiths & Helen Tiffin. *Key Concepts in Post-Colonial Studies*. London & New York: Routledge, 1998, 69 – 71.; Fee, Margery "Why C.K Stead Didn't Like Keri Hulme's *The Bone People*: Who Can Write as Other?" in *Australian and New Zealand Studies in Canada I*, 1989. p. 11-32.

<sup>20</sup> Chinua Achebe, "The Novelist as Teacher", *Hopes and Impediments: Selected Essays, 1965-1987*. London: Heinemann, 1988, p.30.

patrimonial heritages. Consequently, he sums up the pedagogic role of a writer in this manner, “the writer cannot expect to be excused from the task of re-education and regeneration that needed to be done. In fact he should march right in front. For as Ezekiel Mphahlele attests to in his *African Image*, the African writer is such a sensitive point in his community that his art serves both as craft and as an instrument of educational transformation.<sup>21</sup>

Apart from performing the duties of educator, Achebe defends African heritages and project African society and history to the European, that all the alleged imperfections notwithstanding, the African past was not “a long night of savagery from which the first Europeans, acting on God’s behalf” came to save them. This point is well stressed in this statement:

This theme – put quite simply – is that African people did not hear of culture for the first time from Europeans; that their societies were not mindless but frequently had a philosophy of great depth and value and beauty, that they had poetry and above all, they had dignity. It is this dignity that many African people all but lost during the colonial period, and it is this that they must regain now. The worst thing that can happen to any people is the loss of their dignity and self-respect. The writer’s duty is to help them regain it by showing them in human terms what happened to them, what they lost<sup>22</sup>.

Achebe affirms in “The Role of the Writer in a New Nation,”<sup>23</sup> if there is going to be any substantial development in his society, there must be a well established link and relation with the past which in his view is the foundation for progress and growth.

Achebe advises that for a writer to be able to carry out his duties as historian of his society, he should never be an inactive eyewitness and recorder of events but should have a vision and help in the formulation of progressive ideas that will help to direct his society for future challenges.

<sup>21</sup> Chinua, Achebe. *Morning Yet on Creation Day*. London: Heinemann, 1975, p45.

<sup>22</sup> Chinua, Achebe: “The Role of the Writer in a New Nation”, in *African Writers on African Writings* ed., G.D Killam, p.158.

<sup>23</sup> *Ibid*, p.10.

It is an opinion shared by René Wellek in his book, *Concepts of Criticism*.<sup>24</sup> Wellek states that if the writer shows an insight into the structure of the society and the direction of its evolution, literature can serve as a reflection of reality and offer the truest mirror of society. Achebe discloses<sup>25</sup> that he became a critic largely because of his social consciousness, societal influence, the bad behaviour of some of erstwhile nationalist counterparts during the colonial regime, now politicians, his disenchantment with the Nigerian situation after colonial rule, coupled with the problems that faced Nigeria during the civil war and particularly, and the failure of the then new breed politicians and leaders to rule in conformity with honesty, dedication and the principle of rule of law and separation of powers. These factors forced him to become a strong opponent<sup>26</sup> of the government.

### ***Things Fall Apart* and social-cultural commitment**

Chinua Achebe's writings could be divided into two groups. Some of his novels were set in the past, namely *Things Fall Apart* (1958) and *Arrow of God* (1964). These two novels examine the themes of clash of cultures, the beliefs, traditions and cultural practices of Africans before, during and after the arrival of the Europeans. Other novels that have their setting in modern-day African societies – *No Longer at Ease* (1960), *A Man of the People* (1966), *Girls at War* (1972), and *Anthills of the Savannah* (1987) - treat the cumulative events that take place immediately after independence, problems (such as corruption, abuse of power, bad leadership, poverty, etc) facing the present-day Nigerian or any other African post-colonial society and proffer possible solution to the deadlock. The socio-cultural and political commitments of Achebe are well illustrated

<sup>24</sup> Wellek, Rene. *Concepts of Criticism*. New Haven: Yale University Press. 1965. p.238-9.

<sup>25</sup> See Bernth Lindfors et al, eds, *Palaver: Interviews with Five African Writers*, Austin, Texas: African and Afro-American Research Institute, 1972, p.7-10.

<sup>26</sup> It is curious to state at this juncture that Achebe and Christopher Okigbo joined the Ojukwu-led Biafrican rebels to fight against the Federal Republic of Nigeria. The most surprising aspect is that of Christopher Okigbo who was against and had rebuked Achebe and other writers for their political roles. Lamentably, Okigbo died during the war. In October 2004, Achebe rejected the National award given to him by the Government of Nigeria on the basis that he could not receive an award from a government that failed to take care of its citizens and above all, due to the dangerous state of affairs in the country. In the past his controversial views have put him in danger. The 77 year old has survived several assassination attempts and in 1990 a serious road accident left him confined to a wheelchair.

through these literary works. But for the purpose of this essay, we focus attention on only *Things Fall Apart* where the theme of clash of cultures and socio-cultural commitments of the author are well portrayed.

*Things Fall Apart* is composed of three parts. The first part is set in Umuofia and it focuses on the life of the people before the arrival of the white colonial masters. The second part pays special attention to the banishment of Okonkwo to Mbata due to the grievous offence he committed against the Earth goddess. It also gives us an insight into the coming of the colonialists with their churches and commerce and the effects on the mode of life of the people. Finally, the third part is based on return of Okonkwo to his father's land, his imprisonment and death.

Achebe was influenced by several factors such as the Western literary tradition, traditional African stories, Western education and Christianity which contributed to his success as a famous, renowned and socially and culturally committed writer. Many times, he asserts that his reading of some European writers<sup>27</sup> like Joyce Cary's *Mister Johnson*, Joseph Conrad's *Heart of Darkness*, among other works that depicted negative images of Africa, made him become conscious of the fact that the story that African writers had to tell could not be told for them by anyone else no matter how well gifted or well-intentioned<sup>28</sup>.

He also reveals that he was very fortunate as a child because when he was growing up in his village, he experienced by himself and also learnt, through the assistance of his grandmother and other elders who told him stories, every night, about the undiluted / pure cultural and traditional ways of life, as a result of which he became fond of traditional African stories which led him to become enthusiastic about African rituals and the activities of the pagans that lived in his neighbourhood:

“I think I belong to a very fortunate generation in this respect, the old hadn't been completely disorganised when I was growing

<sup>27</sup> Joyce Cary alone devotes four novels to the West African setting while Conrad's *Heart of Darkness* is about the most vivid portrayal of European conception of Africa's Fauna e Flora. For further details and illustration see E.C. Nwezeh's *Africa in French and German Fiction*. Ife: University of Ife Press, 1978. and G.D. Killam's *Africa in English Fiction*, Ibadan: Ibadan University of Ibadan Press, 1968.

<sup>28</sup> Chinua Achebe, “Named for Victoria, Queen of England,” *Morning Yet on Creation Day*, London, Heinemann, 1975, p.70.



up... it was easy, especially if you lived in a village to see, if not in whole, at least in part, these old ways of life. I was particularly interested in listening to the way old people talked and the festivals were still observed; maybe not in same force, but they were still there<sup>29</sup>.”

He discloses also that when he was a child at school, all African children attending British school were made to believe that African languages and cultures were bad as a result of which they were made to learn the British cultural way of life which was a means of making them see their culture as inferior. Ngugi has a similar experience<sup>30</sup>

Generally speaking, Achebe aims in *Things Fall Apart* to show the theme of clash of cultures and its negative social, psychological and catastrophic consequences on African people. The novel portrays the beginning of disunity and disintegration in the communal life of the people, for example, the aggravated relationship between Okonkwo and Nwoye, his son. Achebe demonstrates this subject matter by depicting the day-to-day activities of the community and the mode or nature of relationship between individuals, villages and their respective gods. He is able to prove that it is a well-organised and pluralistic society with laws and orders, having respect for their neighbours and gods, and above all, performing social, cultural and religious activities. In the village of Umuofia where the story is set, we are able to see the villagers celebrating different socio-cultural activities such as the Egwugwu Festival (p.62-66 ), the Week of Peace (p.19-22), the New Year Festival (p.26-28 ), Marriage Ceremony (p.77-83 and 92-94 ), Burial Ceremony (p.84- 87 ), Wrestling Contest (p.33-36), etc. All these activities have one objective, which is to prove that African people did not hear of culture for the first time from the Europeans.

Achebe also tries to demonstrate that the villagers are kind and supportive and do help one another in time of need or trouble. Examples are many in the novel: - Nwakibie, a rich elder gave yam seedlings to Okonkwo when the latter requested for them (p.20); Obierika assisted Okonkwo

<sup>29</sup> “Conversation with Chinua Achebe”, *Africa Report*, Vol. 9, no 5, July 1964, p.19-20.

<sup>30</sup> For details on Ngugi ‘s experience see “ The Language of African Literature Decolonising the Mind: The Politics of Language in African Literature”, London, James Currey, 1981, p.285-290 in Ashcroft Bill et al (eds): *The Post Colonial Studies Reader*. London: Routledge, 1998.

to sell his yams when he was banished to his mother's village (p.128); even after Okonkwo's death, Obierika was there to arrange for his burial (p.185-187).

### Use of proverbs in *Things Fall Apart*

In Africa, the use of wise sayings and proverbs<sup>31</sup> is of great importance during dialogue and conversation because they express an "absolute idea"<sup>32</sup>, recognised truth or shrewd observation about practical life, and also help to give a deeper meaning and understanding to an expression. Achebe uses them to the fullest in *Things Fall Apart*. According to Joyce Braden Harris, "African proverbs are used to summarize ancestral wisdom. Proverbs are used to guide human behaviour, describe human nature, explain natural occurrences, and teach basic societal beliefs. Proverbs can be used in the classroom for creative writing and to encourage critical thinking. The power of the word can be seen in these proverbs. Africans often use proverbs in the same way that their African-American brethren use signifying, a quick tongued response filled with wit"<sup>33</sup>

Making reference to *Things Fall Apart*, Austin Shelton affirms that "In developing the story line, the author employs a number of proverbs which emphasize several aspects of Okonkwo's problems and behaviours"<sup>34</sup> To justify his point of view, he portrays three aspects which shows the central position in the life of Achebe's principal character, Okonkwo: 1. his reaction to the weakness and "unmanliness" of his father; 2. Okonkwo's exploits; 3. His pride and rigidity. Hence, Achebe says that "proverbs are palm-oil with which words are eaten" (p.5). Killam<sup>35</sup> states that Achebe integrates a large number of traditional proverbial ingredients naturally

<sup>31</sup> Ana Mafalda Leite., *Oralidade & Escritas nas Literaturas Africanas*, Lisboa: Edições Colibri, 1998, p.11-36; Finnegan, Ruth. *Oral Literature in Africa*. Oxford: Oxford University Press, 1970. 102-7.

<sup>32</sup> I use this term as it was used by Carlos Reis and Cristina Macário Lopes in the *Dicionário de Narratologia*. Coimbra: Livraria Almedina. 1987, p.344/345.

<sup>33</sup> Haris Braden Joyce: African And African-American Traditions In Language Arts no website <http://www.pps.k12.or.us/district/depts/mc-me/essays.shtml> do PPS Geocultural Baseline Essay Series, p.5, accessed on 3 January 2008.

<sup>34</sup> Austin, Shelton. "The 'Palm-Oil' of Language: Proverbs in Chinua Achebe's Novels. In *Modern Language Quarterly* 30.1. 1969. p.88.

<sup>35</sup> G.D. Killam. *The Writing of Chinua Achebe*. London: Heinemann, 1969. p.17-18.

and with a deep sense of appropriateness. There are many examples in the novels. Some of which are as follows: “If a child washed his hands he could eat with kings” (p.6); “A child’s fingers are not scalded by a piece of hot yam which its mother put into its palm” (p.47); “An old woman is always uneasy when dry bones are mentioned” (p.15); “Ask my dead father if he ever had a fowl when he was alive” (p.15); “the lizard that jumped from the high iroko tree to the ground said he would praise himself if no one else did” (p.20).

Lindfors states in “The Palm-Oil with Which Words are Eaten” that: “Achebe’s proverbs can serve as keys to an understanding of his novels because he uses them not merely to add touches of local colour but to sound and reiterate themes, to sharpen characterization, to clarify conflict, and to focus on the values of the society he is portraying. Proverbs thus provide a ‘grammar of values’ by which the deeds of the hero can be measured and evaluated. By studying Achebe’s proverbs we are better able to interpret his novels<sup>36</sup>”.

One of the numerous Achebe literary critics, Obiechina<sup>37</sup> commends Achebe on his positive use of proverbs which serve as images, metaphors, symbols, and help to give deeper meanings and formal qualities in the narratives which they occur. In his view, Achebe’s intertextual recourse to the utilisation of African proverbs is not only aesthetic and pedagogical but also for ideological and cultural purposes. According to him:

Chinua Achebe’s *Things Fall Apart* is the best example of the use of narrative proverbs to express the distinctive quality of the African fiction. Many African novelists use the technique of narrative embedding, but in *Things Fall Apart* we have the most successful use of this technique for diverse formal, thematic and aesthetic purpose (127).

From a closer look, I discovered that it has nine embedded narrative proverbs<sup>38</sup> which are borrowed from the indigenous literary tradition; seven

<sup>36</sup> Bernth Lindfors. “The Palm-Oil with Which Achebe’s Words are Eaten”. in Catherine I. Innes: Bernth Lindfor. ed., *Critical Perspectives on Chinua Achebe*, London: Heinemann, 1979. p.50-51.

<sup>37</sup> Obiechina, Emmanuel, “Narrative Proverbs in African Novel”, *Oral Tradition*,7/2 1992, p.127

<sup>38</sup> Some of the embedded narrative proverbs are as follows: the cosmic quarrel between

of these are folktales and mythic stories; one is a pseudo-history; and one is an anecdote. From the foregoing, I can say without mincing words that Achebe is very gifted and talented, and that apart from being able to convince the doubting Thomases that Africa has a rich culture and high moral standards, he also succeeded in enlightening the young and the old that Africa has philosophy, and dignity<sup>39</sup>.

It is important to stress that Achebe does not portray only the good aspects of his community, he also portrays some of the negative habits such as human sacrifice (killing of Ikemefuna), the excessive demonstration of manliness (such as when great warriors of the clan drink publicly from the human skull of their victims during communal ceremonies), and superstitious beliefs (such as the throwing of twins into the evil forest because they are considered to be evil children).

From all that has been said so far, we can say without doubt that Achebe is very objective and has performed his roles creditably as a culturally committed writer. Other writers should follow his example of avoiding the temptation of idealizing their people's past but should be able to assert the worth and value of their society:

The question is how does a writer re-create this past? Quite clearly there is a strong temptation to idealise it – to extol its good points and pretend that the bad never existed.

This is where the writer's integrity comes in. Will he be strong enough to overcome the temptation to select only those facts which flatter him? If he succumbs he will have branded himself as an untrustworthy witness. But it is not only his personal integrity as an artist which is involved. The credibility of the world he is attempting to create will be called to question and will defeat his own purpose if he is suspected of glossing over inconvenient facts. We cannot pretend that our past was one long, technicolour idyll. We

---

Earth and Sky (p.38), the Locust Myth ( p.38), Ikemefuna's song (42), the Mosquito Myth (p.53), snake and lizard myth (p.59), the tales of the tortoise and the birds (p.67-70), clever thief of Umuike market (p.74), the Abame story (p.97-98), the kite myth (p.98-99).

<sup>39</sup> G.D Killam ed -"The Role of the Writer in a New Nation" in *African Writers on African Writings*, London, Heinemann, 1973, p158; Interview in Nigeria Magazine, June 1964. This topic is also treated by Obiajunwa Wali in *The Individual and the Novel, Transition ,IV*, 18,1965, p31-3, Bernth Lindfors, "The Palm Oil with which Achebe's words are eaten" in *African Literature Today*, N° 123, (ed) Eldred D Jones, London, Heinemann, 1982, p3-18.

have to admit that like other people's pasts ours had its good as well as its bad sides<sup>40</sup>.

In the same token, Oladele Taiwo praises Achebe for his courage and states:

Besides the strengths in the tribal society he gives the weaknesses. And therefore have a true and complete picture in which the whole background is fully realised... He realistically and convincingly presents many aspects of the village life – the feast of the new yam, the wrestling context at ilo, the display of the egwugwu on festive occasions, the religious beliefs and the activities of the people<sup>41</sup>

### Conclusion

This essay has examined Achebe's socio-cultural commitment in *Things Fall Apart*, a novel that highlights the themes of clash of cultures, love and solidarity among an African people and, above all, the cultural practices of the people of Umuofia before the arrival of the colonial administrators who came under the pretext of civilization and religion. Through this novel, Achebe is able to realise his major objective as a socially and culturally committed writer, which is to counteract the negative affirmations of some ignorant European philosophers like Lévy Bruhl, Charles Darwin and Gobineau on Africa and its people. As a projector and defender of African culture, he proves that the people of Africa have their cultures, civilisations, philosophies and dignities.

He demonstrates that the clash between the traditional and western cultures brought about two major tragedies. The first is represented by the personal tragedy of Okonkwo who lives in the traditional African society according to the tribal and indigenous code of conduct. The second is a communal tragedy – the destruction of the village's customs and traditions. The arrival of Europeans brings about disintegration and disunity

<sup>40</sup> Chinua Achebe, "The Role of the Writer in a New Nation", *African Writers on African Writings*, ed G.D. Killam, p.10.

<sup>41</sup> Taiwo, Oladele. *Cultures and The Nigerian Novels*. New York: St Martin's Press, 1976, p.112.

among the African people. Based on *Things Fall Apart* and other novels written by African writers, African writers mirror their society in their works. Oftentimes, their reflection helps to give the reader an ample vision of traditional African society, which hitherto was unknown. Through their visions, writers articulate problems of their people and probably give solutions and suggestions on how to move forward. Through the use of oral traditional elements, such as proverbs, wise sayings, and short stories, among others, Achebe presents in *Things Fall Apart* an image of social stability and a rich cultural heritage, which goes a long way to reinforce his socio-cultural commitment as a writer and an ambassador of African cultural values. The novel shows that Africa has rich cultural values and, like every other society, some defects.

## Bibliography

- Achebe, Chinua. *Things Fall Apart*. London: Heinemann, 1980.
- Achebe, Chinua. *Arrow of God*. London: Heinemann, 1977.
- Achebe, Chinua. *No Longer at Ease*. London: Heinemann, 1978.
- Achebe, Chinua. *The Man of the People*. London: Heinemann, 1980.
- Achebe, Chinua. *Anthills of the Savannah*. Ibadan: Heinemann. 1989.
- Achebe, Chinua. *Morning Yet on Creation Day*. London: Heinemann. 1975.
- Achebe, Chinua. "The Role of the Writer in a New Nation". Ibadan: *Nigeria Magazine*, No 81, June 1, 1964.
- Achebe, Chinua. "English and African Writer", *Transition*, Vol.4, Nº 18, 1965.
- Achebe, Chinua. "The Role of the Writer in a New Nation". G.D Killam ed. In *African Writers on African Writings*. London: Heinemann, 1973.
- Achebe, Chinua. *The African Writer and the English Language*. London: Heinemann, 1975.
- Achebe, Chinua. "An Interview with Achebe" by Victoria Evalds, *Studies in Black Literature*. 18.1, 1977 :16-20
- Achebe, Chinua. "Interview" by Anna Rutherford, *Kunapipi* 9.2 . 1987: 1-7
- Achebe, Chinua. "The Novelist as Teacher." (1965). *Hopes and Impediments: Selected Essays 1965-1987*. London: Heinemann Educational Books, 1988. 27-31.
- Achebe, Chinua. "The Black Writer's Burden." *Présence Africaine* 31, 1966.
- Adam, Ian & Helen Tiffin (eds). *Past the Last Post, Theorizing Post-colonialism and Post-Modernism*. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1991.
- Afigbo, A.E. "Facts and Myths in Nigerian Historiography." Lagos: *Nigeria Magazine* 1977: 122 - 23.
- Aguiar e Silva, Vitor Manuel de. *Teoria da Literatura*. Coimbra: Almedina, 1982.
- Amuta, Chidi. *The Theory of African Literature, Implications for Practical Criticism*. London: Zed Books Ltd, 1989.
- Andrew Bennett and Nicholas Royle. *An Introduction to Literature, Criticism and Theory, Key Critical Concepts*. London: Prentice Hall, 1995.
- Ashcroft, Bill et al (eds): *The Post Colonial Studies Readers*. London: Routledge, 1998.
- Ashcroft, Bill et al (eds): *Key Concepts in Post- Colonial Studies* London & New York: Routledge, 1998.
- Assain, S.O. "Literature as History: Crisis, Violence, and Strategies of Commitment in Nigerian Writing" *Literature and Modern West African Culture*, ed D.I. Nwoga, Benin City, Ethiope, 1999.
- Bamisile, Sunday Adetunji: "Literatura Africana, Escritores e Engajamento Sócio-político" in Engajamento Sócio-Político das Literatura (s) Africana(s)

- através de José Luandino Vieira e Chinua Achebe em *Luuanda e Anthills of the Savannah*, Unpublished M.A Thesis, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2006
- Bernth Lindfors e tal, eds, *Palaver: Interviews with Five African Writers, Austin*, Texas: African and Afro-American Research Institute, 1972.
- Chinweizu et al. *Towards the Decolonisation of African Literature*. Enugu: Fourth Dimension, 1980.
- Chinweizu et al. "The African Writer and the Drama of Social Change,". *Ariel* 12.3: 1981.
- Dathorne, O.R. *The Black Mind*. Minneapolis: Minneapolis University Press, 1974.
- Donatus Nwoga, ed. *Literature and Modern West African Culture*. Benin City: Ethiope Corp, 1978.
- Edgar, Wright (ed),. "Critical Procedures and the Evaluation of African Literature" in *The Critical Evaluation of African Literature*. London: Heinemann, 1973.
- Edgar Wright. "African Literature 1: Problems of Criticism", *The Journal of Commonwealth Literature*, Vol.2, 1966.
- Fee, Margery "Why C.K Stead Didn't Like Keri Hulme's *The Bone People*: Who can Write as Other?" in *Australian and New Zealand Studies in Canada* 1, 1989.p.11-32.
- Feierman, Steve. "Africa in History: The End of Universal Narratives," in *After Colonialism. Imperial Histories and Postcolonial Displacements*. Org .Gyan Prakash. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1995 : 40-65.
- Finnegan, Ruth. *Oral Poetry: Its Nature, Significance & Social Context*. London: Cambridge University Press, 1977.
- Finnegan, Ruth. *Oral Literature in Africa*. Oxford: Oxford University Press, 1982.
- Gagwandia, Shatto Arthur. *The Novel and Contemporary Experience in Africa*. London: Heinemann, 1977.
- Gikandi, Simon. *Reading the African Novel, Interpretation of Form and Content in the Work of Major Writers*. London: Heinemann, 1987.
- Hall, Stuart. "Old and New Identities, Old and New Ethnicities" in *Culture, Globalization and the World System: Contemporary Conditions for representation of Identity*, Org. A.D. King, Minneapolis, Minn University of Minnesota Press, 1997: p45-68.
- Hans Zell et al. *A Reader's Guide to African Literature*. New York: African Publishing Corporation, 1971.
- Heywood, Christopher, ed. *Perspectives on African Literature*, London: Heinemann, 1971.
- Holman, C Hugh e Harmon William. *A Handbook to Literature*. 5<sup>a</sup> Ed., New York: Macmillan Publishing Company, 1986.



- Innes, C. L. *Chinua Achebe*. London: Cambridge University Press, 1992.
- Jones D. Eldred et.al, ed. *Critical Theory & African Literature Today*. Vol.19. London: Africa World Press, 1994.
- Joseph Okpaku. "Tradition, Culture and Criticism" in *Présence Africaine*, N° 70, 1969.
- KALU, Uka. "From Commitment to Essence, A View of African Writing" in *Literature and Modern West African Culture*, ed D.I Nwoga, Benin City, Ethiope 1978.
- Kharpchenko, M. "Literature and Art in Today's World", *Social Science*. Vol X, 3, 1979. p.83-102,
- La Guma, Alex. 'The Writer in a Modern African State' in Per Wästberg, ed the Writer in *Modern Africa*, New York: 1969.
- Leite, Mafalda Ana. *Oralidade & Escritas nas Literaturas Africanas*, Lisboa: Edições Colibri, 1998.
- Leite, Mafalda Ana. *Literaturas Africanas e formulações pós coloniais*, Lisboa: Edições Colibri, 2003.
- Lindfors, Bernth et al. *Palaver, Interviews with Five African Writers in Texas, Texas: African and Afro-American Research Institute*, 1972.
- Lindfors, Bernth (ed). *Critical Perspectives on Nigerian Literatures*. Washington: Three Continents Press, 1976.
- Lindfors, Bernth & Innes, C. L (ed). "The Palm-Oil with Which Achebe's Words are Eaten". in Catherine I. Innes: Bernth Lindfor. ed., *Critical Perspectives on Chinua Achebe*. London: Heinemann, 1979: 47-66
- Lodge, David. *The Novel at the Crossroads*. London: Ark, 1986.
- Maduka, Chukwudi T. "The African Writer and the Drama of Social Change", *Ariel* 12.3, 1981.
- Ngara, Emmanuel. *Art and Ideology in the African Novel*. London: Heinemann, 1985.
- Nkosi, Lewis. *Tasks and Masks. Harlow, Essex: Longman, 1981*
- Obafemi, Olu. *Nigerian Writers on the Nigerian Civil War*. Ibadan: J. Olu Olatiregun (Nig) Company, 1992.
- Obiechina, E.N. *Literature for the Masses*. Enugu: Nwanko-Ifejika Publications, 1971.
- Obiechina, E.N. *Culture, Tradition and Society in the West African Novel*. Cambridge University Press, 1975.
- Obiechina, Emmanuel "Narrative Proverbs in African Novel", *Oral Tradition*, 7/2 1992, p.167 -229.
- Odugbesan, Kolawole. "Politics and African Writers" *African Studies, Review* 17, 1974.
- Ogu, Julius N. "Modern African Literature, a Literary Echo of Cultural, Politi-

- cal Reality" *Literature and Society, Selected Essays on African Literature*, Ed E.N Emenyonu. Benin: Oguta, Zim, 1986.
- Ogungbesan, Kolawole. "Politics and The African Writer," *African Review* 17, 1974.
- Ojo-Ade Femi. "Contemporary South African Theatre & The Complexities of Commitment" *New Trends and Generation in African Literature*,(ed) Eldred Duro Jones et al, Vol. 20. London: African World Press, 1996: p120-134.
- Okara, Gabriel. "African Speech...English Words", *Transition* 10, 1963.
- Oladele Taiwo. *Cultures and the Nigerian Novels*. New York: St Martin's Press, 1976.
- Omotoso, Kole. *The Form of African Novel, A Critical Essay*. Lagos: Mcquick, 1986.
- Owomoyela, Oyekan (ed). *A History of Twentieth-Century African Literatures*. London: University of Nebraska Press, 1993.
- Owomoyela, Oyekan. *African Literature, An Introduction*. Waltham: Mass Crossroads Press, 1979
- Peter Childs and Patrick Williams. Bhahha's Hybridity in *An Introduction to Post-Colonial Theory*. London: Pearson Education Limited, 1997: 122-156.
- Sanches, Manuela Ribeiro. *Deslocalizar A Europa, Antropologia, Arte, Literatura e História na Pós-Colonialidade*. Lisboa: Edições Cotovia, Lda, 2005.
- Shelton, Austin. "The 'Palm-Oil' of Language: Proverbs in Chinua Achebe's Novels. In *Modern Language Quarterly* 30.1. 1969. 86-111
- Sougou, Omar. "Language and foregrounding and Intertextuality in Chinua Achebe's *Anthills of the Savannah*" *Matatu* 8. p35-54, 1993.
- Southhall, R. *Literature, The Individual and Society*. London: Lawrence and Wishart, 1977.
- Soyinka, Wole. *Whole, Myth, Literature and the African World*. Cambridge, Cambridge University Press, 1976.
- Taiwo, Oladele. *Culture and Nigerian Novel*. New York: St Martin's Press, 1976.
- Wa Thiong'o Ngugi. *Writers in Politics*. London: Heinemann, 1981.
- Wa Thiong'o, Ngugi. *Homecoming, Essays ed*. By Hans Zell, Carol Bundy and Virginia Coulon. London: HEB, 1972.
- Wa Thiong'o, Ngugi. *Barrel of a Pen*. London: New Beacon Books, 1983.
- Wali, Obiajunwa.. "The Individual and the Novel". *Transition IV*, 18,1965 Unpublished

# RECENSÕES



TOR SELLSTROM

*A SUÉCIA E AS LUTAS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL  
EM ANGOLA, MOÇAMBIQUE E GUINÉ-BISSAU*

Nordiska Afrikainstitute, Uppsala, 2008, 290 pp

Maciel Santos

Pág 267 a 271

No Instituto Nórdico de Estudos Africanos em Uppsala, T. Sellestrom coordenou entre 1994 e 2001 uma recolha de documentação sobre a cooperação sueca com os movimentos nacionalistas da África Austral. Com base nessa informação, redigiu entre 1999 e 2002, “A Suécia e a libertação nacional na África Austral”. Depois da publicação original (em inglês) realizou-se esta edição portuguesa dos capítulos que tratam das relações entre a Suécia e os movimentos da Guiné-Bissau, Moçambique e Angola.

O acesso de Sellstrom à informação governamental e não governamental arquivada na Suécia permitiu-lhe, como já foi salientado por várias resenhas, dar uma contribuição de grande erudição para a história da África Austral durante as décadas de 1960 e 1970. No caso desta edição sobre os movimentos da área colonial portuguesa, pode dizer-se que na sua contribuição para o aumento do conhecimento é tão importante o texto como as suas compactas notas. Para além disso, inclui um anexo com sintéticos quadros estatísticos sobre a política sueca, o comércio externo da Suécia com a África Austral e Portugal entre 1950-1970 e os montantes da ajuda governamental e não governamental sueca aos movimentos. Contem ainda uma listagem de fontes arquivísticas, bibliográficas e orais, que só por si colocam este livro como uma referência obrigatória no estudo da descolonização africana.

O livro está estruturado numa sequência simultaneamente cronológica e geográfica: capítulos sobre o início da guerra nas colónias portuguesa e conseqüente aparecimento dos movimentos de solidariedade na Suécia, seguindo-se depois os que se referem à evolução da política sueca relativamente a Moçambique, Guiné e Angola. Alguma informação aparece repetida, o que pode explicar-se pelo facto de esta edição se fazer a partir de capítulos de uma obra mais vasta.

Em todos os capítulos se procura demonstrar uma tese: a de que, *“apesar da pouca alusão ...feita na literatura internacional”, “o governo sueco foi o primeiro do mundo ocidental... a conceder ajuda directa” aos movimentos nacionalistas africanos*. Indubitavelmente, a tese fica demonstrada. O problema deste livro são as explicações, relativamente aos quais a erudição do autor parece não ser suficiente: as escolhas relativamente aos movimentos a que se destinou e, sobretudo, as explicações gerais da política pioneira da Suécia.

Sellstrom distingue com clareza a história dos movimentos suecos de solidariedade das políticas governamentais. As duas evoluções estiveram ligadas mas não automaticamente: por exemplo, a decisão do parlamento sueco de conceder apoio humanitário aos movimentos africanos foi feita em 1969, período de refluxo dos movimentos anti-colonialistas da década de 1960. Uma outra diferença importante consistiu no volume da ajuda: os movimentos sociais foram inicialmente mais determinantes do que os apoios oficiais. Só os alunos do ensino secundário sueco conseguiriam através da sua “Operação um dia de trabalho” angariar mais (2 milhões de coroas) para a FRELIMO do que toda a ajuda oficial dos 4 anos anteriores (p.183-84). No entanto, e uma vez que sua tese se centra na política governamental, é aí que o mal estar das explicações se torna mais evidente.

O quadro IX do anexo é bastante esclarecedor. Através de uma agência governamental, o Estado sueco concedeu apoio apenas a três movimentos africanos da área colonial portuguesa. Em coroas suecas e por ordem de grandeza dos montantes concedidos, foram contemplados o PAIGC (53,5 milhares), a FRELIMO (22,9 milhares) e o MPLA (7,7 milhares). Com excepção do PAIGC, os montantes concedidos foram muito inferiores aos recebidos pelos movimentos do Zimbabwe (91 milhares), da SWAPO (671,4) ou do ANC (895,7). A percentagem correspondente aos movimentos da África colonial portuguesa corresponde apenas a 5% do total creditado pelo apoio governamental sueco à África Austral, o que se explica - em parte - pela sua menor duração. Para a Guiné, Moçambique e Angola o apoio terminou em 1976/77, tendo durado mais vinte anos para os casos da Namíbia e da África do Sul.

No caso do PAIGC e da FRELIMO, a escolha dos movimentos não levanta grandes interrogações. Sendo totalmente diferente a situação em

Angola, com três movimentos a combaterem-se entre si tanto como ao colonialismo português, seria de esperar que Sellstrom apresentasse uma boa explicação para o facto de o governo sueco sempre e apenas ter apoiado um deles, o MPLA. Ei-la: “*A Suécia participou de forma muito próxima no projecto de criação de uma terceira força angolana mas, uma vez esta criada, o país colocou-a depois de lado, por várias razões. Talvez a mais importante... foi que os canais de comunicação da UNITA com o mundo exterior foram cortados. Outra teve a ver com o facto do governo zambiano ter virado as costas á UNITA e de o movimento não ser reconhecido pela OUA. Além disso, o movimento de solidariedade da Suécia mobilizou muito apoio popular, a partir de 1969, em prol do MPLA, o que levantou sérias duvidas quanto á natureza da UNITA como genuíno movimento de libertação.*” (p.55) Sendo o ultimo argumento uma nova descrição da escolha e não a sua explicação, restam os dois primeiros. Ora, nas páginas seguintes, e a propósito da firmeza do governo sueco em manter o apoio ao MPLA, Sellstrom mostra o que estes argumentos valem. Desde 1971 que o MPLA não tinha canais de comunicação com países vizinhos (a hostilidade do Zaire e da Zâmbia obrigavam a que a ajuda sueca fosse enviada via Dar es Salam) e que estava profundamente dividido em facções, sendo a mais isolada (até pelos soviéticos!) precisamente a apoiada pela Suécia: “*Apesar da incerteza da situação, o governo sueco só reconhecia a representação oficial do MPLA, ou seja, as cúpulas á volta de Agostinho Neto.*” (p.227). Note-se ainda que o apoio oficial a este movimento *começou* precisamente em 1971/72, tendo atingido o seu montante máximo *depois da independência - 1975/76*. Atendendo a que uma das explicações globais de Sellstrom para o envolvimento do governo sueco no apoio aos movimentos africanos é a de que este permitiria “*uma importante alavanca no sentido de romper a divisão provocada pela guerra fria entre os blocos das duas potências e alargar o campo dos não-alinhados*”, dá que pensar como foram assim descartados tão facilmente os dois outros movimentos, e porque razão seria precisamente quando todos os movimentos se combatiam numa guerra civil que o governo sueco decidiu investir em força num deles. Note-se igualmente que este apoio do governo sueco ao MPLA se transformou numa politica consensual de todos os governos suecos, social-democratas ou centristas.

Talvez uma outra explicação de Sellstrom sobre a política pioneira da Suécia relativamente à África Austral forneça pistas: “*Sendo uma economia marcadamente dependente do comércio e da internacionalização rápida, a construção de um estado-providência paritário estava, ao mesmo tempo, cada vez mais vulnerável a factores externos. A promoção da liberalização do comércio e a participação em organizações internacionais, como o GATT e a EFTA, tornaram-se, com este pano de fundo muito importantes. Com o apoio dos exportadores suecos, o governo social democrata pôde levar a cabo, de forma activa, uma política comercial de cariz liberal*” (p.272) E se nesta política de prospecção de mercados de exportação comesçassem a ser consideradas as potencialidades de mercados que até aí nada pesavam para as exportações suecas (1,9% na década de 1950, 1,1 % em 1970)? Aí, um espírito malévolo poderia interpretar um pouco mais prosaicamente a vanguardista política africana da Suécia, tanto antes como depois da alteração de políticas de 1969. Até esse ano, a opinião pública sueca, altamente sensibilizada para o combate às políticas colonialistas, nada tinha conseguido do partido social-democrata no poder. Não havia ajuda oficial aos movimentos, salvo na concessão de bolsas de estudo e, pior do que isso, o governo estava bem longe de querer seguir as críticas da oposição, que exigiam sanções comerciais ao governo português e a expulsão de Portugal da EFTA. Sellstrom cita saborosas declarações do Ministro do Comercio no Parlamento sueco em 1967 a justificar o enriquecimento de Portugal pelo comércio externo (“*Há razões para pensar que o progresso económico poderá estimular um processo de libertação democrática*”, etc. – pg. 119) e parece difícil não associar esta intuição do ministro Lange aos 20% de posse da Lisnave por parte do grupo Kockums e Eriksberg, assim como aos 310 milhões de coroas suecas que em 1970 estavam investidas em Portugal (p. 24). Deve notar-se que o governo social-democrata sueco nunca hesitou quanto à defesa da participação de uma importante multinacional sueca no mega projecto colonial português, a barragem de Cabora Bassa: “*desde meados de 1968 até à conclusão do debate em Setembro de 1969, continuaram estoicamente a defender a ASEA*” (p.125), isto é, contra toda a oposição e os grupos de solidariedade. Seria esse estoicismo na prospecção de mercados que levaria um governo prudente a olhar em várias direcções ao mesmo tempo.



Na situação conturbada de regimes politicamente isolados como eram os do Portugal salazarista e os das minorias brancas da Africa Austral, pareceria lógica uma política ao encontro da próxima conjuntura política. Compreender-se-ia assim melhor, tanto a desproporção dos apoios (ver quadro IX) como a perspicácia na escolha dos parceiros potencialmente vitoriosos. A julgar por uma declaração que Sellstrom cita por diversas vezes, os pareceres suecos teriam sido mesmo decisivos nas decisões soviéticas: “*Lars-Gunnar Erikson falou-me disso e da importância de se apoiar o MPLA. Isso ajudou os nosso funcionários em Moscovo a perceber melhor a situação*” (nota 178, p. 48) Descontada uma certa dose de credulidade, esta declaração de um importante funcionário soviético ajuda a enquadrar melhor os capítulos finais, nos quais Sellstrom descreve as relações bilaterais entre a Suécia e Angola depois de 1976. É interessante verificar que nos finais da década de 1980 o governo de Estocolmo contribuía com mais de 40% do total da ajuda não militar a Luanda (247). Como muito se poderia dizer sobre a “ajuda” ao terceiro mundo e os seus reflexos no comércio externo, talvez estas pistas possam ajudar a colmatar algumas das lacunas explicativas do excelente livro de Sellstrom.



A. CORNWALL; A. WHITEHEAD; E. HARRISON (eds)  
*FEMINISMS IN DEVELOPMENT – CONTRADICTIONS,  
CONTESTATIONS AND CHALLENGES*

London 2007, Zed Books

Gabriela Silva

Pág 273 a 275

Esta é uma obra de referência actual, uma colectânea de artigos da autoria de várias feministas de renome internacional originárias de diversos países, incluindo países periféricos, que tem por objectivo principal tentar reposicionar o feminismo nos estudos do desenvolvimento.

Uma vez que os “feminismos” se centram na transformação social seria de esperar que a sua contribuição fosse valorizada pelos estudos do desenvolvimento, no entanto, estas duas áreas do conhecimento têm tido uma relação difícil. Actualmente, a forma de funcionamento das instituições dedicadas ao desenvolvimento dilui os esforços feministas para a transformação social através de estruturas burocráticas e relações de poder desiguais. Para além disso, as persistentes desigualdades e injustiças vividas nos países em desenvolvimento constituem enormes e por vezes novos desafios para as feministas.

Nesta obra, as editoras tentaram reunir um conjunto significativo de artigos, representativos de diferentes abordagens onde se tenta identificar o que os “feminismos” têm a dizer ao desenvolvimento e de que forma estas duas áreas do conhecimento se podem articular para promover a transformação social em direcção à igualdade.

As editoras desta colectânea são todas professoras da Universidade do Sussex, em Inglaterra, e investigadoras do Institute of Development Studies da mesma universidade. Andrea Cornwall tem conduzido investigação sobre género e escrito sobre identidades e relações de género, sobre homens e masculinidades e sobre género e desenvolvimento participativo; Ann Whitehead é antropóloga e tem dado contributos fundamentais em debates sobre a relação entre o feminismo, o desenvolvimento e a teorização sobre género e tem estado profundamente envolvida com políticas feministas nacionais

e internacionais. O seu trabalho centra-se na mudança das relações de género em resultado de processos económicos e políticas de desenvolvimento; Elizabeth Harrison é também antropóloga e tem desenvolvido investigação na África do Sul, na Etiópia, no Sri Lanka e no Bangladesh. O seu trabalho centra-se na antropologia do desenvolvimento, com ênfase particular na compreensão das questões associadas ao género e ao desenvolvimento a partir de diferentes perspectivas no processo de desenvolvimento.

As editoras decidiram organizar os artigos seleccionados divididos por áreas temáticas (na sua maioria resultantes de um workshop realizado no Institute of Development Studies, em Julho de 2003).

Assim, depois de uma nota introdutória onde contextualizam a obra e fundamentam as suas opções “Thirty years of feminist engagement with development has led to the distinctive and plural field of enquiry and practice of gender and development. This field includes an institutionalized set of practices and discourses within development institutions which goes under the acronym of GAD, but it is not confined to it. The wider field of gender and development also refers to the innovations in research, analyses and political strategies brought about by very diversely researchers and activists”, as editoras dividem os artigos em três partes interligadas.

Na primeira parte “The struggle over interpretation” exploram-se as origens e estatuto de algumas heterodoxias de género que se vulgarizaram nos programas e na advocacia sobre género e desenvolvimento. Abordam sobretudo a produção e adaptação da terminologia de “género” no desenvolvimento. Os artigos abordam temas tão diversificados como a instrumentalização dos mitos de género, a feminização da pobreza, as mulheres esquecidas pelo desenvolvimento e o tráfico na perspectiva das “trabalhadoras do sexo” em contextos tão diferentes como a Índia, o Brasil, a Inglaterra e o continente africano.

A segunda parte da obra “Institutionalizing gender in development” centra-se mais directamente nas instituições do desenvolvimento. Analisam-se aqui as dimensões institucionais dos esforços encetados com vista às transformações de género. Aqui, as diferentes contribuições remetem-nos para a reflexão sobre a burocratização do género e dos seus mitos, sobre *mainstreaming*, a integração das questões de género na indústria do desenvolvimento e sobre estudos feministas em contextos africanos.

Por último, na terceira parte *Looking to the future: challenges for feminist engagement*, a abordagem move-se para além das muitas vezes insulares instituições de desenvolvimento e debate os contextos políticos e sociais em que decorrem as intervenções de desenvolvimento. São aqui debatidas questões emergentes das novas perspectivas que analisam, hoje em dia, o desenvolvimento, como o discurso sobre “direitos”, “cidadania”, “inclusão” ou “democratização”. Aqui os artigos centram-se em questões como a monopolização dos movimentos feministas árabes pelas ONGD, os desafios de género originados por processos de pós-conflito e reconstrução, a relação entre trabalho assalariado e o empoderamento das mulheres e os direitos humanos.

A globalidade dos artigos publicados nesta obra afirmam um profundo compromisso do feminismo com o desenvolvimento, suas políticas e processos, num espaço geopolítico mais alargado, dando conta dos dilemas, das lutas e conquistas existentes assim como de novas ambivalências e incertezas e representa um excelente recurso para todos aqueles que estejam interessados em questões associadas ao desenvolvimento, aos estudos feministas, aos estudos de género e aos estudos sobre as mulheres.

O livro pode ser adquirido online no sítio do Institute of Development Studies (<http://www.ids.ac.uk/go/bookshop>).



DONALD BURNNESS  
*OSSOBÓ. ENSAIOS SOBRE A LITERATURA DE  
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE*

Lagos: Câmara Municipal de Lagos 2007, pp. 147

Gerhard Seibert

Pág 277 a 282

Este livro é a tradução do original inglês *Ossobó. Essays on the Literature of São Tomé and Príncipe* publicado em 2005 nos EUA. Trata-se do primeiro livro de uma nova série dos Cadernos da Lusofonia, publicada pelo Município de Lagos. Donald Burness identifica três temas que considera representativos para a literatura de São Tomé e Príncipe: os Angolares, um grupo distinto na ilha de São Tomé; o Massacre de Fevereiro de 1953 e o “mítico” pássaro ossobó. Os três temas correspondem largamente aos géneros literários drama, romance histórico e poesia que são abordados nos três capítulos do livro. A segunda parte do livro contém um apêndice com 23 poemas de dez autores, dos quais apenas três são poetas são-tomenses contemporâneos. A inclusão do drama e romance é notável, visto que os dois géneros são quase inexistentes em São Tomé e Príncipe. A produção literária neste pequeno e pobre país, onde não há jornais diários nem livrarias e muito menos uma editora, tem sido, de facto, dominada por poesia.

O que ressalta nesta obra são sobretudo afirmações e ideias de Burness, sobre a história e cultura do arquipélago que são duvidosas e erradas. O primeiro capítulo aborda a poesia e o teatro do cooperativista e escritor Fernando Macedo (1927-2006) sobre os Angolares. Pelos vistos é muito influenciado pela conversa do autor com Macedo, cuja obra literária se baseia, essencialmente, num mito colonial sobre a origem dos Angolares. Segundo este mito, os Angolares são descendentes de sobreviventes de um navio de escravos que naufragou perto das rochas de Sete Pedras junto à costa oriental da ilha, nos meados do século XVI. Contudo, surpreendentemente Burness confunde a imaginação literária de Macedo

com factos históricos. Conta a história do naufrágio sem reconhecer que se trata de um mito criado no século XIX por autores portugueses na base de uma tradição oral que apareceu no início do século XVIII. Não existe nenhum suporte documental da lenda dos naufragos. Nos meados do século XX, o poeta e geógrafo luso-são-tomense Francisco Tenreiro (1921-1963) contribuiu para a divulgação do mito do naufrágio com o seu livro *A Ilha de São Tomé* (1961), uma monografia bastante condicionada pelos conceitos lusotropicalistas da época. Burness repete que o navio de escravos tinha naufragado perto das Sete Pedras. De facto, este detalhe do mito apareceu primeiro num livro publicado em 1844. Autores coloniais seguintes do século XIX inventaram mais pormenores do mito que se tornaria muito conhecido, quer em São Tomé quer em Portugal.

Burness também segue a imaginação de Macedo quando escreve que, historicamente, Amador, o líder da grande revolta de escravos em São Tomé em 1595, que se auto-proclamou “Rei de São Tomé”, tinha sido o chefe dos Angolares. Contudo, isso é um outro mito inventado por Tenreiro na sua monografia, onde também afirmou que no século XVI não havia escravidão em São Tomé, mas antes uma forma de servidão. Consequentemente, Tenreiro negou a ocorrência da fuga e da revolta de escravos, reduzindo Amador de Rei de São Tomé a rei dos Angolares. Macedo utilizou as tradições inventadas por Tenreiro para o seu drama e a poesia e, surpreendentemente, Burness representa-as como factos históricos. Isso apesar do facto que desde 1970 vários investigadores, incluindo linguistas, antropólogos, historiadores e geneticistas demonstrarem que os Angolares são descendentes de escravos fugidos dos séculos XVI e XVII.<sup>1</sup> De facto, eles constituíram a primeira comunidade de *cimarrones* na história da escravidão moderna. Amador não era o chefe dos Angolares, mas sim, o líder da revolta dos escravos. Lamentavelmente Burness nega tudo isso repetindo um antigo mito colonial. Ele até afirma que Macedo tinha sido Angolar. A verdade é que Macedo, um português branco nascido em Lisboa, sempre disse ser neto de uma irmã do último chefe dos Angolares, Simão Andreza. Não há dúvidas que Macedo se sentia ligado aos Angola-

<sup>1</sup> Para um resumo ver Gerhard Seibert, Os angolares da ilha de São Tomé: Naufragos, Autóctones ou Quilombolas? Textos de História. Revista da Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. Vol. 12, N.º 1/2, 2004, págs. 43-64.



res que se tornaram o foco da sua actividade literária desenvolvida desde 1989 quando, aos 62 anos, publicou os seus primeiros poemas sobre os Angolares. Visitou São Tomé regularmente a partir dessa altura, mas nunca viveu lá permanentemente. Consequentemente, seria mais adequado considerar Fernando Macedo um autor da temática são-tomense, em vez de um autêntico autor são-tomense, como Burness tenta fazer crer.

O segundo capítulo de Burness é intitulado *Respostas Literárias ao Massacre de 1953*. Em Fevereiro daquele ano, à ordem do governador Carlos Gorgulho (1945-1953), o Corpo da Polícia Indígena (PCI), constituído por angolanos, apoiado por colonos brancos e contratados africanos, desencadeou uma onda de excessiva violência contra a população crioula nativa de São Tomé, que tinha feito uma revolta espontânea contra os planos de Gorgulho ao obrigá-la a trabalhar nas plantações. Os nativos, descendentes de escravos alforriados (daí o nome “forros”), sempre recusaram o trabalho manual nas plantações, pois o consideraram trabalho escravo. Na sua introdução aos eventos sangrentos, Burness afirma que os primeiros contratados (serviçais) tinham chegado depois da abolição do tráfico de escravos em 1836 (p. 54). Contudo, os serviçais vieram apenas após 1875, o ano da abolição da escravatura no arquipélago.

Na sua descrição do massacre, Burness escreve, erradamente, que o subtenente Fernando Ferreira tinha a alcunha de Zé Mulato (p.58). De facto, o verdadeiro nome de Zé Mulato, o mal-afamado carrasco de Gorgulho, era José Joaquim, um trabalhador agrícola condenado por homicídio. Burness diz correctamente que mais africanos foram mortos neste massacre em São Tomé do que em Sharpeville (África do Sul), em 1960, mas os números que menciona não são creíveis. Burness afirma duas vezes que 1 000 são-tomenses tinham sido mortos durante o massacre e uma vez até cita o número de 1 032 mortos, que apareceu pela primeira vez numa brochura da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP) em 1968. Contudo, perante as circunstâncias dos sangrentos acontecimentos, tais números são muito pouco prováveis. Burness simplesmente repete a antiga propaganda nacionalista e anti-colonialista dos anos 60. O massacre foi uma das acções mais violen-

tes contra civis do colonialismo moderno português, porém, o número de pessoas inocentes e indefesas massacradas era mais provavelmente nas centenas. Numa situação de matanças arbitrárias é impossível indicar números exactos. Por isso, fosse qual fosse o verdadeiro número das vítimas mortais em 1953, como eu sempre argumentei, o número 1 032 devia ser interpretado antes como um símbolo em vez de um dado exacto, pois os últimos dois dígitos indicam o dia e o mês em 1953 quando começou a onda de violência (3 de Fevereiro).<sup>2</sup>

O segundo capítulo baseia-se sobretudo no romance histórico *Crónica de Uma Guerra Inventada* (1999), de Sum Marky (1921-2003) e no estudo histórico *História do Massacre de 1953 em São Tomé e Príncipe: Em Busca da Nossa Verdadeira História* (2002), de José Deus Lima, um professor de história são-tomense. Esta segunda fonte não é uma resposta literária, como anunciado no título do capítulo, mas história baseada na pesquisa deste professor. De novo, Burness confunde ficção com factos históricos quando escreve que Gorgulho foi chamado a Portugal depois de um repórter do *New York Times* ter aparecido em São Tomé. (p. 75) De facto, este repórter imaginário existe apenas no romance de Sum Marky. O mesmo aplica-se à afirmação de Burness que “médicos com injeções mataram um número desconhecido de prisioneiros, que tinham sido levados para o hospital.” (p. 72) Isso também é ficção do romance de Sum Marky. Nada disso encontra-se nos documentos históricos do massacre. Burness chama Sum Marky um “escritor branco são-tomense”. (p. 64) Sum Marky, Senhor Marques no crioulo são-tomense, é um dos três pseudónimos literários de José Ferreira Marques, filho de pais portugueses nascido em São Tomé. Aos 22 anos, em 1943, foi a Lisboa. Em 1948 voltou à ilha e em 1956 regressou, definitivamente, a Portugal onde passou o resto da sua vida, efectuando apenas três breves visitas a São Tomé, entre 1988 e 2002. Em Fevereiro de 2007 as cinzas do falecido foram transferidas do cemitério de Alto de São João, em Lisboa, para o cemitério da cidade de São Tomé. De 1956 a 2001 Sum Marky, além de vários outros livros, publicou em Portugal oito romances ocorridos em São Tomé, dos quais três

<sup>2</sup> Ver também G.Seibert, São Tomé: o massacre de Fevereiro de 1953, *História* (Lisboa), nº 19, Abril de 1996, págs. 14-27 e *ibid.*, Camaradas, Clientes e Compadres. Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe, Lisboa: Vega 2001, pp. 76-102.

estão relacionados com o massacre. A sua *Crónica de uma Guerra Inventada* é o único livro para o qual encontrou uma editora – todos os outros livros são edições de autor. Não há dúvidas que Marques dedicou parte da sua produção literária para denunciar injustiça e violência coloniais em São Tomé. Contudo, isso não o tornou, necessariamente, um escritor são-tomense. Como Macedo, deve ser considerado mais um escritor português da temática são-tomense. Apesar das suas ligações com o arquipélago, Fernando Macedo e Sum Marky não são o Mia Couto e o José Eduardo Agualusa de São Tomé e Príncipe, como Burness quer fazer acreditar.

O terceiro capítulo é dedicado ao “pássaro literário” ossobó. Embora breve, este capítulo é o mais autêntico, tanto em termos da autoria local, como do género, pois a poesia é de longe o mais dominante no arquipélago. Quando Burness foi à São Tomé, depois de ter consultado *A Field Guide to the Birds of West Africa* (1992 [1977]), realizou-se que o que tinha considerado um pássaro mítico é apenas o cuco esmeraldino (*chrysosocrya cupreus*), um pássaro parasita preferindo os ninhos das toutinegras e dos tecelões, e que se encontra do Senegal ao Gabão. Burness descobre que o nome crioulo do pássaro vem do verbo *assobiar* e não do francês *oiseau beau* (pássaro bonito), como afirmou o escritor são-tomense Carlos Espírito Santo (1952-). Em seguida, discute vários poemas sobre o ossobó de Francisco Stockler (1834-81), Herculano Levy (1921-63), Marcelo da Veiga (1892-1976) e Francisco Tenreiro. Sobre Tenreiro, filho de pai português e de mãe africana, nascido em 1921 em São Tomé, Burness afirma que “passou a maior parte da sua vida em Portugal, mas voltou frequentemente a São Tomé”. Isso, contudo, é enganoso e exagerado. De facto, Tenreiro foi levado a Lisboa aos dois anos de idade. Ele só voltou a São Tomé em 1956 para uma estadia de três meses de trabalho de campo para a sua tese de doutoramento. Quando faleceu em 1963, aos 42 anos, vítima de uma hemorragia cerebral, tinha passado, tudo junto, apenas cerca de um ano da sua vida adulta em São Tomé. Igualmente Burness exagera bastante quando afirma que “hoje existem cerca de 2 000 nigerianos a viver e trabalhar em São Tomé” (p. 96). Contudo, oficialmente há apenas cerca de 100 nigerianos residentes no arquipélago. Burness também idealiza a situação afirmando que “os são-tomenses, com uma tradição de receber

bem os imigrantes, reconhecem que os nigerianos entre eles constituem uma presença única.” Mais perto da realidade, muitos são-tomenses desconfiam o empreendedorismo e a concorrência dos negociantes nigerianos residentes no arquipélago e receiam uma dominação por um número crescente de imigrantes do país vizinho gigante e populoso, que desde 2001 se tornou um parceiro importante no sector petrolífero emergente de São Tomé e Príncipe.

O livro contém outras incorrecções. O poeta Caetano da Costa Alegre (1864-1890) não era “mulato”, como Burness afirma (p. 23), mas um negro. De certeza, o sócópé também não é “a dança mais celebrada e popular de São Tomé e Príncipe” (p.48), mas é uma dança mais antiga que primeiro apareceu por volta de 1900 e actualmente é apresentada apenas por quatro grupos culturais, muito menos do que os 19 grupos do sócópé existentes nos anos 60. Contudo, este número é comparável com os 20 grupos existentes do bulauê, de longe a dança mais popular da actualidade em São Tomé. Além disso, Burness escreve erradamente que “em meados de 1519, São Tomé recebeu a maioria dos seus escravos de Elmina.” (p.52) De facto, naquela altura São Tomé reexportou escravos para Elmina, um mercado regional importante para a importação de escravos. Apenas no século XVII, devido ao declínio do comércio de ouro local, Elmina foi transformada num mercado de exportação de escravos.

Mais notável do que os vários erros factuais do livro é que Burness destaca a obra de dois autores portugueses de temática são-tomense em detrimento da produção literária de autores são-tomenses contemporâneos, dos quais alguns são apenas mencionados de nome na introdução do livro. Por esta razão, o livro de Burness trata muito mais da literatura sobre este arquipélago e não da literatura de São Tomé e Príncipe, como o título pretende.

# RESUMOS



**Ethiopia's "Radio Voice of the Gospel" (1963-1977)  
in Context – Some Historical Observations on  
International Short Wave Radio Broadcasting to and from Sub-  
Saharan Africa**

Mika Palo

**Abstract**

Radio Voice of the Gospel (RVOG) was a major international Christian missionary radio station based in Addis Ababa, Ethiopia. Owned and operated by the Lutheran World Federation, it transmitted programmes in altogether twenty languages to Africa and Asia during the years 1963-1977. RVOG was an ecumenical project in which churches of various denominations – from Protestants to the old Ethiopian Orthodox Church – participated. This article attempts to clarify RVOG's role and particularly its setting in the ideological "battle for the minds" fought on the busy radio waves over Sub-Saharan Africa in the 1960's and 1970's. The development of international short wave radio broadcasting and the involvement of Christian churches and organizations in it since the 1920's is described briefly. A closer historical look is taken at broadcasting in Ethiopia as well as at international radio broadcasts originating from Africa.

**Keywords:**

History of Christian Missions, History of Radio Broadcasting, Contemporary History of Ethiopia/Sub-Saharan Africa

**Resumo**

*Radio Voice of the Gospel* (RVOG) em Adis-Abeba, Etiópia, foi uma grande emissora internacional de rádio ao serviço da missão cristã. Esta emissora da Federação Luterana Mundial transmitia programas em 20 línguas para África e Ásia nos anos 1963-1977. RVOG foi um projecto ecuménico no qual participaram igrejas de várias confissões – desde protestantes até à velha Igreja Ortodoxa da Etiópia. Este artigo procura clarificar o papel da RVOG e, particularmente, o seu contexto na "batalha ideológica pelas mentes" nas ocupadíssimas ondas hertzianas sobre a África

Subsaariana nas décadas de 60 e 70. Descreve-se também brevemente a evolução da radiodifusão internacional nas ondas curtas e a participação nela das igrejas e organizações cristãs desde os anos 20. A história da radiodifusão na Etiópia e as emissões internacionais dos países africanos recebem mais atenção neste artigo.

**Palavras-chave**

História das Missões Cristãs, História da Radiodifusão, História Contemporânea da Etiópia/África Subsaariana



## Predicaments of Polyphony: Sequence, Self and Style in Wolof Conversations

Christian Meyer

### Abstract

This chapter examines conversations that are held on the village square of a Wolof village in North-Western Senegal. These conversations are polyphonic in the sense that permanently several threads of conversation are running at one and the same time. This leads to a conversational situation where interruptions, overlaps and schisming are ubiquitous, since the participants constantly switch between the different conversational threads according to their interest. The village square conversations are thus characterized by a constant competition about the attention of the participants, which is created and maintained mainly by stylistic strategies. Thus, in this place, the participants create through their own speaking features constraining conditions that open up two alternatives: the chance to present oneself as an eloquent, likeable and attractive, hence prestigious individual and the constant risk of being disentitled of precisely this individuality through the joint production of conversations within a polyphonic interaction order.

### Keywords:

Wolof, conversational organisation, polyphony, turn-taking, style, concept of person

### Resumo

Este capítulo explora conversações mantidas na praça de uma aldeia Wolof no Nordeste do Senegal. Estas conversações são polifónicas na medida em que há permanentemente vários fios (temas) de conversação a decorrer ao mesmo tempo. Isto conduz a uma situação conversacional em que interrupções, sobreposições e cortes são ubíquos, pois os participantes mudam constantemente de tema conforme os seus interesses. As conversações na praça da aldeia caracterizam-se assim por uma constante competição no que diz respeito à atenção dos participantes, sendo esta

criada e mantida sobretudo por meio de estratégias estilísticas. Assim, através das características do seu discurso, os participantes geram condições de determinação que conduzem a duas alternativas: a oportunidade de um indivíduo se apresentar como eloquente, agradável e atraente, e, por conseguinte, prestigioso e o risco constante que ele corre de ser destituído desse título em virtude da produção de conversações em conjunto, segundo uma ordem de interação polifónica.

**Palavras-chave:**

Wolof, organização conversacional, polifonia, alternância de vez, estilo, conceito de pessoa.

## **Espaço e gesto: interacções no Português de diferentes culturas**

Isabel Galhano Rodrigues

### **Resumo**

A micro-análise de uma interacção entre estudantes portugueses e de uma interacção entre estudantes angolanos tem o objectivo de comparar as modalidades não-verbais como o uso do espaço gestual e a criação do espaço interaccional, distância interpessoal e toque, configuração dos gestos e das mãos e postura do corpo. Isso será ainda completado com a análise de um terceiro caso, a saber, de uma interacção em português como língua estrangeira entre três estudantes, uma senegalesa, uma japonesa e uma portuguesa. Um objectivo ainda do trabalho consiste em salientar o papel importante das modalidades não-verbais como produto da realidade social e representação de valores e de hábitos culturais.

### **Palavras-chave**

Interacção face-a-face, proxémica, espaço gestual.

### **Abstract**

The micro-analysis of a face-to-face interaction between Portuguese students and of another one between Angolan students were compared regarding the nonverbal modalities such as the use of gesture space and the creation of interactional space, interpersonal distance and touch, gesture and hand configuration, and posture. This first comparison will be extended with another, considering an interaction in Portuguese as a second language between a Senegalese and a Japanese student. The objective of this study is to emphasize the important role of nonverbal modalities as a product of the social reality and the representation of cultural values and habits.

### **Keywords**

Face-to-face interaction, proxemics, gesture space.

## **Língua, poder e conhecimento: Breve esboço sobre a diversidade linguística e epistémica no contexto cabo-verdiano**

Eurídice Furtado Monteiro; Itzel Salas Barrena

### **Resumo**

Numa perspectiva pós-colonial, analisamos neste artigo o papel da língua enquanto veículo e produtor de conhecimento, em Cabo Verde. Neste espaço insular, a situação linguística caracteriza-se pela co-existência diglósica da língua portuguesa (LP) e da língua Caboverdiana (LCV). Num primeiro momento, este artigo pretende analisar o constructo ideológico que tem vindo a excluir as línguas sem tradição de escrita do domínio do saber moderno, com o objectivo de reverter a avaliação prejudicial destas. Num segundo momento, pretendemos realçar a necessidade da implementação efectiva do bilinguismo, através de uma planificação linguística adequada ao contexto cabo-verdiano, e apontando para a actual situação de insegurança linguística na LCV.

### **Palavras-chave**

Teoria pós-colonial, língua, conhecimento, estatuto, diglossia, bilinguismo

### **Abstract**

From a postcolonial point of view, this paper analyses the role of language as a medium of transmission and production of knowledge in Cape Verde, where Capeverdean (CV) and Portuguese coexist in a diglossic system. This paper analyses first the ideological construct which has brought about the exclusion of languages without a written tradition from the domain of modern knowledge, and seeks to invert their prejudicial evaluation, arguing for their inclusion in the current processing of knowledge. Secondly, this paper seeks to highlight the need for the implementation of effective bilingualism through a linguistic planning adapted to the Capeverdean context. Therefore, the analysis focuses on the current situation of linguistic insecurity and argues the question of an on-going discreolization process in CV.

### **Keywords**

Postcolonial theory, language, knowledge, status, diglossia, bilingualism

## Si to lo nfumbe ta sere sere – Traços de línguas crioulas em mambos e mpuyas em Palo Monte (Cuba)

Ana Stela de Almeida Cunha

### Resumo

Este trabalho descreve o espanhol *bozal* (SCHWEGLER, 2003) falado em rituais específicos de Palo Monte, uma religião de origem banta, praticada em Cuba (Palo Monte, ou Regla Conga), focalizando dois aspectos centrais: linguagem oral (mambos e mpuyas) e línguas em contato. Trata-se de um trabalho descritivo, com base nos dados reunidos ao longo de dois anos de pesquisa de campo em Cuba (na capital Havana e em outras duas Províncias, Pinar del Rio e Cienfuegos) que representa uma contribuição para o estudo das línguas em contato, mais concretamente, para uma melhor compreensão das línguas, dos rituais e do seu contacto com o espanhol.

### Palavras-chave

Línguas em contato; crioulização; antropologia

### Abstract

This article describes the “bozal spanish” (SCHWEGLER, 2003) spoken in a specific Bantu ritual religion from a black-african origin (Palo Monte, or Regla Conga), focusing on two central categories: oral language and traces of languages in contact. It consists in the description of data collected in several years of continuous field research in Cuba (Havana City, Cienfuegos and Pinar del Rio Provinces). and represents a contribution to the study of languages in contact, more precisely, to the comprehension of the ritual languages and their contact with Spanish.

### Keywords

Languages in contact; Afro-cuban religion; Anthropology

## Guerras Austrais e Guerras Coloniais

René Pelissier

### Resumo

Cet ensemble de recensions analyse et commente des publications récentes sur guerres en Afrique, notamment celles qu'on pourrait désigner de "faible ou moyenne intensité".

Les aires géographiques concernées sont celles de la colonisation anglaise, portugaise et espagnole en Afrique (avec une exception, celle de l'Inde portugaise) et aussi les opérations militaires sud-africaines.

### Mots clé

Histoire militaire, colonisation, Rhodésie, Afrique du Sud, Mozambique, Angola, Guinée, Sahara Occidental, Goa.

### Resumo

Este conjunto de recensões analisa e comenta publicações recentes sobre guerras em África, especialmente as que se poderão designar de "fraca ou média intensidade".

As áreas envolvidas são as da colonização inglesa, portuguesa e espanhola em África (com uma exceção relativa à Índia portuguesa), assim como das operações militares sul-africanas.

### Palavras-chave

História militar, colonização, Rodésia, África do Sul, Moçambique, Angola, Guiné, Saara Ocidental, Goa.

## Africa: in search of security after the Cold War

Isiaka Alani Badmus

### **Abstract:**

In this paper, I explore the state of African security in the context of both the Cold War and post-Cold War periods. Then, I unmask the dangers inherent in the conceptualisation of security in the realist perspective. I contend that since African security quagmires are multifaceted, the realist thesis is misleading and fails to address the complex nature of African security, hence the need for rethinking African security. Since socio-economic insecurity is the continent's bane to guarantee human security, I argue that non-military security issues/concerns should be the utmost priorities of African leaders. Doubtless, the birth of the AU, NEPAD, African Calabashes etc are commendable, but these efforts can only bear fruits if, and only if, there is strong political will and commitment on the part of African leadership and Africans in general.

### **Keywords:**

Security in Africa; the OAU/AU; the UN; ECOWAS; NEPAD; Cold War; Post-Cold War; Collective Defence; African Calabashes.

### **Resumo:**

Neste artigo exploro o estado da segurança em África no contexto dos períodos da Guerra Fria e pós-Guerra Fria. Posteriormente, desmascaro os perigos inerentes à conceptualização da segurança numa perspectiva realista. Argumento que os impasses da segurança em África assumem várias facetas, que a tese realista é enganosa e não consegue abordar a natureza complexa da segurança em África. Daí a necessidade de esta ser repensada. Uma vez que a insegurança socioeconómica é a maior dificuldade para assegurar a segurança pessoal, defendo, neste artigo, que as questões de segurança não-militar deveriam ser as prioridades máximas dos dirigentes africanos. Sem dúvida que é louvável o aparecimento da U.A. (União Africana), da NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento

de África), dos *African Calabashes*, etc, mas estes esforços só darão frutos se, e apenas se, existir uma forte vontade política e de compromisso da governação africana e dos africanos em geral.

**Palavras-chave:**

Segurança em África; OUA/UA; ONU; ECOWAS; NEPAD; Guerra Fria; Pós-Guerra Fria Defesa Colectiva; *African Calabashes*.



## Socio-Cultural Commitment in *Things Fall Apart*

Bamisile Sunday Adetunji

### Abstract

The study examines Chinua Achebe's *Things Fall Apart* and has the objectives of analysing the socio-cultural commitments as portrayed in the novel. Using the post-colonial and social-cultural perspectives, the study not only focuses on the functions of Achebe as a committed writer who is writing back from an empire to debunk the ignorant and discriminatory assertions of some uninformed European Philosophers on Africans and the black continent, but also examines the theme of clash of cultures, the cultural practices and solidarity of the Igbo people before and during the obnoxious colonial rule.

The Ibo/Igbo (Nigerian) society represented in the novel represents African countries confronted by problems of clash of cultures and socio-cultural development.

In the novel, the African people lived in peace and harmony and were well organised before the arrival of the colonial masters, and it was their arrival that brought about confusion and disarray to their community.

### Keywords

Igbo; clash of cultures; Nigeria; Chinua Achebe

### Resumo

Este artigo pretende estudar o livro *Things Fall Apart* de Chinua Achebe com o objectivo de analisar os compromissos sócio-culturais aí retratados. Utilizando as perspectivas pós-colonial e sócio-cultural, este estudo não foca somente o desempenho de Achebe como escritor comprometido, que escreve a partir de um império com o objectivo de desacreditar as concepções ignorantes e discriminatórias que alguns filósofos europeus mal informados têm sobre os africanos e o continente negro, como foca também o tema do choque de culturas, as práticas culturais e a solidariedade do povo Igbo antes e durante o domínio colonial.

A sociedade Ibo (Igbo em Nigeriano), retratada no romance, representa os países africanos confrontados com o problema do choque de culturas e do desenvolvimento social e económico.

No livro, o povo africano vivia em paz e harmonia e estava bem organizado antes da chegada dos senhores coloniais e foi a chegada destes que trouxe a confusão e a discórdia às suas comunidades.

### **Palavras-Chave**

Igbo; choque de culturas; Nigéria; Chinua Achebe.

## **Crêterios para publica o**

- 1) A *Africana Studia* aceita trabalhos científicos inéditos de qualquer área de investiga o cuja temática seja África ou sociedades africanas. Os trabalhos poderão ser entregues em português, inglês ou francês.
- 2) A publica o de trabalhos está sujeita a aprecia o do Conselho Editorial, que recorrer  ao Conselho Científico sempre que julgar necessário, e de um painel de árbitros constituído por membros internos e externos ao CEAUP.

## **Normas para apresenta o de originais**

- 1) Devem ser entregues 2 exemplares dactilografados em papel A4, acompanhados de um ficheiro informático em disquete ou CD, de preferência no programa WORD para Windows. O corpo de letra deverá ser de 12 pontos em fonte Areal ou Times New Roman, e o entrelinhamento de espaço e meio.
- 2) As imagens ( mapas, quadros, figuras, fotografias etc.) devem ser numeradas de 001 a N. O número atribuído a cada imagem deve ser colocado no original na localiza o que o autor entende ser a mais conveniente. Estes elementos deverão ser entregues em ficheiros individuais ( com a extensão XLS para ficheiros Excel e JPEG, TIFF ou EPS para os outros casos). Cada ficheiro deverá ter o número atribuído como identifica o e colocado numa pasta a que se chamar  "imagens". As imagens deverão ter no mínimo 10x6 cm com 1200x800 pixel (300 dpi). Será de grande utilidade que todos os originais de mapas, fotografias, etc sejam entregues com o original/texto para que o tratamento das imagens seja efectuado com rigor.
- 3) Os artigos ter o no máximo 70.000 caracteres, incluindo espaços, notas e bibliografia (não serão contadas as imagens). Cada artigo será acompanhado de dois resumos: em português e/ou inglês e/ ou francês, com um máximo de 500 caracteres. O resumo deverá incluir um conjunto de palavras-chave (máximo de 6), assim a identifica o do autor (institui o, últimas publica oes e contactos)
- 4) As resen es não poderão exceder os 25.000 caracteres.
- 5) Não serão considerados os artigos ou resen es que ultrapassarem o número máximo de caracteres ou que não cumpram as normas de apresenta o de originais.

## Normas de revisão e citação bibliográfica

- 1) Os autores terão a possibilidade de reverem em últimas provas os seus trabalhos, após a revisão feita no CEAUP. Os autores comprometem-se a devolver as provas uma semana após o seu envio. Em caso de total indisponibilidade os autores deverão declarar por escrito que prescindem dessa revisão de autor.
- 2) As referências a autores, no texto, seguem a norma (autor, ano). Se houver uma referência a um mesmo autor no mesmo ano, este deve ser seguido de uma letra minúscula. Ex: (Rodrigues, 2000a) (Rodrigues, 2000b). Se a referencia citada for de vários autores ficará.(Rodrigues *et alia.*, 2000).
- 3) As transcrições deverão ser em *itálico*, assim como vocábulos em língua estrangeira.
- 4) As notas de rodapé e outras deverão limitar-se a informações complementares de interesse substantivo, não ultrapassando 5 linhas em corpo 10.
- 5) A bibliografia será colocada no fim do artigo e deverá conter apenas as referências introduzidas no texto, listando-as por ordem alfabética e por ordem cronológica crescente quando forem do mesmo autor.
- 6) A bibliografia deve seguir os seguintes exemplos:
  - § Livros: Rodrigues, Carlos (2001), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
  - § Colectâneas : Rodrigues, Carlos, Matos, A. e Silva, António, orgs (2002), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
  - § Artigos em revistas: Rodrigues, Carlos (2001), *Os novos poderes em África*, *Africana Studia*, nº 8, págs. 12 a 35.
  - § Artigos em Colectâneas : Matos, A. (2002), Os novos políticos africanos, *in*, Rodrigues, Carlos, Matos, A. e Silva, António, orgs , *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
  - § As traduções deverão indicar sempre que possível o ano da 1ª publicação e o tradutor.
  - § Na bibliografia electrónica indicar sempre o *site/path*, a data do artigo e a data da consulta.

Após a publicação, os direitos de autor passam a ser pertença da *Africana Studia*, recebendo os autores 2 exemplares da revista e 25 separatas.

As imagens originais serão devolvidas.

Os originais não serão devolvidos.

# *AFRICANA STUDIA N° 10*

## ÁFRICA E O ECO-DESENVOLVIMENTO

**Jacinto Rodrigues**

Africa – que desenvolvimento?

**Filipe Francisco, Nuno Duarte, Tiago Mateus, Jacinto Rodrigues**

Africa – que desenvolvimento? - fichas de trabalho

**Carlos Pimenta**

Embuste do desenvolvimento

**Ana Pires de Carvalho**

Mortality in África: An Introductory Overview

**Álvaro Pereira**

A abundância ilusória da água em Angola: desafios ao sistema institucional

**Carlos Garrido**

As catástrofes naturais como condicionantes do desenvolvimento dos PALOP

**Miguel Fernandes Santiago**

Pancho Guedes, um arquitecto em Moçambique – pré-sustentabilidade ou intuição tectónica

**Philip Havik**

Boticas e beberagens: a criação dos serviços de saúde e a colonização da Guiné

**Maria José da Silva Aquino**

Complexidade e solidariedade: lições em Edgar Morin e S. Francisco de Assis

## PROBLEMÁTICAS DA ÁFRICA OCIDENTAL

**Ana Madalena Trigo de Sousa**

Uma tentativa de fomento industrial na Angola setecentista: a “Fábrica do Ferro” de Nova Oeiras” (1766-1772)

**Benvida Lavrador**

A construção de uma identidade literária na Costa do Marfim: percursos de uma escrita inovadora no universo africano

## RECENSÕES

# AFRICANA STUDIA Nº 12



## Os Estados Nacionais entre o Maghreb e o Machrek

Uma Herança do Colonialismo?



### Assinatura Anual (Annual Subscription)

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS U.P. - FLUP

Africana Studia - Via Panorâmica, s/n - 4150-564 PORTO - Portugal  
Telefone / Fax (00-351-226077141)

Dois números semestrais (*Two issues/year*)

Portugal ..... 29 €

U.E. (*European Union*) ..... 40 €

PALOP's ..... 40 €

Resto do Mundo (*Rest of the world*) ..... 50 €

Desconto para estudantes (*Student's discount*) — 20% (\*)

(\*) *Add copy of student's card*

Nome (*Name*) \_\_\_\_\_

Morada (*Address*) \_\_\_\_\_

Telefone / Fax \_\_\_\_\_

Endereço electrónico (*E-mail*) \_\_\_\_\_

### Modalidade de Pagamento (*Payment by*)

Transferência Bancária para: (*Bank Transfer*) \_\_\_\_\_

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS U.P.

IBAN: PT 50 0035 0194 0000 2032 53053 - BIC/SWIFT: CGDIPTPL

Cheque Bancário N.º (*Bank Cheque Nr.*) \_\_\_\_\_

*Necessário juntar comprovativo (Comproivative document)*

*(add copy of bank transfer)*

\_\_\_\_\_  
(Assinatura / Signature)

## COMUNICAÇÃO: LÍNGUAS, RITUAIS E MASS-MEDIA EM ÁFRICA

### **Mika Palo**

Ethiopia's "Radio Voice of the Gospel" (1963-1977) in Context – Some Historical Observations on International Short Wave Radio Broadcasting to and from Sub-Saharan Africa

### **Christian Meyer**

Predicaments of Polyphony: Sequence, Self and Style in Wolof Conversations

### **Isabel Galhano Rodrigues**

Espaço e gesto: interações no Português de diferentes culturas

### **Eurídice Furtado Monteiro; Itzel Salas Barrena**

Língua, poder e conhecimento: breve esboço sobre a diversidade linguística e epistémica no contexto cabo-verdiano

### **Ana Stela de Almeida Cunha**

Si to lo n'fumbe ta sere sere – Traços de línguas crioulas em mambos e mpuyas em Palo Monte (Cuba)

## PROBLEMÁTICAS POLÍTICO-MILITARES E DA ÁFRICA OCIDENTAL

### **René Pélissier**

Guerres Australes et Guerres Coloniales

### **Isiaka Badmus**

Africa: in search of security after the Cold War

### **Bamisile Sunday Adetunji**

Socio-Cultural commitment in *Things Fall Apart*

## RECENSÕES